

2018

REFLEXÕES

Livro XXVIII

REFLEXÕES XXVIII



LUIZ ALBERTO BANCİ
luiz.banci@hotmail.com.br
banciblog.wordpress.com

Índice

- 6- Uma breve história da filosofia-** Revista Superinteressante
- 72- As vênias e a toga-** Roberto Pompeu de Toledo
- 98- O Brasil ficou imprevisível-** Martin Wolf
- 104- O Brasil e a recessão democrática-** Celso Rocha de Barros
- 128- Alguns pontos básicos sobre a liberdade – os quais muitas pessoas ainda não conseguem aceitar-** Laurence Vance
- 135- A ordem liberal está desmoronando? -** Robert Muggah e Taylor Owen
- 139- Você é um libertário? -** Jeffrey Tucker
- 153- Precisa disso? -** J.R.Guzzo
- 156- Por que a política perdeu (ou se perdeu) -** Eugênio Bucci
- 160- Junho, Ano V-** Marcos Nobre
- 179- Lula, o inconciliável-** Eliane Brum
- 190- A nova cara de Cuba depois de Fidel e Raúl Castro-** Pablo de Llano
- 195- Adeus aos Castro-** Yoani Sánchez
- 200- A falácia do “preço justo” está de volta – e com direito a prisões de comerciantes-** João Luiz Mauad e Leandro Roque
- 207- Elas estão ferozes-** Malvina E. Muszkat

REFLEXÕES XXVIII

- 213- Fé e sangue na Terra Santa: o conflito árabe-israelenses- *Voltaire Schilling*
- 224- Carta de Gaza- *A.J. Liebling*
- 235- Generais sem estrelas- *Paul Yingling*
- 248- Troia, a guerra sem fim- *Revista Superinteressante*
- 254- “Você é uma preta de alma branca”- *Juan Arias*
- 258- Existe um grande ceticismo sobre a bondade- *Larissa Mcfarquhar*
- 263- O bom samaritano é ateu- *Javier Salas*
- 267- As dores do crescimento- *Giulia Vidale, Natalia Cuminale*
- 276- Preciosos ensinamentos à família- *Rosely Sayão*
- 278- O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído- *Eliane Brum*
- 291- A magia de conversar- *Francesc Miralles*
- 296- Como enfrentar a adversidade? - *Facundo Manes*
- 302- Por que os nossos avós tinham menos risco de serem adultos obesos? - *Nuño Dominguez*
- 306- Não há provas de que dietas sem gorduras ou carboidratos funcionem- *Jeffrey Friedman*
- 312- O lado obscuro do brócolis- *Miguel Ángel Bargueño*
- 315- Por que rosa é de menina e azul é de menino? - *Jaime Rubio Hancock*
- 319- Mentirinhas sinceras- *André Lopes*

REFLEXÕES XXVIII

323- Como se fosse verdade- Dom Odilo P. Scherer

327- Um lugar ao sol para a vitamina 'D'- Revista Veja

337- Natasha- Vladimir Nabokov

352- Um café na lanchonete- Mohsin Hamid

363- Fajardo, *in memoriam*- Roberto Kaz

381- Sem xixi na galocha- Vanessa Barbara

LUIZ BIANCI

Uma breve história da filosofia

Revista Superinteressante



A obra, a vida e as inquietações dos 60 maiores filósofos da história

Era pré-socrática

A filosofia não nasceu na Grécia. A terra natal de Tales, considerado o primeiro filósofo da história, é Mileto, cidade do sul da Jônia, região que hoje pertence à Turquia. Ou seja, é correto dizer que a filosofia nasceu no mundo grego, mas o mundo grego dos séculos VII e V a.C. não tem nada a ver com a Grécia de hoje. Abrangia a costa do Mar Egeu, de Marmara e boa parte do Mar Negro, além do sul da Itália e das regiões costeiras da França, Espanha e África. Demorou quase cem anos para a filosofia chegar à capital Atenas, onde viveu Sócrates, uma espécie de Jesus Cristo da filosofia.

Motivo: assim como o calendário está dividido em antes e depois do surgimento do messias cristão, a filosofia também tem duas eras: pré e pós-Sócrates. Na era pré-socrática, a principal preocupação era saber de que era feito o mundo e o ser humano. A pergunta “de que são feitas as coisas?” pode soar ingênua e até infantil. Mas o filósofo Timothy Williamson, de Oxford, considera uma das melhores perguntas já proferidas — uma questão que nos conduziu à boa parte da ciência moderna. Pela primeira vez na história, os pensadores colocaram o raciocínio na frente da mitologia. Eles não engoliam a ideia de que o mundo surgira do nada. “Nada vem do nada e nada volta ao nada” era uma premissa básica para os pré-socráticos, o que significava dizer que o mundo é uma eterna reciclagem, tudo se transforma sem jamais desaparecer. Eles tinham até uma palavra para

REFLEXÕES XXVIII

esse mundo perene: physis, do verbo grego “fazer surgir”. Physis era a origem de todos os seres e coisas mortais do mundo, que estão em permanente transformação. O café quente esfria, o inverno vira primavera, o longe fica perto se formos até ele, a criança cresce e vira um adulto. A natureza está em constante transformação, mas isso não quer dizer que ela é caótica. As mudanças seguem uma lógica determinada pela physis.

Mas afinal o que era a physis? Cada pensador achava que era uma coisa. Tales afirmava que o princípio era a água ou o úmido. Anaximandro, o infinito. Anaxímenes, o ar. Pode parecer simplório, mas era a primeira vez que se buscava uma resposta racional para a origem do mundo.

Tales De Mileto

Criado em uma época na qual a religião explicava todas as coisas, das guerras aos casamentos infelizes, Tales de Mileto rompeu com o pensamento mitológico e deu o pontapé inicial da filosofia. Foi o primeiro a usar o raciocínio puro para explicar as questões do homem e da natureza.



Nascido na colônia de Mileto, atual Turquia, Tales é considerado o responsável por tirar a civilização helênica das trevas intelectuais. A fama vai além das contribuições para a filosofia. Em 585 a.C., conseguiu prever um eclipse total do Sol. Sua aptidão para os negócios também era invejável. Certa vez, percebeu que as condições do tempo estavam favoráveis para a colheita e investiu no ramo das azeitonas prevendo que o clima turbinaria uma safra recorde. Dito e feito: Tales encheu os bolsos de dinheiro. Porém, o pensador ficou mais conhecido pelo teorema de Tales, que ele formulou medindo a pirâmide de Quéops, no Egito, utilizando apenas uma estaca e as sombras dela e da pirâmide. Hoje, o teorema é fundamental para medições geométricas, utilizado desde a construção civil

até a astronomia.

Na filosofia, ele acreditava na existência de uma matéria-prima básica responsável pela origem do Universo: a água. Em uma de suas frases mais conhecidas, Tales teria dito que “o Universo é feito de água”. Ele observou que, sem água, tudo morria. Logo, ela era a fonte da vida. Tales chegou a afirmar que a Terra flutuava sobre um disco de água a partir do qual tudo emergiu. Ironicamente ou não, a sede teria sido um dos motivos da sua morte, aos 78 anos. “Tales sucumbiu por causa do calor, da sede e do esgotamento da velhice”, descreveu o biógrafo Diógenes Laércio.

Tales não deixou textos. Tudo o que se sabe sobre ele é baseado na tradição oral e em registros de outros pensadores. Teve uma vida isolada e íntima. Não cobrava nada de seus discípulos e, humildemente, desafiava outros sábios a contestarem suas ideias.

Anaximandro

Responsável por continuar o pensamento de Tales, Anaximandro foi político, administrador e construtor de relógios solares — um cidadão célebre. Seu busto foi encontrado em posição de destaque nas ruínas de Mileto. Assim como Tales, acreditava na existência de um princípio primordial para o Universo, mas discordava de que fosse a água. Nas três frases deixadas pelo pensador, que são os primeiros textos de filosofia escritos, ele defende que o infinito é a origem de tudo, porque somente algo ilimitado e eterno poderia explicar a multiplicidade das coisas.

Anaxímenes

Nem água, nem infinito. Para o último



REFLEXÕES XXVIII

dos filósofos de Mileto, o ar era o item fundamental. Ele observou que os lábios franzidos produzem ar frio e, quando relaxados, ar quente — concluindo que a condensação esfria e a expansão aquece. Para ele, a condensação do ar teria dado origem a névoas, chuvas e rochas, ou seja, ao planeta todo. Afinal, nada sobreviveria sem o ar.

Parmênides

O grande Platão o reconheceu como pai espiritual e dedicou a ele um de seus diálogos. A profundidade das ideias e argumentações de Parmênides é considerada até hoje uma das mais ricas da história. E se filosofar já é difícil, imagine deixar as teorias gravadas em formato de poesia. Parmênides o fez. Está tudo registrado em poemas filosóficos (exatamente 154 versos).

Nascido em Eleia, hoje sul da Itália, Parmênides é considerado o principal nome da escola eleática, um dos últimos movimentos filosóficos do fim da era pré-socrática. Seu grande mérito foi ter reconhecido que nossos sentidos nem sempre estão certos, valorizando a importância de fazer uma interpretação racional do mundo. Parmênides chegou a uma conclusão oposta à do contemporâneo Heráclito. Para ele, a Teoria do Devir não poderia estar certa, porque algo que “é” e “não é” ao mesmo tempo não passa de uma contradição. Não há uma terceira possibilidade, dizia Parmênides. Ou o ser é uma coisa ou não é.

Heráclito

Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio. Quando imergimos, águas novas substituem aquelas que nos banharam antes. O exemplo serviu para ilustrar a Teoria do Devir de Heráclito de Éfeso, sua tese mais famosa. Para



REFLEXÕES XXVIII

ele, o Universo anda num eterno fluir, com cada coisa sendo e não sendo ao mesmo tempo.

Para Heráclito, era o logos — algo como razão ou inteligência — que governa o mundo. Ele reconhecia que todos os homens possuem o logos, mas acreditava que a maioria (que chamou de “adormecidos”) não desenvolvia essa inteligência. Apenas os “despertos” utilizavam o logos de modo consciente. Suas teorias só foram reveladas após seu bizarro suicídio: cobriu o corpo de esterco e foi para a praça, onde foi devorado por cães. Heráclito deixou frases gravadas em lâminas de ouro que ficaram secretamente guardadas com sacerdotes. Eram curtíssimas e com duplo sentido, como no trecho “a rota para cima e para baixo é uma e a mesma”.

Pitágoras

Quando Pitágoras descobriu que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos, seus discípulos consideraram a descoberta uma revelação divina. Ele próprio acreditava que sua conclusão não havia surgido do pensamento lógico, mas de uma iluminação. Filósofo e matemático,



Pitágoras também era considerado um líder espiritual. Talvez sua beleza tenha ajudado na fama. Pitágoras, conta-se, era lindo de morrer. Seus discípulos desconfiavam que ele era, na verdade, o deus Apolo. Certo dia, segundo reza a lenda, alguns que o viram nu disseram que sua coxa era feita de ouro.

Aos 40 anos, o filósofo-matemático saiu da cidade natal na Ilha de Samos e foi para Crotona, na Itália, onde fundou uma seita. Os alunos da escola pitagórica, cerca de 300, viviam em comunidade e passavam os dias estudando as teorias do filósofo. A imposição de rituais estranhos, como o que proibia morder um pão inteiro ou alisar a marca do corpo deixada no lençol ao levantar da cama, leva a crer que Pitágoras também

teria traços de um obsessivo-compulsivo.

Ele se achava. Dizia que ficara 200 anos no inferno antes de chegar aos homens, em uma longa preparação para chegar ao reino dos mortais. Suas teses tinham valor de dogmas — poucos tinham permissão para questioná-lo. Sua principal teoria era baseada nos números. Enquanto os filósofos de Mileto acreditavam que a causa de tudo era um elemento físico ou o infinito de Anaximandro, o pensador defendia que os números eram o motivo e o princípio de tudo. Até o cosmos poderia ser quantificado de acordo com a teoria pitagórica. Mas os números de Pitágoras eram diferentes dos nossos algarismos. Não eram abstratos e ocupavam uma dimensão espacial, em formas de quadrados e triângulos. Outra ideia badalada do pensador foi a da “música cósmica”. Para Pitágoras, os astros tocavam uma melodia perfeita e divina durante seu movimento. Mortais não seriam capazes de ouvir a tal canção porque os sons contínuos passam despercebidos pelos nossos sentidos.

A seita pitagórica não teve um final feliz. Cidadãos de Crotona se revoltaram contra a comunidade, considerada uma panelinha aristocrática. Os revoltosos mataram seguidores de Pitágoras, que fugiu da cidade e se refugiou em Metaponto, onde morreu pouco tempo depois. Após sua morte, os discípulos criaram novos centros para difundir a seita e as teorias. O mestre não deixou nada escrito. Tudo o que se sabe de suas doutrinas só ganhou visibilidade com os livros do pitagórico Filolau, os quais Platão comprou sob encomenda.

Protágoras

Pela primeira vez, um filósofo colocava o homem no centro do pensamento. Ao afirmar que “o homem era a medida de todas as coisas”, Protágoras inaugurava a ideia de que a verdade depende da experiência pessoal.



Nascido em Abdera, na Grécia, Protágoras concluiu que qualquer afirmação sempre era relativa a um ponto de vista, a uma sociedade ou ao modo de pensar. Protágoras foi o principal nome de uma escola polêmica na Grécia nos meados do século V a.C. Os sofistas (palavra que pode ser traduzida como sábios ou sabedoria) argumentavam contra e a favor de teses com a mesma eloquência. O objetivo era ganhar qualquer discussão. Foram os primeiros a fazer do conhecimento uma profissão: cobravam de jovens atenienses por aulas de retórica, o que desagradava os intelectuais da época. Foi banido de Atenas após questionar a existência dos deuses e morreu logo depois, em um naufrágio enquanto fugia para a Sicília.

Górgias

Seria errado culpar a adúltera Helena pela Guerra de Troia. A moça, na verdade, foi uma vítima das palavras. Páris, seu sedutor, teria usado o poder da linguagem para manipular a mente de Helena. Usando essa argumentação, o sofista Górgias explicou o poder mágico que, para ele, existia nas palavras.

Gênio da retórica, o filósofo acreditava piamente na persuasão da linguagem. Era uma espécie de precursor dos publicitários, capaz de sustentar opiniões absurdas e convencer seu público usando apenas o talento argumentativo. Pela retórica, Górgias e os sofistas provaram que a inteligência também poderia ser usada para mentir, seduzir e impressionar.

Nascido na cidade de Lentini, na Sicília, o sofista teria vivido 108 anos em perfeita saúde e propondo pensamentos radicais. O mais famoso foi o das três teses: 1) nada existe; 2) se algo existisse, não poderia ser pensado e 3) se algo existisse e pudesse ser pensado, não poderia ser explicado. A ideia polêmica ganhou várias interpretações. Há quem diga que foi



apenas uma brincadeira feita durante um dos discursos de Górgias para assustar os ouvintes. Outros sustentam que era uma forma radical de ceticismo.

Era clássica

Entre os séculos VI e V a.C., o mundo grego sofreu uma reviravolta socioeconômica decisiva para o surgimento de pensadores da estatura de Sócrates, Platão e Aristóteles. A cultura agrária e aristocrática da Grécia, que na época reunia cidades-Estados e não formava um país como hoje, deu lugar à vida urbana e democrática. Uma nascente indústria artesanal e o comércio levaram hordas de gregos do campo para as cidades. A nova classe trabalhadora passou a questionar o poder político da monarquia e, por volta de 507 a.C, o reformador Clístenes introduziu um princípio crucial que alterou a ordem social na região: a igualdade dos homens perante a lei e o direito de todos participarem das decisões políticas da comunidade. A Grécia virou uma democracia direta. Nascia a figura do cidadão. Boa parte dos habitantes podia dar pitaco nas reformas da cidade e expressar opiniões em público (exceto mulheres e escravos, mas paciência...).

Mas era preciso saber falar para ser ouvido. O ideal de educação no novo mundo grego valorizava a formação do cidadão e não mais exaltava as virtudes aristocráticas, típicas dos poemas de Homero e Hesíodo, para quem o homem ideal era o herói de guerra atlético e corajoso. Os novos professores da classe cidadã eram os sofistas, pensadores que se apresentavam como mestres da oratória e da retórica e contestavam tudo e todos. Para os sofistas, o bom cidadão era persuasivo. Quem dominava a oratória ganhava qualquer discussão em uma assembleia na pólis. Certo? Sim, mas não para Sócrates, o pai da filosofia ocidental.

Sócrates construiu grande parte de seu pensamento em oposição aos sofistas, aos quais acusava de não ter respeito pela verdade. Como podiam defender uma ideia ou outra apenas para obter vantagem? Cadê a vergonha na cara? Para o

mestre de Platão, o importante era buscar a essência das coisas e do mundo, o conceito de valores como justiça, amizade, amor, beleza e prudência. A verdade vem da reflexão racional sobre o que nos rodeia e não da percepção ou da opinião. O pai da filosofia distribuía perguntas pelas ruas da capital Atenas que desconcertavam os cidadãos gregos – O que é a beleza? Você diz que justiça é importante, mas o que é a justiça? Por que você pensa o que pensa? – e deu forma e método para a filosofia como a conhecemos hoje. Foi o primeiro filósofo “profissional”. Durante o período de ouro na Grécia, a filosofia se debruçou sobre quatro conceitos-chave: o bom, o belo, o bem e o justo. Mas não havia limites para o pensamento do trio filosófico mais influente da Antiguidade. Sócrates, Platão e Aristóteles estavam envolvidos com grandes questões: o sentido da vida, justiça social, administração das cidades, a busca da felicidade, como ser um bom cidadão. Mas iam além. A voracidade intelectual de Aristóteles era algo sem precedentes. O filósofo de Estagira (cidade do nordeste da Grécia) se interessou por todos os assuntos, da física à biologia passando pela ética, a política e a metafísica. A filosofia clássica foi a mãe das ciências – ideia que vai persistir até o final do século XVIII.

Sócrates

Sócrates é para a filosofia o que Jesus representa para o cristianismo. Assim como o profeta, veio de uma família pobre, nunca escreveu uma palavra, incomodou muita gente e foi admirado por uma legião. Perambulava pelas ruas, onde parava desconhecidos e fazia perguntas embaraçosas. Como Jesus, Sócrates morreu de forma trágica. De origem pobre, seguiu a mesma profissão do pai, escultor. Mas o ofício logo foi abandonado com a convocação para a guerra do Peloponeso, onde defendeu Atenas contra Esparta. Foi também nessa época que o sábio encontrou o amor – ou melhor, os amores.



REFLEXÕES XXVIII

Não que ele fizesse sucesso com as mulheres – pelo contrário, dizem que sua feiura era incomparável –, mas a escassez de homens depois das batalhas fez os governantes criarem uma lei extraordinária que permitia o casamento com duas mulheres. Sócrates escolheu Xantipa e Mirton como esposas.

Se lhe faltavam atributos estéticos, sobrava lábia. Sócrates falava dia e noite sem parar, inquerindo quem quer que cruzasse o seu caminho. A sede insaciável de diálogo ficou conhecida como método socrático, ou dialética. Passava os dias formulando questões e perguntando insistentemente, sem desenvolver uma teoria sequer. Dos diálogos, tentava estimular pensamentos sobre o que é o bem, o justo, o bom e o belo. A vida e a moral eram as grandes preocupações do pai da filosofia ocidental. Ele definiu o que acreditava ser uma vida virtuosa, onde a paz de espírito era atingida fazendo o certo, o que não era a mesma coisa que seguir o código moral da época. Fazer a coisa certa era uma questão de consciência – Sócrates acreditava que ninguém deseja fazer o mal. Esse princípio levaria à famosa máxima “Conhece-te a ti mesmo”, inspirada na inscrição do Oráculo de Delfos, centro de consulta aos deuses gregos. Certa vez, perguntou se ser enganador correspondia a ser imoral. “É claro que sim”, respondeu o interlocutor. Sócrates, então, indagou: “Mas e se um amigo estivesse muito triste e quisesse se matar e você roubasse a faca dele? Não seria um ato imoral?” Sim, ouviu como resposta. Sócrates concluiu: “Mas seria moral em vez de imoral, já que seria uma coisa boa e não ruim”. A essa altura, enquanto os neurônios do cidadão se debatiam, Sócrates dava-se por satisfeito. Ele próprio comparou esse método com a profissão de parteira da sua mãe. Sua mãe usava a habilidade para trazer à luz a vida. Ele paria a verdade. Um dia, um amigo de Sócrates consultou o Oráculo de Delfos. Desejava saber se existia alguém mais sábio que o filósofo. A resposta foi direta: “Não, ninguém é mais sábio que Sócrates”. Quando soube da resposta, Sócrates ficou pasmo com a afirmação e foi procurar políticos e poetas para provar o erro do Oráculo. Foi em vão.

REFLEXÕES XXVIII

Conta-se que, ao conversar com outros sábios, Sócrates concluiu que todos acreditavam que tinham um conhecimento profundo sobre algum assunto, quando, na verdade, não era bem assim. A sabedoria do pensador estava em não alimentar ilusões sobre o próprio saber. Foi dessa lógica que Sócrates extraiu a histórica frase “só sei que nada sei”, pensamento que lhe rendeu vários inimigos em Atenas, que o acusaram de ser, na verdade, um sofista interessado em se aproveitar da retórica para mentir. O filósofo foi levado ao tribunal, acusado de colocar em risco a moralidade ateniense e dissuadir a crença nos deuses. Recusando-se a abrir mão de suas ideias, o sábio tomou um cálice de cicuta – veneno extraído de uma planta que paralisa gradualmente o corpo. Morreu aos 70 anos. Durante o julgamento, disse uma de suas frases mais marcantes: “A vida irrefletida não vale a pena ser vivida”. Segundo relatos de Platão, seu maior discípulo, Sócrates preferia a morte do que viver sem questionamentos, na completa ignorância. Teria declarado ainda que, se corromper a juventude significava ensinar a cuidar menos do corpo e mais da alma, então era culpado. Sócrates não escreveu nada, mas disse muito. Poucos minutos antes de cumprir seu destino, se despediu dos discípulos: “Já é hora de irmos. Eu para a morte, vocês para a vida. Quem de nós segue o melhor rumo? Isso é segredo. Exceto para Deus”.

Epicuro

Durante escavações em sítios arqueológicos gregos e romanos, foram encontradas várias estatuetas de Epicuro. Era normal que os intelectuais da época guardassem estátuas de filósofos, mas o que chamou a atenção é que as de Epicuro estavam presentes até nas casas simples. Os seguidores do filósofo, nascido na ilha de Samos, acreditavam que contemplar seu rosto aquietava o espírito. Epicuro adorava comparar seu pensamento à medicina. Proclamava-se um



terapeuta do espírito, médico das almas e cirurgião das paixões. Na sua escola, chamada de O Jardim, acolhia mulheres, escravos e até mesmo prostitutas para suas “consultas”.

Como Aristóteles, acreditava que o maior objetivo da vida era a felicidade. Mas ia além. Achava que a dificuldade em atingi-la estava no medo que sentimos da morte. Epicuro se propôs a resolver o impasse: se a morte é o fim das sensações, ela não pode ser fisicamente dolorosa, e, se é o fim da consciência, não pode causar dor emocional. Ou seja, não há nada a temer. Superado esse medo, podemos ser felizes. Epicuro morreu aos 72 anos. Não sabemos se ele estava completamente destemido em relação ao juízo final, mas, em uma de suas últimas cartas, comemorou a vida doce, feliz e sempre digna de ser vivida.

Platão

Principal discípulo de Sócrates, Platão se encarregou de registrar as ideias do mestre na forma de diálogos. Seu texto é uma mistura de teorias complexas com fragmentos teatrais que traziam o mestre como protagonista, dialogando sobre a vida, a razão e a verdade. Platão escreveu ao longo da vida cerca de 40 diálogos, verdadeiras obras-primas filosóficas e literárias. Temos a sorte de contar hoje com tudo o que o filósofo escreveu.

É de Platão um dos textos filosóficos mais lidos da história, o Mito da Caverna. Conta a fábula de prisioneiros que foram acorrentados em uma caverna escura quando crianças sem jamais poder sair dali. Tudo o que conheciam do mundo eram sombras da vida real projetadas nas paredes, ou seja, cópias imperfeitas das coisas, que conservam suas formas verdadeiras no mundo das ideias, uma espécie de paraíso onde está guardado o padrão de tudo o que existe – principal teoria de Platão. O mundo das ideias existe em oposição ao



REFLEXÕES XXVIII

mundo dos sentidos, esse no qual vivemos, recheado de cópias defeituosas de tudo o que existe no plano superior.

Quando um dos escravos foge da caverna e fica deslumbrado com a verdadeira forma das coisas, Platão faz uma metáfora com os filósofos, que ascendem por meio do conhecimento. Ele defendia a tese de que o mundo das ideias só poderia ser acessado pelos filósofos. Logo, era essa a classe mais indicada para governar a pólis. Esse pensamento originou a teoria política de Platão, na qual ele cria a cidade ideal. Nela, existiriam apenas três categorias de cidadãos, cada um desempenhando a tarefa para a qual estava melhor preparado. Aqueles que tinham a “alma com apetite” seriam trabalhadores; os corajosos, os guardiões da pólis; e os dotados de sabedoria e razão, os governantes-filósofos.

A tarefa do rei filósofo seria justamente a de regressar à caverna e relatar o mundo das ideias para os demais – isto é, contar a verdade para a sociedade. Na comunidade ideal de Platão, os casamentos seriam coletivos e sem casais fixos. O sexo seria somente para a reprodução, e as crianças criadas pelo Estado como filhos da comunidade. O pensador também lançou a ideia de igualdade dos sexos. Na cidade ideal, as mulheres não seriam discriminadas e poderiam ocupar até postos no serviço militar. Essa teoria levou Platão por três vezes até a cidade de Siracusa, na Sicília, onde pretendia persuadir os soberanos a colocar em prática seu plano. Sem sucesso, chegou a ser preso.

Mas, antes de virar Platão, o filósofo, ele era Aristócles, seu nome de batismo, um estudante das letras e da pintura com excepcional dom para a ginástica. O apelido, Platão (Pláton, em grego), que significa amplo, teria sido uma criação do treinador Ariston de Argos por causa do porte musculoso do aprendiz. A transição do esporte para o pensamento veio aos 20 anos, quando foi apresentado a Sócrates. A parceria durou cerca de uma década, até os últimos minutos da vida do mestre. Depois da morte do professor, Platão fundou a própria escola em Atenas. Considerada por alguns como a primeira

universidade e inspirada nas comunidades criadas por Pitágoras, a Academia ensinava matemática e geografia. O grande avanço era o ingresso de mulheres que, pela primeira vez, podiam estudar. O aluno mais ilustre foi Aristóteles. Platão morreu aos 70 anos. Em sua lápide ficaram gravadas as seguintes palavras: “Aqui jaz o divino Aristócles, que em prudência e justiça soube exceder a todos os mortais. Se a sabedoria eleva alguém às alturas, este as conseguiu. A inveja em nada lhe empanou a glória”.

Aristóteles

Os jardins do palácio de Pela, capital da Macedônia, hoje parte da Grécia, foi um local que despertou a genialidade de um dos maiores pensadores da história. Nascido em Estagira, no nordeste grego, Aristóteles foi ainda criança para Pela quando seu pai, Nicômaco, foi chamado para ser o médico do avô de Alexandre, o Grande. Conta-se que Aristóteles brincava nos jardins do palácio e se interessava por quase tudo a sua volta: insetos, plantas, ervas daninhas. Por volta dos 18 anos, ficou órfão e gastou o que herdara do pai em vinho e festa. Em 367 a.C., ele partiu para Atenas e ingressou na Academia de Platão — e de *bon vivant* se tornou um dos maiores gênios da filosofia.

Aristóteles entrou na escola apenas como ouvinte, mas Platão logo percebeu que ele não era um aluno qualquer e lhe deu a missão de lecionar retórica. Ele permaneceu na Academia por 20 anos até a morte do mestre, quando, insatisfeito com os rumos que a escola tomava, seguiu para a Macedônia para dar lições a Alexandre, o Grande. Antes disso, casou-se duas vezes e teve Nicômaco, seu único filho. Aristóteles aprendeu muito com o mestre Platão, mas foi também seu maior crítico. O filósofo não acreditava na teoria do mundo das ideias apresentada no Mito da Caverna. Para ele, o mundo real, a natureza, não tem nada de ilusório. Aristóteles acreditava que



REFLEXÕES XXVIII

a verdade está neste mundo e não em um universo paralelo, como acreditava Platão. Aristóteles dizia que eram os homens que formulavam os conceitos a respeito das coisas para poder reconhecê-las. Veja o exemplo de uma cadeira. Depois de observar centenas de cadeiras, nós mesmos poderíamos definir o que era o conceito de cadeira e, desta forma, reconheceríamos um exemplar quando nos deparássemos com uma. E a cadeira na qual estamos sentados agora não é apenas um simulacro de uma cadeira verdadeira existente no mundo das ideias, como Platão diria. O pupilo também não acreditava na dialética como um método seguro de conhecimento. Para Aristóteles, debater ideias é bom para a política e a retórica, mas não é indicada para a filosofia ou para a ciência. Assim, ele fundou a lógica, que definiu como um instrumento seguro para conhecer o mundo.

Aristóteles tratou de absolutamente todos os temas da sua época com uma profundidade revolucionária. As contribuições aristotélicas na metafísica, retórica, ética, filosofia política, além da matemática, da física e da zoologia, são ainda hoje citadas em faculdades mundo afora. Um dos seus principais legados foi no campo da lógica, onde sistematizou o estudo propondo uma abordagem semântica, ou seja, analisando como duas premissas podem formar uma conclusão verdadeiramente indiscutível.

Apenas a medicina passou ao largo da erudição aristotélica, mas até para isso o gênio tinha uma resposta: ele se focava em áreas que tinham déficit de conhecimento, o que julgou não ser o caso da medicina. Além das contribuições à ciência, é de Aristóteles uma das ideias mais originais sobre felicidade. Desde Sócrates, os filósofos vinham se perguntando como, afinal, o ser humano deveria viver. Aristóteles acreditava que era preciso buscar a felicidade. Ele usava a palavra eudaimonia para explicar que felicidade era na verdade uma busca racional para se tornar um ser humano melhor, justo e bom. Mas ele também não era ingênuo e sabia que ser feliz dependia de alguma forma dos bens materiais, já

que eles facilitam a prática de ações nobres.

Sêneca

Sêneca era membro do estoicismo, escola que surgiu após a morte de Aristóteles com Zenão de Cítio. O estoicismo pregava o foco nas coisas que podemos mudar, e mais nada. Para os estoicos, por exemplo, o envelhecimento e a brevidade da vida eram inevitáveis. A única coisa que poderíamos fazer, portanto, seria aceitá-los. Sêneca nasceu em Córdoba, na Espanha, e viveu a maior parte da vida em Roma. Era conselheiro íntimo de Nero, mas não demorou para que o imperador acusasse o filósofo de traição. Nero ordenou que Sêneca se suicidasse. Como bom estoico, o filósofo não contestou a sentença absurda. Estava colocando em prática o princípio da ataraxia, um dos mais famosos conceitos da escola, que significa ausência de inquietação. A morte injusta era uma forma de provar que a única felicidade possível está na ausência do seu oposto: a dor.



Era medieval

Quando criança, Alexandre, o Grande, o maior conquistador do mundo antigo, teve Aristóteles como tutor. Dos 13 aos 16 anos, o futuro rei da Macedônia recebeu aulas de lógica, medicina, moral e arte, entre outros temas, do mestre da filosofia.

Em 323 a.C., Alexandre morreu aos 32 anos, e sua despedida marcou o fim do domínio cultural, político e filosófico da Grécia no mundo antigo. Sem o líder unificador, as cidades-Estado gregas, que antes cooperavam, voltaram a ser inimigas. A morte do general, que levou o domínio grego e os ensinamentos do tutor até onde se situa o Paquistão, enterrou também o legado de Platão e Aristóteles. Nos dois séculos seguintes, o Império Romano ascendeu, e os romanos não tinham tanto apreço pela filosofia grega. O que de fato

REFLEXÕES XXVIII

cultivaram dos helênicos foi o estoicismo, que pregava uma conduta virtuosa e obediente às leis.

A influência da cultura romana no mundo foi forte o suficiente para deixar os pensadores gregos no esquecimento por alguns séculos. Em 313 d.C., o cristianismo ganhou força com o Edito de Milão, que decretou a liberdade religiosa em Roma. Dois séculos depois, com a queda do Império Romano começou a era de total domínio da Igreja na Europa Ocidental, período que durou quase mil anos. A abordagem grega de filosofia como uma reflexão exclusivamente racional, independente dos credos, sumiu. Durante toda a Idade Média, os pensadores se concentram em temas religiosos, uma cruzada inaugurada por Santo Agostinho, o primeiro a fundir a doutrina cristã com abordagens da Grécia clássica. Esse esforço de unir a religião ao pensamento crítico foi a principal tarefa da escolástica, corrente que nasceu nos mosteiros e buscava uma justificação racional para a crença em Deus. A Igreja controlava o processo de conhecimento na época e criou as primeiras universidades.

Mas isso tudo ocorria no Ocidente. Na mesma época, no Oriente, especialmente nas regiões que haviam pertencido ao mais célebre aluno de Aristóteles, Alexandre, a cultura grega clássica, não por acaso, continuava viva. Pensadores árabes e persas como Al-Farabi, Averróis e Avicena incorporaram as ideias de Platão e Aristóteles, esquecidos na Europa medieval, à cultura islâmica do século VII em diante. O mais curioso é que foi preciso a expansão muçulmana na Ásia, África e Espanha para levar os esquecidos filósofos gregos de volta ao Ocidente.

Por meio de fontes islâmicas, pensadores cristãos começaram a dar mais atenção às obras aristotélicas e platônicas e acharam pontos de compatibilidade entre o cristianismo e a filosofia clássica, que alcança seu ápice com Santo Anselmo, considerado o pai da escolástica, aquele que melhor encontrou um equilíbrio entre fé e razão.

Santo Agostinho

Nascido numa cidade pertencente ao que hoje é a Argélia, na época parte do Império Romano, Agostinho teve uma vida de esbanjamento e luxúria até os 32 anos. Embora admirasse os ermitões que iam estudar as leis de Deus, ele só foi se converter no ano de 386, quando lecionava em Milão. Influenciado por Ambrósio, bispo da cidade, o futuro santo teve uma revelação espiritual depois de ler um relato da vida de Santo Antão do Deserto. Antão era filho de ricos proprietários de terras e, como Agostinho, vivera seus primeiros anos de modo confortável e perdulário, mas, quando perdeu seus pais, decidiu doar tudo aos pobres e foi peregrinar pelo deserto, a exemplo de Jesus Cristo. Agostinho ficou tão tocado pela história que decidiu entrar para a Igreja e regressar à África, onde foi ordenado padre pouco depois.



Na filosofia, ele recuperou os pensamentos de Platão para conceber a ideia de um Deus que pertencia a uma realidade perfeita, atemporal e imaterial. Se hoje essa interpretação parece um tanto óbvia, certamente não era na época: o cristianismo era uma religião nova, que concorria com outras fés e ainda não havia firmado as bases de sua doutrina, incluindo uma interpretação sobre Deus. Antes de se filiar à Igreja, Agostinho foi seguidor da religião maniqueísta, que via o bem e o mal como as duas forças que regiam o Universo. Influenciado por seu passado, tentou explicar a existência do mal em um mundo regido por um Deus bom e onipresente. Até então, a Igreja via o homem quase como uma marionete de Deus, o que não explicava por que optamos por coisas erradas se estamos destinados a fazer tudo o que Ele quer. Agostinho inovou ao propor que Deus foi bondoso ao dar ao homem a escolha entre o bem e o mal. Assim, os homens bons podem se separar dos outros e merecer a felicidade eterna.

Agostinho morreu em 430, quando Hipona estava sitiada

pelos vândalos, uma tribo em constante luta contra o poderio de Roma. Eles conseguiram cruzar as muralhas após seu falecimento e incendiaram quase tudo –, mas a catedral e a biblioteca deixadas por Agostinho ficaram intactas.

Al-Farabi

Pouco se sabe sobre a vida de Al-Farabi que, embora tenha escrito muito, abusou da modéstia ao fugir do registro da própria biografia. Um dos fundadores do movimento filosófico muçulmano na Idade Média, ele seria chamado por seus contemporâneos de o Segundo Professor – uma espécie de herdeiro de Aristóteles, que seria o primeiro. Al-Farabi marcou um novo passo na filosofia de seu tempo precisamente por ter recuperado as obras dos gregos clássicos, discutindo tanto os textos aristotélicos quanto os de Platão, que haviam caído no esquecimento na Europa medieval. Os numerosos escritos de Al-Farabi também deixaram um legado semântico que curiosamente resistiu na língua portuguesa: de seu nome deriva o termo “alfarrábio”, usado para designar um livro antigo.



Avicena

Dedicado à lógica e à medicina, assessorou muitos príncipes persas, tanto para curar doenças quanto para dar conselhos. Embora se considerasse seguidor de Aristóteles, afastou-se dele a respeito da ideia aristotélica de que mente e corpo compõem uma coisa só. Avicena promoveu o pensamento dualista – a ideia recorrente de que a mente, ou alma, seria distinta do corpo. Ou seja, a alma permanece mesmo quando o corpo morre, algo que tentou explicar na parábola do “homem voador”: se eu ficasse flutuando sem tocar nem ver coisa



REFLEXÕES XXVIII

alguma, poderia não saber que tenho um corpo, mas ainda assim saberia que existo. Quase 600 anos depois, Descartes recuperaria a ideia de que nossa existência é garantida pela consciência – ou, para o francês: “Penso, logo existo”.

Averróis

Como Avicena, buscou formas de conciliar o Islã com a obra de Aristóteles, cujos pensamentos eram considerados hereges no mundo muçulmano. Natural do califado Almóada, onde hoje está a Espanha, Averróis tinha entre seus leitores o próprio califa, Abu Ya'qub Yusuf. Com

as costas quentes, o filósofo conseguiu relativa proteção para formular suas ideias. Para ele, o Alcorão só deveria ser lido de maneira literal pelos homens incultos –; a elite esclarecida precisava entender que o livro sagrado não passava de uma versão poética da realidade. As ideias de Averróis levavam à conclusão de que as indagações filosóficas e a religião podiam caminhar juntas: se a leitura mais óbvia de um trecho do Alcorão entrasse em conflito com a leitura culta (feita em geral pelos filósofos), aquele preceito não deveria ser seguido ao pé da letra, mas interpretado como uma mera parábola.

Santo Anselmo

Anselmo nasceu em berço nobre: seus pais ostentavam parentesco com a nobre dinastia da Casa de Savoia, que oito séculos mais tarde lideraria a unificação da Itália e reinaria sobre o país até o fim oficial da monarquia, em 1946. Apesar dos antecedentes, ele optou pela vida religiosa. Desde que

entrou num mosteiro, aos 20 anos, subiu vários degraus na Igreja: foi monge, prior e abade. Em 1093, já vivendo na Inglaterra, tornou-se arcebispo da Cantuária.



Seus trabalhos filosóficos buscavam comprovar a existência de Deus por meio de um debate racional. Anselmo estabeleceu o que Immanuel Kant chamaria de “prova ontológica” seis séculos mais tarde: um diálogo imaginário com alguém que negasse Deus, usando da lógica até o ponto em que não houvesse alternativas a não ser aceitar Sua existência. Para Anselmo, era óbvio que existe em nossa mente “um ser do qual não é possível conceber nada maior”. Se Deus existe, Ele é esse ser. Mas, para Anselmo, algo presente apenas em pensamento é menor do que algo que vive na realidade. O filósofo então argumentou: se não pode haver algo maior do que Deus, e Ele está em pensamento, também precisa existir na realidade. Finalmente, a razão comprovava a existência de Deus — pelo menos para o filósofo.

Anselmo seria criticado nos séculos seguintes, e os questionamentos costumavam partir da interrogação básica: qual a garantia de que uma coisa real é de fato maior do que algo que existe só em pensamento? A maior importância de seu pensamento foi ter buscado um equilíbrio entre fé e razão. Embora outros pensadores tenham feito isso antes, como Santo Agostinho, Anselmo costuma ser chamado de “pai da escolástica” pela importância da razão em sua doutrina. Para ele, a fé começa quando a razão termina. No que diz respeito à Igreja, as contribuições de Anselmo foram logo reconhecidas: sua canonização ocorreu poucas décadas após sua morte. Ganhou o título de santo por volta de 1163.

Pedro Abelardo

Em 1115, reconhecido como um filósofo arrojado de Paris, Abelardo era admirado por alunos que vinham do exterior para aprender com ele. Foi aí que conheceu Heloísa, e a história de amor entre eles acabou mais famosa do que seus postulados. Sobrinha de um cônego da Catedral de Notre-Dame, onde Abelardo lecionava, ela encantou o pensador com sua



REFLEXÕES XXVIII

beleza e erudição. Os dois começaram um romance secreto que terminou trágico: Heloísa engravidou e seus parentes juraram vingança. Em uma noite, arrombaram a casa de Abelardo e castraram o filósofo conquistador. Desiludidos, ela virou freira, e ele, monge beneditino. Pouco se sabe sobre o destino do filho do casal, Astrolábio.

A filosofia de Abelardo buscou problematizar os “universais”, isto é, tudo o que podemos agrupar sob uma mesma palavra. Para ele, os universais são apenas conceitos que derivam e guardam semelhança com as coisas. Ao contrário de Platão, ele dizia que um termo como “carvalho” pouco tem a dizer sobre cada árvore desse tipo que existe na realidade. Também contribuiu para aprimorar o método escolástico, um passo essencial para os teólogos que viriam a seguir.

São Tomás De Aquino

Tomás de Aquino já havia investido nove anos de sua vida escrevendo a *Suma Teológica*, um total de 512 questionamentos filosóficos, quando algo estranho aconteceu. Ele foi visto levitando diante de um crucifixo em seu convento de Nápoles. Em meio a uma oração, o próprio Cristo teria começado a falar com ele. Tomás nunca chegou a escrever sobre a experiência mística — nem escreveu mais coisa alguma. A suposta aparição fez o religioso considerar “uma ninharia” tudo o que fizera até ali, desistindo de formular novas perguntas. Ele viria a falecer apenas três meses depois, aos 49 anos. O futuro santo havia tentado conciliar sua fé com o raciocínio de Aristóteles para entender a origem do Universo — enquanto o grego afirmava que o Universo sempre existiu, a Bíblia dizia que Deus o havia criado. Para Aquino, a ideia aristotélica de o Universo não ter um início definido não impedia o Cosmos de ter sido feito por Deus. Em Seu infinito poder, Ele teria condições de criar um Universo eterno. O pensamento tomista sofreu altos e baixos até ser recuperado



REFLEXÕES XXVIII

em 1879 pelo papa Leão XIII, que o considerou uma das bases da filosofia cristã.

Duns Scotus

Duns Scotus tem biografia rodeada de dúvidas. Os mistérios incluem sua morte: ele teria sido enterrado vivo, após entrar em coma por consequência de um derrame. Frei franciscano, nunca reuniu seus escritos em uma obra única, o que fez muitos deles se perderem. Destacou-se por sua oposição a Tomás de Aquino, que defendia que as qualidades dos homens eram meras analogias das qualidades de Deus — a bondade humana, por exemplo, não poderia ser idêntica à divina. Scotus dizia que os atributos têm o mesmo significado, diferenciando-se apenas em grau. A bondade de Deus é infinitamente maior, mas ainda é a mesma bondade.



Pensador ou santo?

Na Idade Média, filosofar com qualidade elevou muitos pensadores à categoria de santo. Mas os devotos de Duns Scotus ainda lutam para comprovar supostos milagres e vê-lo ao lado dos seus pares filósofos no topo da fé cristã. Seu processo de canonização atravessa sete séculos e é um dos mais longos da história: a beatificação, o terceiro dos quatro passos para ascender à condição de santo, veio somente em 1993, por obra de João Paulo II.

Renascimento

O Renascimento não é precisamente um período histórico, mas a síntese de um espírito novo que surgiu na Itália. Na filosofia, o movimento foi inaugurado por Dante, com a sua Divina Comédia, no início do século XIV, mas foi a partir dos séculos XV e XVI que os pensadores ampliaram a faxina para varrer a poeira medieval. Os renascentistas eram bons marqueteiros: usavam os termos “renovar”, “restituir a uma

REFLEXÕES XXVIII

nova vida”, “fazer reviver” para marcar uma oposição clara à cultura da Idade Média, que julgavam um período de barbárie e escuridão. A história fez questão de acabar com essa propaganda enganosa — a Idade Média não foi só horror. O nome Renascimento, enfim, colocou, mas o período marcou, na verdade, o parto de uma outra cultura, que colocou o homem e suas inquietações — e não mais o Deus dos medievais — de volta ao centro do mundo. Não por acaso, a fase também é chamada de humanismo. Nascia uma filosofia inteiramente secular, separada da Igreja.

Os renascentistas beberam na mesma fonte dos medievais, na filosofia grega. Platão e Aristóteles — sempre eles — foram a inspiração dos ideais antropocentristas. Platão foi amplamente recuperado na Itália renascentista que dominou o mundo cultural da época — a imprensa de Gutenberg se encarregou de espalhar as ideias renascentistas para o resto da Europa. Os humanistas colocaram em prática o uso da razão e da evidência empírica na investigação do mundo. Mas a coisa não era tão pé no chão assim. Uma das correntes do pensamento da época, o neoplatonismo, explorava a ideia de que o homem era parte da natureza e podia agir sobre ela por meio da magia e da astrologia. Outra corrente, mais realista, iniciou a defesa dos ideais republicanos contra o poderoso Império Germânico e contra os papas. O florentino Nicolau Maquiavel é seu primeiro representante. A liberdade política da antiga Grécia era exaltada como exemplo de participação social. A indignação contra o *status quo* levou a mudanças profundas e marcou a Reforma Protestante, que teve como resposta a Contrarreforma e a Inquisição.

Os pensadores renascentistas escreviam bem à beça. As obras mais famosas da época são hoje mais conhecidas como peças literárias do que como tratados filosóficos. O Elogio à Loucura, de Erasmo de Roterdã, por exemplo, é considerado uma das sátiras mais brilhantes da literatura mundial. Montaigne, autor de Ensaios, é tido como o inventor do gênero. Apesar do entusiasmo marcado pelas grandes

aventuras marítimas da época e pelo pulsante comércio que entupia a Europa de novidades vindas do Oriente e da América, sem esquecer da efervescência das artes, com Da Vinci, Botticelli e Michelangelo botando para quebrar, as obras mais famosas do campo filosófico são céticas e pessimistas. Para Maquiavel e Montaigne, por exemplo, não havia muita saída para a corrupção na política — uma interpretação tremendamente atual, diga-se.

Dante Alighieri

Dante é mais conhecido por sua obra poética do que por suas teorias filosóficas — um traço comum entre os pensadores renascentistas. O poeta-filósofo viveu entre a transição da Idade Média e do Renascimento, ou seja, um limbo entre a religiosidade extrema e o início do humanismo secular. Sua obra principal, *A Divina Comédia*, marca o início do movimento renascentista, que reuniu na Itália uma concentração inédita de artistas, intelectuais, filósofos e cientistas. A repercussão da *Divina Comédia* foi tão acachapante que ajudou a consolidar o dialeto de Florença como a base da língua italiana.

A obra narra uma viagem imaginária e póstuma de Dante. Do começo, quando se encontra em uma “selva negra”, Dante é guiado pelo pagão Virgílio e depois por Beatriz, sua musa, que o leva ao paraíso. No livro, o autor visita o céu, o inferno e o purgatório, encontrando personagens históricos pelo caminho. Apesar da temática religiosa, *A Divina Comédia* faz uma crítica à Igreja. O autor condena pontífices às trevas por considerar sua conduta imoral, uma das críticas que geraram revolta nos altos escalões eclesiásticos. Depois da morte de Dante, seus restos mortais foram procurados para que pudessem queimá-lo como herege — ainda que depois de morto. Mas a importância do livro resistiu aos ataques e até hoje é usada por padres como referência teórica. A obra se



chamava originalmente apenas Comédia. O adjetivo foi incorporado por Giovanni Boccaccio, um poeta e crítico literário italiano do século XIV, especializado na obra do filósofo.

Dante também ocupou cargos importantes no governo florentino, o que lhe rendeu inimizades políticas. Exilou-se em Ravena, após a vitória dos seus inimigos, apoiados pelo papa Bonifácio VII. Escreveu *Monarquia*, obra menos conhecida, em que defendia a separação entre funções do Império e da Igreja. Para Dante, o imperador teria poder executivo, e o papa atuaria como mestre espiritual. E os dois precisam se respeitar.

Nas horas vagas, era um romântico incurável. Era membro do grupo secreto “Os fiéis do amor”: trovadores líricos que idealizavam a figura feminina.

Thomas More

Formado em Direito por Oxford, Thomas More teve uma carreira de sucesso como braço direito de Henrique VIII. Mas, apesar de viver entre a nobreza, escreveu uma obra-prima protossocialista. Seu livro mais famoso, *Utopia*, narra a vida em uma ilha imaginária onde as pessoas trabalhavam pouco e tudo era compartilhado. Fez ataques à monarquia, que garantia seu ganha-pão. Inspirou-se na República, de Platão, e tornou a palavra “utopia” (um lugar ou situação ideal, mas de difícil realização) parte da linguagem comum. Curiosamente, as críticas contra o patrão em *Utopia* não lhe causaram problemas.

Ele só se indispôs com o chefe monarca quando Henrique VIII se voltou contra a Igreja Católica e fundou sua própria doutrina, o Anglicanismo. Sua recusa em aceitar a manobra do rei lhe rendeu uma condenação à morte, na Torre de Londres, em 1535. Quatrocentos anos depois, em 1935, ele foi



canonizado por ter pagado com a própria vida pela fidelidade ao catolicismo. O pensador era muito amigo de Erasmo de Roterdã, que dedicou ao camarada a sua obra mais conhecida, o Elogio da Loucura. More foi uma espécie de discípulo de Erasmo, apesar do amigo ter sido um duro crítico do cristianismo.

Erasmus De Roterdã

Um monge que criticou a doutrina da Igreja, detestava morar no convento e acreditava que o mundo material não era tão ruim assim. Esse era o filósofo e escritor holandês Erasmo de Roterdã. Filho bastardo de um padre, Erasmo também se formou em teologia, mas defendia uma educação longe dos clérigos. Louco? Talvez. Mas ele próprio dizia que a loucura era uma das virtudes que garantiram a felicidade. Erasmo via na loucura uma parte essencial do homem, o atributo que pode nos trazer as alegrias mais sinceras. Como bom discípulo do desvario, ele criou em sete dias sua obra mais célebre, Elogio da Loucura, onde a própria insanidade é a narradora da história.



No livro, dirigiu críticas mordazes a doutrinas e valores hipócritas da Igreja, que já não se mostrava tão santa assim. Foi um dos primeiros autores a enfrentar os dogmas que guiavam o poder medieval, propondo uma educação livre do controle religioso. Fora da Itália, o teólogo era considerado um dos grandes líderes do pensamento humanista, movimento que pregava o homem como dono de sua própria vida. As ideias renascentistas de Erasmo inspiraram Lutero na Reforma Protestante. Porém, o monge holandês não se juntou ao movimento. Guiado por um espírito independente, preferia não se filiar a nenhum extremo. Para externar sua posição, criou o sermão Sobre o Livre Arbítrio, indo contra uma das ideias centrais de Lutero. Para Erasmo, apesar de o homem ter o poder de fazer suas escolhas livremente, ele nunca

encontraria a salvação sem a graça divina. Ele defendia um retorno às crenças sinceras, um contato com Deus sem intermédio de missas, padres ou confesionários.

Maquiavel

Maquiavel escreveu *O Príncipe*, uma obra-prima da política, mas não se deu bem na vida pública. Depois de 14 anos trabalhando como secretário na Segunda Chancelaria de Florença, perdeu seu cargo quando a família Médici, sua inimiga, voltou ao poder em 1512. Foi exonerado e exilado em sua fazenda. Acabou a vida longe da política.



No livro, cujas fortes ideias forjaram o adjetivo “maquiavélico” para definir um indivíduo que busca o poder sem escrúpulos, o historiador e poeta resolveu romper com a tradição idealista, que remonta a Platão, e mostrar como as coisas funcionam na prática. Inspirou-se em César Bórgia, que passou pela política, Igreja e Exército sempre com perfil pragmático. Para Maquiavel, o líder ideal deveria ser perspicaz como a raposa e feroz como o leão. Ele poderia fazer inimigos e promover punições mais duras desde que estivesse em busca de um bem maior. Mas o líder defendido por Maquiavel não podia ser um louco desvairado: tinha de agir com sabedoria. O autor nunca pregou planos diabólicos, como assassinatos políticos, ou artimanhas que lhe classificariam como maquiavélico. Foram os leitores que interpretaram a receita de Maquiavel como uma espécie de passe livre para a maldade. A clássica frase “Os fins justificam os meios” resume bem sua ideia, mas não foi escrita pelo autor — é um dito popular.

Montaigne

Cético, este filósofo do século XVI acreditava que a verdade é inacessível e



REFLEXÕES XXVIII

flutuante. Sua obra-prima, *Ensaio*, foi escrita quando a Renascença estava na sua última fase, e o otimismo já não era mais o mesmo. Por isso, sua produção era repleta de desconfiança sobre tudo, e o livro foi tão influente no meio literário que acabou fundando um gênero: o ensaio.

Montaigne falava de canibais, religião e amor, mas unia temas aleatórios com fluência e reflexões sobre o homem. Nas passagens sobre educação, por exemplo, era contra a decoreba. Criticou o exibicionismo intelectual e defendia que alunos soubessem articular os conhecimentos e tirar suas próprias conclusões. Dizia que não devíamos dar bola para a opinião dos outros e que a busca pela fama corrompe o ser humano, pensamento que ia na contramão da cultura da época. Montaigne era um *playboy* do século XVI. Foi alfabetizado em latim, graduou-se em Direito e jogava dinheiro pela janela. Apesar do apreço pela vida louca, chegou a ser prefeito de Bordeaux por duas vezes, entre 1580 e 1590. Teve vários *affairs*, mas não se envolveu seriamente com nenhuma mulher. Seu único amor foi La Boiétie, seu melhor amigo, com quem teve uma “divina ligação”, compartilhada “até o fundo das entranhas”, em suas próprias palavras. Foi a morte prematura do companheiro que o deprimiu e o levou a escrever seus ensaios.

Giordano Bruno

Abriu um novo horizonte de liberdade e evolução científica, mas foi perseguido pela Inquisição e acabou na fogueira. O pensador acreditava que o mundo era um grande animal, onde todas as coisas (todas mesmo) possuem alma. Teólogo, filósofo e escritor, Bruno também era astrônomo. Inspirado por Copérnico, defendeu a infinitude do Universo e lançou a possibilidade de que todas as estrelas poderiam ter seu próprio sistema solar — hipótese que só seria comprovada no século XXI. A ideia batia de frente com a crença cristã de



que os humanos são criações únicas, feitas à imagem do Criador. Para sublinhar seu nome na lista negra da Igreja, Bruno retomou conceitos pagãos, afirmando que Deus faz parte do Universo, presente em todos os cantos, e não uma entidade com cadeira cativa num único lugar. Para ele, a energia presente em todas as coisas não se perde após a morte, mas se transforma.

Campanella

Foi o filósofo que encerrou o período renascentista. Em sua obra mais famosa, *A Cidade do Sol*, escreveu sobre uma sociedade comunitária, onde todo o conhecimento era compartilhado e não existia nem propriedade privada nem família. Campanella acreditava que as novas gerações poderiam ser melhoradas por cruzamentos. Por isso, a procriação era planejada. Gordos deveriam procriar com mulheres magras em busca de um equilíbrio. Campanella fundamentou sua obra aliando as leis naturais e a fé cristã. Para ele, o mundo é um grande organismo, onde tudo é vivo e sensível.



Era moderna

Depois de o Renascimento ter abalado o monopólio da Igreja sobre o pensamento, cultura e política europeia, o século XVII marca a vitória definitiva da razão e da ciência sobre a religião — um movimento batizado de Iluminismo. A Europa, que antes era um continente unificado pelo poder eclesiástico, divide-se em nações poderosas. Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal e Holanda consolidam seu poderio econômico com colônias ao redor do mundo e, em cada país, surge uma próspera classe média urbana.

Aos filósofos modernos coube a iniciativa de integrar o raciocínio filosófico com o científico, em alta depois que as grandes navegações — e os grandes lucros provenientes do comércio com as Índias — comprovaram noções negadas pelo

poder eclesiástico, como o fato de a Terra ser redonda. Os britânicos Thomas Hobbes e Francis Bacon foram pioneiros nessa fase, que inaugura o período conhecido como a Idade da Razão. Não por acaso, vários desses filósofos são matemáticos de formação, como René Descartes, tido como o fundador do pensamento moderno. Para ele, o raciocínio matemático é o melhor modelo para conhecer o mundo. A pergunta “o que posso conhecer?” marcou a crença de que a sabedoria vem da razão, pensamento que dominaria o continente europeu no século seguinte. Na Grã-Bretanha, porém, uma tradição filosófica bem diferente ganhou corpo. Inspirado em Francis Bacon, John Locke chegou à conclusão de que não é a razão, mas a experiência, a fonte de conhecimento sobre o mundo.

Apesar da divisão entre o racionalismo continental e o empirismo britânico, havia algo em comum: a importância do ser humano, um ser dotado de razão e capaz de experimentar o mundo. Questões como a natureza do Universo, que até então dominavam o pensamento, saíram da filosofia e entraram para a ciência, a cargo de figuras como Isaac Newton. À filosofia, restaram perguntas de ordem epistemológica, existencial e política: “como podemos conhecer o que conhecemos?”, “qual é a essência do eu?” e “o que ocorrerá no mundo se a monarquia cair?”. Dúvidas que lançaram bases para um sério questionamento sobre o *status quo* e para a consolidação do ideal democrático nascente. A grande mudança intelectual dos modernos foi considerar as coisas externas (a natureza, a política, etc.) como representações ou conceitos. Isto é, tudo o que pode ser conhecido deve ser transformado pelo homem em um conceito distinto e demonstrável, permitindo ao homem interpretá-lo a seu bel prazer. Na convicção moderna, a razão governa emoções, vontades e define o melhor sistema político. Mas toda essa certeza chega ao fim com Immanuel Kant, que dá uma guinada no pensamento filosófico. Com a *Crítica da Razão Pura*, Kant coloca um freio no afã racionalista ao demonstrar como e por que nossa racionalidade não é absoluta (ou não pode responder a tudo).

Descartes

Aos 24 anos de idade, René Descartes se alistou no Exército holandês, passando a integrar as tropas de Maurício de Nassau. Não seria sua única experiência bélica: o jovem que depois ficaria famoso por seu legado à matemática e à filosofia ainda pegou em armas pelas legiões da Bavária, e chegou a participar de uma batalha nos arredores de Praga, em 1620, durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). O gênio nascido na França enveredou para a carreira militar tentando provar a si mesmo que não tinha os pulmões fracos. Quando veio ao mundo, os médicos garantiram que seus dias estavam contados: a mãe morreu de tuberculose pouco após o parto, e o pequeno René dificilmente teria um destino muito diferente. Mas seu pai, Joachim, contratou uma ama de leite e garantiu que o filho passasse os primeiros anos em casa, longe do contato com outras crianças — e, principalmente, suas doenças.



Deu certo. Descartes chegou à idade adulta e pôde até virar soldado, mas não tinha jeito para a trincheira. Introspectivo e com gosto pela leitura, logo conseguiu ser dispensado para se dedicar em tempo integral àquilo que já vinha fazendo nas horas vagas — desenvolver ideias revolucionárias, que reuniria mais tarde no *Discurso do Método*, sua obra-prima que trata da prática científica, do pensamento humano e até mesmo de Deus, entre outras questões. Descartes ganhou fama por criar e emprestar o nome ao sistema de coordenadas cartesiano, que abriu caminho para o surgimento da geometria analítica — e dos pesadelos de muitos estudantes do ensino médio pelo mundo afora. Longe dos números, fundou o pensamento racionalista, influenciando gerações de estudiosos e ganhando a alcunha de pai da filosofia moderna.

Conforme a doutrina cartesiana, é a razão, e não a experiência empírica, que deve ser a fonte do conhecimento — assim, nós

entendemos o que é real e o que não é por meio da dedução, e não dos cinco sentidos. Com a conhecida frase “penso, logo existo”, Descartes resumiu o conceito de que nossa própria existência seria comprovada pelo fato de que podemos duvidar e pensar a respeito dela. Por extensão, ele concluía que a existência de Deus podia ser comprovada pelo método racionalista: o simples fato de podermos ter a ideia de perfeição e de infinito, sendo imperfeitos e finitos, garantiria a verdade dessa ideia. E, se Deus existe, também existe o mundo sustentado por Ele.

Por ironia, os dias do filósofo francês foram abreviados justamente por conta de seus pulmões — quando ele acreditava já estar a salvo do problema. Em setembro de 1649, Descartes foi convidado a lecionar para a rainha Cristina, da Suécia, numa maratona de aulas que começavam às cinco da manhã. Abatido pelo congelante inverno escandinavo, o pensador contraiu uma pneumonia e faleceu apenas seis meses depois.

Espinoza

“Maldito ele seja de dia e maldito seja de noite. Maldito seja quando se deita e maldito seja ele quando se levantar. Maldito seja quando sair, e maldito seja quando regressa”. Com essas palavras iradas e algumas outras a mais, a Sinagoga de Amsterdã anunciou para quem quisesse ler a condenação do “herege” Baruch de Espinoza, em 27 de julho de 1656.



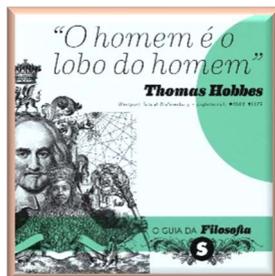
Ser expulso da religião não foi sequer o maior problema de Espinoza por aqueles dias. Envergonhados com a situação, seus parentes o deserdaram e o impediram de tomar parte nos negócios da família. O filósofo havia questionado a forma como víamos Deus e subitamente se viu sem o amparo da comunidade judaica e de seu lar. Para se sustentar, teve de arranjar emprego como lustrador de lentes, um trabalho que

garantiu a renda, mas acabou debilitando sua saúde: Espinosa morreria aos 44 anos, provavelmente de uma silicose causada pelo pó de vidro que respirou em duas décadas de serviço. Não que tenham faltado oportunidades para tentar outra carreira. À Holanda vivia uma efervescência econômica, e Espinosa sempre esteve cercado por contatos influentes. Recebeu até mesmo um convite para lecionar na prestigiada Universidade de Heidelberg, mas se viu forçado a recusá-lo por conta da orientação para que não ensinasse teorias contrárias à religião.

De onde vinha tanta convicção? Muitos tacharam Espinosa de ateu, e seus textos chegaram a entrar no famigerado Index, a lista de livros proibidos para católicos. O filósofo não negava a existência de Deus, mas O enxergava como uma figura muito mais impessoal. Para Espinosa, Deus e a Natureza eram dois nomes para a mesma “substância” que fazia o Universo, e a vontade divina se manifestava nas leis naturais. Um conceito inovador que, de certa forma, obrigava a buscar explicações racionais para tudo, negando milagres, por exemplo. Em seu *Tratado Teológico-Político*, publicado em 1665 (sem assinatura, por medo de represálias), o filósofo dizia que o supersticioso era alguém incapaz de compreender essas leis do Universo – e que precisava criar explicações simples para aquilo que não conseguia entender. Seu exemplo fundamental: a ideia de um Deus raivoso, que precisava ser cultuado e agradado, não passaria de uma superstição. Espinosa defendia que essa imagem de Deus era conveniente para a Igreja, que podia prometer o perdão e, desta forma, ganhar poder. Ou seja, a superstição ajudaria a criar regimes autoritários baseados na religião. Esse pensamento virou uma bandeira cada vez mais forte nos séculos seguintes: a separação entre a Igreja e o Estado.

Thomas Hobbes

Hobbes viveu em tempos conturbados



para a coroa de seu país, e suas ideias tinham muito a ver com o clima de incertezas que marcou aquela época. Nascido prematuramente após sua mãe se assustar com a notícia de que a Armada Espanhola estava a ponto de invadir a Grã-Bretanha, o pensador seguiu tendo a vida influenciada pelos acontecimentos políticos. Ferrenho defensor do rei e com contatos na nobreza, chegaria a se exilar em Paris quando uma guerra civil balançou as ilhas britânicas entre 1642 e 1651.

Nessa época, o movimento liberal, que defendia a redução do poder da realeza, vinha ganhando cada vez mais força. Uma série de conflitos se desenhou no horizonte, culminando anos mais tarde na Revolução Gloriosa e na assinatura da Bill of Rights, que na prática encerrou o absolutismo inglês. Contrariando outros filósofos políticos e o anseio revolucionário, acreditava que o homem não possui uma disposição natural para a vida em sociedade: o autor de *Leviatã* sustentava que a natureza humana é regida pelo egoísmo e pela autopreservação.

Esse instinto abriria caminho para a violência contra o próximo, ao mesmo tempo em que nos obrigaria a buscar uma “paz” comum que nos dê segurança, representada pelo contrato social. Hobbes era pessimista quanto à capacidade de mantermos essa paz sem uma liderança forte e centralizadora. Além do mais, temia que o excesso de opiniões divergentes pudesse atrapalhar a sociedade. Para ele, sempre haveria quem tentasse provocar conflitos para tomar o poder para si, motivo pelo qual cada homem deveria submeter sua vontade a um déspota. É enganoso pensar que o fim do absolutismo tenha derrubado as ideias de Hobbes. Seu pensamento era inovador: o rei não devia seu poder a um desígnio divino, mas a uma necessidade social. Mesmo se opondo à ideia da democracia, Hobbes pregava a igualdade entre os homens, e o seu líder deveria ser um representante legítimo. Desse modo, o respeito ao déspota só deveria existir até o momento em que ele conseguisse assegurar a paz e a prosperidade almejadas por seu povo.

John Locke

Graças a uma infecção de fígado, o Ocidente ganhou um dos seus maiores filósofos políticos. Não no fígado dele mesmo, que fique claro: Locke era médico por formação e boa parte do que escreveu surgiu em conversas com um dos seus pacientes mais ilustres. Em 1666, Anthony Cooper, sofrendo de dores constantes, buscou ajuda em Oxford, onde se impressionou com o tratamento de Locke e o convenceu a se tornar seu médico particular. Ocorre que Cooper também era o Conde de Shaftesbury, um dos fundadores do Partido Whig, de tendência liberal, que buscava reduzir o poder da nobreza na Inglaterra.



As ideias do paciente só aprofundaram um gosto que Locke trazia do passado: o de refletir sobre o homem e a sociedade. Desde a escola, tinha demonstrado interesse em estudar os filósofos do seu tempo, preferindo Descartes aos gregos clássicos, e decidiu cada vez mais se aproximar da filosofia. Apesar de apreciar o pensamento cartesiano, Locke se tornaria um dos maiores símbolos da corrente oposta ao racionalismo descrito pelo francês. O pensador britânico foi um notável advogado do empirismo, criando a teoria da “tábula rasa”: o homem nasce como uma folha em branco, sem qualquer ideia inata, e seu conhecimento é definido apenas pelas experiências obtidas por meio dos sentidos. Mas foram seus escritos políticos os que tiveram maior aplicação prática. Seguindo o pensamento de Hobbes, ele apoiou o conceito de que havia um “contrato social” na base de cada Estado. Assim, o poder de um homem não podia derivar de Deus, como apregoavam os reis da época. Locke, porém, discordava de Hobbes quanto à necessidade de um líder absolutista para manter esse pacto social, acreditando que os poderes deveriam ser separados e limitados. Para ele, o Estado tinha a missão de proteger direitos fundamentais do homem, como a

vida, a propriedade e a liberdade. A autoridade do governo deveria ser conferida por seus governados, que teriam o direito de modificar seus representantes e até mesmo de derrubá-los caso seus direitos estivessem sendo violados.

Francis Bacon

A aspiração estava longe de ser modesta: Francis Bacon sonhava, simplesmente, com uma reforma completa da ciência e da filosofia que eram aceitas em seu tempo. Ao seu projeto de escrever um novo tratado sobre tudo o que ali estava, deu o poderoso título de Grande Instauração.



No entanto, Bacon tinha um problema sério: a falta de tempo para executar um plano tão grandioso. Sua ambição não era só intelectual, mas também política. Eleito deputado para o Parlamento Britânico com apenas 23 anos, o inglês se dedicou à política até pouco antes de morrer, acumulando cargos importantes sob o reinado de Jaime I. O pensador só se afastou da vida pública em 1621, quando já havia sido nomeado Grande Chanceler. Sua saída não foi voluntária — acusado de corrupção, foi expulso do Parlamento e perdeu todos os postos que havia conseguido até ali. Mesmo tendo escrito muito menos do que gostaria, Francis Bacon deixou um legado importante: sugerindo que devemos seguir um rigoroso método experimental para atingir o conhecimento, ele inaugurou a tradição empirista.

Bacon dizia que devemos avaliar as circunstâncias em que um fenômeno ocorre (ou não ocorre), detalhando seus casos particulares para relacionar um ao outro. Esse pensamento por “indução” levaria ao conhecimento que, para o filósofo, era o caminho para o homem passar a usar as forças da natureza a seu favor. Porque, no fim das contas, “saber é poder”.

Montesquieu

Charles-Louis Secondat podia ter ficado tranquilo em seu castelo, tomando o bom vinho da família e curtindo a herança deixada pelo tio. Com apenas 27 anos, o jurista era o líder dos Secondat, dono de uma verdadeira fortuna e de nobreza. Além de presidir a Câmara de Bordeaux, o jovem também passou a ser o Barão de Montesquieu, alcunha pela qual ficou mais conhecido.



Montesquieu, porém, já estava influenciado pelos ideais iluministas, que também acabaria ajudando a construir. Em pouco tempo, ganhou fama como um crítico voraz dos costumes da Coroa francesa e da Igreja. O pensador se tornou um admirador do sistema político da Inglaterra, país que àquela altura já havia tirado o poder do rei e transferido para o Parlamento. Com pitadas de ironia, os textos sarcásticos de Montesquieu seriam fundamentais para formar os conceitos da futura Revolução Francesa.

Em diversas viagens pela Europa, o filósofo havia chegado à conclusão de que os governos do continente costumavam se dividir entre repúblicas e monarquias — que podiam ser autoritárias ou não. Para ele, a forma mais eficaz de evitar que o poder fosse exercido por um tirano seria diluí-lo em três braços: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Essa proposta revolucionária se tornaria a organização básica da maioria das nações contemporâneas.

Leibniz

Quando você compartilha vídeos engraçadinhos de gatos ou destrói doces na tela do celular, provavelmente nem desconfia que tudo isso começou lá no século XVII. Falecido há quase 400 anos, Leibniz está por trás do



sistema numérico binário, que mais tarde seria convertido em *bytes* e usado na programação dos computadores que usamos hoje.

Assim como Descartes, Leibniz ficou famoso por seus estudos matemáticos, mas também contribuiu para o pensamento filosófico. Seu brilhantismo foi tão precoce que Leibniz chegou a ter um pedido de doutorado recusado, em 1666. Aos 20 anos, o pensador foi considerado “jovem demais” pela Universidade de Leipzig, mas não pela de Altdorf, para onde se mudou e conseguiu o título ainda naquele ano. O pensador costuma ser lembrado como um otimista. Segundo seus escritos, nosso mundo é o melhor entre os mundos possíveis, pois foi criado à semelhança de um organismo perfeito, Deus, que segue uma lógica racional. Em busca de uma “matemática divina” capaz de explicar tudo, Leibniz disse que Deus escolhe sempre os caminhos que permitam haver o máximo de bem no mundo. Seguindo a teleologia de Aristóteles, que procura analisar os propósitos de tudo o que acontece, Leibniz defendeu que Deus permite a existência do mal e do sofrimento como estágios para um bem superior – como a sensação de alívio após aquela fase particularmente difícil do viciante Candy Crush.

Explica o porquê?

O racionalista Leibniz formulou um princípio fundamental para o desenvolvimento da ciência que explica por que nunca paramos de buscar respostas para as questões existenciais. É chamado de o Princípio da Razão Suficiente, formulado pelo filósofo-matemático no século XVII:

1. Segundo o princípio, há explicação para tudo. Isto é, para cada verdade, deve haver sempre uma explicação de ela ser assim e não de outra forma. Por que existe alguma coisa em vez de nada? Fazemos instintivamente esse tipo de pergunta.
2. Em “Por que o Mundo Existe?”, o filósofo e jornalista Jim Holt usa o Princípio da Razão Suficiente para mostrar que, se

REFLEXÕES XXVIII

a premissa está certa, então deve haver uma explicação de por que o mundo existe — quer saibamos ou não.

3. Mesmo contestado, o Princípio de Leibniz é usado por nós o tempo todo, o que pode significar que buscar uma explicação para a origem das coisas e dos acontecimentos seja inerente à racionalidade humana.

Berkeley

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, muitos filósofos se dedicaram a discutir a fonte de nossos conhecimentos, criando duas correntes: o empirismo e o racionalismo. Enquanto os racionalistas asseguravam que já havia ideias inatas antes mesmo de qualquer experiência, os empiristas preferiam acreditar que todo o conhecimento vinha somente a partir daquilo que vemos, ouvimos, tocamos, provamos ou sentimos. Mas, para Berkeley, um bispo anglicano de um povoado irlandês, havia um problema a ser resolvido antes disso: os filósofos partiam da premissa de que aquilo que existe no mundo é composto por matéria. Berkeley passou a questionar se havia matéria, criando o “imaterialismo”, que levou o empirismo às últimas consequências: se a ideia que fazemos de um objeto depende dos cinco sentidos, dizia o filósofo, nada garante a existência daquilo que não podemos perceber. Apesar de submeter a existência da matéria ao fato de ser ou não percebida pelo homem, o bispo evitava entrar em conflito com a sua fé. Para ele, havia uma força superior definindo o que podemos ou não sentir: “quando abro meus olhos, não está em meu poder escolher o que eu quero ver ou não”, escreveu. “As ideias impressas em meus sentidos não são criadas por minha vontade. Assim, existe outra Vontade ou Espírito que as produz”.



David Hume

Nascido em Edimburgo, Hume ingressou na universidade local com apenas 12 anos e foi arrebatado pelos debates filosóficos de seu tempo. Na época, os grandes pensadores europeus se debruçavam sobre a origem do conhecimento humano. Hume sustentava que tudo o que sabemos vem das percepções ou das “ideias” (formadas a partir delas). O filósofo, porém, identificou um problema nessa divisão: nem todas as nossas ideias são justificadas por impressões que já tivemos. De onde elas vêm? Opositor ferrenho da escola racionalista, Hume negou a explicação de que essas ideias fossem inatas ao ser humano. Concluiu que parte dos nossos raciocínios se baseia em acontecimentos que nossa experiência define como “prováveis”. Por exemplo: dizer que um objeto cairá quando for solto no ar, que o sol vai nascer amanhã, ou que a chuva vai encharcar uma blusa no varal são previsões baseadas naquilo que já vivenciamos. Mesmo que ainda não tenhamos visto o próximo nascer do sol, podemos supor que ele acontecerá, pois foi o que aprendemos com as nossas experiências passadas. Embora não houvesse como ter certeza de que as leis da natureza seguiriam sempre as mesmas – e que a alvorada iria continuar vindo –, o hábito ainda deveria ser o melhor guia para a vida.



Thomas Reid

Thomas Reid mantinha uma respeitosa discordância em relação a David Hume. Um lia os textos do outro e ambos tinham sérias críticas ao modo de pensar do colega. Reid descendia de uma linhagem de reverendos presbiterianos e tornou-se um pastor marcado por suas pregações emotivas. Quando não estava no púlpito, tratava de justificar



REFLEXÕES XXVIII

filosoficamente aquilo que chamava de instintos “do vulgar” — isto é, do homem comum. Diferentemente de Hume, que se mantinha cético quanto às causas de determinados eventos e à nossa capacidade de interpretá-los sem uma experiência prévia, Reid advogava a favor do que denominou de “o senso comum”. Para ele, nossos instintos são inatos e pertencem à natureza humana, seguindo o modo como fomos construídos para nos preservarmos frente aos desafios do mundo: o senso comum seria o responsável por sabermos de antemão que não é saudável pular de abismos ou provocar animais selvagens, por exemplo. Reid dizia ser possível manter as crenças e as ações afastadas daquilo que o senso comum recomenda, mas isso significaria uma negação dos comportamentos naturais — e teria o custo de gerar uma série de conflitos tanto em nosso corpo quanto na mente.

Assim como pular de um abismo seria pouco recomendável, formular ideias contrárias aos conhecimentos naturais acabaria provocando frustração e sofrimento intelectual. Ironicamente, um episódio da história pessoal do colega Hume podia ser usado para fortalecer o argumento de Reid — de que contrariar esses comportamentos, mesmo em pensamento, realmente tinha um custo tão alto, Hume acabou sentindo na pele: enquanto formulava seus textos para desconstruir a ideia de conhecimento adquirido via senso comum, ele sofreu um colapso nervoso e levou quase cinco anos para se recuperar.

Voltaire

Corria o ano de 1717 e o reino da França estava sem seu monarca. O extravagante Luís XIV tinha morrido dois anos antes, e o trono ficara vago: seu neto, o futuro Luís XV, ainda era jovem demais para assumir e tinha de esperar a maioridade para ser coroado. O poder passou a ser exercido por um regente, e um ácido escritor parisiense



publicou alguns versos satirizando o governo provisório. Mas a arbitrariedade continuava: François-Marie Arouet acabou perseguido e preso na temida fortaleza da Bastilha. Quando recuperou a liberdade, Arouet já havia adotado o pseudônimo que logo ficaria famoso: Voltaire.

Os 11 meses passados na cadeia não foram perdidos. Voltaire dedicou as horas de tédio a trabalhar em *Édipo*, sua adaptação da obra de Sófocles que viraria um sucesso de crítica nos palcos de Paris. Foi o sinal de que a carreira de escritor e dramaturgo podia ir adiante, apesar do descontentamento que causava nas autoridades. Desde cedo, o pequeno François-Marie apostou na literatura. Escreveu mais de 2 mil livros e panfletos políticos. As opiniões fortes provocaram várias prisões e exílios: em 1726, parou outra vez na Bastilha após brigar com um nobre. Temendo ficar na prisão por tempo indefinido, propôs às autoridades um desterro na Inglaterra como pena alternativa. O período nas ilhas britânicas o colocou em contato com as ideias de John Locke. Voltaire já era um crítico dos reis arbitrários que governavam a França, e também da usura da Igreja. Agora, cada vez mais defenderia a liberdade de expressão, o direito a um julgamento justo e a tolerância religiosa — além da separação entre o governo e a Igreja.

Voltaire foi um dos impulsores do chamado “despotismo esclarecido”: sem se opor diretamente aos reis, sustentava que o monarca precisava se cercar de pensadores para governar segundo a razão. Enquanto esteve exilado, chegou a atuar como conselheiro de Frederico II, rei da Prússia. Retornou a Paris após duas décadas para a estreia do que viria a ser sua última peça. Morreu logo depois, mas suas ideias duraram o bastante para estar na linha de frente da Revolução Francesa, 11 anos mais tarde.

Jean-Jacques Rousseau

Jean-Jacques Rousseau entrou para a história por um caminho diferente daquele que tinha imaginado. Aos 29 anos

REFLEXÕES XXVIII

de idade, bateu às portas da Academia de Ciências de Paris disposto a ser reconhecido como um gênio: apresentou um inovador sistema de notação musical, que pretendia mudar para sempre a forma como as partituras eram escritas. A ideia naufragou quando os especialistas consideraram o método complicado demais.



O que poderia ter sido um revés definitivo acabou abrindo outra oportunidade: Rousseau impressionou Denis Diderot, um dos idealizadores da primeira Enciclopédia, que lhe encomendou alguns artigos sobre música para incluir na coleção. A amizade com os enciclopedistas despertaria em Rousseau o interesse pela filosofia, além de colocá-lo em contato com livros que moldaram seu pensamento, sobretudo de autores ingleses. Rousseau concorda com Hobbes e Locke quanto à existência de um “estado natural” para a humanidade, que teria evoluído para um estágio de civilização a partir do chamado “contrato social”. Mas, enquanto Hobbes escrevia que o homem é egoísta e selvagem, Rousseau defende o inverso: o homem é bom e livre por natureza, com virtudes inatas que são corrompidas pelas necessidades da vida em sociedade.

Essa ideia está explícita nas primeiras linhas de sua obra mais famosa, **Do Contrato Social**: “O homem nasceu livre, e por toda a parte está acorrentado. Aquele que julga ser senhor dos demais é, de todos, o maior escravo”. O afastamento do estado natural teria começado quando um homem decidiu tomar um pedaço de terra, criando a noção de propriedade privada. A partir daí a única maneira de manter o controle era por meio de leis, que restringiam a liberdade natural. Com ideais de uma república democrática, ele propôs a substituição do Estado mantido nas mãos de reis e da Igreja por um governo formado por cidadãos. Esse grupo de eleitos também seria responsável por elaborar as leis de acordo com a “vontade

geral”.

Os conceitos de Rousseau não entusiasmaram apenas os revolucionários franceses — no século seguinte, seus textos sobre injustiça, desigualdade e opressão seriam uma das principais influências do pensamento político de Karl Marx.

Immanuel Kant

Diferentemente dos grandes pensadores da sua época, forjados nas agitadas capitais europeias, Immanuel Kant jamais saiu de sua cidade natal. Sem nunca se casar ou ter filhos, ele cresceu, estudou e lecionou na próspera cidade portuária de Königsberg, então parte do reino germânico da Prússia (atual Kaliningrado, na Rússia). O ar cosmopolita conferido pelo porto ajudou Kant a não ficar isolado e, mesmo sem ter realizado viagens ao estrangeiro, suas ideias venceram mares e fronteiras, tornando-o famoso ainda em vida.



Kant se diferenciou dos filósofos anteriores por propor de forma convincente um modelo que combinasse o racionalismo e o empirismo, o conhecimento adquirido pela experiência. Em sua teoria do “idealismo transcendental”, ambos são necessários para compreender o mundo. O pensador argumentava que algo deve existir dentro do espaço e do tempo para ser percebido pelos sentidos. Ao mesmo tempo, ele diz que não seria possível estudar o espaço se antes disso já não houvesse um conhecimento prévio sobre ele. Tome esta revista como exemplo. Sem a “sensibilidade”, que é a capacidade de sentir as coisas e ter intuições ao longo da vida, você sequer saberia que existem objetos como revistas. Mas, sem o “entendimento”, que permite pensar sobre essas coisas e criar conceitos, você também não saberia que o que está tocando e vendo é — afinal — uma revista. O filósofo também se debruçou sobre como o homem deveria proceder em

relação aos seus semelhantes para obter a felicidade. Kant postulou o que chamou de “imperativo categórico”: a necessidade de agir de modo que a ação possa se tornar o princípio de uma lei válida para qualquer pessoa.

Hoje, estudiosos costumam dividir a filosofia em antes e depois de Kant — afinal, ele tornou obsoletos vários debates mantidos até ali pelos filósofos modernos. O pensador fez oposição frontal aos raciocínios produzidos somente pela razão, que não questionam se a razão tem capacidade para explicar certas questões. Para Kant, nossa racionalidade é limitada para pensar em Deus e nas “coisas em si”, e a filosofia não deveria se dedicar a esses pontos, ao menos não da maneira como vinha fazendo. Kant inspiraria a prolífica geração de pensadores alemães do século XIX, iniciando uma nova era de discussão na filosofia.

Era contemporânea

Kant pôs fim à pretensão filosófica de tentar conhecer as coisas tais como elas são, a realidade em si. Depois dele, a filosofia passou a ser basicamente uma grande teoria do conhecimento: o que é possível conhecer verdadeiramente tendo em vista os limites da nossa razão?

Aos poucos, a corte da “rainha das ciências” começou a se desgarrar e criar seus próprios reinos. As ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a história e a geografia, foram ganhando independência e passaram a ser encaradas como campos de conhecimentos específicos, com métodos e resultados próprios. O segundo a minar o poderio filosófico foi Auguste Comte e seu positivismo. O pensador francês achava que a filosofia deveria ser apenas uma reflexão sobre os resultados e o significado dos avanços científicos. Com isso, a filosofia se resignou a estudar o conhecimento adquirido por vias mais sólidas do que o pensamento puro e a ética, que nunca deixou de ser um tema essencialmente dela.

O século XIX também aproximou alguns pensadores da realidade. A crítica de Karl Marx ao modo de produção que,

segundo ele, sistematicamente explora os trabalhadores e enriquece os ricos, teve reflexos no mundo real assim que seu Manifesto do Partido Comunista ganhou as ruas. Marx, no entanto, foi uma exceção. O interesse pelas estruturas do conhecimento e pela consciência e seus modos de expressão direcionou a filosofia para recantos herméticos, como os estudos da linguagem — corrente conhecida como filosofia analítica, iniciada pelo austríaco Ludwig Wittgenstein. O movimento ficou conhecido como a “virada linguística”. Outra vertente, conhecida como fenomenologia, se debruçou sobre os fenômenos que se manifestam para a consciência, a partir da ideia kantiana de que a razão é uma estrutura da consciência. Seu criador, Edmund Husserl, considera a realidade como um conjunto de significações ou sentidos produzidos pela nossa razão.

Foi preciso chegar o século XX, com suas grandes guerras e agitações sociais, para colocar a política por fim de volta à pauta dos pensadores, que se tornaram críticos das ideologias e da ideia de progresso. Os filósofos tentaram frear o delírio científico-tecnológico e o otimismo revolucionário que cooptou grande parte dos intelectuais. Passaram a se questionar se o homem, imerso em uma vida acelerada e soterrado pela burocracia, conseguiria ter uma vida feliz e almejar uma sociedade justa. O primeiro a lançar essa dúvida foi o alemão Theodor Adorno, um dos fundadores da Escola de Frankfurt, que buscou inspiração em Marx. Será o homem realmente livre ou uma marionete da sua condição psíquica e social?

Karl Marx

Karl Marx morreu pobre, esquecido e sem pátria: exilado em Londres, foi velado por apenas 11 pessoas, incluindo o cozeiro. Suas ideias, porém, se refletiriam na vida de bilhões durante o século XX. Poucos pensadores exerceram influência política tão clara



quanto Marx. Certamente, nenhum foi discutido com tanta paixão — mesmo por leigos. Um pouco disso se deve à missão que Marx julgava ter, hoje estampada em sua lápide: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias formas. A questão, no entanto, é mudar o mundo”. Foi com espírito revolucionário que o alemão, junto de seu amigo e financiador Friedrich Engels, lançou o **Manifesto do Partido Comunista**, em 1848 — texto curto que ainda hoje ofusca sua obra máxima, o muito mais complexo **O Capital**.

O panfleto conclamava os trabalhadores a se levantar contra a classe dominante, e se afinou com o sentimento da época. Após o **Manifesto**, no mesmo ano, várias revoluções sociais eclodiram pela Europa. Quase todas foram esmagadas, mas ajudaram a pavimentar o caminho para reformas sociais. Marx diagnosticou que as mudanças históricas resultam do conflito entre a classe dominante e a dominada. Em sua época, tal antagonismo seria entre a “burguesia” (dona dos meios de produção) e o “proletariado” (que, sem os equipamentos e o dinheiro para produzir, precisa vender sua mão de obra para sobreviver). No pensamento marxista, o capitalismo geraria crises cíclicas que elevariam a pobreza, pois dela se alimentava. Marx acreditava que precisamente isso seria a ruína do sistema: o desenvolvimento aumentava o número de explorados, que por fim se uniriam pela revolução. A consequência seria uma sociedade sem classes, na qual os meios de produção se tornariam propriedade comum.

Para seus críticos, não há dúvidas de que Marx fracassou. A maioria dos países que tentou seguir a doutrina viu seus governos derrubados, como a União Soviética e as nações vizinhas, ou teve de mudar sua economia, como a China. Em nenhum lugar foi possível concluir a transição prevista por Marx, quando o “socialismo” orientado por um grupo de líderes revolucionários daria lugar ao “comunismo”, em que a própria ideia de Estado seria obsoleta. Os admiradores de Marx sustentam que, apesar dos muitos equívocos, algumas de suas análises foram precisas e seguem atuais. No

REFLEXÕES XXVIII

Manifesto, por exemplo, ele havia apontado que a sociedade capitalista mudaria o formato familiar vigente até o século XIX. Em 1998, o historiador inglês Eric Hobsbawm (um marxista convicto) escreveu: “Nos países ocidentais avançados, hoje quase metade das crianças é gerada ou educada por mães solteiras”.

Friedrich Nietzsche

Aos 24 anos, Friedrich Nietzsche foi nomeado para lecionar Filosofia Clássica na Universidade da Basileia. O que podia ser o começo de uma promissora carreira acadêmica na verdade foi uma curta incursão, que durou apenas dez anos. Apesar da inclinação à rotina professoral, Nietzsche sofria com enxaquecas, problemas digestivos e respiratórios crônicos, que o fizeram abandonar o cargo na universidade. Na década seguinte, com ajuda de amigos e vivendo de uma minguada pensão, o filósofo realizou diversas viagens para outros países, atrás de climas mais amenos. Enquanto viajava, escrevia. Seus textos fizeram pouco sucesso na época. Assim Falou Zaratustra, por exemplo, só saiu porque o autor pagou parte da publicação do próprio bolso. Até que, em 1889, Nietzsche sofreu um colapso mental do qual nunca se recuperou.

O filósofo passou os últimos anos de sua vida entre manicômios e os cuidados de sua família. Faleceu 11 anos mais tarde, sem ter escrito mais nada. O que ele havia dito até ali? Valendo-se de textos romanceados e de personagens por meio dos quais manifestava algumas de suas ideias, ele se propôs a discutir o futuro de nossos valores morais. Quando escreveu “Deus está morto”, o filósofo não queria dizer que a entidade divina tinha deixado de existir — e sim questionar se ainda era razoável ter fé em Deus e basear nossas atitudes nisso. Nietzsche propunha que, recusando Deus, podemos também nos livrar de valores que nos são impostos. A maneira de fazer



isso seria questionando a origem dessas ideias. Ele se definia como um “imoralista”, não porque pregasse o mal, mas por entender que o correto seria superar a moral nascida da religião.

De acordo com seus textos, tanto o pensamento cristão quanto certas doutrinas filosóficas (em especial a de Platão) davam a entender que o mundo em que vivemos é apenas “aparente”, havendo um outro mundo “real”, mais importante. No caso da religião, esse outro mundo só seria acessível após a morte. Para Nietzsche, essa ideia nos impedia de aproveitar a vida em prol de um objetivo imaginário. Ele dizia haver apenas um mundo — e afirmava que, quando percebemos isso, somos obrigados a rever nossos valores e aquilo que entendemos como humano. Influenciado pelo evolucionismo de Charles Darwin, Nietzsche sugere, em *Assim Falou Zaratustra*, o surgimento de um “super-homem” — um homem futuro, superior aos códigos morais da época do texto. Mais tarde, esse conceito seria distorcido e usado pelos nazistas para justificar sua ideia de uma raça superior e dominante.

Efeito explosivo

Nietzsche construiu sua filosofia juntando várias perspectivas sobre o mesmo tema. Ele não estava interessado em criar uma teoria fechada ou receitas acabadas, mas em experimentar. Toda a sua filosofia foi oferecer hipóteses interpretativas.

Mas seu experimentalismo dinamitou os alicerces da filosofia e do homem ao questionar a crença em Deus, as bases dos valores e a nossa própria forma de raciocinar amparada na dicotomia entre bem e mal ou certo e errado. Classificou os valores como “humanos, demasiado humanos” (nome de uma de suas obras) e não imutáveis como propôs Platão — o que os torna questionáveis.

Hegel

Não foram poucos os que tropeçaram nas palavras de Georg Hegel, tentando decifrar o real sentido por trás de seus termos difíceis, sua linguagem abstrata e seu gosto por neologismos. Quando se recuperavam, seus leitores se dividiam em dois grupos: alguns consideravam as ideias geniais, outros não tinham dúvida de que ele escondia com a linguagem rebuscada sua incapacidade de compreender o que analisava. Mas nenhum filósofo vindo após o século XIX ficou imune a Hegel, nem que fosse para criticá-lo.

Desde cedo, ele foi um leitor contumaz. Às vésperas de completar 19 anos, ficou impressionado pelos ventos da Revolução Francesa, que saudou como um “glorioso amanhecer”. Eram tempos em que mudar a ordem estabelecida parecia mais possível do que nunca, e esse sentimento acompanharia o alemão na tentativa de explicar a história. Para Hegel, a realidade é um processo histórico, mutável, com as ideias estabelecidas de acordo com o período em que vivemos. Embora nosso costume seja ver a história como uma sequência sem planejamento coerente, Hegel argumenta que existe um padrão para a forma como ela se desenvolve. O filósofo diz que a história caminha para uma conquista gradual de mais razão e liberdade, até a ascensão de um *geist* — termo que costuma ser traduzido como “espírito” ou “mente”.

Como um idealista, o pensador tinha o *geist* como algo fundamental para o mundo, contrariando os materialistas, para quem esse posto era da matéria física. Uma das formas de se chegar a esse estágio de pensamento mais evoluído seria pela discussão de uma ideia com o seu oposto: nos termos de Hegel, pela discussão de uma tese com sua antítese. Isso se daria com o método dialético proposto pelo filósofo, que faria surgir uma terceira ideia mais elaborada, formada pelas duas



anteriores — a síntese.

Tal processo seria contínuo: a síntese viraria ela mesma uma nova tese, voltando a ser discutida com uma antítese, e formando um novo tipo de pensamento, e assim sucessivamente. Isso seguiria ocorrendo ao longo da história até que o *geist* alcançasse um pleno entendimento de si mesmo. Tantas abstrações fizeram o pensador colecionar críticos em todas as épocas. Mas os admiradores também foram muitos. Um de seus maiores legados, a visão da realidade como um processo histórico em desenvolvimento, ajudaria a fundamentar, pouco tempo após sua morte, o que viria a ser o pensamento marxista.

Kierkegaard

Para Kierkegaard, os filósofos de seu tempo estavam se perdendo em abstrações que se desconectavam da vida cotidiana. O dinamarquês foi em oposição aos colegas e procurou explicar de maneira palpável os dilemas morais, utilizando a noção de que nossas vidas são determinadas por ações, orientadas pelas nossas escolhas. O homem teria liberdade de fazer julgamentos de acordo com sua vontade, por vezes tendo de escolher entre aquilo que é melhor para si mesmo e aquilo que é mais ético. Essa liberdade seria a causa de nossa “angústia” diária. Isto é, cada escolha que fazemos é análoga ao medo de um homem diante de um penhasco, que teme tanto a ameaça da queda quanto o possível impulso de se atirar no vazio para ver no que dá. “O crucial é encontrar uma verdade que seja verdadeira para mim, encontrar a ideia pela qual eu possa viver e morrer”, escreveu.



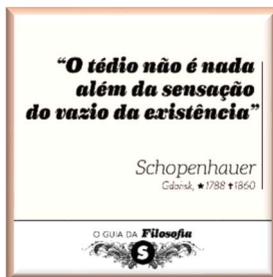
Schopenhauer

Schopenhauer era um opositor de Hegel — nas ideias e no ego. Quando foi convidado para lecionar em Berlim, marcou suas aulas para o mesmo horário daquelas ministradas pelo concorrente, a quem chamava de “charlatão”. Schopenhauer não ficou nada satisfeito ao ver que os alunos preferiam o rival — apenas cinco se matricularam em sua classe. Ainda assim, foi um dos pensadores mais importantes da época. Sustentou que o mundo e os homens são dirigidos por uma vontade irracional. Enquanto Hegel defendia a ideia de um *geist*, um “espírito guiando a consciência coletiva e as ações individuais, Schopenhauer era mais pessimista: nossos atos seriam guiados por desejos impossíveis de satisfazer. Tão logo realizássemos uma vontade, surgiria outra.

Para ele, o caminho para atingir a verdadeira felicidade seria justamente a castidade e a renúncia. Apesar da visão desiludida da existência, Schopenhauer dedicou parte da sua obra para tratar do amor — e buscar o amor. Não devemos nos culpar por sofrer de amor, dizia, porque nada na vida é mais importante do que amar. Mas sua visão não era propriamente romântica. Para o filósofo, o amor é um artifício biológico para garantir a sobrevivência da espécie — não amamos senão por um impulso inconsciente que chamou de a “vontade de viver” (ou de ter filhos). Antes de Darwin e Freud, foi o primeiro a apontar razões inconscientes e biológicas da paixão. Ele próprio não foi bem-sucedido no assunto e era um devotado criador de poodles.

Auguste Comte

Considerado o fundador da sociologia moderna, Auguste Comte direcionou suas reflexões na tentativa de remediar



o caos social deixado pela Revolução Francesa. O filósofo desenvolveu a “lei dos três estados”, segundo a qual os homens explicam todos os fenômenos do Universo passando por três fases: a teológica, baseada na suposta vontade de seres sobrenaturais; a metafísica, em que se imagina a ação de forças ocultas; e, finalmente, a fase “positivista”, em que as explicações são decorrentes do conhecimento científico. Para Comte, os critérios das ciências biológicas e exatas ajudariam a explicar até mesmo a sociedade. Seu pensamento teve grande influência no movimento republicano brasileiro, que eternizou parte de uma das máximas de Comte no lema da bandeira nacional.

Wittgenstein

Herdeiro de um dos homens mais ricos da Europa, Ludwig Wittgenstein nasceu em Viena e viajou a Cambridge para concluir sua graduação em Engenharia. Mas se encantou pela lógica e resolveu ir a Manchester para estudar com Bertrand Russell. Seu único livro, *Tratado Lógico-Filosófico*, de 1921, se tornou um dos principais textos da história da filosofia e impactou todas as ciências ao impulsionar o movimento conhecido como positivismo lógico. O austríaco escreveu o livro enquanto era soldado, durante a 1ª Guerra. Nas 70 páginas de sua obra, empenha-se em definir os limites da linguagem e, conseqüentemente, de todo o pensamento. Ao concluí-lo, julgou ter resolvido todos os problemas da filosofia. Por considerar que não tinha nada mais a aportar à disciplina, resolveu se dedicar a outras atividades. Passados alguns anos, porém, começou a rever seu próprio pensamento, tornando-se um de seus principais críticos. Foi então que voltou a Cambridge, onde lecionou de 1929 a 1939.



Bertrand Russell

Nos 97 anos em que viveu, Bertrand Russell testemunhou um sem fim de acontecimentos históricos. Nunca impassível: chegou a passar seis meses na prisão por falar abertamente contra a 1ª Guerra, em 1916. Nascido em uma família aristocrática, o conde Russell formou-se em Matemática e, buscando os fatores que tornavam essa disciplina verdadeira, chegou à Filosofia, em que se fascinou pela Lógica. Russell dedicou grande parte de sua obra a desmembrar a linguagem comum para explicar a estrutura lógica existente sob ela. Acreditava que esse tipo de análise da linguagem, que traduz frases e expressões em termos mais precisos, seria uma ferramenta útil para desvendar segredos que levariam a avanços em todas as áreas da filosofia. Mas seus livros tratam de muitos assuntos, sempre com humor ácido e prosa fluida.



William James

Criador do pragmatismo, o americano William James teve seu desenvolvimento intelectual moldado pelas constantes viagens à Europa. Aos 19 anos, o irmão mais velho do escritor Henry James já havia visitado o Velho Continente três vezes. Era fluente em alemão, italiano e francês. Ingressou no curso de Medicina de Harvard em 1864, mas no segundo semestre abandonou temporariamente as aulas para integrar uma expedição de oito meses à Amazônia. Quando finalmente se formou, em 1869, não tinha expectativas de exercer a medicina. Gastava seu tempo estudando psicologia e filosofia. Do pai, também filósofo, herdou um profundo interesse pelos valores morais e espirituais, a necessidade de uma fé. Defendeu que as teorias científicas e filosóficas devem ser julgadas por suas finalidades práticas. Fenômenos como a



REFLEXÕES XXVIII

religião são verdadeiros se tiverem bons resultados. “Em princípios pragmáticos, se a hipótese de Deus funciona satisfatoriamente no sentido mais amplo da palavra, ela é verdadeira”.

Edmund Husserl

O filósofo, astrônomo e matemático Edmund Husserl queria encontrar a certeza. Inspirado em Descartes, buscava libertar a filosofia da dúvida. Então, fundou a fenomenologia, abordagem que propunha olhar para as nossas experiências com uma postura científica. Segundo esse método, tudo o que é real é fenômeno — e aí está a essência das coisas. Diferentemente de Kant, que aceitava a existência de uma verdade incompreensível, Husserl não acreditava em uma realidade inacessível. Há somente o fenômeno ou a essência, que é a maneira como compreendemos as coisas materiais ou imateriais. A abordagem marcou a história da filosofia porque ofereceu um modo de pensar todos os tipos de realidade.



Jean-Paul Sartre

Estamos condenados a ser livres. Essa é a sentença de Sartre para a humanidade. O filósofo e escritor francês, ao lado do argelino Albert Camus, foi um dos maiores representantes do existencialismo, corrente filosófica que nasceu com Kierkegaard e reflete sobre o sentido que o homem dá à própria vida. Para Sartre, a existência do ser humano vem antes da sua essência. Ou seja, não nascemos com uma função pré-definida, como uma tesoura, que foi feita para cortar, por exemplo.



Segundo o filósofo, antes de tomar qualquer decisão, não somos nada. Vamos nos moldando a partir das nossas

escolhas. Toda essa liberdade resulta em muita angústia. Essa angústia é ainda maior quando percebemos que nossas ações são um espelho para a sociedade. Estamos constantemente pintando um quadro de como deveria ser a sociedade a partir das nossas ações — o curioso é que o próprio Sartre era viciado em anfetaminas, ou seja, não foi exatamente um exemplo de conduta. Defendia que temos inteira liberdade para decidir o que queremos nos tornar ou fazer com nossa vida. A má-fé seria mentir para si mesmo, tentando nos convencer de que não somos livres. O problema é que nossos projetos pessoais entram em conflito com o projeto de vida dos outros. Eles, os outros, tiram parte de nossa autonomia. Por isso, temos de refletir sobre nossas escolhas para não sair por aí agindo sem rumo, deixando de realizar as coisas que vão definir a existência de cada um. Ao mesmo tempo, é pelo olhar do outro que reconhecemos a nós mesmos, com erros e acertos. Já que a convivência expõe nossas fraquezas, os outros são o “inferno” — daí a origem da célebre frase do pensador francês.

Em uma França devastada após o final da 2ª Guerra, liberdade não era exatamente a palavra do momento. Mas as ideias de Sartre inspiraram toda uma geração de ativistas, como os revolucionários de Paris em maio de 1968, que ajudaram a derrubar o governo conservador francês. O filósofo ficou conhecido também pela sua relação com Simone de Beauvoir, outra ilustre filósofa existencialista. Ela foi sua companheira de toda a vida, apesar de nunca terem firmado um compromisso. Sartre morreu como um filósofo pop. Em 15 de abril de 1980, mais de 50 mil pessoas foram ao seu funeral.

Theodore Adorno

Em meados do século XX, meios de comunicação como rádio, jornais e revistas começavam a atingir grandes plateias, mas o fenômeno demorou para despertar atenção da filosofia — até que Adorno resolveu se debruçar sobre o assunto em um dos capítulos do



REFLEXÕES XXVIII

clássico *Dialética do Esclarecimento*, escrito junto com o amigo Max Horkheimer. Na obra, a dupla mostra como o saber está ligado a processos de dominação na história da civilização. As críticas se tornaram fundamentais para compreender não só o impacto das novas tecnologias de comunicação na sociedade, mas como o poder está mascarado pelo saber na atualidade. Filósofo, sociólogo, compositor musical e crítico de arte, Theodor Adorno foi um dos fundadores da Escola de Frankfurt, grupo informal de pensadores de orientação marxista. Quando se formou em filosofia, em 1924, já era amigo de Walter Benjamin e de Horkheimer, que também se firmariam como grandes expoentes da Escola.

Sua fama intelectual surgiria quase uma década mais tarde, com a publicação de uma tese sobre Kierkegaard, em 1933. Era o ano em que Hitler assumia o poder na Alemanha, obrigando Adorno e vários intelectuais a abandonar o país. A primeira parada foi Londres, onde lecionou três anos em Oxford. Em 1938, um convite de Horkheimer para dirigir o projeto de investigação radiofônica da Universidade de Princeton o levou aos EUA. O filósofo não gostou do que viu na América, mas o contato com o ambiente no qual os meios de comunicação estavam em frenética expansão foi fundamental para o desenvolvimento de sua obra. A observação de um universo regido por interesses, lucro e conveniências o motivou a refletir atentamente sobre a massificação da cultura. Para ele, os meios de comunicação de massa eram parte fundamental da indústria cultural, uma criação do capitalismo que molda a mentalidade das pessoas que aderem a ela inconscientemente. Adorno considerava que o rádio, por exemplo, semeava o conformismo e a resignação, tornando a população inerte frente a um sistema que desfigura a essência do ser. E a televisão sequer havia chegado.



Em 1949, Adorno e outros colegas decidiram voltar à Alemanha e reconstruir em Frankfurt o Instituto para Pesquisa Social, que havia sido transferido para Nova York durante o nazismo. Rapidamente, chegou ao posto de diretor. O filósofo morreu em 1969, deixando incompleta sua Teoria Estética, em que defende a relevância do pensamento crítico. Cada ato profundamente crítico, dizia, é como uma garrafa lançada ao mar para futuros destinatários. Uma das mensagens dessa garrafa é a de que a indústria da cultura engana constantemente seus consumidores ao prometer entregar-lhes uma felicidade plena que é irrevogavelmente ilusória.

Hannah Arendt

Autora inspirada pelos acontecimentos que a rodeavam e pela sua própria experiência, Hannah acompanhou o julgamento de um nazista duas décadas depois de ela mesma ter escapado de um campo de concentração. O homem no banco dos réus, em Jerusalém, era Adolph Eichmann, responsável por ajudar a transportar milhares de judeus para a morte durante o Holocausto. Hannah queria entender por que Eichmann fez coisas tão terríveis. Seus ensaios para a revista *New Yorker* revelavam que o réu era um homem comum que havia optado por não pensar sobre o que fazia. Não tinha ódio pelos judeus, nem a psicopatia de Hitler. Eichmann alegava que apenas cumpria ordens ao planejar como milhares de pessoas seriam levadas a campos de concentração. A filósofa usou o termo “banalidade do mal” para descrever o que viu em Eichmann, expressão que não procurava rebaixar a gravidade dos crimes, mas aumentá-los. Sua conclusão era de que o mal não nasce do desejo de praticar o mal, mas da rendição das pessoas a falhas de julgamento, por vezes incentivadas por sistemas opressivos. Nada disso, é claro, exime o mal praticado.



Heidegger

O alemão reabilitou a metafísica no século XX depois de a disciplina ter sido esquecida por três séculos. Mas, ao retomar a preocupação sobre o que é o ser, ele reposicionou radicalmente o pensamento sobre a existência. Da Antiguidade ao século XVII, o ser e o ente (coisa) recebiam tratamentos iguais. Para o filósofo, o ser não é uma coisa. O ser tem um caráter histórico, é um movimento, logo não se pode determinar o que é a sua essência. O ser só pode ser pensado, não enunciado. Complexo? Sim, muito. Heidegger é conhecido pelo hermetismo. Mas não só por isso. Um dos seus pensamentos mais originais foi sobre a tecnologia, que poderia exercer controle sobre a natureza. Só que esse controle seria uma ilusão. As mudanças climáticas, agravadas pela ação da tecnologia sobre a natureza, são um exemplo de como não temos total poder sobre a natureza. Escreveu tanto que, antes de morrer, deixou textos para alguns editores, e obras inéditas ainda chegam às livrarias desde a década de 1970.

Karl Popper

Se o nazismo não tivesse desviado a história de seu curso natural, Popper provavelmente teria sido apenas um obscuro professor de filosofia da ciência em Viena. Mas Hitler motivou o filósofo a escrever *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, livro-chave para o pensamento liberal moderno. Nessa defesa da democracia, Popper cita o historicismo como um dos maiores adversários da sociedade, pois isenta os homens do ônus de suas responsabilidades ao considerar que o futuro já está definido independentemente de suas ações. Depois da ocupação nazista, fixou residência na Inglaterra, onde foi



professor da London School of Economics e da Universidade de Londres. Interessado no método pelo qual a ciência decifra o mundo, criou o conceito de falseabilidade. Para ele, o que torna uma teoria realmente científica é a possibilidade de provar que ela é falsa pela experiência. Por exemplo: por anos, os cientistas acreditavam que só existiam cisnes brancos, pois nunca haviam visto um cisne negro. A aparição de um cisne negro desmonta a tese. A única maneira de provar que todos os cisnes são brancos é vendo todos os cisnes. A ideia é usada para diferenciar alegações científicas e não científicas. Popper se tornou um dos filósofos da ciência mais destacados do século XX.

Foucault

Inquieto e curioso em relação à existência, Michel Foucault frustrou uma família de médicos ao enveredar pelo caminho da filosofia e da psicologia. Nenhum desses títulos, porém, o satisfazia. Preferia ser definido como arqueólogo, por sua dedicação a reconstituir o que de mais profundo existe em uma cultura.



Inspirado no pensamento de Nietzsche, desenvolveu um método que coloca em xeque a compreensão linear da história. Para ele, a verdade histórica não é uma sequência rigorosa de causa e efeito facilmente compreensível em qualquer época, mas, sim, o resultado de um confronto entre forças antagônicas que fazem sentido em determinado tempo. Seu objetivo era compreender como antigos fenômenos podem ser reconstituídos da forma como foram vividos. Como é possível, em suas palavras, fazer uma “história do presente”? Por exemplo, a Lei Seca instituída nos EUA, em 1919, pode ser vista hoje como uma maluquice dos legisladores americanos, mas quem investigar a mentalidade do início do século XX e os conflitos provocados pelo álcool vai entender melhor por que uma decisão tão radical foi tomada.

O pensador estava mais preocupado no modo como nosso discurso — isto é, como falamos e pensamos o mundo — é condicionado por regras, muitas vezes inconscientes, fixadas pelas condições históricas do momento. Essas regras mudam — daí viria a necessidade de se fazer uma “arqueologia” para desvendar como era no tempo antigo. Para Foucault, era errado supor que podemos falar de “homem” da mesma maneira como na Antiguidade. Segundo o pensador, o homem como objeto de estudo, por exemplo, surgiu no início do século XIX — o que explica sua célebre frase acima. Seu estudo que desvenda as formas de exercício de poder na sociedade também é notório. Foucault acreditava que a compreensão do que somos, pensamos e fazemos abre uma possibilidade de ser, pensar e fazer de outra forma.

Essa é a grande contribuição para a filosofia do trio rebelde, como ficaram conhecidos Foucault, Derrida e Deleuze, seus dois colegas franceses também badalados depois dos anos 1960. Consagrado, Foucault foi convidado a lecionar no prestigiado Collège de France. Morreu aos 57 anos, em 1984, no ápice da sua produção intelectual. Deixou inacabada a sua *História da Sexualidade*, seu livro mais ambicioso, no qual pretendia mostrar como, por meio da expressão e não da repressão, a sociedade ocidental faz do sexo um instrumento de poder.

Rawls

Tem lugar no hall da fama dos filósofos políticos. Abalado pela injustiça das bombas atômicas da 2ª Guerra, onde lutou pelo exército americano, encontrou na filosofia sua maneira de mudar a sociedade. Ao longo de 20 anos, maturou as reflexões que resultariam no best-seller *Uma Teoria da Justiça*. No livro, o professor de Harvard defende que as instituições políticas devem ser justas e propõe experimentos mentais inovadores para definir o que é justo ou não.



Sua teoria parte de uma situação hipotética: um grupo de pessoas na “posição original”, ou seja, sem saber seu lugar na sociedade, definiria as novas regras. Esses indivíduos estariam encobertos pelo “véu da ignorância” e assim decidiriam o que é mais justo para todo mundo. E como ninguém queria sair prejudicado, escolheriam as regras mais imparciais. A tese baseava-se em dois princípios caros: liberdade e igualdade. Casos de jogadores de futebol que ganham milhões eram considerados absurdos pelo pensador. Essa situação só era aceitável se o fato de o jogador ser muito rico tornasse os miseráveis menos pobres. Para Rawls, não havia ligação direta entre ser bom em algo e merecer ganhar mais. Esse talento seria uma espécie de “loteria natural”, ou seja, seria injusto premiar o craque duas vezes.

Dawkins

Dawkins não é e nem pretende ser filósofo. Mas, em 1976, quando era um biólogo ainda pouco conhecido, publicou *O Gene Egoísta*, e ajudou a redefinir a percepção sobre quem somos — uma tarefa que sempre coube aos filósofos. No livro, defende que não somos muito mais do que robôs comandados pelos genes para sobreviver a qualquer custo. E o que faz um gene prosperar em um ambiente altamente competitivo é seu egoísmo implacável. Apesar da visão desencantada, a obra se tornou um dos maiores *best-sellers* da ciência, e Dawkins, uma notoriedade. Mesmo sem querer, se colocou ao lado dos pensadores que ajudaram o homem a compreender melhor seu papel no planeta. Sua sacada foi perceber que o processo de evolução das espécies ocorre no nível genético (o gene é sua unidade fundamental ou multiplicador) e que a visão darwinista também pode ser útil para compreender o progresso cultural. Dawkins cunhou o termo *meme*, que seria um equivalente comportamental do gene, para levar a visão evolucionista para fora da biologia. O



conceito deu origem à memética, que inspirou filósofos como Daniel Dennett. O cientista também é ateu declarado, autor de Deus, um Delírio.

Bauman

Zygmunt Bauman foi sociólogo por formação, mas sua obra mais contundente faz uma crítica filosófica profunda da modernidade. Cunhou o conceito “modernidade líquida” para explicar como nada hoje em dia é feito para durar, do amor à profissão, tudo é líquido, muda de forma muito rapidamente e sob pouca pressão.

Dessa instabilidade permanente, nasce uma angústia do homem diante do futuro e do progresso — e isso explica o boom do consumo de antidepressivos, anabolizantes e toda a ordem de entretenimento que ajude a afastar essa sensação.

Modernidade Líquida é apenas uma das 40 obras (sendo 16 delas traduzidas para o português) do pensador, que foi professor emérito da Universidade de Leeds, na Inglaterra.



O pai do pós

Em 1979, o pensador francês Jean-François Lyotard lançou o livro *A Condição Pós-Moderna*, cujo principal mérito foi colocar a expressão pós-modernidade no vocabulário intelectual e popular. O conceito tem zilhões de definições, mas pode ser resumido como essa nova fase da humanidade em que a busca pelo progresso terminou, e os indivíduos estão livres para criar tudo novamente (tudo mesmo), sem as amarras das forças do passado, como o capitalismo.

E hoje?

O físico Stephen Hawking anunciou em 2011, na badalada conferência Zeitgeist, do Google, que a filosofia está morta. “A maioria de nós em algum momento se pergunta: por que estamos aqui? De onde viemos? Tradicionalmente, essas são

REFLEXÕES XXVIII

questões para a filosofia, mas a filosofia está morta”, vaticinou um dos mais brilhantes cientistas da atualidade. “Filósofos não conseguem estar a par do desenvolvimento moderno da ciência, particularmente da física”, disse, sem piedade. Para Hawking, a filosofia do século XXI é aquele garoto que chegou à festa depois que os convidados haviam ido embora.

Apesar de causar mal-estar entre filósofos badalados, como o esloveno Slavoj Zizek, a cutucada de Hawking não é nova. Desde o século XIX, a morte da filosofia vem sendo anunciada. Mas, agora, o avanço sem precedentes da ciência, especialmente da neurociência, confronta uma das grandes motivações da filosofia desde a Antiguidade: a busca pela certeza. Se a ciência fornece respostas exatas, o que sobraria para a filosofia discutir? Nada, na opinião de Hawking. Na resposta pública ao físico *popstar*, os filósofos Creston Davis e Santiago Zabala concordam que a filosofia que vira as costas para as descobertas da ciência, se ainda não morreu, está com os dias contados. Na filosofia do século XXI, afirmam, a busca por certezas ou consensos não é mais seu objetivo primordial. Como diz Slavoj Zizek, “a filosofia na atualidade é uma disciplina bem modesta. Não resolve os problemas”.

Sem tentar ser a solução para tudo, a filosofia moderna se mostra útil na formulação de novas interpretações dos fenômenos sociais. Ela se volta para discutir eventos históricos e avanços tecnológicos e científicos, um campo fértil para questionamentos desconcertantes sobre o nosso papel na sociedade, os sistemas de governo, a relação do homem com as máquinas e o próprio livre-arbítrio. Como sempre fez, a filosofia ainda encontra espaço para apontar incoerências e aprofundar questões como o respeito aos animais, a ética do dinheiro, nossa responsabilidade diante da miséria no mundo e o direito de decidir a hora de morrer — como traz à tona um dos mais proeminentes pensadores da atualidade, Peter Singer.

Mais: duas perguntas em particular seguem fora da jurisdição da ciência — e, conseqüentemente, vão para o terreno da

REFLEXÕES XXVIII

filosofia. A primeira é a natureza da nossa consciência. Por que e como se forma a percepção de cada pessoa de que ela é um único e irrepitível indivíduo? Descartes tinha razão quando compreendeu que o pensamento comprova a nossa existência, mas nem ele — nem ninguém — conseguiu explicar por que pensamos, afinal de contas. Por último, o mais abismal dos porquês: por que estamos aqui? Por que existe tudo isso em vez de um imenso e eterno nada? Cientistas estão longe da resposta, mas não deixam de persegui-la. E filósofos não se esquecem de seguir perguntando. ●

Revista Superinteressante

Artigo publicado no 5 de junho de 2018

As vênias e a toga

Roberto Pompeu de Toledo



O Supremo, seu funcionamento, seus bastidores, seus ministros

Falsa Tranquilidade - *A estátua e as esguias colunas do prédio do STF escondem o ambiente belicoso lá dentro*

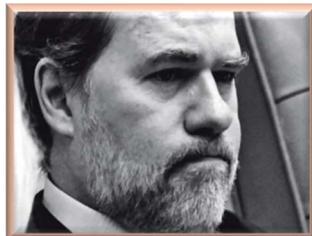
I Juízes-celebridade- A senhora de pedra que guarda a entrada do prédio do Supremo Tribunal Federal não vê nem ouve. A grossa venda cobre-lhe os olhos e, não contente, completa o serviço tapando-lhe as orelhas. Melhor assim. Poupa-a da conflagração lá dentro. “Em quase 29 anos, nunca vi coisa igual”, diz o decano Celso de Mello, computando o tempo desde que foi nomeado pelo remoto presidente Sarney, em 1989. “Sempre soube da existência de grupos hostis em outros tribunais, maiores, mas não na pequena comunidade que é o Supremo.” O conflito é ruidoso, conheceu momentos de descabro, mas é apenas a consequência de fatores que vão além do mundinho de onze ministros e 3 000 e tantos funcionários que se abriga atrás da senhora de pedra, também conhecida como Deusa da Justiça, obra do escultor “oficial” de Brasília, Alfredo Ceschiatti. Reflete, em primeiro lugar, o desassossego reinante na própria sociedade. Em segundo, o fenômeno inusitado, talvez único, em sua dimensão, de “a crise política ter mudado de lado na rua”, como diz o ministro Luiz Edson Fachin, referindo-se aos dois outros prédios da Praça dos Três Poderes. A combinação de um Executivo fraco, sob um presidente de transição, com um Legislativo inoperante veio a descarregar sobre o Judiciário o peso das mais agudas decisões nacionais. Em terceiro lugar, a Constituição de 1988 encarregou o Supremo de trocar em miúdos a cornucópia de temas nela contidos, e de dar satisfação aos muitos direitos atribuídos aos cidadãos. “A

REFLEXÕES XXVIII

Constituição tratou de muitos assuntos, mexeu com direitos de muita gente. Todos falam na Constituição. Passou-se a reclamar direitos e a reivindicar”, diz a presidente da casa, ministra Cármen Lúcia.

Dias Toffoli – A natureza da presidência do tribunal divide-se em antes e depois de Jobim e antes e depois do CNJ

Peacock effect, como se diz nos Estados Unidos — o efeito pavão. E como há efeito peacock, a aspergir seus vapores sobre o plenário da corte dita Suprema, nos dias que correm!



Na classificação por idade, a composição do tribunal vai de Celso de Mello, com 72 anos, a Alexandre de Moraes, com 49. Calha, o que não é frequente, que o mais velho seja o decano e o mais jovem o mais recentemente nomeado. Por estado de origem, temos três paulistas (Celso de Mello, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes), três fluminenses (Marco Aurélio Mello, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso), um carioca-paulista (Ricardo Lewandowski, nascido no Rio de Janeiro mas paulista de criação, formação e sotaque), um gaúcho-paranaense (Edson Fachin, nascido no Rio Grande mas criado no Paraná, e tão paranaense da gema que poderia ser escalado como modelo do sotaque local), uma mineira (Cármen Lúcia), um mato-grossense (Gilmar Mendes) e uma gaúcha (Rosa Weber). Por regiões, evidencia-se forte desbalanceamento em favor do Sudeste. O STF não é parlamento nem ministério, para ter representação regional balanceada, mas note-se que com a aposentadoria do sergipano Carlos Ayres Britto, em 2012, a Região Nordeste, a segunda mais populosa, ficou sem representante. Todos os atuais ministros são, ou foram, professores universitários.

Celso de Mello é o único dos cinco ministros nomeados pelo presidente Sarney a permanecer no tribunal. Marco Aurélio Mello, o segundo mais antigo na corte, é o remanescente dos

REFLEXÕES XXVIII

três nomeados por Fernando Collor, e Gilmar Mendes o remanescente dos três nomeados por Fernando Henrique Cardoso. Dos demais componentes do atual time, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli foram nomeados pelo presidente Lula; Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin, pela presidente Dilma Rousseff; e Alexandre de Moraes, pelo presidente Temer. Lula chegou a nomear oito ministros e Dilma, cinco. A alta concentração de nomeações nos governos Lula e Dilma deve-se em parte às aposentadorias precoces de Francisco Rezek, Nelson Jobim, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa. Todos eles, com a extensão da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, poderiam estar até hoje na casa. Foi um surto de debandadas que respingou desprestígio na mais alta corte de Justiça, em princípio propiciadora do ápice e do mais honroso posto de uma carreira jurídica. Com o STF agora tão em evidência, alguns talvez lamentem tê-lo deixado.

À espera – Funcionário vigia a multidão de papéis que será distribuída aos ministros para a sessão plenária do dia

Além do prédio principal, o STF ocupa outros dois, escondidos atrás do primeiro. Brasília, para quem a conhece apenas na superfície, é a cidade dos palácios de Oscar Niemeyer, com seus arcos, seus vazios, sua monumentalidade discreta e seus espelhos-d'água. Para quem conhece suas entranhas, é a cidade dos anexos. Os órgãos públicos foram crescendo, e para abrigá-los levantaram-se novas construções, devidamente escondidas atrás da principal para não comprometer o plano urbanístico. O Congresso tem quatro anexos, de que o espectador nem suspeita, ao observar suas torres gêmeas escoltadas pelos dois pratos em posições invertidas. Dos dois anexos do STF, o primeiro é um prédio vulgar, mas o segundo — exceção à regra brasiliense dos anexos — tem suas pretensões: estende-se em curva, é todo espelhado e leva a assinatura de Oscar Niemeyer. Nesse prédio ficam os gabinetes dos ministros, e em seu



REFLEXÕES XXVIII

prolongamento, que poderia ser tido como o anexo do anexo, abrigam-se, um em cada andar, os auditórios das reuniões das duas turmas, cada uma com cinco ministros (a presidente não participa), em que se divide o tribunal.

•••

É com a decantada arte da hospitalidade mineira que a ministra Cármen Lúcia acolhe o autor deste trabalho. Estamos na sala da presidência do STF, ampla, de talvez mais de 100 metros quadrados, para a primeira das prometidas visitas aos ministros. Ela convida o visitante a aproximar-se da mesa, mas evita sentar-se na cadeira do chefe. Toma assento a seu lado, nas cadeiras opostas; uma terceira cadeira é ocupada pela diretora de Comunicação Social que trouxe para trabalhar consigo, a jornalista Mariangela Hamu. Vem à baila o assunto das pichações no prédio de sua residência em Belo Horizonte, e Mariangela informa que Cármen Lúcia vai assumir a despesa pelo estrago. “Não tem jeito, a responsabilidade é minha”, diz a ministra. (Outro assessor informará que a operação não será simples, e a despesa pode chegar à casa dos 30 000 reais.) O assunto seguinte é o “trabalho insano” que a ministra encontrou na presidência. A função implica cuidar da administração da casa, assumir em paralelo a presidência do Conselho Nacional de Justiça e exercer os papéis de representação do Judiciário perante os outros poderes e os países estrangeiros. Não bastasse, a presidente ainda vota nas sessões plenárias, como os outros ministros, o que acarreta ter de estudar os assuntos e preparar os votos. Em 19 de janeiro do ano passado, depois de meses sem sair de Brasília, ela decidiu ir a Belo Horizonte para visitar o pai. Ao desembarcar no Aeroporto de Confins, soube da morte do ministro Teori Zavascki; de imediato, tomou um avião de volta.

Sessão plenária – A feição central dos dias que correm é que supremo, na ordem das coisas, é o Supremo



Cármen Lúcia é a segunda mulher a ser nomeada ministra do STF e a segunda a presidi-lo. Nas duas condições, foi antecedida por Ellen Gracie, nomeada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Um amigo de Ellen Gracie ouviu-a queixar-se de um tratamento, da parte dos colegas, que ia de observações descuidadas a invasões de seu gabinete para lhe dar lições. Essa circunstância teria pesado em sua decisão de ir embora. E Cármen Lúcia, que diria a respeito? “Não reclamo, mas tenho sensibilidade para a questão”, responde. No julgamento do *habeas corpus* de Lula, Cármen Lúcia e Rosa Weber foram interrompidas e contestadas de modo brusco pelos ministros Marco Aurélio e Lewandowski. O que um e outro queriam dizer a uma e outra, segundo a jornalista Giuliana Vallone, da Folha de S.Paulo, era: “Não, querida, você não está fazendo sentido, deixa eu te explicar”. Para Cármen Lúcia, “nós mulheres trabalhamos mais para chegar ao mesmo lugar”. Cita o caso da primeira mulher a ser promovida a embaixadora do Brasil — ela dizia que era exibida “como um troféu” — e antes da despedida conduz o visitante até a outra extremidade da sala, para mostrar-lhe as duas fotos de Sebastião Salgado que mandou pendurar na parede. São duas enormes e impressionantes imagens de Serra Pelada e da Floresta Amazônica. “A destruição e a conservação”, explica Cármen. A despedida requer cuidado. Ela está pesando 37 quilos. Dá medo de, a um toque mais distraído, machucá-la.

A formalidade, os ritos e a vetustez são marcas do Supremo Tribunal Federal. Antes os costumes eram ainda mais rígidos, explica Dias Toffoli, ao iniciarmos a conversa. Não se podia dispensar a gravata nem no interior dos gabinetes. (Toffoli está neste momento de colarinho aberto, sem gravata e sem paletó.) A antiguidade se fazia valer mesmo na relação entre os carros oficiais dos ministros, cujas placas ostentavam numeração tanto mais baixa quanto mais antigo fosse seu ocupante. O ministro aposentado Carlos Veloso conta que, ainda novato na corte, pediu ao motorista que acelerasse, porque estava atrasado para um compromisso. O motorista

respondeu que não podia fazê-lo porque à frente ia o carro de ministro mais antigo. Havia uma etiqueta entre os veículos. Hoje os carros não mais se identificam como do STF, por questões de segurança — mas a antiguidade ainda se faz valer na distribuição dos ministros em plenário, o decano no primeiro lugar à direita da mesa da presidência, o segundo mais antigo no primeiro à esquerda, o terceiro no segundo lugar à direita, e assim num trançado até o nomeado mais recente. Antes, continua Dias Toffoli, a antiguidade prevalecia mesmo na mesa retangular em que era servido o lanche, no intervalo das sessões. Na presidência do ministro Nelson Jobim (2004-2006), uma mesa redonda substituiu a retangular, e acabaram-se as precedências.

Dias Toffoli faz boa descrição da natureza e do alcance da posição que em breve lhe caberá. “A figura do presidente do Supremo deve ser vista por duplo ângulo: antes e depois de Nelson Jobim, e antes e depois do Conselho Nacional de Justiça, ambos coincidentes no tempo”, explica. Até então, o presidente era uma figura secundária. O STF era (e continua sendo) pequeno, e administrá-lo revelava-se “uma beleza”, diz Toffoli — tarefa fácil. Mais importante e mais poderosa era a outra presidência que a lei reserva a um ministro do STF, a do Tribunal Superior Eleitoral. É um órgão maior, de capilaridade que o imbrica nos tribunais regionais, e de decisiva importância política. Dias Toffoli diz já ter ouvido dos ex-ministros Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence que foram mais felizes na presidência do TSE do que na do STF. Para quem gosta de gestão, permite inovações como a criação da urna eletrônica e, agora, da identificação biométrica do eleitor.

Ao presidente do STF não cabia nem comandar a pauta, função hoje tão decisiva e que tem gerado críticas a Cármen Lúcia, por não pautar ações contrárias à prisão depois da condenação em segunda instância. A pauta ficava por conta da burocracia da casa, que a consolidava numa “papeleta”. O presidente pedia a papeleta ao secretário do tribunal e seguia a ordem nela contida. Foi Jobim quem, na presidência,

introduziu a “pauta dirigida”, ao talante do presidente.

A criação do Conselho Nacional de Justiça, em 2004, e sua instalação, em 2005, representaram reforço ainda mais considerável aos poderes da presidência. O presidente do Supremo passou a ser, simultaneamente, presidente do CNJ, e com isso o título de “chefe do Poder Judiciário”, que já lhe era atribuído, mas tinha apenas valor simbólico, ganhou efetividade. Ao CNJ cabe vigiar a totalidade da magistratura nacional e punir seus desvios e desmandos. “O desembargador de não importa que estado ou o juiz singular sabem que o presidente do STF, na condição de presidente do CNJ, pode vir a puni-los”, diz Toffoli. “Isso é particularmente importante”, acrescenta, “quando se sabe que historicamente os juizes se mesclaram às elites locais.” O CNJ, ao investigar tudo, passou a exercer “uma violência simbólica”. Dito isso, Toffoli mais não diz. Fica para setembro anunciar o que fará, uma vez investido dos poderes da presidência.

II A via da supremacia- A senhora de pedra que se põe à frente das colunas do Supremo Tribunal Federal está sentada. É curioso. Nas muitas estátuas da Iustitia, como diziam os romanos, que se espalham nos fóruns e tribunais mundo afora, o comum é vê-la de pé — soberanamente de pé. Nossa dama estaria cansada? Ou insinua que, ao demandar aquela casa, o melhor é esperar sentado? Num devastador artigo publicado em janeiro, o professor da USP Conrado Hübner Mendes escreveu: “O tempo do STF é místico. A corte pode tomar uma decisão em 20 horas ou 20 anos”. Entre as manipulações do tempo no tribunal estão os pedidos de vista que se eternizam, em desobediência ao próprio regimento interno da casa (e acabam se constituindo no equivalente judicial à obstrução praticada nos parlamentos), e as decisões monocráticas que, na demora da convalidação pelo plenário, criam uma situação apelidada pelos críticos de “ministrocrazia”.

Em 1971 o Supremo reuniu-se para apreciar uma representação do opositorista MDB (nunca confundir, em

REFLEXÕES XXVIII

princípios e métodos, com o partido que hoje ostenta o mesmo nome) contra o decreto do presidente Emílio Médici que estabelecia a censura prévia dos livros e periódicos, então apelidado “decreto da mordaza”. Os ministros negaram o pedido, com uma única exceção: Adauto Lúcio Cardoso, liberal da velha cepa que, antes de juiz, fora dos mais aguerridos quadros da UDN. Repetia-se o caso do herói solitário, como o protagonizado pelo ministro Piza e Almeida em 1892, e vai-se repetir uma cena teatral em plenário, desta vez não de iniciativa do advogado, mas do próprio ministro. Adauto Lúcio Cardoso, derrotada sua tese, levantou-se, arrancou a toga dos ombros, jogou-a bruscamente na cadeira e deixou o plenário, para não mais voltar.

LUIZ FUX – “Fala-se em ‘judicialização’, mas o Congresso se acostumou a jogar seus conflitos para o Supremo”



Os exemplos citados referem-se a períodos ditatoriais ou quase ditatoriais, em que a resistência seria inútil; os ministros trabalhavam com a espada pousada no pescoço. O período regido pela Constituição de 1946 foi de democracia e, como tal, os governantes eram eleitos e vigiavam as liberdades. A espada não estava mais no pescoço, mas, reparando bem, estava na mesa, ao alcance da mão dos generais. A qualquer momento eles poderiam sentir-se tentados a empunhá-la. As investidas oposicionistas que levaram à crise e ao suicídio de Getúlio contaram com a rede de proteção dos militares. Outro militar, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, vai reger em seguida o entra e sai de substitutos de Getúlio (Café Filho, vice-presidente; Carlos Luz, presidente da Câmara; Nereu Ramos, presidente do Senado) e garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Na renúncia de Jânio Quadros, militares vão opor seu veto à posse do vice, João Goulart, e concordar com ela só depois de acertada a implantação de um regime parlamentarista. Enfim, militares vão acabar com a festa ao

REFLEXÕES XXVIII

depor João Goulart. Eles detinham a última *ratio*, o poder dos poderes, a vontade sobre a qual nenhuma outra prevaleceria. Supremos eram eles, não o Supremo. E com isso chegamos à feição central dos dias que correm: hoje, supremo é o Supremo.

“Democracia e constitucionalismo são concepções políticas distintas”, ensina Oscar Vilhena Vieira, diretor da Escola de Direito paulista da Fundação Getúlio Vargas, no livro Supremo Tribunal Federal — Jurisprudência Política, publicado em 1994. “À democracia importa, fundamentalmente, discutir a origem e o exercício do poder pela maioria; já o constitucionalismo moderno, por meio da separação de poderes e de uma declaração de direitos, irá preocupar-se com os limites do poder, seja este exercido pelo rei ou pelo povo.”

A arte de bem conduzir um governo dependerá da conciliação entre esses dois polos, tanto mais delicada porque, na segunda metade do século XX, se assistiu a uma ampliação do alcance das constituições. A Lei Fundamental adotada na Alemanha Ocidental do pós-guerra acrescentou, à proteção dos direitos civis de ir e vir, de expressão, de reunião ou de igualdade perante a lei (nascidos séculos atrás, na Carta Magna e na Revolução Gloriosa inglesa, depois nas revoluções francesa e americana), os direitos sociais de moradia, de alimentação, de educação, de saúde, de segurança pública, de cultura, de lazer. Assim, uma ação positiva, a de promover direitos, somou-se à tradicional ação negativa — “impor limites aos demais poderes do Estado por meio do controle da constitucionalidade”, escreve Vilhena. A Constituição italiana, de 1947, foi pela mesma trilha. Ambas se punham a serviço da construção do Estado de bem-estar social característico da Europa dos anos que se seguiriam.

A Constituição brasileira de 1988 acompanhou essa tendência. Em 2009 o Supremo julgou o caso de uma jovem do Ceará, portadora de rara doença neurovegetativa, que reclamava da prefeitura de Fortaleza o pagamento dos remédios de alto

REFLEXÕES XXVIII

custo exigidos para seu tratamento. A decisão, que mostra o STF na função de promover direitos, foi favorável à jovem, com base no artigo 196 da Constituição — “A saúde é direito de todos e dever do Estado (...)” —, e abriu caminho para forçar o Estado a arcar, entre outros, com os medicamentos de combate ao HIV. Se o Estado alega que tais despesas não cabem no orçamento, o problema, ora, é do orçamento.

CÁRMEN LÚCIA – *Presidente de uma instituição em que os ritos e as formalidades lembram as regras do amor cortês*

Quando um partido é derrotado numa votação no Congresso, virou rotina recorrer ao STF. “O Supremo tornou-se tribunal de pequenas causas da política”, diz Oscar



Vilhena, agora não no livro, mas em entrevista. O excesso de atribuições do Supremo resultou num desenho institucional ruim, segundo Vilhena — “e, com desenho institucional ruim, é difícil funcionar bem”. Os constituintes de 1987/1988 chegaram a cogitar da criação de um tribunal exclusivamente constitucional, no modelo dos tribunais europeus; a tese não vingou. Na comparação com os *justices* da Suprema Corte dos Estados Unidos, “os ministros brasileiros jogam futebol de campo, enquanto os americanos jogam futebol de salão”. Mas um fator redime e exalta o Supremo, na opinião do diretor da Fundação Getulio Vargas: “Não é um órgão usurpador”.

•••

O encontro com o ministro Luiz Fux será em sua casa, numa das quadras internas do Lago Sul. Da transferência do Supremo até o governo Collor os ministros tinham à disposição apartamentos funcionais, e moravam neles. “Apartamento funcional” é típica instituição brasiliense. Os apartamentos dos ministros empilhavam-se todos no mesmo prédio, de propriedade do tribunal. Na sessão plenária que julgou o foro privilegiado, o ministro Gilmar Mendes contou o comentário que ouviu a respeito do juiz Antonin Scalia,

famoso campeão do conservadorismo na Suprema Corte americana. “Ah, Brasília, aquela cidade feita por um arquiteto comunista?”, disse-lhe o americano. “Fizeram um prédio para os juízes morarem. Eles divergem, brigam, e depois têm de se cruzar no corredor e no elevador. Gostei de saber que os comunistas não conhecem a alma humana.”

Fux percorreu “carreira completa”, diz ele, de magistrado: juiz singular, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ministro do Superior Tribunal de Justiça e, em fevereiro de 2011, ministro do Supremo Tribunal Federal. Por isso, fora a responsabilidade que aumenta ao ganhar a missão de “uniformizar o ordenamento jurídico nacional”, o STF não teve para ele “nenhum mistério”. Para ascender à mais alta corte, teve o apoio de Sérgio Cabral, então governador, e de Antonio Palocci, então ministro da Casa Civil. “Sem apoio político não se consegue”, diz. “Nomeação para o STF exige mérito mais apoio político.” Tinha o apoio de Cabral, seu conterrâneo, mas precisava também de São Paulo, “a caixa de ressonância nacional”, e procurou Palocci, a quem conhecia de um processo de interesse do governo que relatou no STJ. O então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, também ajudou.

Critica-se a “judicialização” da política, mas o fato é que “o Congresso se acostumou a jogar seus conflitos para o STF”, diz o ministro. Quando o pastor Feliciano, adversário das demandas dos *gays* e detrator da África como berço do “paganismo, do ocultismo, da miséria, da aids e da fome”, foi nomeado presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, partidos que desejavam obstar a nomeação recorreram ao Supremo. Reação de Fux, a quem coube apreciar a matéria: “Vocês é que resolvam. Não tenho nada a ver com isso”. Em contrapartida, mandou sustar o projeto que continha medidas de combate à corrupção. Tratava-se de uma iniciativa popular, e como tal não podia ser mexida. Alguns deputados a encamparam como sua de forma a poder alterá-la — e a desfiguraram a ponto de virar projeto contra o abuso de

autoridade.

Na mesa ao centro dos sofás e das poltronas em que nos sentamos, entre pilhas de publicações jurídicas e de outras ordens, sobressaem um grosso volume intitulado *The Beatles* e outro que trata da saga do povo judaico. O ministro é judeu, o primeiro judeu a chegar ao STF. O primeiro, sim, mas já não seria o único. Luís Roberto Barroso tem mãe judia, e como na tradição judaica a transmissão se dá pelo lado materno, explica Fux, Barroso seria o segundo. Os avós e o pai do ministro vieram da Romênia. Refugiados de guerra, os avós estiveram separados por três anos, antes de se reencontrarem no Brasil. O pai, brasileiro naturalizado, foi técnico em contabilidade e, já em idade madura, formou-se advogado. A família, de poucos recursos, morava no bairro carioca do Andaraí. Fux estudou no Colégio Pedro II, formou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e seu primeiro emprego foi no departamento jurídico da Shell. Um dia a Shell lhe propôs transferir-se para a sede da multinacional, em Londres. Eufórico, Fux apressou-se em contar a novidade ao pai; recebeu em troca um banho de água fria: “Não gastei nada em sua educação”, disse-lhe o pai. “Você estudou à custa do Brasil, em escolas públicas. Deve ficar aqui e retribuir o que o país lhe deu.”

Fux ficou associado à controvérsia do auxílio-moradia dos magistrados. Em 2014 determinou monocraticamente seu pagamento a todos os juízes federais. Em março último, com a questão na iminência de ser julgada pelo plenário do STF, decidiu transferi-la a uma câmara de conciliação, a ser instalada pela Advocacia-Geral da União, e com isso jogou-a para sabe-se lá quando. O ministro é a favor do auxílio-moradia?

“Não sou a favor, mas compreendo o problema. Esta casa é alugada, 5 000 reais de aluguel. Nunca recebi penduricalhos, em toda a minha carreira, e disse aos presidentes das associações de juízes que deveriam abrir mão deles. Não fazem bem para o prestígio da classe. O que defendo é uma solução

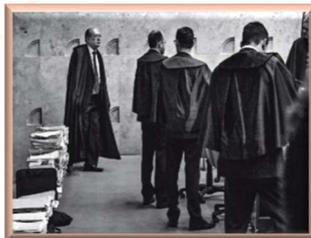
de compromisso, e tenho convicção de que ela virá: os juízes abrem mão dos penduricalhos e o governo passa a cumprir o mandamento constitucional de lhes dar reajustes salariais anuais.”

Ele acrescenta:

“Por que essa questão, neste momento? Não tenho dúvida de que foi por causa da Lava-Jato. Querem atingir os juízes que cuidam desses processos”.

III As palavras e os atos- Vênia é uma palavra de uso particular e exclusivo de uma comunidade. Significa licença, permissão, e, também, favor, perdão. Tem origem no latim e gera o adjetivo “venial”, usado em “pecado venial”. Quem fez primeira comunhão sabe que o pecado venial é leve, perdoável com um par de pai-nosso, enquanto o pecado mortal exige penitência severa. No mundo,

GILMAR MENDES – *“Houve gestões para uma candidatura a deputado, mas preferi a área jurídica. Cumpri o meu destino”*



vasto mundo de fora dos tribunais, não se pede vênia para avançar quando outra pessoa obstrui uma passagem, nem quando se deseja introduzir a opinião numa conversa entre amigos. No mundo paralelo dos tribunais estão banidos a licença, o por favor, o desculpe. Tudo são vências. “Vênia” é a rainha das expressões características do meio. Alguém com paciência de contar verá que é a mais pronunciada, entre os obrigatórios rapapés linguísticos, mas há outras, vossa excelência, eminente ministro, douta procuradora, nobre advogado, que configuram uma espécie de atualização das regras do amor cortês dos poetas medievais para o universo dos juízes, promotores e advogados. Às vezes ribombam no ambiente um “colenda turma” ou um “pretório excelso”. Vamos ao dicionário. O adjetivo “colendo”, segundo o Houaiss, significa “digno de acatamento e veneração;

respeitável, venerando”. “Pretório” era o lugar em que o pretor (magistrado romano) exercia suas funções, e “excelso” é o que está no céu, elevado, sublime. Pronunciados por ministros, “colenda turma” e “pretório excelso” são autoelogios.

O diretor-geral do STF é Eduardo Toledo, moço ainda, talvez menos de 40 anos. Funcionário concursado, aos 25 anos iniciou-se no gabinete do então ministro Sepúlveda Pertence (hoje, de volta à advocacia, engajado na defesa do ex-presidente Lula), e quando Pertence se aposentou, em 2007, passou ao gabinete de Cármen Lúcia. Em 2014 deixou o tribunal para advogar e em julho de 2016 voltou, a convite de Cármen, que assumia a presidência. “Foi um convite irrecusável”, diz. O STF, informa Toledo, tem 1150 funcionários concursados e de 1500 a 1700 terceirizados. Os gabinetes dos ministros contam com 35 a quarenta assessores. Até oito deles os ministros podem trazer de fora; também podem recrutar até três juízes auxiliares, dos quais se falará adiante. O Brasil tem ao todo 91 tribunais, entre federais, estaduais e os dois tribunais de contas municipais, os únicos existentes (em São Paulo e no Rio de Janeiro). Haja gente para falar *data venia*. Entre os tribunais superiores, a estrutura do STF é das menores. O orçamento de 2018 prevê gastos de 714 milhões de reais, contra 1,5 bilhão para o Superior Tribunal de Justiça, outro 1,5 bilhão para o Tribunal Superior do Trabalho e 2,4 bilhões para o Tribunal Superior Eleitoral. Só o Superior Tribunal Militar, com 550 milhões, fica atrás dele. A TV Justiça, no ar desde 11 de agosto de 2002, consome 50 milhões do orçamento. Antes dela, houve uma única sessão do Supremo transmitida ao vivo pela TV, a que apreciou — e negou — recurso do então presidente Collor contra procedimentos da Câmara no processo de impeachment.

A possibilidade de os ministros contarem com juízes auxiliares foi introduzida no regimento do STF em 2007. Em 2009 foi sancionada lei conferindo-lhes poderes de conduzir atos de instrução do processo. Eles obtiveram, em particular, o poder

REFLEXÕES XXVIII

de conduzir interrogatórios, o que representou ganho de tempo e de procedimentos. Antes era preciso remeter todo o processo ao juiz da comarca em que se encontrasse o depoente, e ao juiz, até então alheio a seu andamento, incumbiria estudá-lo a partir do zero. O juiz auxiliar, lotado no gabinete do ministro, acompanha o processo desde sua chegada ao tribunal. Para executar o trabalho, basta-lhe tomar um avião e ir ao encontro do depoente. Os juízes servem basicamente nos processos criminais, e ganharam importância na massa de trabalho que assolou a corte na ação penal 470, nome fidalgo do plebeu mensalão. A ministra Rosa Weber à época teve o juiz Sérgio Moro a auxiliá-la. Dos onze ministros, só Marco Aurélio prescinde de juiz auxiliar.

•••

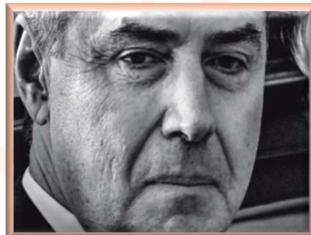
Os gabinetes dos ministros se distribuem pelos andares ao longo dos corredores sinuosos do Anexo II. Gabinete a gabinete, o cenário se repete. Uma placa à porta indica o nome do ministro, ao lado de uma porta aberta que conduz a um cubículo. Duas ou três poltronas e um balcão de atendimento compõem o recinto. Dá para ver uma meia dúzia de funcionários, atrás do balcão. É um ambiente de repartição pública. Caso tenha compromisso com o ministro, o visitante será conduzido de volta ao corredor e a uma porta a poucos passos de distância, sem indicação. Chegamos à sala onde o ministro trabalha e recebe, agora um ambiente de executivo classe CEO, ou de escritório de advocacia de primeira linha. Nosso encontro dessa vez é com o ministro Luís Roberto Barroso, e a conversa começa com uma volta a junho de 2013, quando ele ingressou no tribunal. Vencidas a indicação, a sabatina do Senado (aprovado por 59 votos a 6) e a posse, começar por onde?

Ele só começou a trabalhar efetivamente em agosto. O mês de julho, de férias, passou-o, como era seu hábito, em Paris, com a mulher, num apartamento alugado. Em meses anteriores a esse período, escrevia livros e artigos. Dessa vez passou-o estudando direito penal. Barroso era advogado

REFLEXÕES XXVIII

constitucionalista e, como outros colegas, viu-se na necessidade de mergulhar no direito penal. Precisava preparar-se para enfrentar os processos de autoridades com prerrogativa de foro. De volta ao Brasil, começou a montagem de sua equipe com um concurso entre funcionários efetivos da corte interessados em funções gratificadas. Para os cargos de livre escolha e para os de juízes auxiliares, trouxe ex-alunos.

BARROSO – Os primeiros dias no STF foram “um choque – pelo volume de trabalho, pela variedade, pela dinâmica de trabalho”



Um ano antes de ser nomeado ministro, Barroso recebeu o diagnóstico de um câncer agressivo no esôfago. O prognóstico era de não mais de um ano de vida. Submeteu-se à quimio e radioterapia, mas também recorreu a tratamentos alternativos enquanto lia a montanha de livros judaicos, católicos, espiritualistas, ou de espiritualidade oriental com que foi presenteado. Os exames a que se submete periodicamente indicam que houve remissão do câncer, e ele afirma que saiu da provação mais “espiritualizado”. Em que consiste essa “espiritualização”?

“Consiste em...” – pausa para refletir, e começa a enumerar: “Aristóteles...”.

Aristóteles espiritualista? Não devia ser Platão? Ele insiste:

“Aristóteles, a Bíblia Judaica – os judeus não gostam que se fale Antigo Testamento; gosto do Livro dos Provérbios –, os Evangelhos, Buda, Kant (gosto da Metafísica dos Costumes), Hegel... Hegel é um autor complicado, retenho dele que a história caminha no sentido do bem e do processo civilizatório”.

O ministro pratica a meditação e participa do Brahma Kumaris, “movimento espiritual dedicado à transformação pessoal e renovação do mundo”, segundo descreve seu *site* na internet. Criado na Índia em 1937, o movimento se espalhou

pelo mundo. Barroso integra a comunidade Brahma Kumaris de Oxford, na Inglaterra.

A coluna de Ancelmo Gois no jornal O Globo publicou recentemente foto de dois meninos de 7 anos fantasiados de tiroleses, tirada num Carnaval em Vassouras, no Rio de Janeiro, terra natal de um deles e da família do outro. “Quem são esses miúdos?”, perguntava o texto. Eram o vassourense Barroso e o cantor e compositor Cazuzza, e a foto havia sido passada ao colunista pelos organizadores do Centro Cultural Cazuzza a ser inaugurado na cidade fluminense. “Foi uma grande peça que o Ancelmo me aprontou”, diz o ministro. E mostra no celular a mensagem que enviou ao jornalista; dizia que, a partir desse episódio, deixava de ser partidário da liberdade de imprensa. As famílias, dele e de Cazuzza, eram amigas, explica, mas ele só conviveu com o compositor na infância. Considera-o um “grande poeta popular”.

Ainda antes de ser nomeado ministro, Barroso já se mudara para Brasília. Ficava mais cômodo para quem, como advogado constitucionalista, ia sempre à capital federal. Ele gosta da cidade? “Adoro Brasília.” Adora o quê? “O verde, os amplos espaços, a possibilidade de morar em casa. Aqui moro na casa de meus sonhos. E pude instalar na casa a biblioteca dos meus sonhos.”

Não é por má intenção que se vai visitar o gabinete do ministro Gilmar Mendes logo em seguida ao de Barroso. Os dois conviverão na mesma página de revista, mas papel não machuca. O gabinete de Gilmar fica no 5º andar do Anexo II, no fim do corredor, e o de Barroso no 4º andar, também no fim do corredor; estão um em cima do outro. Gilmar Ferreira Mendes é o único dos três ministros nomeados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que permanece no tribunal. Nelson Jobim e Ellen Gracie aposentaram-se. Mendes ostenta uma das mais sólidas formações entre a composição atual. Seus trabalhos sobre o controle de constitucionalidade são um marco. As ações declaratórias de constitucionalidade são “um pouco um invento meu”, afirma.

REFLEXÕES XXVIII

Trabalhou na formação do instituto — o mesmo com que hoje se tenta invalidar a possibilidade de prisão em segunda instância — “a seis mãos”, com o jurista Ives Gandra Martins e o então deputado Roberto Campos, em 1999, quando trabalhava na Casa Civil do governo FHC.

Mendes formou-se na Universidade de Brasília e em seguida ingressou no Itamaraty, como oficial de chancelaria. De 1979 a 1982, entre os 23 e os 26 anos de idade, serviu em Bonn, capital da então Alemanha Ocidental. “Aprendi o idioma e estudei lá.” Em 1990, doutorou-se na Universidade de Münster com a tese “O controle abstrato de normas perante a Corte Constitucional Alemã e perante o Supremo Tribunal Federal”. Em junho de 2002, aos 46 anos, chegou a um STF protagonizado por figuras como o conservador Moreira Alves e seu oposto Sepúlveda Pertence. Como foi o impacto da chegada? “Não houve impacto, porque já aguardava vir para cá”, diz. Vinha se destacando, no governo FHC, primeiro como subchefe da Assessoria Jurídica da Casa Civil, depois como chefe da Advocacia-Geral da União. Nesse último posto travou batalhas cruciais para o governo, entre as quais a defesa do racionamento imposto à época da crise energética de 2001.

A notoriedade não o teria tentado para uma carreira política?

“Houve gestões para uma candidatura a deputado federal pelo Mato Grosso, mas preferi ficar na área jurídica. Cumpri meu destino.”

Que destino, o Judiciário?

“A área jurídica. A área jurídica ligada à política.”

Gilmar Mendes não é de charmes nem brincadeiras, pelo menos com quem conversa pela primeira vez. O controle jurisdicional do poder é tema que o apaixona. “O *habeas corpus* é o elemento fundante da ação da Justiça contra o abuso do poder”, diz. Muito em função de Rui Barbosa, o *habeas corpus* conheceu uma ampliação de seu escopo para além da garantia da liberdade de ir e vir. “Rui Barbosa chegou a ganhar *habeas corpus* até para realizar comício”, afirma. A

referência é a episódio ocorrido na campanha presidencial para suprir o mandato 1919-1923, depois da morte, sem assumir, do presidente eleito Rodrigues Alves. Rui Barbosa lançou-se candidato da oposição contra o candidato oficial, Epitácio Pessoa. Em Salvador, seus partidários foram hostilizados pelo governo e pela polícia local; até incidente com feridos e um morto ocorreu. O *habeas corpus* obtido no STF garantiu-lhes, a Rui e aos correligionários, o direito de realizar em segurança atos de campanha. A “doutrina brasileira do *habeas corpus*”, como a apelidaram, chegou a ser estudada no exterior.

O mandado de segurança, adicionado ao corpo institucional brasileiro pela Constituição de 1934, veio a substituir a concepção alargada do *habeas corpus*. Introduzem-se posteriormente as ações diretas, de inconstitucionalidade (por emenda constitucional de 1965), depois as ações declaratórias de constitucionalidade, que permitem reclamações diretas ao Supremo, sem passar por instâncias inferiores. “Em nenhum país se julga tanta ação direta de inconstitucionalidade como no Brasil.” Foi a ela que recorreu o MDB no episódio já citado, em que o partido contestava o decreto de censura prévia aos livros e periódicos no governo Médici e que provocou a renúncia do ministro Aducto Lúcio Cardoso.

Tanto quanto pela competência profissional, Gilmar Mendes destaca-se pela belicosidade. Já entrou em duros choques com os colegas Joaquim Barbosa e Marco Aurélio, além de Barroso. Na votação que proibiu as doações empresariais às campanhas políticas, em que foi derrotado, deixou ostensivamente o plenário quando ia falar o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, autora da ação vitoriosa. O ministro estaria cansado do Supremo?

“Meu filho costumava dizer: ‘Pai, quando você vai para o Supremo?’. Depois, começou a perguntar: ‘Pai, quanto tempo você vai ficar no Supremo?’, e eu respondia: ‘Uns doze anos’. Hoje, ele me diz: ‘Pai, já passaram os doze anos’.”

IV A conflagração- A senhora de pedra que toma conta do Supremo Tribunal Federal esqueceu de trazer a balança. A espada ela trouxe, e a conserva bem segura, apoiada nas pernas e uma ponta agarrada a cada mão. Venda nos olhos, balança e espada são os apetrechos clássicos da Iustitia. O destaque à espada, na versão brasiliense, somado ao esquecimento da balança, sugere múltiplas interpretações. Fiquemos com uma: o clima no STF está mais para cortantes golpes que para ponderações e equilíbrios. Ministro A: “Precisamos ficar atentos a isso. Esse tipo de manobra não pode ser feito com o Supremo Tribunal Federal. Ah, agora vou dar uma de esperto e conseguir a decisão do aborto. De preferência na turma, com três ministros. Aí a gente faz um 2 a 1...”

TRIO DE FERRO – Na Segunda Turma, Gilmar Mendes, Toffoli e Lewandowski votam fechados e ganham sempre

Ministro B: “Me deixa de fora desse seu mau sentimento. Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia. É um absurdo vossa excelência vir aqui e fazer um comício cheio de ofensas e grosserias”.



“O momento no mundo é tomado de posições afirmativas em excesso”, diz a presidente Cármen Lúcia, incluindo o conflito num contexto mais alto. “O dissenso é extremamente saudável”, afirma o ministro Fachin. Tribunais são feitos mesmo para dissentir, e “o dissenso mostra que o colegiado é incapturável”. São apreciações diplomáticas. Há uma divisão profunda no STF, e o fator desencadeador resume-se em duas palavrinhas: Lava-Jato. A operação desencadeada em Curitiba provocou na corte rachaduras que se explicitam em três níveis: o primeiro no piso térreo dos partidarismos, o segundo no piso intermediário das posturas dos juízes em face das penas e o terceiro no alto plano das concepções teóricas. Nenhum deles admitirá que os vínculos e as preferências

REFLEXÕES XXVIII

políticas interfiram na atividade de juiz. Também não se deve considerar que sejam o único fator. Mas, além de juizes, são pessoas inseridas na sociedade, e como tal portadoras de preferências políticas. Mendes, Toffoli e Lewandowski consolidaram-se nos últimos meses como um trio de ferro contra o que consideram avanços indevidos e arbitrariedades da Operação Lava-Jato. Nos debates, atuam cada vez mais fechados, ainda que provindos de campos políticos opostos — Gilmar Mendes é adversário declarado do PT, enquanto os outros dois são próximos ao partido. “Você já reparou como eles só citam a eles mesmos?”, cochichou um ministro a seu vizinho, numa sessão recente. Um antigo observador do tribunal diagnostica: “O acordo entre eles é: você salva os meus que eu salvo os teus”.

No campo oposto ficam o relator da Lava-Jato, Edson Fachin, seguido de Barroso, Fux e Cármen Lúcia, sempre, e Rosa Weber quase sempre. “Nosso grupo partilha uma comunhão ideológica”, diz Fux. O grupo reflete a parte mais vocal da sociedade em seus reclamos de uma faxina na política e uma revolução nos meios e métodos de fazer campanhas, atuar no Parlamento e governar. Os dois lados, como na teoria dos jogos, fazem seus lances com o olho no lance seguinte. Jogam a ficha numa aposta que pode até não ser de seu particular agrado, mas contando com a perspectiva de que receberão em dobro na mão seguinte. Celso de Mello, Marco Aurélio e Alexandre de Moraes oscilam entre um campo e outro e definem os resultados.

CELSO DE MELLO – Erudição, memória prodigiosa e a um ano e quatro meses de tornar-se o mais longevo da história

No plano elevado situam-se as concepções sobre a natureza e o alcance da Constituição e do Supremo Tribunal Federal. O ministro Barroso, entre outras teses em sua prolífica atividade de publicista, professor e



palestrante, defende que os supremos tribunais têm um “papel iluminista” a desempenhar. Nesse papel, exemplifica, a Suprema Corte dos Estados Unidos garantiu os direitos civis dos negros, e sua equivalente em Israel baniu a tortura aos palestinos. O papel iluminista autorizaria interpretações constitucionais que, ao romper impasses na sociedade, nos parlamentos e nos governos, abrem espaço para o avanço civilizacional.

A tese causa polêmica. Dá ensejo a uma leitura aberta das constituições, despregada da literalidade do texto, e a uma atuação das cortes que arrisca invadir as atribuições de outros poderes. Dias Toffoli assim resume sua diferença filosófica com o colega: “Barroso diz: ‘Vamos descobrir o futuro’. Eu respondo: ‘Não, vamos com calma’”. Gilmar Mendes identifica uma leitura licenciosa da Constituição, quando não deturpada, em decisões tomadas ultimamente. Na sessão que limitou o foro privilegiado dos parlamentares, afirmou: “Tenho que, neste caso, o Supremo não está verdadeiramente interpretando a Constituição Federal, mas a reescrevendo”.

Os três níveis da discórdia se fazem presentes, misturados, nas votações de 6 a 5 ou, no máximo, 7 a 4 que têm caracterizado o normal das sessões plenárias. Nas duas turmas em que se divide o tribunal calhou de o trio Mendes/Dias Toffoli/Lewandowski ficar em uma e o trio Barroso/Fux/Rosa Weber na outra. Isso garante que cada um dos grupos rivais se imponha na respectiva turma. Fachin, relator da Lava-Jato, faz parte da Segunda Turma, e perde sempre. Quando leva a questão ao plenário, como fez com o *habeas corpus* de Lula, vence. As turmas ganharam dos políticos o apelido de “Jardim do Éden” — a Segunda, que absolve sempre — e “Câmara de gás” — a Primeira, que condena. Em setembro o equilíbrio entre elas se alterará. Dias Toffoli, assumindo a presidência, deixa a Segunda Turma, e será substituído por Cármen Lúcia. A vida ficará mais fácil para Fachin.

•••

REFLEXÕES XXVIII

A sala do ministro Edson Fachin, cheia de livros, lembra uma livraria. Não pelas estantes que percorrem de ponta a ponta a longa parede, mas pela mesa que, suportando pilhas e pilhas de livros, replica as mesas em que as livrarias expõem os últimos lançamentos. O ministro diz que a trabalhadeira tem sido tão grande que lhe falta tempo para ler. Como dizer que não tem lido, com tanto livro sobre a mesa? “Ah, mas são todos de direito penal.” Na atividade acadêmica não é essa sua especialidade. “Eu me casei com o direito civil, mas aqui me vi obrigado a mudar a relação jurídico-afetiva para o penal.”

Fachin foi nomeado para o Supremo, pela presidente Dilma Rousseff, em junho de 2015, para preencher a vaga de Joaquim Barbosa, e desde então a política bate à porta de seu gabinete. No impeachment de Dilma foi relator do recurso com que o governo tentava invalidar atos da Câmara (negou-o). Veio em seguida a crise fiscal dos estados, e viu-se numa reunião com nove governadores. “Essa reunião deveria ter sido do outro lado da rua, não era matéria para o Judiciário resolver.” Com a morte de Teori Zavascki, herdou-lhe a relatoria da Lava-Jato. Que sensação experimentou quando lhe caíram sobre os ombros os mais decisivos processos dos dias que correm?

“Vou lhe responder de outra forma. Outro dia um ex-aluno veio me visitar e perguntou se eu estava feliz. Respondi: estado de felicidade, nos tempos atuais, é um querer excessivo. Estou satisfeito. Satisfeito no sentido de que me propus a mudar da Primeira para a Segunda Turma, para substituir o ministro Teori, fiquei por sorteio com os processos, e um conjunto de ações nos últimos meses permite que seja otimista quanto aos resultados.” Apesar da reação em contrário dentro do Supremo?

“Os pilares fundamentais da Lava-Jato estão de pé: execução em segundo grau, apesar de todo o seu aspecto controvertido, o valor jurídico das delações premiadas e a importância de manter as prisões preventivas, observados certos limites. Você indagaria: vai ser mantido o tripé? A maioria do plenário

aponta nessa direção.”

Fachin identifica uma transformação da percepção das pessoas com relação ao Supremo e à Constituição: “Quando eu era estudante, na década de 1970 e um pouco na de 1980, pouco se falava do Supremo, e a Constituição era vista num plano de uma cidadania idealizada. Os nós que a Constituinte não desatou ficaram para o Judiciário. O deslocamento da política para o direito é isso: uma tentativa de desatar os nós em que não houve vencedores. Chegou-se a um impasse, e alguém precisa desatá-los”.

O ministro tem outro compromisso, a conversa se encaminha para o fim. Última pergunta: e as ameaças que revelou terem sido endereçadas a ele e à família? Resposta: “A presidente tomou providências e está tudo sob controle”. É tudo o que o senhor pode dizer? “Sim, tudo.”

Diz que conheceu Cármen Lúcia pelos livros de direito público, inclusive constitucional, de que é autora. Sempre a admirou, e ao lê-la pensava que poderia vir a fazer parte do tribunal. “Saíram notícias de que eu estaria estremeado com ela, mas não é verdade. Apenas lhe falei, com cuidado, sobre a necessidade de votarmos a ação sobre a aplicação da pena depois de condenação em segundo grau.” Celso de Mello cita um seu professor na Faculdade de Direito da USP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal. “Ele falava da ‘indeclinabilidade’ da prestação jurisdicional. É preciso dar resposta às demandas.”

O decano, assim como Marco Aurélio, é contra a prisão antes que se esgotem as quatro instâncias recursais. Cita o artigo 393 do Código de Processo Penal (hoje revogado), que prescrevia “prisão imediata” do condenado, e o decreto-lei 88, editado quarenta dias depois de inaugurado o Estado Novo, que criava o “Tribunal de Segurança Nacional” e imputava ao réu o ônus de provar a inocência. São aberrações que se devem evitar. “A regra de prisão só depois do trânsito em julgado, em que nossa Constituição repete as da Espanha e da Itália, é antídoto contra arbitrariedades.”

REFLEXÕES XXVIII

EDSON FACHIN – “Estado de felicidade, nos tempos atuais, é um querer excessivo. Estou satisfeito”



Para Celso de Mello o trabalho é a vida e a vida é o trabalho. Sua rotina é ir de casa para o Supremo e do Supremo para casa. Ele não vai a festas nem frequenta palácios.

“Agradeço os convites, mas não vou.” Quando estudante, assistiu a uma palestra em que o então desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo José Geraldo Rodrigues de Alckmin (depois ministro do Supremo) discorreu sobre a vida de juiz. “Juizes, especialmente no interior, são muito requisitados por prefeitos, vereadores, delegados de polícia. Não vá, nos dizia o desembargador Alckmin. Se for impossível recusar o convite, aplique a regra dos três ‘S’: saudar, sorrir e sumir.”

Já passa das 22 horas. Um assessor aproxima-se para lembrar que termina às 23h59min o prazo para votar em matéria pendente no plenário virtual. No plenário virtual, em que os ministros operam na tela do computador, as votações iniciam-se à zero hora de uma sexta-feira e se encerram às 23h59min da quinta-feira seguinte. Celso não se apressa. Ainda discorre sobre os ministros que mais tempo ficaram no tribunal, no período republicano. O mais longo período foi o de Hermínio do Espírito Santo — 29 anos, onze meses e 24 dias. O segundo, o de André Cavalcanti — 29 anos e oito meses. E o terceiro já é Celso de Mello. Ele está perto da primeira colocação. Aos 72 anos, sobra-lhe tempo para conseguir alcançá-lo. Tentará fazê-lo? “Não sei...” Faz uma expressão de cansaço. “Com esse problema na perna...”

Nesta noite, 26 de abril de 2018, esta unanimidade entre os colegas que é Celso de Mello, considerado esteio moral do Supremo, está completando 28 anos, oito meses e nove dias no cargo. À saída, a Praça dos Três Poderes está deserta, e a dama de pedra, condenada ao plantão perpétuo como guardiã

REFLEXÕES XXVIII

dos guardiões da Constituição, cumpre seu solitário dever com ares mais desamparados do que nunca.

NOTA: quatro ministros não foram entrevistados para esta reportagem. Rosa Weber tem por princípio (respeitável) não receber jornalistas. Marco Aurélio se diz temporariamente fechado à imprensa. Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes não responderam ao pedido de entrevista. ●

Roberto Pompeu de Toledo

Artigo publicado na revista VEJA no dia 16 de maio de 2018, edição 2.582

O Brasil ficou imprevisível

Martin Wolf



O economista e comentarista do Financial Times diz que a solução política para o país está no centro e que a polarização poderá ter consequências “trágicas”

Pode-se medir a importância de uma economia no mundo pela quantidade de textos sobre ela escritos por Martin Wolf, 72, o principal comentarista do jornal inglês Financial Times. Formado em economia pela Universidade de Oxford e ex-economista sênior do Banco Mundial, Wolf escreve cada vez menos sobre o Brasil — o último artigo, em novembro de 2017, foi o primeiro em quatro anos de silêncio. O britânico foi crítico contumaz da chegada do PT ao poder por acreditar que o país teria seu caminho de estabilidade interrompido por um calote de sua dívida externa. Errou feio. Depois do tropeço, passou a considerar o ex-presidente Lula um bem-sucedido expoente da “social-democracia”, até o naufrágio das políticas populistas e, é claro, a revelação dos esquemas de corrupção. Hoje, Wolf vê com ceticismo os prognósticos para o Brasil, em que o cenário de polarização é, segundo ele, trágico. “É temerário que o brasileiro tenha perdido a confiança em todos os políticos, porque essa percepção abre espaço para *outsiders* e neófitos cuja incompetência é, em geral, muito danosa”, disse a VEJA.

Um candidato de centro, segundo Wolf, seria a solução, ainda que o mundo passe por uma crise de governos moderados. “O centro falhou em entregar políticas que melhorassem o bem-estar da população. Daí o surgimento de reações tão contrárias à moderação, como o Brexit. Ao mesmo tempo, na França, houve Emmanuel Macron, o que dá certa esperança de que o centro conseguirá recuperar seu espaço.” A seguir, sua

entrevista.

Na última década o senhor tem sido um crítico ferrenho da condução da economia brasileira. Com a perspectiva de retomada mostrada pelos mais recentes indicadores, sua opinião mudou?

Minha visão em médio e longo prazos para o Brasil continua pessimista. Nos últimos quinze anos, que foi um período na maior parte governado por Lula e Dilma, houve uma grande frustração. Lula herdou um país nos trilhos, com uma trajetória de estabilidade e pronto para decolar. No início de seu governo, fez coisas boas, sobretudo nas políticas fiscal e monetária, controlando gasto público e sendo cauteloso com a inflação. Mas rapidamente perdeu a mão. E olhe que aqui só estou falando dos erros na economia. O atual presidente, Michel Temer, tem tentado ir na direção das reformas. Mas ele não consegue completar seu trabalho porque não tem legitimidade para aplicar medidas muito drásticas, já que não foi eleito. É preciso um novo presidente com capital político para fazer as reformas de que o Brasil precisa há pelo menos duas décadas e que pouco avançaram nesse período.

O senhor acha que uma mudança de governo terá o potencial de alterar o curso da economia em curto prazo?

Depende do governo. A melhoria atual é cíclica, o que é bom. Mas os problemas em longo prazo continuam no mesmo lugar, esperando para ser resolvidos. Não se pode esquecer que a economia passou por uma grande recessão, com queda real de 9% na renda *per capita* em apenas três anos, que a situação fiscal é insustentável e que um escândalo de corrupção trouxe alguns dos principais empresários do país, justamente do setor que afeta diretamente o crescimento, que é a construção civil. É preciso abrir a economia, que ainda é relativamente fechada, fazer a reforma tributária, uma reforma trabalhista de verdade, investir mais em infraestrutura e criar políticas públicas que aumentem a

poupança privada. Como parte da reforma fiscal, é necessário mudar as aposentadorias para controlar a previsão de gastos do governo no futuro. Talvez a criação de um modelo de poupança para a aposentadoria possa ser a saída para ajudar na parte fiscal e elevar o nível da poupança nacional. O trabalho é grande, e eu não estou nem um pouco certo de que um próximo presidente estará apto a fazê-lo. Esse segundo colocado nas pesquisas, Bolso... Qual é mesmo o nome dele?

Bolsonaro? Isso, Bolsonaro. Ele me parece completamente maluco, alguém capaz de destruir o país completamente. Perto dele, Donald Trump beira à normalidade e até mesmo a serenidade, eu diria. Trata-se de alguém que não sabe o que diz e que parece não ter noção do que significa governar. Essa perspectiva é algo muito trágico e muito triste, pois significa uma grande perda de potencial, sobretudo no caso do Brasil, que tem recursos abundantes, colossais. É uma pena.

Com o intuito de se aproximar do mercado, Bolsonaro escalou um time econômico liberal. Isso ajuda?

Ajuda a parecer mais sério, mas não resolve. Tudo dependerá de quem cuidará da política econômica depois da eleição. Antes disso, só há promessas. Mas a verdade é que o Brasil poderia, com uma gestão correta, pavimentar um caminho sustentável para a retomada, com as contas mais saudáveis e os juros sob controle, além de mais emprego. O problema é encontrar um indivíduo capaz de fazer isso e convencê-lo a se candidatar.

O senhor não vê essa perspectiva em nenhum dos atuais candidatos?

Eu conheço pouco do currículo e do trabalho desses candidatos. Apenas vejo Lula em primeiro lugar e o segundo ocupado pelo senhor sobre o qual falamos. E Lula em primeiro lugar não é menos trágico que Bolsonaro em segundo. Ou seja, as perspectivas são tristes, pois há um grande fator de instabilidade política quando falamos do Brasil. O país, agora,

é imprevisível. E não era assim. As duas maiores vitórias do governo de Fernando Henrique Cardoso foram a estabilidade econômica e a previsibilidade política. A má condução da economia e a corrupção reverteram esse caminho. A única coisa estável hoje em dia é a política monetária, com a inflação sob controle e os juros em queda, o que, em grande parte, é resultado do bom trabalho do Banco Central.

A prisão de Lula tem o potencial de atenuar a polarização e, conseqüentemente, a instabilidade?

Tenho dúvidas. É temerário que, por culpa de fatos como esse, o brasileiro tenha perdido a confiança em todos os políticos. Essa percepção abre espaço para *outsiders* e neófitos cuja incompetência é, em geral, muito danosa para qualquer país.

A prisão ao menos atenua o sentimento de impunidade?

Tive reações conflitantes em relação à prisão. Ao mesmo tempo que fiquei impressionado com o êxito da Justiça brasileira em condenar um político tão importante e carismático, o fato de que esse mesmo indivíduo seja culpado desses crimes me deprime. Acho inacreditável que um homem em quem tantos brasileiros acreditaram e depositaram seu voto — eu mesmo acreditei —, e que teve enorme oportunidade de fazer uma transformação para melhor em um país, tenha terminado onde está. Pior: e ainda querendo ser presidente novamente. Seria ridículo se a Justiça brasileira permitisse uma candidatura nessas condições. Lula já teve seu tempo e não solucionou os problemas. Ele não é o futuro. Ele é o passado que falhou. E, preso, dificilmente conseguirá fazer um sucessor que herde todos os seus votos. É preciso alguém novo, mais alinhado ao centro, que contemple os anseios da população e tenha legitimidade para empreender as reformas que são fundamentais.

Quais características deve ter esse político de centro?

Credibilidade. Que não seja visto como corrupto e tenha

capacidade de execução. Afora esse candidato, seria preciso uma nova leva de políticos no Legislativo aptos a construir uma legislação mais moderna e dinâmica, e que dê segurança jurídica ao investidor, além de um Executivo de melhor qualidade com autoridade para pôr em prática as reformas, sem aumentar impostos, que já são um fardo tão grande para a população brasileira. Esse político também precisa colocar o Brasil no caminho da inovação, reduzindo sua dependência das *commodities*. Mas, como eu disse em minha última coluna sobre o Brasil, é muito difícil mudar o rumo em médio prazo. Não é impossível. Mas requer muita vontade e pouco compromisso com a reeleição.

Muitos políticos centristas foram afetados pela Lava-Jato, o que prejudica o fator “credibilidade”. Em certa medida, sim. Mas isso não significa que o centro deixou de existir e que dali não possa surgir alguém novo e limpo de acusações. O Brasil, por ser um país enorme e com muita desigualdade, requer um modelo de governo não populista de centro-esquerda, uma social-democracia, que foi imensamente atingida nesses escândalos de corrupção, em todas as suas nuances partidárias. No mundo, mesmo sem o fator Lava-Jato, o centro também falhou em entregar políticas que melhorassem o bem-estar da população. Daí o surgimento de reações tão contrárias à moderação, como o Brexit. Ao mesmo tempo, na França, houve Emmanuel Macron, o que dá certa esperança de que levará tempo mas o centro conseguirá recuperar seu espaço.

O fracasso da esquerda em alguns países, como o Brasil, também acabou nocauteando o centro de forma geral?

Sim. Tornou mais difícil essas candidaturas e, mais que isso, estimulou o populismo. As pessoas aderem a ele não por ideologia, mas porque acabam acreditando que aquele indivíduo que fala exatamente o que elas querem ouvir mudará a vida delas. Trump é o exemplo perfeito de populismo de direita, enquanto Hugo Chávez e, agora, seu

sucessor jogam no lado do populismo de esquerda. Obviamente os resultados são distintos, mas a dinâmica é a mesma, de estimular o nacionalismo e prometer resolver todos os problemas com soluções simples, o que, todos nós sabemos, é impossível. Hoje, a direita tem dado origem a mais exemplares populistas que a esquerda. São líderes hostis à globalização e a qualquer coisa que interfira no discurso nacionalista. As pessoas toleram, mesmo sabendo que o nacionalismo desmedido nunca as levou a um bom lugar.

Em todos os países do chamado grupo dos Brics, em geral, a situação política não é muito animadora. Esse desequilíbrio pode ter sido causado porque as democracias mais jovens não souberam lidar com o crescimento?

É muito difícil compararmos os Brics entre si, porque são economias muito diferentes e que vivem momentos completamente particulares. O que está acontecendo politicamente na China, no Partido Comunista, não tem necessariamente a ver com o que vive o Brasil, nem com o que ocorre na Rússia. É certo que todos estão enfrentando problemas, e talvez a Índia seja uma exceção, mas são questões muito mais relacionadas à política interna do que a um padrão de comportamento entre os emergentes em si em resposta aos acontecimentos da economia mundial. Jim O'Neill, que criou esse acrônimo, é meu amigo. Mas não acho que ele algum dia teve grande serventia para nos ajudar a analisar esses países. O conceito de Brics foi passageiro e, para mim, não existe mais. ●

Martin Wolf

Artigo Publicado em VEJA de 16 de maio de 2018, edição nº 2582

O Brasil e a recessão democrática

Celso Rocha de Barros



Como o cenário político global ajuda a entender a nossa crise – e vice-versa

Nos últimos anos, um dos lados da disputa política no Brasil – aquele que foi derrotado em 2014 – passou a ter o poder de ligar ou desligar instituições de acordo com os seus interesses

Em 2014 tivemos um estelionato eleitoral, que foi ruim, mas pareceu brincadeira de criança se comparado ao fato de que, em 2015, fomos governados por Eduardo Cunha, que, em 2016, quebrou a política brasileira ao meio para entregar a Presidência a Michel Temer, que só não caiu porque entregou à cafetinagem o Tribunal Superior Eleitoral e o Congresso (em duas votações) em 2017. As Forças Armadas invadiram o Rio de Janeiro para garantir foro privilegiado ao ministro Moreira Franco, e a vereadora em quem votei foi executada no meio da rua. Desde que o favorito absoluto nas pesquisas presidenciais foi condenado em segunda instância por corrupção e lavagem de dinheiro, o primeiro lugar passou para um fascista, que, aliás, só tem 20% das intenções de voto: se dependesse do eleitorado, essa eleição terminaria zero a zero. Mais ou menos todo mundo foi pego nas delações das empreiteiras.

Ou seja, não seria o pior dos exageros dizer que a democracia brasileira está em crise.

Não há dúvida de que a maior parte do que aconteceu no Brasil provavelmente foi mesmo coisa nossa. Nossos problemas econômicos em longo prazo, os erros de



política econômica de Dilma, os defeitos do sistema político, a fragilidade do pensamento econômico de esquerda, o pouco apreço dos conservadores brasileiros pela estratégia de “ganhar no voto”, tudo isso sempre foi bem conhecido, e tudo isso foi importante para ajudar a cavar nosso buraco atual.

Mas também é verdade que a democracia não vai bem ao redor do mundo. O cientista político Larry Diamond criou o termo “recessão democrática” para descrever como, mais ou menos desde 2006, o número de democracias vem caindo, e a qualidade das democracias restantes também. É um processo lento, com reviravoltas, mas a tendência é preocupante.

Afinal, a democracia vinha em uma ascendente de trinta anos: ao fim das ditaduras do sul da Europa seguiu-se a democratização da América Latina, o fim das ditaduras comunistas do Leste Europeu, e alguns processos de democratização na Ásia e na África.

Essa onda democrática, entretanto, parece ter chegado ao fim e, talvez, começado a refluir. Na Europa, Polônia e Hungria são governadas por partidos de extrema direita que vêm eliminando barreiras legais ao exercício de seu poder. A Venezuela e a Turquia tornaram-se ditaduras. Dos países que participaram da Primavera Árabe, só a Tunísia tornou-se democrática. Nem a longevidade no poder do Congresso Nacional Africano, na África do Sul, nem as sucessivas reeleições de Evo Morales são sinais de vitalidade democrática. Durante a crise do euro, as reclamações sobre o “déficit democrático” da União Europeia foram recorrentes, e nos Estados Unidos o presidente é Donald Trump.

Enquanto tudo isso acontecia, Dilma Rousseff caiu, a classe política foi desmoralizada pela Lava Jato, e as instituições brasileiras perderam a reputação de robustez que haviam conquistado nos anos anteriores. O que uma coisa tem a ver com a outra? A crise brasileira é mais uma manifestação da recessão democrática? O exemplo brasileiro pode ajudar a entender o processo mais geral? Nossos comentaristas e

analistas políticos têm ignorado o assunto, como se dissessem: “Não tenho nem roupa para participar da crise global da democracia.”

Para discutir essa questão, apresento a seguir dois livros recentes que tratam da crise da democracia sob ângulos bem diferentes. Em seguida, proponho um ensaio de aplicação dos conceitos de cada um dos livros para explicar a crise brasileira.

Concluo argumentando que a crise da democracia no Brasil se destaca entre suas similares por uma implosão muito mais acentuada do sistema partidário, o que, surpreendentemente, fez com que o sistema político brasileiro se mostrasse mais capaz de se recompor do que seus similares ao redor do mundo.

Os dois livros têm quase o mesmo título, que, entretanto, significam coisas muito diferentes: *How Democracies Die* [Como as Democracias Morrem], de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, lançado no início do ano nos Estados Unidos, é uma investigação de ciência política comparada sobre como países democráticos podem retroceder para formas autoritárias ou semiautoritárias; *How Democracy Ends* [Como a Democracia Morre], de David Runciman, a ser publicado em maio, é uma discussão sobre o que pode fazer a democracia, mesmo nos lugares onde ela funciona, aos poucos perder seu significado original e transformar-se em algo irreconhecivelmente diferente.

O livro de Levitsky e Ziblatt – professores de ciência política em Harvard – é empiricamente mais rigoroso, por mais que sua motivação política – o medo de que a eleição de Donald Trump danifique irremediavelmente a democracia americana – seja evidente. Reconstruindo a história da democracia nos Estados Unidos, procuram encontrar o segredo que lhe permitiu funcionar ininterruptamente desde a Independência, bem como aquilo que, nos últimos anos, fez com que parasse de funcionar como antes.

Runciman, professor de teoria política na Universidade de

Cambridge, escreveu um ensaio mais especulativo, o que talvez fosse inevitável: seu livro está em busca de sinais que ainda não são padrões. No caso, sinais de decadência democrática nos países ricos. Segundo Runciman, o tipo de retrocesso “tradicional”, evidente, em direção ao autoritarismo ainda pode ser possível no Egito ou no Brasil, mas as ameaças nas democracias consolidadas são diferentes. Seu argumento central é esse: a democracia não vai falhar da próxima vez como falhou da última.

Vou discutir cada livro separadamente, mas antes de mais nada, é preciso dizer: não é um bom sinal que a bibliografia sobre a crise da democracia contemporânea venha crescendo tão rápido.

A tese central de Levitsky e Ziblatt é a de que não foi a excelência da Constituição americana que garantiu a continuidade democrática desde a Independência dos Estados Unidos. A Constituição escrita pelos *founding fathers* tem muitos méritos, mas, como se sabe, é bastante curta. Há inúmeras brechas para a manipulação das regras do jogo por dentro mesmo da legalidade. Se essas brechas tivessem sido exploradas em todas as oportunidades, a história política americana teria sido muito mais turbulenta.

As condições que autorizam o impeachment pelo Congresso, por exemplo, são vagas: a princípio, todo presidente poderia ser impedido quando perdesse a maioria parlamentar. E, entretanto, isso não acontece. Nos Estados Unidos, ao menos.

Levitsky e Ziblatt argumentam que a democracia americana é sustentada por um conjunto de normas não escritas capazes de impedir que esses pontos cegos da Constituição sejam explorados para desestabilizar o sistema. A primeira dessas normas é o que eles chamam de autocontrole (*forbearance*): a disposição de se abster de usar contra o adversário todos os recursos institucionais disponíveis, pelo bem do funcionamento do jogo político como um todo. Vários presidentes americanos enfrentaram congressos de maioria

oposicionista, e sempre, nesses casos, a oposição conseguiu tornar a vida deles bem mais difícil. Mas quase nunca a maioria optou pela “opção nuclear” do impeachment, preferindo não correr o risco de instabilidade que impeachments frequentes trariam para a democracia. Isto é, demonstraram autocontrole.

O problema, dizem os cientistas políticos de Harvard, é que essas normas não escritas têm perdido força. Pouco antes da eleição de Trump, os republicanos deixaram de respeitar, de maneira bastante aberta, o imperativo de autocontrole: impediram que Obama nomeasse o substituto de Antonin Scalia, um juiz conservador da Suprema Corte, que faleceu no último ano de mandato do presidente democrata. A maioria republicana preferiu esperar a posse de Trump para só então aprovar o substituto, um conservador nomeado pelo novo presidente. Isso não foi ilegal: mas, como notaram Levitsky e Ziblatt, foi claramente uma violação das normas que orientavam as nomeações da Suprema Corte até então. É a democracia não funciona se todas as possibilidades legais forem sempre utilizadas contra o adversário sem consideração pelas consequências.

A segunda regra fundamental é a tolerância mútua. A propaganda contra o adversário pode ser agressiva (e é), mas deve se abster de colocar em dúvida a legitimidade do oponente: você pode considerar seu adversário incompetente, burro, vagabundo, ladrão, mau-caráter, defensor de ideias que prejudicarão muito o país, mas não pode questionar seu direito de participar da disputa democrática como um postulante legítimo.

As tentativas, ao longo do ciclo de governos petistas, de pintar o PT como uma conspiração antidemocrática a serviço do Foro de São Paulo foram violações da norma de tolerância. O mesmo é verdade sobre a propaganda petista contra Marina Silva em 2014, retratando a proposta de autonomia do Banco Central como uma conspiração de banqueiros para roubar comida da mesa dos pobres.

A violação da norma de tolerância é recorrente no discurso populista. Em seu livro recente sobre o populismo, Jan-Werner Müller mostrou como populistas recortam o eleitorado entre “o povo de verdade”, “o povo que importa” e os outros, os estrangeiros ou “penetras” do jogo democrático.

Nesse, como em outros casos, é mais fácil explicar uma regra pela sua violação: quando a escritora Ann Coulter diz que o eleitorado americano não está virando à esquerda, mas sim que está diminuindo (porque está incorporando mais negros, latinos, etc.), ela está dando uma aula de populismo, e violando a norma da tolerância.

Assim, para Levitsky e Ziblatt, a eleição de Trump seria o coroamento de um processo de deterioração das normas democráticas americanas. Mas Trump, eles insistem, é um sintoma dessa crise, não seu criador.

Desde o fim da segregação racial, a política americana se tornou cada vez mais polarizada. O Partido Republicano passou a ser visto e a atuar como o partido da maioria branca. A desigualdade econômica aumentou, e amplos setores da sociedade americana se sentem “deixados para trás” pela globalização. A política americana tornou-se menos tolerante; os conflitos, crescentemente acirrados; e a disposição para jogar pesado (o *hardball*) contra o adversário é cada vez maior.

Apesar de tudo isso, em seu primeiro ano de mandato Trump não conseguiu quebrar a democracia americana. Certamente gostaria de tê-lo feito. Na campanha, o republicano manifestou todos os sinais de candidatos a líderes autoritários identificados por Levitsky e Ziblatt. Mas as instituições americanas, até agora, foram capazes de controlá-lo. Os trumpistas já disseminam teorias da conspiração sobre o “Estado Profundo” (*deep state*), uma conspiração de *insiders* que estariam impedindo o presidente americano de cumprir suas promessas de campanha. Na verdade, quem está contendo Trump são as instituições criadas

pelos *founding fathers* para se prevenir contra presidentes como ele.

Mas seria um erro adotar a atitude complacente de “as instituições estão funcionando”, mesmo em terras distantes em que de fato estão. Afinal, notam Levitsky e Ziblatt, um surto de popularidade de Trump ou uma crise nacional grave – uma guerra, um grande atentado terrorista – pode fortalecê-lo e permitir que consolide sua reversão autoritária. Se isso acontecer, dizem os autores, a América terá falhado em seu verdadeiro excepcionalismo, o projeto de construir uma grande e vibrante democracia multiétnica.

O livro de Runciman parte do princípio de que, cedo ou tarde, tudo acaba. Será que também a democracia pode, em algum momento, acabar? Trata-se de um fenômeno histórico relativamente recente, lembra o professor de Cambridge. Nada garante que vá durar mais ou menos do que outras formas de governo.

Runciman vê paralelos entre o período atual de crise democrática e a última década do século XIX, marcada por movimentos populistas, teorias da conspiração, mudanças tecnológicas, desigualdade crescente, e a falta de uma guerra (que ofereceria uma experiência de trauma coletivo semelhante àquela que o populismo encena). Aquela crise da democracia deu origem a uma espetacular era de reformas, em que se consolidaram as duas bases de sustentação da democracia: a garantia de prosperidade futura, conseguida por meio da combinação entre capitalismo e estado de bem-estar social, e o reconhecimento da dignidade individual, pelo respeito aos direitos individuais e o direito ao voto. Nos lugares em que a democracia conseguiu se consolidar, a crise da democracia do final do século XIX a fez ressurgir mais forte do que nunca.

A crise atual, entretanto, dificilmente será resolvida como a do século XIX. Não há como expandir o estado de bem-estar social indefinidamente, e, nos países desenvolvidos, o direito

ao voto é universal. Se esses limites já não bastassem, há uma outra característica, bastante particular, específica dos dias atuais, segundo Runciman: os problemas colocados diante da sociedade moderna talvez estejam se tornando ou grandes demais ou pequenos demais para serem resolvidos pela governança democrática.

Por um lado, há uma série de ameaças existenciais pairando sobre a espécie: o risco de guerra nuclear, o risco de catástrofe ambiental, e, talvez, em um futuro não tão distante, o risco de subjugação pela tecnologia.

Não é claro que a democracia consiga lidar bem com esses problemas de grande escala. Os governos democráticos deixaram o problema de o aquecimento global chegar a um ponto em que talvez não seja mais possível evitar uma catástrofe. Poderíamos ter votado por limites ao nosso próprio consumo, mas, até agora, não votamos. Da mesma forma, devemos mesmo dar a Donald Trump o poder de destruir o mundo apertando um botão? Mas, se não o fizermos, quem deve ter esse poder? Os generais americanos provavelmente são mais confiáveis do que Trump, mas o quão confiáveis eles são?

Da mesma forma, há um risco real de que a mudança tecnológica comprometa a democracia. O caso mais evidente é a possibilidade de aprimoramento genético para quem puder pagar. Se os filhos dos ricos forem programados para serem superinteligentes ou supertalentosos, será que a igualdade jurídica ainda vai significar a mesma coisa? As possibilidades abertas pela tecnologia podem ser fascinantes: um futuro de automação total em que passemos nossa vida nos divertindo, por exemplo. Mas também podem ser terríveis – uma ditadura de super-homens geneticamente aprimorados, uma vida social destruída pela virtualidade e pela fragmentação da identidade que ela traz. Ainda não temos instrumentos analíticos para prever sequer que problemas teremos nesse *front*.

Essas ameaças grandes demais para a democracia transferem

poder aos tecnocratas e outros tipos de especialistas, que, cada vez mais, também controlam áreas importantes da vida social, como a gestão macroeconômica. Isto é, a participação na gestão dos benefícios em longo prazo do desenvolvimento é cada vez menos decidida democraticamente.

E não basta simplesmente injetar o ruído da democracia na gestão tecnocrática: isso pode funcionar quando o problema é a insensibilidade social ou a inércia dos especialistas, mas e se a gestão do problema exigir o mínimo de turbulência possível? O acrobata será beneficiado se o público começar a urrar sua desaprovação no meio do trajeto? Como saber o que é insensibilidade e inércia e o que, de fato, exige deixar o acrobata em paz? Não é uma questão simples. Naturalmente, todo sujeito inerte e insensível vai mentir que é acrobata.

Por outro lado, a dimensão “dignidade pessoal” da democracia – o respeito aos direitos individuais e à livre expressão dos cidadãos – é cada vez mais privatizada, e cada vez mais deriva para o anarquismo das redes sociais. E esse espírito ultrademocrático das redes sociais, se tem um lado bom evidente, também traz riscos significativos. Runciman lembra que Tocqueville via nos linchamentos americanos uma manifestação deformada do espírito democrático: a maioria se sente autorizada a descontar suas frustrações nas minorias vulneráveis. Na democracia moderna esses impulsos são domesticados pelas instituições, pela presunção de inocência, pelos direitos das minorias. Mas ainda não há nada disso na democracia das redes. Na frase de Runciman, “nós não linchamos mais; a não ser no Twitter”.

O tipo de individualidade formado pelo anarquismo das redes sociais também desfavorece a política democrática. No Facebook, no Instagram ou no Twitter, as pessoas se acostumam a ter gratificações imediatas, na forma de *likes*, compartilhamentos, *retuítes*, comentários. A democracia representativa funciona de outra forma: não gera gratificação imediata, e, como nota Runciman, não foi feita para fazê-lo. O ritmo mais lento dos compromissos partidários, dos

procedimentos parlamentares, das negociações e acordos, deveria servir de contrapeso aos vieses cognitivos que nos tornam míopes. Os partidos políticos, em especial, deveriam administrar esse processo de avanços e tréguas, o tempo longo do compromisso.

Daí a tendência recente à substituição do partido – incapaz de gerar gratificações imediatas – pelo movimento. O Podemos da Espanha começou como movimento, o En Marche! de Emmanuel Macron foi criado em torno de seu líder, e o trabalhismo de Jeremy Corbyn representou a tomada do Partido Trabalhista por um movimento. Esses movimentos, para Runciman, são como o Facebook: combinam máxima horizontalidade – as redes, a espontaneidade, etc. – com lideranças fortemente verticais. O Facebook é uma rede horizontal sem dúvida, mas é também, no fim das contas, o brinquedo do Mark Zuckerberg. É ele quem decide as regras do jogo, e as modifica como e quando quer. O mesmo vale para Macron no En Marche!

A conclusão do livro é a de que só a política pode resgatar a política. É preciso que as tentativas de manipulação tecnológica e o poder do mercado sejam enfrentadas por políticos com coragem de desafiar fortíssimos interesses econômicos. O próprio mercado global é uma máquina que saiu de controle, e – como no New Deal, em reação à crise econômica da década de 1930 – a solução é simples: só o exercício do poder político pode limitar o poder do mercado ou da técnica. Só o antigo Leviatã pode enfrentar o novo Leviatã.

Como essas duas perspectivas – a dos cientistas políticos de Harvard e a do professor de Cambridge – se cruzam? Ao final de *Como a Democracia Morre*, Runciman lamenta que o trabalho de Levitsky e Ziblatt tenha sido publicado quando seu próprio livro já estava pronto, e manifesta sua torcida para que as duas perspectivas se revelem complementares. São?

Há temas em comum entre os dois livros: em primeiro lugar, o

caráter muito mais gradual dos retrocessos democráticos recentes. Como notou Runciman, as democracias frágeis têm uma, e só uma vantagem sobre as sólidas: elas sabem quando acabam. Os generais fecham o Congresso, ocupam as estações de tevê, e todo mundo sabe o que aconteceu. Não é só que a democracia pode acabar de forma lenta: há toda uma área cinzenta entre democracia e ditadura dentro da qual é possível se mover com avanços e retrocessos. E talvez a democracia não acabe, ela só passe a significar menos do que já significou.

O caso de sucesso mais evidente da democracia – os países desenvolvidos no pós-guerra – aconteceu quando a discussão política dava-se em torno de pautas de “médio alcance”, como o tamanho do Estado de bem-estar social ou os níveis de tributação. Conforme essas questões foram resolvidas (ou excluídas da pauta pela exigência de competitividade global), os problemas passaram a girar em torno de temas que talvez sejam grandes demais (o risco de guerra nuclear) ou pequenos demais (a epidemia de opiáceos nos Estados Unidos). Esse deslocamento do eixo da discussão pode ajudar a explicar por que retrocessos democráticos começaram a afetar mesmo as democracias mais maduras, favorecendo o surgimento de populistas como Trump.

A erosão dos valores democráticos identificada por Levitsky e Ziblatt e a necessidade de gratificação imediata discutida por Runciman podem ser processos que se alimentam. A desigualdade de renda, que para Levitsky e Ziblatt faz crescer a polarização partidária, em Runciman (seguindo Paul Krugman) dificulta a articulação política em torno da produção de bens públicos.

Além disso, é possível pensar em um cenário em que o esvaziamento da democracia descrito por Runciman torne um retrocesso como o descrito por Levitsky e Ziblatt mais provável. Por mais que a política se transforme, é bem provável que o controle da máquina estatal continue a ser um bom negócio. Se os vínculos entre expectativas e valores do público das redes – cada vez mais imediatistas – e a realidade

da política institucional se esvaziar, a disputa pelo poder vai continuar, agora sem o público e sem valores. Se decidirmos, definitivamente, que o poder não nos representa mais, podemos ter certeza de que alguém vai torná-lo seu representante. E é muito improvável que o vencedor dessa briga não seja quem já conta com recursos de poder consideráveis.

Talvez os dois livros tenham o mesmo defeito: é bem claro que o pano de fundo de suas análises é a crise de legitimidade do liberalismo depois da crise financeira de 2008, mas a crise e seus desdobramentos não são partes importantes de nenhum dos dois livros. Ao menos como respostas às analogias correntes com os anos 1930, que transcorreram sob o impacto da crise de 1929, a crise de 2008 merecia mais atenção em uma explicação da crise atual nas democracias.

A desigualdade já vinha crescendo havia um bom tempo, mas em 2008 ficou claro que ela não seria revertida em prosperidade geral: ao contrário, os governos salvaram os bancos (como era mesmo necessário fazer) e deixaram os pobres entregues à própria sorte (o que foi um crime). A União Europeia, símbolo de integração pacífica entre países, passou a ser vista como uma agência de cobrança que vetava ou aprovava os líderes eleitos em cada país-membro. Os países ricos já eram cheios de imigrantes, mas até pouco tempo atrás o multiculturalismo era só uma das manifestações de uma integração cultural global que prometia prosperidade para todos. Como os trabalhos do cientista político Peter Mair já haviam mostrado, os partidos políticos vinham perdendo legitimidade, mas a alternativa a eles foi, por um bom tempo, o desinteresse e a abstinência eleitoral. Só recentemente esses partidos enfraquecidos tiveram que enfrentar a concorrência de movimentos populistas agressivos. Não é por acaso que Trump centrou fogo nas elites cosmopolitas dos grandes centros, ou que todos os *outsiders* europeus – à esquerda e à direita – centrem fogo em Bruxelas.

A análise da crise global também é importante por outro

motivo: a “política em médio alcance” de que fala Runciman desapareceu porque faltam boas propostas para encaminhar um novo pacto social como os que foram alcançados pela social-democracia do pós-guerra ou pela “terceira via” da primeira fase da globalização. Há boas razões para suspeitar que a solução da crise da democracia passe pela recomposição do pacto social em torno da globalização. Se um novo compromisso começasse a gerar prosperidade compartilhada nos países ricos amanhã, é provável que quinze dias depois as ameaças populistas já estivessem bem mais enfraquecidas, e as partes desse novo acordo mínimo servissem de base para um renovado padrão de concorrência eleitoral.

No geral, os dois livros têm muitas semelhanças e pontos de contato, mas, além das semelhanças, há, sim, complementariedades. Runciman dá mais atenção aos problemas que se apresentam à democracia e à sua relação com a vida na sociedade contemporânea. Levitsky e Ziblatt dão mais atenção à competição política no sentido mais estrito (disputas entre partidos, etc.) e à deterioração das instituições. Supondo que a competição política dependa do que acontece na vida concreta das sociedades, e que as instituições dependem de legitimidade produzida culturalmente, é fácil ver que as duas perspectivas se complementam.

Vejamos agora como esse cruzamento de perspectivas pode nos ajudar a entender a atual crise democrática brasileira, a maior desde a redemocratização.

Um dos elementos mais importantes da política brasileira nos últimos anos foi o surgimento de uma política da indignação sustentada pelas redes sociais. O papel dessa política de indignação nas manifestações de 2013 e na luta pelo impeachment é evidente, mas ela é fundamental para entender como a Lava Jato funcionou desde 2014: foi por meio das mobilizações nas redes sociais que o sistema político mediu o grau de insatisfação popular contra as diversas tentativas de interromper as investigações.

Mas desses três processos – junho de 2013, as passeatas da Paulista, a mobilização pela Lava Jato – só um foi claramente bem-sucedido: Dilma Rousseff caiu. As manifestações de 2013 tiveram efeitos políticos modestíssimos, e a Lava Jato vem sofrendo derrotas cada vez mais frequentes desde o impeachment.

O que isso nos diz sobre o tipo de política das redes sociais que preocupa tanto Levitsky e Ziblatt quanto Runciman? A experiência brasileira é clara: a política das redes só foi eficaz quando teve um ponto de entrada na luta política tradicional.

Saudada como “refundação da república” pelos mais exaltados no momento em que aconteceram, as manifestações de 2013 perderam prestígio. A direita perdeu o interesse quando teve seu próprio 2013, as manifestações pelo impeachment. E, na esquerda institucional, a interpretação dominante tornou-se algo mais ou menos assim: voluntária ou involuntariamente, talvez (nas interpretações mais doidonas) com participação estrangeira, as manifestações de 2013 ajudaram a criar uma onda conservadora que deu origem ao impeachment (ou golpe) de 2016. O culto a “junho” sobrevive, entretanto, no PSOL, na Rede Sustentabilidade, entre os anarquistas e na esquerda universitária.

Mas as manifestações foram simplesmente espetaculares. As grandes cidades brasileiras pararam. Foi, provavelmente, a maior onda de manifestações da história do Brasil. Subitamente, pequenos grupos da esquerda não lulista (o Movimento Passe Livre, os coletivos anarquistas, os *black blocs*) pautavam a vida nacional. O efeito de espetáculo dos carros queimados gerou evidente fascínio, ao mesmo tempo que todos manifestavam seu repúdio à violência. O aumento da tarifa de ônibus foi cancelado, e todos nos familiarizamos com personagens como Sininho, Game Over, Pablo Capilé e a economia dos “cubo cards”.

E, entretanto, junho de 2013 não deixou nenhum legado institucional. Não teve nenhuma influência sobre a eleição

presidencial seguinte, vencida pela situação. Nenhum dos líderes do movimento teve uma carreira de sucesso. Poucos anos depois de termos discutido a sério ônibus de graça para todo mundo, estávamos debatendo que escolas fechar porque o dinheiro acabou.

Nenhum movimento ou partido foi fundado a partir de junho de 2013. O partido que mais se aproximou do espírito de junho foi a Rede Sustentabilidade, de Marina Silva, legenda que até hoje enfrenta seriíssimas dificuldades para se consolidar. A Rede Sustentabilidade, aliás, apresenta diversos problemas que Runciman identifica em movimentos como o En Marche! (e no Facebook): tem alta horizontalidade, mas, ao mesmo tempo, é o brinquedo de Marina Silva, como o En Marche! é de Macron. Entre os dissidentes da Rede, são comuns reclamações sobre a concentração de poder em torno do círculo de Marina (no qual só ela tem peso eleitoral). Nenhum partido tem mais a cara de “junho” do que a Rede Sustentabilidade, e a Rede não conseguiu se consolidar. Seria culpa de junho?

Talvez seja, ao menos em parte. A baixa tolerância à frustração, identificada por Runciman na política das redes sociais, pode ter contribuído para evitar que junho de 2013 tenha deixado legados políticos consistentes. O “não me representam” pode não ter sido apenas uma crítica à classe política realmente existente, mas um desafio à própria ideia de representação, uma falta de tolerância ao tempo lento do compromisso. A Rede Sustentabilidade vem demonstrando grande dificuldade em fazer alianças, e mesmo críticos simpáticos ao partido (como eu) se preocupam com a estratégia que a Rede adotaria para montar uma maioria parlamentar se Marina vencesse a eleição presidencial. Há algo de narcisista nesse purismo, como há algo de narcisista na política das redes sociais.

Ainda acho que as manifestações de 2013 foram bem-vindas, porque a situação da classe política brasileira, nos termos de Runciman, era muito mais parecida com a do político inerte

do que com a do acrobata na corda bamba. Mas a consolidação desse tipo de atitude pode ter sido prejudicial. Imaginem a vantagem para o país se, em 2015, houvesse um partido forte capaz de bancar a pauta da convocação de novas eleições em vez da fraude do impeachment?

Os movimentos pelo impeachment foram outra história. Também se caracterizaram pela utilização ativa das redes sociais, e usaram amplamente o repertório das manifestações de 2013 (inclusive o slogan “Vem Pra Rua”). A diferença crucial é que a turma de 2015 não teve pudor de se aliar a um dos lados da briga política institucional, a direita, e abandonar a reivindicação de “apartidarismo” assim que Dilma caiu. Seus líderes hoje são assessores de políticos e concorrem a cargos eletivos. O Movimento Brasil Livre tornou-se um pequeno exército de *trolls* de internet que negocia seu apoio a candidatos presidenciais de qualidade duvidosa.

Ao aliar a política de indignação das redes com o que havia de mais poderoso na política institucional – os partidos de direita, os ricos –, o movimento pelo impeachment tornou-se muito diferente de junho, mas muito parecido com os movimentos populistas que venceram ao redor do mundo.

A insurreição de Trump teve tempo e lugar: aconteceu nas prévias partidárias. Depois disso, ele concorreu como o legítimo candidato do Partido Republicano. Como notaram Levitsky e Ziblatt, o trágico é que a legenda tenha deixado de desempenhar sua função de filtro contra gente como Trump, permitindo que, daí em diante a eleição fosse “normal” (e o normal é a troca do partido na Presidência de oito em oito anos). Da mesma forma, o Brexit aconteceu pelas mãos do Partido Conservador britânico, e é difícil imaginar algo mais *establishment* do que os *tories*¹. David Cameron imaginava

¹ **Tory:** é o nome do antigo partido de tendência conservadora do Reino Unido, que reunia a aristocracia britânica. No princípio, tinha conotações depreciativas, já que procede da palavra irlandesa *thairide* ou *tóraighe*,

que o Brexit seria derrotado no plebiscito, enfraquecendo o Ukip (sigla em inglês para Partido da Independência do Reino Unido), que desafiava os *tories* pela direita. Perdeu, e agora são os *tories* a implantar o programa do Ukip. Do outro lado, o trabalhismo também se viu tomado por dentro, pelo movimento de Jeremy Corbyn, que foi bem-sucedido onde Bernie Sanders fracassou. Esses movimentos foram vitoriosos porque conseguiram jogar o jogo tradicional de esquerda *versus* direita. Como o MBL conseguiu, mas a Rede Sustentabilidade não.

E a mesma dinâmica pode ser vista na história da Lava Jato.

A Lava Jato é fruto de um processo de aprimoramento institucional de muitos anos. Mas a conversão da Lava Jato em força política passou por sua absorção pela política de indignação das redes sociais. Quando se fala da pressão da opinião pública em favor da Lava Jato, a esperança (ou o medo) reside exatamente nessa capacidade das redes sociais de organizarem manifestações como as de 2013 ou 2015.

Enquanto a Lava Jato convergiu com o movimento do impeachment, isto é, com interesses poderosos dentro do sistema político, ela fez o que quis. Entre 2015 e 2016 vivemos o que a jornalista Renata Lo Prete chamou de “Império da Lava Jato”. Assim que Dilma caiu, a Lava Jato tornou-se mais parecida com junho de 2013: uma expressão poderosa de indignação popular que, entretanto, não conseguiu produzir um Leviatã que enfrentasse o Leviatã do outro lado. Assim que deixou de ser bom negócio para a direita, e com a esquerda já denunciada, a Lava Jato começou a refluir.

A Lava Jato, como as manifestações de 2013, atacava o sistema político como um todo. A direita conseguiu apoiar a Lava Jato hipocritamente enquanto as denúncias não

que significava bandoleiro, homem armado que se dedicava ao roubo e a pilhagem, mas que pode ser traduzido apenas por "que pertence a um bando".

chegavam até ela, mas, no fim das contas, todo mundo era financiado pelo cartel das empreiteiras.

E aqui talvez esteja a chave para entender a especificidade da crise democrática brasileira diante das outras: exatamente porque ela foi mais grave que as outras – porque a Lava Jato explodiu o sistema partidário –, a política de indignação popular não achou uma brecha no sistema político. Não havia mais partidos fortes para fornecer-lhes um ponto de entrada, como os republicanos foram para Trump, os *tories* para o Brexit ou os trabalhistas para Corbyn.

Longe de dar o poder a um *outsider*, a turbulência política no Brasil derrubou Dilma Rousseff para promover uma extraordinária recomposição do sistema.

No livro de Levitsky e Ziblatt, um dos exemplos de exercício de autocontrole institucional é justamente a parcimônia com que o instituto do impeachment sempre foi utilizado pelos americanos. Podemos acrescentar que o próprio fato do julgamento do impeachment ser realizado pelo Congresso – e não por um tribunal – mostra o quanto os legisladores se preocuparam com as consequências políticas do processo. Não se trata, nem de longe, de uma questão eminentemente jurídica. É a redistribuição, pelo Congresso, do principal prêmio em disputa em um sistema presidencialista – o cargo de presidente da República. É o tipo de coisa que pode degenerar em guerra civil. Ao final do livro, Levitsky e Ziblatt acautelam os democratas: só pensem em impeachment para Trump se isso for resultado da construção de um grande consenso nacional que envolva também parte importante da direita. Aceitem compromissos programáticos com a direita moderada se isso for necessário para derrotar o radicalismo de Trump.

O impeachment de Dilma Rousseff, em contraste com as recomendações de Levitsky e Ziblatt, foi realizado assim que se tornou institucionalmente possível: quando Eduardo Cunha deu início ao processo, em represália ao voto do PT contra ele

no Conselho de Ética. Não houve qualquer esforço de estabelecer um consenso entre esquerda e direita durante o impeachment de Dilma – ao contrário do que houve no impeachment de Collor. Os votos a favor e contra o impeachment são mapeáveis quase que perfeitamente na divisão direita *versus* esquerda no Congresso. Temer chegou ao Planalto com um programa de governo claramente pró-mercado, o que impediu que os partidos de esquerda concorrentes do PT apoiassem o impeachment. O impeachment de Dilma foi um ato de poder de um dos lados do espectro político – o lado que havia perdido em 2014 –, exercido como gesto de autoafirmação, sem qualquer esforço de incorporar bandeiras do outro lado.

E o impeachment foi só a conclusão do processo que Levitsky e Ziblatt chamaram de *hardball*, o uso de toda e qualquer possibilidade institucional para derrotar o adversário.

A direita tentou impedir a posse de Dilma Rousseff com base em boatos de Facebook: passado algum tempo, o candidato derrotado em 2014, Aécio Neves, admitiu que havia entrado com o processo “só para encher o saco”. E a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados foi um marco: daí em diante as instituições brasileiras seriam ligadas ou desligadas conforme o interesse dos derrotados de 2014.

Em seu segundo mandato, Dilma tentou corrigir as atrocidades que fez na gestão macroeconômica no primeiro, que, não custa enfatizar, foram inúmeras. Ninguém deixou. Essa mesma turma que agora faz anúncio “Sem a reforma da Previdência, o Brasil vai quebrar” votou a favor do fim do fator previdenciário em 2015 para impedir Dilma de arrumar as contas públicas. Ao menos demonstraram coerência – involuntária – fracassando em aprovar a reforma durante o governo Temer. Eduardo Cunha esvaziava o plenário quando os vetos de Dilma às pautas-bomba iam à votação, e todos os parlamentares direitistas, dos mais radicais aos mais moderados e pretensamente civilizados, deixavam o recinto

como um rebanho dócil.

Na verdade, o Brasil teve outra Constituição em 2015-2016, e ela foi revogada após o impeachment. Em 2015, delações eram provas suficientes para derrubar políticos e encerrar carreiras. Em 2017, deixaram de ser. Em 2016, era proibido nomear ministros para lhes dar foro privilegiado; em 2017 deixou de ser. Em 2016, os juízes eram vistos como salvadores da pátria, em 2017 viraram “os caras que ganham auxílio-moradia picareta”. Em 2015, o sujeito que sugerisse interromper a guerra do impeachment em nome da estabilidade era visto como defensor dos corruptos petralhas; em 2017 tornou-se o adulto no recinto, vamos fazer um editorial para elogiá-lo. Em 2015, presidentes caíam por pedaladas fiscais; em 2017 não caíam nem se fossem gravados na madrugada conspirando com criminosos para comprar o silêncio de Eduardo Cunha e do doleiro Lúcio Funaro. Em 2015, a acusação de que Dilma teria tentado influenciar uma decisão do ministro Lewandowski deu capa de revista e inspirou passeatas. Em 2017, Temer jantou tantas vezes quanto quis com o ministro do Supremo Tribunal Federal que o julgaria no TSE e votaria na decisão sobre o envio das acusações da Procuradoria-Geral da República contra ele, Temer, ao Congresso. Em 2015, Gilmar teria cassado a chapa Dilma-Temer. Em 2017, não cassou.

O leitor pode ter qualquer opinião sobre temas jurídicos: talvez não lhe pareça razoável considerar delação como prova; talvez não fosse razoável cassar a chapa no TSE; talvez seja legítimo nomear ministros para lhes dar foro privilegiado; talvez seja errado prender logo após o julgamento em segunda instância; talvez valha o benefício da dúvida quando o presidente é gravado combinando crimes.

O que é obviamente errado, e indiscutivelmente aconteceu no Brasil nos últimos anos, é um dos lados da disputa política ter o poder de ligar ou desligar instituições conforme seus interesses. E lembrem-se: não se trata só da conquista da Presidência. Os áudios de Romero Jucá deixaram claro que o

impeachment era uma contrarreforma, uma reação do sistema contra a Lava Jato. Não há dúvida de que o PT teria parado a operação, se pudesse – desde que caiu, o partido só fala nisso. Mas não era a esquerda quem tinha poder para fazê-lo. Como já vimos, depois que a Lava Jato deixou de servir de degrau para o impeachment, sua luta contra o sistema político tornou-se muito mais desigual. A operação ainda continua, e talvez ainda produza frutos, mas o Império da Lava Jato caiu.

Além disso, a elite econômica mostrou-se capaz de controlar o *timing* das quedas dos políticos. Dilma caiu quando era presidente. Lula foi condenado quando liderava a pesquisa presidencial. Cunha foi poupado até a semana seguinte da aprovação do impeachment. Se Temer for investigado, será quando nenhuma reforma desejada pelo mercado depender mais dele. Se Temer caísse em 2017, se Cunha caísse em 2015, a Bolsa despencaria na hora (como despencou no Joesley Day). Quando Cunha caiu em 2016, a Bolsa continuou feliz da vida. Se Temer cair em 2019, será a mesma coisa. Se quiserem ver poder, poder de verdade, procurem quem teria perdido dinheiro se a Bolsa tivesse caído.

Mesmo sem supor qualquer viés conservador nos investigadores da Lava Jato, seu efeito sobre cada um dos lados da disputa política foi claramente enviesado: a direita conseguiu segurar os seus no poder até eles perderem importância. A esquerda perdeu um presidente e um candidato favorito. Isso é poder, meu amigo, poder em estado puro. Aqui já não tem mais norma, não tem mais instituição. E esse exercício descarado de poder é um sintoma claro de que nossa democracia anda bastante doente.

Isto é, no Brasil, ainda mais do que nos Estados Unidos, a norma do autocontrole foi para o espaço até o PT cair. Nossa deterioração institucional foi muito mais grave do que qualquer coisa que Trump tenha feito até agora. Talvez as instituições, em 2019, sejam, por fora, iguais ao que eram em 2013. Mas o fato de que, em 2015-2016, a direita as ligou e desligou conforme seu interesse não vai ser esquecido por

ninguém.

O debate sobre o “golpe de 2016” corre o risco de obscurecer a natureza e a dimensão da crise democrática brasileira. A essa altura, só gente muito protegida na própria bolha ideológica dirá que a democracia brasileira não está funcionando muito pior do que funcionava até 2015. Mas talvez “golpe” não seja mais o conceito relevante aqui: talvez a democracia brasileira, nos termos de Runciman, esteja dando errado de uma forma diferente.

O impeachment de 2016 fez parte de um processo maior de deterioração democrática, que só se acelerou desde então. As normas de tolerância e autocontrole deixaram de operar em grau muito mais intenso do que nos Estados Unidos de Trump ou no Reino Unido do Brexit. A separação entre a política macro em que foi decidido o ajuste fiscal e a política micro da indignação moral foi total. Talvez a política de indignação das redes sociais consiga se transformar em uma força positiva na política brasileira, mas, até agora, só foi escada para as manobras palacianas mais cínicas possíveis. E a recomposição do sistema político por meio do impeachment ainda arrisca fortalecer movimentos populistas nas eleições deste ano.

A democracia brasileira está em crise, o mesmo tipo de crise que diversos países do mundo vem experimentando desde a crise de 2008. Demos mais sorte do que os países em que a democracia colapsou, como a Venezuela ou a Turquia, mas foi particularmente ruim ter que administrar os efeitos da “nova matriz econômica” enquanto a política brasileira desmoronava.

O que o exemplo brasileiro sugere, portanto, é que fenômenos como Trump ou o Brexit dependeram de os sistemas partidários estarem em crise, mas não destruídos. A bomba atômica da Lava Jato tornou a política partidária brasileira inutilizável pela indignação popular. E, como seria de se esperar, a indignação popular, sozinha, não é suficiente para construir partidos: é bem mais fácil fazer uma passeata ou um

linchamento com a indignação popular do que uma aliança partidária ou uma composição de interesses semelhantes. Justamente por ter sido mais aguda do que as outras, a crise democrática brasileira, até agora, terminou com o sistema recomposto, não com a ascensão de um *outsider*.

Dentro de poucos meses, teremos uma eleição presidencial. Só então saberemos como acaba essa história. Talvez o sistema se apresente recomposto e os partidos tradicionais consigam disputar a Presidência como vinham fazendo. Talvez novas forças partidárias – seja a Rede de Marina, seja o PDT repaginado de Ciro Gomes, seja o PSL de Bolsonaro – consigam quebrar a recomposição da era Temer. Neste caso, teríamos um difícil processo de negociação entre a insurreição eleitoral e a recomposição do sistema. O próximo mandato exigiria compromissos muito mais inteligentes do que os que fomos capazes de estabelecer desde o início da crise da democracia brasileira.

É difícil saber como a crise da democracia dos anos 2010 será vista no futuro. Talvez a recomposição do sistema e o fim da Lava Jato pareçam menos piores por comparação, se os *outsiders* pelo mundo afora se revelarem muito mais nocivos do que foram até agora. Talvez o arranjo pós-impeachment tenha sido o pior dos mundos, e ainda tenhamos que enfrentar um surto populista que se some à sequência das tragédias “nova matriz econômica” e impeachment. Uma alternativa perfeitamente possível é que um presidente Bolsonaro recorra ao autogolpe e nossa geração tenha votado pela última vez.

Talvez haja movimentos positivos acontecendo que ainda não estejam no radar. E talvez tudo seja lembrado apenas como uma sequência estúpida de erros grotescos conduzida por personagens ridículos demais para serem lembrados de uma forma ou de outra. Se a economia melhorar, é possível que voltemos à vida normal e todo mundo prefira não falar mais nisso. Há cenários piores.

REFLEXÕES XXVIII

Mas a crise sempre é uma aula. Aprendemos que, independentemente de quem vinha ganhando eleições presidenciais, a direita é incomparavelmente mais forte que a esquerda, e as instituições brasileiras eram mais fortes quando o lado mais fraco estava no poder. E aprendemos que a política de indignação das redes sociais pode, sim, influenciar a política, mas não a conduzir; e isso a torna presa fácil para manobras cínicas da velha política.

A política de indignação não conseguiu produzir seu próprio Leviatã, e, sem isso, nosso velho Leviatã está cada vez mais soltinho. ●



Celso Rocha de Barros: doutor em sociologia pela Universidade de Oxford.
Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 139, abril de 2018

Alguns pontos básicos sobre a liberdade – os quais muitas pessoas ainda não conseguem aceitar

Laurence Vance



Vender ou deixar de vender um produto ou serviço não é algo passível de legislação

Em 2013, nos EUA, em resposta ao cada vez mais intenso debate sobre o direito de portar armas de fogo em público, o presidente da Starbucks, Howard Schultz, postou uma carta aberta no *website* da empresa pedindo que os clientes "não mais tragam armas de fogo para dentro de nossos estabelecimentos ou às nossas áreas externas".

Até então, vários grupos desarmamentistas já haviam anunciado um boicote à Starbucks por causa da política da empresa de seguir as leis estaduais locais que permitiam o porte de armas em público. Após a decisão, porém, grupos conservadores pró-armas expressaram sua intenção de boicotar a empresa por causa desta sua nova política antiarmas.

Recentemente, após os ataques em Parkland, Florida, grandes varejistas como Walmart e Dick's Sporting Goods anunciaram que não mais irão vender armas para qualquer pessoa com menos de 21 anos de idade. A Walmart também acrescentou que "não mais irá vender itens que se assemelhem a rifles de ataque (tipo AR-15), inclusive brinquedos e armas de pressão". Já a Dick's afirmou que "está imediatamente abolindo as vendas de todos os rifles de ataque em suas lojas" e que "não mais irá vender pentes de alta capacidade (pentes capazes de armazenar mais cartuchos que o padrão)". Ambas as varejistas disseram que suas decisões

são uma resposta ao ataque em Parkland.

"À luz dos recentes acontecimentos, estamos revisando nossa política de venda de armas", disse alguém da Walmart. "Quando vimos o que houve em Parkland, ficamos extremamente transtornados", disse Edward Stack, o CEO da Dick's. "Aquilo nos afetou".

Embora ele tenha dito que a varejista continua "uma defensora inflexível da Segunda Emenda (que garante aos americanos o direito de possuir armas de fogo) e continuaria vendendo uma variedade de armas esportivas e de caça", o CEO também disse que "a empresa está empenhada em pressionar os congressistas a aprovar aquilo que chamamos de 'reforma sensata': elevar a idade mínima para a compra de armas para 21 anos de idade, proibir a venda de fuzis de ataque (AR-15) e de *bump-stocks*², e implantar uma checagem mais ampla do histórico do comprador, que inclua informações sobre saúde mental e problemas anteriores com a lei".

As declarações da Walmart e da Dick's se seguiram a uma série de anúncios de grandes empresas que estão querendo se distanciar da National Rifle Association (NRA) após os ataques em Parkland. Várias companhias aéreas e locadoras de carros anunciaram que não mais iriam oferecer descontos para os membros da NRA. Entretanto, outras varejistas de armas — como Bass Pro Shops e Academy Sports + Outdoors — não fizeram nenhuma alteração em sua política de venda de armas.

Os méritos e deméritos das decisões tomadas pela Walmart, pela Dick's Sporting Goods, pela Bass Pro Shops e pela Academy Sports + Outdoors quanto à venda de armas, bem como os das outras empresas quanto aos descontos que concediam aos membros da NRA, não são o ponto principal

² ***Bump-stocks***: O *Bump-stock* é uma coronha com um sistema de amortecimento onde a pessoa puxa o gatilho e mantém o dedo firme.

aqui.

Eis o que realmente interessa: as decisões dessas empresas são um perfeito exemplo do livre mercado em funcionamento. Elas também são um perfeito exemplo de como o livre mercado deveria funcionar em todos os casos, em todas as áreas, em todos os setores, a todo o momento. (Atenção: não há um livre mercado absoluto nos EUA; há apenas um mercado que ainda é relativamente livre em algumas áreas, como o varejo).

Livre mercado e sociedade livre- Como deixei claro em meu livro *The Free Society*, em uma sociedade verdadeiramente livre, qualquer vendedor de mercadorias ou serviços — desde grandes corporações até microempresas e vendedores autônomos — deveria ser livre para vender ou se recusar a vender qualquer produto ou serviço para qualquer indivíduo.

Se eles irão optar por vender ou não vender cerveja, vinho, vodka, uísque, absinto, armas, munições, pornografia, preservativos, cigarros, charutos, fumo de mascar, pílulas anticoncepcionais, brinquedos sexuais, alimentos de baixo valor nutritivo, maconha, drogas pesadas, leite cru, tênis fabricados em *sweatshops* (estabelecimento de condições precárias, normalmente na China, onde os funcionários têm longa jornada de trabalho e baixos salários), carne de cavalo, *foie gras*, ou comida com alto teor de gordura trans ou de colesterol — nada disso é assunto do governo.

A nenhum político ou burocrata deve ser dado qualquer poder regulatório sobre essa livre interação entre vendedores e consumidores.

Mas isso não é tudo. Em um mercado verdadeiramente livre:

◇ Em quais dias ou em quais horários um estabelecimento irá vender álcool não é assunto para o governo legislar.

◇ Para quem (gênero, cor, idade, religião, preferência sexual) um determinado estabelecimento se recusa a vender produtos,

REFLEXÕES XXVIII

e o porquê, não é assunto para o governo legislar. (Um negro tem tanto direito de se recusar a atender um cliente branco quanto o inverso. O mesmo vale para homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, transgêneros, não-binários, etc.)

◇ Para quem (gênero, cor, idade, religião, preferência sexual) um determinado estabelecimento fornece descontos não é assunto para o governo legislar.

◇ Para quem proprietários alugam seus imóveis não é assunto para o governo legislar.

◇ Para quem proprietários vendem seus imóveis não é assunto para o governo legislar.

◇ Para quem bancos emprestam dinheiro não é assunto para o governo legislar.

◇ Que tipo de pessoas as empresas irão contratar não é assunto para o governo legislar.

◇ O salário que as empresas irão pagar a seus empregados não é assunto para o governo legislar.

◇ Se as empresas adotarão ou não políticas de ação afirmativa não é assunto para o governo legislar.

◇ Se e quais benefícios as empresas irão oferecer a seus empregados não é assunto para o governo legislar.

◇ Quais as normas de vestuário estipuladas pelas empresas para seus funcionários não é assunto para o governo legislar.

◇ Qual a roupa exigida por um estabelecimento para que os clientes possam adentrar não é assunto para o governo legislar.

◇ Quantas vagas para deficientes um estabelecimento oferece não é assunto para o governo legislar.

◇ Se um estabelecimento terá ou não acomodações para deficientes não é assunto para o governo legislar.

REFLEXÕES XXVIII

◇ Se um estabelecimento permitirá ou não a entrada de cachorros não é assunto para o governo legislar.

◇ Se um estabelecimento permitirá ou não aos clientes fumarem não é assunto para o governo legislar.

◇ Quais as taxas de juros que bancos e financeiras cobram não é assunto para o governo legislar.

◇ Quais preços os estabelecimentos praticam não é assunto para o governo legislar.

◇ E, acima de tudo, quais serviços as pessoas podem ofertar não é assunto para o governo legislar.

Em um verdadeiro livre mercado, estas coisas não são assunto para o governo legislar. Quem irá legislar, por meio de suas decisões de comprar ou de se abster de comprar são os consumidores.

Os empreendimentos correm o risco de alienar seus clientes atuais e potenciais caso:

- a) parem de vender ou se recusem a vender um item;
- b) parem de oferecer ou se recusem a oferecer um serviço;
- c) imponham restrições de idade;
- d) pratiquem discriminação;
- e) aumentem preços;
- f) não acomodem os deficientes; ou
- g) se envolvam em questões políticas ou culturais.

Mas eles também poderão manter ou até mesmo ganhar consumidores caso façam algumas dessas coisas.

Em qualquer caso, o soberano é o consumidor e não o governo. O governo não pode ter o direito nem de obrigar um empreendimento a fazer ou a deixar de fazer algo, nem de subsidiá-lo, nem de protegê-lo, nem de socorrê-lo financeiramente.

REFLEXÕES XXVIII

Mas há o outro lado da moeda para tudo isso.

- 1- Não existe algo como o direito de ter um emprego, de ter uma casa, de conseguir um empréstimo, de ter benefícios trabalhistas, de ganhar um "salário digno", de ter uma vaga exclusiva, de ter descontos, de ser ofertado um produto ou um serviço, e de ter privilégios baseados em gênero, cor, crença ou preferência sexual.
- 2- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém não gosta do salário ou dos benefícios oferecidos por uma empresa, da norma de vestuário que ela impõe, ou da política discriminatória que ela pratica, esse alguém é livre para ir trabalhar para outra empresa.
- 3- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém não gosta das razões por que uma empresa concede descontos a uma determinada classe de pessoas, esse alguém é livre para não ser cliente dela e ir comprar nos concorrentes.
- 4- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém não quer pagar um determinado preço praticado por um estabelecimento, esse alguém é livre para fazer negócios com outros.
- 5- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém faz uma oferta para comprar um imóvel ou para alugar um apartamento, e essa oferta é recusada, esse alguém é livre para procurar outro lugar para viver.
- 6- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém tem seu pedido de empréstimo negado ou não concorda com a taxa de juros cobrada, ele é livre para procurar e encontrar outro emprestador.
- 7- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém não gosta dos produtos que uma empresa está vendendo, ele é livre para ir fazer negócios com os concorrentes.
- 8- Em um verdadeiro livre mercado, se alguém não gosta das políticas ou das declarações políticas de uma empresa, ele

é livre para ir fazer negócio com os concorrentes.

As reações dos consumidores às decisões de uma empresa — sejam elas positivas ou negativas — são parte do livre mercado em funcionamento. Se as decisões das empresas irão ajudá-las, prejudicá-las ou não terão impacto algum, é algo que ainda está para ser visto. Mas quem irá decidir é o consumidor.

Conclusão- Essas são noções básicas e triviais de liberdade, as quais várias pessoas, incluindo alguns liberais, ainda não conseguem aceitar. E você? ●

Laurence Vance: acadêmico associado ao Mises Institute, escritor *freelancer*, professor adjunto de contabilidade da Pensacola Junior College, em Pensacola, Flórida, e autor dos livros *Social Insecurity*, *The War on Drugs is a War on Freedom*, e *War, Christianity, and the State: Essays on the Follies of Christian Militarism*.

Artigo publicado no site MISES BRASIL no dia 27 de março de 2018

A ordem liberal está desmoronando?

Robert Muggah e Taylor Owen



Não é por aí. Afinal, populismo autoritário é um jogo de velhos

Pela primeira vez em mais de meio século a democracia liberal está retrocedendo. A maré democrática que subiu nos séculos XIX e XX parece estar baixando novamente. Os sinais de maior resistência aos valores liberais e às instituições democráticas são visíveis não só em partes da África, Ásia e Américas, mas também em redutos democráticos da Europa Ocidental e da América do Norte.

Como há um punhado de democracias liberais em declínio, há o medo de que este seja o ano em que a ordem liberal global morra. Iniciada em 1945, ela consiste numa densa rede de acordos internacionais e de comércio, e alianças militares, que tinham como objetivo explícito a prevenção da guerra e do nacionalismo econômico, elementos que levavam a conflitos. A ordem já sofreu críticas, mas nunca foi tão atacada quanto atualmente.

A ordem global liberal e democrática pode estar em declínio, mas está longe de ter-se esgotado. De acordo com o Polity Project – que acompanha tendências relativas a autocracias e democracias –, formas de governo democráticas ainda estão se disseminando. Em 1989, quando Fukuyama fez sua declaração, existiam 52 democracias no mundo. Em 2009, no início da administração Obama, o número já havia subido para 87. Hoje são pelo menos 103, em países que, juntos, incluem mais de 60% da população mundial. Até a China e a Rússia são hoje menos repressoras que no passado. É verdade que algumas democracias em partes da Europa Ocidental e

REFLEXÕES XXVIII

Oriental são menos “liberais” que no passado, mas, mesmo assim, de forma geral foi um avanço notável.

O que explica o medo de um déficit democrático e do declínio da ordem global liberal? De acordo com o colunista Ed Luce, boa parte dessa história tem que ver com a ascensão da China. O crescimento econômico do país é de tirar o fôlego: o PIB foi de US\$ 950 bilhões no ano 2000 para US\$ 22 trilhões em 2016. A China também se beneficiou de três eventos geopolíticos no período: a guerra do Iraque, em 2003, a crise financeira de 2008 e a eleição de Donald Trump, em 2016. Todos esses eventos amplificaram o apelo do modelo alternativo chinês autoritário de desenvolvimento, estimulando autocratas que vinham sendo dissuadidos pelos proponentes do liberalismo.

Outro fator que vem aumentando a ansiedade de quem apoia a ordem liberal global é a erosão do compromisso com princípios democráticos, até mesmo nos países do Ocidente. Revoltados pela eleição (ou quase eleição) de membros de partidos de extrema direita e do crescimento dos populistas, cidadãos moderados da Europa e da América do Norte vêm sofrendo com a crise de confiança de suas democracias. Não sem razão. Desde que assumiu a presidência, Donald Trump retirou financiamento da Organização das Nações Unidas (ONU) e condenou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), ameaçou revogar acordos multilaterais de comércio e prejudicou enormemente as relações transatlânticas. No *front* doméstico, Trump defendeu supremacistas brancos, declarou guerra à mídia independente e ofendeu imigrantes. Se o que mantém a democracia de pé são os princípios da confiança e da igualdade de oportunidades, o que une a autocracia é a cola do medo e da discriminação.

Quando olhamos para o futuro, parece-nos que a ordem liberal global sobreviverá aos violentos ataques vindos de dentro e de fora? Steven Pinker acredita que as forças históricas que impulsionam a expansão da democracia liberal

– mobilidade, urbanização, educação e conectividade – estão longe do fim. Assim como a pressão internacional por mais igualdade de gênero, racial e social. Pinker e outros defensores do projeto liberal estão certos de que estão do lado vencedor da História. Afinal, populismo autoritário é um jogo de velhos. Quem o apoia normalmente são homens, religiosos, com menor nível de educação e pertencentes a maioria étnica; reclamam de que se sentem estranhos em seu próprio país e é comum que sejam contrários à imigração e à governança global. Estudos recentes sobre a eleição de Trump, o Brexit e o crescimento de partidos nacionalistas na Europa sugerem que o apoio a eles é menor quanto menor a idade.

Isso não significa que a ordem liberal global sairá incólume ou que não precise de ajustes. É preciso fazer reparos urgentes nos Estados democráticos liberais – incluindo a representação desproporcional de áreas urbanas em detrimento de áreas rurais. Estratégias dedicadas à redução das consequências da desigualdade econômica, além de esforços para restringir o discurso polarizante e para desinflamar políticas identitárias, são louváveis. É certo que a ordem liberal global vai sobreviver de alguma forma, mas ela também precisa incluir um mundo cada vez mais plural. Os EUA quase que certamente desempenharam um papel-chave – engajamento global profundo é o nome do jogo –, mas também terão de reconhecer a realidade de um mundo multipolar cheio de potências novas e inquietas. Os resultados podem ser intermitentes e insatisfatórios, porém é possível que sejam muito mais positivos do que um mundo de desordem.

Um dos principais aspectos que garantem a evolução da ordem liberal global é a existência de um debate sensato e bem informado. O uso de narrativas históricas é terreno fértil para o extremismo e para o surgimento de demagogos carismáticos. Precisamos refletir cuidadosamente sobre a natureza do discurso cívico. Devemos debater como as novas tecnologias dão forma e amplificam os piores instintos humanos. Em democracias liberais a política é desorganizada e confusa – o

REFLEXÕES XXVIII

que não quer dizer que não possa ser melhorada. 2018 não deveria ser o ano do fim da ordem liberal global, mas um ano em que a democracia está com confiança no centro do discurso público. ●

Robert Muggah e Taylor Owen

Respectivamente, cofundador do instituto Igarapé e do Secdev Group; e professor assistente da University of British Columbia

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo no dia 31 de maio de 2018

Você é um libertário?

Jeffrey Tucker



Os sete hábitos dos libertários altamente eficazes

O que significa ser um eficaz defensor da liberdade? Significa amar aquilo que você faz e adotar sólidos padrões de pensamento e estilos de vida que contribuam para fazer do mundo um lugar melhor.

A solidez é essencial. A maior parte dos atuais ataques dirigidos aos amantes da liberdade inclui a caricatura de que o libertarianismo é uma ideologia para crianças idealistas (ou talvez iludidas), e não uma para adultos. Segundo tais críticos, é natural que você possa se sentir extasiado pelos escritos de Bastiat ou de Ayn Rand ou de Rothbard quando ainda está no ensino médio ou na faculdade; porém, prosseguem eles, tão logo você adentra o mundo real, você se torna mais maduro e abandona as ilusões de um mundo mais livre.

Já eu não acredito nisso. Apenas dentro do âmbito da liberdade é possível descobrir o caminho para a prosperidade, para a paz social e para o desenvolvimento humano. Cada limitação imposta à liberdade de pensamento, de ação e de propriedade impede que o mundo tenha mais criatividade, mais riqueza e mais progresso. E, ainda assim, não há nenhuma garantia de liberdade em um mundo em que várias formas de despotismo estão continuamente surgindo. A liberdade tem de ser reconquistada a cada geração. Com efeito, são justamente aqueles que gostam de se arvorar como "adultos maduros" — capazes de tomar decisões em nome do resto da humanidade — que se transformam nos déspotas da próxima geração. Faz parte da própria fundação da maturidade moral e intelectual resistir a esse nível de orgulho

arrogante e reconhecer as nossas limitações.

A maturidade nos mostra os limites do poder. E a causa da liberdade vale nossos esforços constantes e vitalícios. No entanto, há uma plausibilidade, ainda que superficial, nas alegações dos críticos: há uma tendência, entre os libertários, de abrir mão da esperança. Eu mesmo já conheci vários que perderam seu entusiasmo pela liberdade por várias razões, nenhuma delas de cunho estritamente intelectual. As pessoas tendem a se sentir desestimuladas ao descobrirem quão pouco elas podem fazer para mudar o mundo. A distância entre sonhos e realidade cresce muito e se torna insuportável. O idealismo desaparece quando você sente que está batendo sua cabeça contra a parede.

O que pode ser feito para manter a paixão pela liberdade ao longo de uma vida? Eis as minhas sugestões de sete hábitos para fomentar um apego vitalício à liberdade e para viver uma vida que faça a melhor contribuição possível para o bem-estar humano.

1- Oponha-se à opressão, mas ame a liberdade ainda mais

A alvorada da consciência libertária normalmente ocorre em duas etapas. Primeiro, você percebe que há uma entidade chamada 'Estado', que essa entidade é distinta da sociedade como um todo, e que as ciências sociais (para não falar da mídia convencional) tentam esconder esse fato.

Segundo, há a nova percepção de que o Estado é distinto de todas as outras instituições da sociedade, pois ele utiliza de força agressiva para alcançar seus objetivos. Ainda mais, o Estado não entrega os objetivos que promete. Ao contrário, ele viola direitos, solapa as bases da economia, cria dependência, e serve a uma elite política e empresarial em vez de ao povo.

Neste ponto da sua jornada intelectual, você percebe que as alternativas convencionais — divididas entre esquerda e

REFLEXÕES XXVIII

direita — deixam muito a desejar; nenhuma delas representa uma oposição íntegra (baseada em princípios) e consistente ao poder do Estado.

Uma nova consciência nasce. Ela pode levar a uma ira virtuosa e moralmente correta. Pela primeira vez, você percebe a diferença entre como o mundo é (percepção esta que pode parecer sombria e deprimente) e como ele poderia ser. Ato contínuo, pode ser tentador concentrar-se no lado negativo: a corrupção, o roubo do dinheiro do povo, o abuso de poder, a espoliação das pessoas produtivas, os subornos, o enriquecimento ilícito, a violência policial contra inocentes, as guerras, etc.

Essa ira explica por que todas as notícias postadas por grupos de discussão na internet formados por libertários quase sempre consistem em péssimas notícias.

Mas qual o volume de notícias ruins uma pessoa consegue aguentar? Não temos meios com os quais diretamente corrigir as injustiças e mudar o mundo para melhor em uma só tacada. Sem uma mentalidade forte, ver malefícios que não podemos mudar pode levar ao desespero: uma armadilha na qual vários libertários caem.

É crucial não apenas pensar no problema, mas também ver as soluções sendo experimentadas ao nosso redor. Temos de aprender a observar todos os maravilhosos empreendimentos que são iniciados diariamente e que se revelam bem-sucedidos; a apreciar toda a beleza envolvida nas espontâneas e voluntárias interações humanas; a ordem e a prosperidade que emergem do simples exercício da escolha humana.

Devemos nos emocionar com as várias maneiras como as pessoas vivem suas vidas, informalmente desafiando o poder centralizado. Podemos prestar respeito e deferência a todas as criações à nossa volta que não foram planejadas ou aprovadas por políticos — ou pelos burocratas que trabalham sob suas ordens. Em outras palavras, concentrar-se nas soluções em vez de exclusivamente nos problemas é uma atitude que pode

iluminar o seu dia e gerar criatividade a serviço do bem.

A liberdade não é apenas a ausência de opressão; é a existência de vidas bem vividas e de instituições que surgem apesar de todas as tentativas de se impedi-las. Nesse sentido, a liberdade está vicejando ao redor do mundo. Se pudermos nos concentrar em fazer esta mudança positiva, em vez de perder tempo com o que há de errado no mundo, nossa tarefa se torna mais prazerosa, e a dedicação à liberdade se torna mais sólida e duradoura.

2- Leia muito e seja confiante em suas ideias

Debates políticos podem ser divertidos, mas eles também podem ser estridentes e improdutivos, com os dois lados brigando e não alcançando nenhum progresso intelectual. Eles geram mais calor do que luz.

Se você quer mudar esse padrão, você tem de ter a confiança de ouvir com cuidado e atenção as outras ideias, sem se sentir ameaçado por elas. Com confiança intelectual, você pode responder de uma maneira segura e bem fundamentada, em vez de beligerante. Você pode ser ponderado e refletido, em vez de apenas agressivo e reativo.

Pense na diferença entre a maneira como um assaltante de rua se comporta e como um especialista em artes marciais se porta durante um combate. Um é furioso, colérico, ameaçador e impulsivo. O outro é calmo, inteligente, espirituoso e eficaz. Em um combate mano a mano entre os dois, o segundo irá ganhar. Por quê? Porque o especialista em artes marciais possui habilidades genuínas, ao passo que o valentão tem apenas ar desafiador e emoção.

Libertários deveriam ser como o habilidoso lutador e exibir a confiança gerada pela disciplina. No entanto, tornar-se um faixa preta na liberdade leva tempo e aprendizado; não é algo que acontece da noite para o dia.

Temos também de conhecer os argumentos dos nossos oponentes, melhor do que eles próprios, e estar preparados

REFLEXÕES XXVIII

para responder a eles de maneira justa e honesta, sem caricaturas, moldando nossos argumentos de uma maneira que sejam realmente persuasivos em vez de apenas estridentes. Isso requer que dediquemos muito tempo à leitura e ao estudo de outras escolas de pensamento. Nossa biblioteca tem de ser ampla e conter amostras de todas as disciplinas e pontos de vista.

Jamais devemos nos isolar de ideias que sejam diferentes das nossas. Algumas vezes, nossos oponentes intelectuais — mesmo que estejam completamente errados — são nossos mais valiosos benfeitores. Eles nos ajudam a pensar melhor em como refinar nossos argumentos, a afiar nossas habilidades, e nos inspiram a pesquisar mais e a ler mais. É assim que as pessoas se aprimoram. Ato contínuo, podemos fazer debates sem medo.

Essa abordagem irá nos tornar mais eficazes ao longo do tempo. Fanfarronice e abordagens agressivas e bombásticas podem calar oponentes, mas será que conquistam corações e mentes? Provavelmente não. Como enfatizou Ludwig von Mises em seu excelente livro *Liberalismo*, de 1927, a razão, os bons argumentos e o poder da reflexão — combinados com um genuíno desejo de um mundo melhor — são os itens que nos farão triunfar.

Não queremos bloquear nossos oponentes, fazendo com que eles se refugiem em seu confortável e familiar modo de pensamento. Agindo assim, é impossível vencer a batalha das ideias. Queremos que nossos oponentes continuamente interajam conosco; que façam perguntas a nosso respeito; que continuem desafiando nossas ideias enquanto nós os confrontamos. Queremos que eles continuem dialogando conosco e com outros. O contínuo debate é um sinal de curiosidade e abertura que devemos saudar e receber com prazer.

3- Olhe para além da política

Para a maioria dos libertários, a política é a primeira

atração. Não há nada errado com isso. É típico de nossa cultura pensar que são necessárias campanhas políticas para fazer as pessoas ficarem interessadas em grandes questões como o papel da liberdade humana, a função do Estado, a guerra às drogas, etc.

No entanto, não são necessárias mais do que duas campanhas para que as pessoas percebam que a política não representa uma maneira muito eficaz de mudar o mundo para melhor. Nossos votos não afetam praticamente nada. Quase sempre estamos votando em pessoas, e não em ideias ou políticas. E as pessoas dentro da política tendem a trair princípios. Se depositarmos muita fé em políticos — os quais, na melhor das hipóteses, confrontarão um sistema muito maior do que podem controlar — iremos nos sentir, inevitavelmente, frustrados e impotentes. No que mais, não há coisa mais nojenta no planeta. Calúnias, fraudes e enganações definem o mundo político.

Trabalhar em campanhas políticas é válido se é desse tipo de coisa de que você gosta. Algumas pessoas realmente gostam de se envolver nisso. Mas sejamos realistas: a política é majoritariamente uma ilusão. A política tende a ser um indicador atrasado, em vez de prematuro, das mudanças sociais. Os primeiros passos de uma mudança são culturais, e não políticos. A política é reativa, e não proativa. Se formos capazes de contribuir para alterar mentes e estimular uma cultura pró-liberdade, todo o resto ocorrerá espontaneamente, principalmente na política.

Há várias outras maneiras de se fazer a diferença fora da política. Pense em como os aplicativos de *smartphones* estão desafiando o *status quo* em praticamente todas as áreas comerciais.

Os monopólios municipais dos táxis estão atordoados pela concorrência trazida por aplicativos de carona. A tecnologia P2P (*peer-to-peer*) está revolucionando a hotelaria caseira, gerando uma inesperada concorrência para os hotéis e

ignorando regulações como as leis de zoneamento. As *criptomoedas* estão desafiando o dinheiro estatal e os antiquados sistemas de pagamento. O *homeschooling* e a educação via internet estão tornando irrelevante o sistema educacional estatal. Esses esforços já alcançaram mais do que qualquer reforma feita de cima para baixo por meios políticos.

Com efeito, toda e qualquer *startup* representa uma espécie de ato revolucionário contra o *status quo*, ato esse que as regulações e as espoliações governamentais sempre conspiraram para impedir. A existência de *startups* é a prova de que é impossível abolir a criatividade humana por meio de qualquer tipo de controle. No futuro, iremos olhar para trás e reconhecer como as *startups* tiveram uma contribuição muito mais poderosa para a liberdade do que todas as campanhas políticas em conjunto.

Libertários há muito já entenderam que soluções locais — de baixo para cima — para os problemas sociais funcionam muito melhor do que abordagens de cima para baixo. O mesmo vale para a construção de uma sociedade livre.

4- Veja todas as pessoas como amigas ideológicas

Você conhece alguém que realmente se oponha à liberdade humana? Eu não. O que acontece é que todos nós temos diferentes maneiras de entender essa ideia e diferentes graus de tolerância para aplicações inconsistentes. Devemos ver todos como aliados em potencial para a causa maior, independentemente de gênero, raça, religião, idade ou classe social.

A atual política democrática divide as pessoas de acordo com suas afiliações a grupos de interesse. De acordo com o espírito dominante, as mulheres têm de preferir um determinado arranjo de políticas e homens, outro. Os negros querem as coisas de um jeito e os brancos, de outro (e as outras etnias têm um arranjo próprio). Jovens e idosos são rivais, assim como ricos e pobres, *gays* e heterossexuais. Dessa maneira,

como Frédéric Bastiat nunca se cansou de mostrar, a política divide as pessoas, criando uma guerra de todos contra todos.

Mas os liberais clássicos sempre enfatizaram que a liberdade significa uma harmonia de interesses entre todos os grupos. Somente genuínos liberais defendem o bem comum de todos, pois eles querem abolir o grande gerador de animosidade e divisão da sociedade. Eles defendem que todos os grupos e todos os indivíduos sejam livres para se associar, transacionar, produzir e cooperar visando a um aprimoramento mútuo. A sociedade pode se gerenciar a si própria muito mais efetivamente do que jamais poderia qualquer planejador central.

Entender isso hoje, nessa época de guerra fria entre grupos de pessoas, exige um pensamento imbuído de altos princípios morais. Com frequência, exige reconhecer que há algum sentido nas reclamações de determinados "grupos vitimistas", e então chamar a atenção para como foi justamente o Estado quem criou o problema relatado. Isso está ligado a uma grande variedade de fenômenos da sociedade, do desemprego ao racismo institucionalizado, da miséria extrema à exploração. Não é que todos nós temos objetivos diferentes; nós apenas discordamos dos meios que devem ser utilizados para se alcançar estes objetivos.

Sempre comece todas as discussões partindo do princípio de que a outra pessoa é um potencial amante da liberdade. Quando tal pessoa disser algo correto e verdadeiro, agarre-se a isso e expanda o raciocínio libertário sobre o que ela disse. Não se sinta desestimulado caso não a converta imediatamente. Como ocorre em todas as trocas de ideias, o objetivo deve ser o de plantar as sementes, e não o de colher a plantação. É por meio de esforços sutis, porém persistentes, que ganharemos mais corações e mentes para a causa da liberdade.

5- Não presuma ter todas as respostas

É típico dos não libertários exigir respostas completas e

REFLEXÕES XXVIII

detalhadas sobre todos os problemas humanos que hoje são remediados por meios estatistas. Quem irá cuidar dos pobres? Como funcionará a educação? Como as pessoas terão acesso a serviços de saúde? Quem resolverá o racismo, a misoginia³ e a intolerância religiosa? Acima de tudo, quem construirá as estradas? (Ignorando que todas as estradas são hoje construídas por empresas privadas contratadas pelo Estado).

É tentador se aventurar a oferecer respostas completas. E a história, com efeito, pode oferecer fatos, indícios e sugestões sobre como tais coisas provavelmente seriam. É válido chamar a atenção para a maneira como as intervenções governamentais deslocaram e expulsaram toda uma gama de indústrias privadas: escolas, estradas, caridade, tribunais, organismos de certificação, etc.

No entanto, é essencial resistirmos à tentação de construir uma espécie de "planejamento central libertário". Se mordermos a isca, prepararemos uma armadilha para nós mesmos. Não temos todas as respostas. Em um ambiente de liberdade, descobrimos as respostas por meio de um contínuo processo de tentativa e erro. Uma sociedade aberta existe para permitir o máximo espaço possível para a inovação e a descoberta.

F.A. Hayek estava correto em seu extraordinário ensaio *O argumento em prol da liberdade*:

Não poderemos alcançar as metas [da liberdade] se limitarmos o uso da liberdade às circunstâncias especiais nas quais sabemos que será benéfica. Não é liberdade aquela concedida somente quando seus efeitos benéficos são conhecidos de antemão. Se soubéssemos de que forma a liberdade seria usada, não teríamos necessidade de justificá-la.

Nunca conseguiremos os benefícios da liberdade, nunca

³ **Misoginia**: aversão às mulheres.

REFLEXÕES XXVIII

alcançaremos os avanços imprevisíveis que ela possibilita, se ela não for também concedida nos casos em que sua utilização parecer indesejável.

Portanto, não se pode alegar como argumento contra a liberdade individual que as pessoas frequentemente abusam dessa liberdade. Liberdade significa, necessariamente, que cada um acabará agindo de uma forma que poderá desagradar aos outros. Nossa fé na liberdade não se baseia nos resultados previsíveis em determinadas circunstâncias, mas na convicção de que ela acabará liberando mais forças para o bem do que para o mal. [...] É justamente porque não sabemos como os indivíduos a usarão, que a liberdade é tão importante.

Como Leonard Read costumava dizer, a característica singular e mais importante da liberdade é a sua humildade. Ela se submete aos resultados da ação humana; ela não tenta moldar os resultados antecipadamente.

A liberdade não significa um governo de libertários sagazes que se julgam mais espertos e oniscientes do que todos os outros indivíduos. A liberdade significa a abolição de fontes institucionalizadas de poder, as quais governam com a arrogante presunção de que há apenas uma maneira de gerenciar a sociedade, e que a sociedade pode e deve ser gerenciada.

Não há nada errado em responder aos críticos da liberdade que "Eu não sei todas as respostas. E advinha só? Os políticos e burocratas também não. É por isso que eles não estão em posição de impor suas ideias sobre todos nós. Precisamos de liberdade — e precisamos da liberdade — para resolver os problemas sociais por nossa própria conta. Se você vê um desafio a ser superado, então é garantido que as outras pessoas também veem o mesmo problema. Trabalhemos juntos para encontrar uma resposta. A liberdade é uma condição necessária para se encontrar as melhores soluções."

6- Mexa sua vida

Tão logo você se der conta de que estamos vivendo sob um esquema de planejamento central para a sua vida e sua propriedade, você já pode começar a se tornar mais criativo a respeito de encontrar alternativas. Você pode utilizar as tecnologias para descobrir uma nova abordagem para a educação. Você pode descobrir melhores caminhos para o sucesso pessoal. Você pode gerenciar melhor suas finanças sem mais cair nas armadilhas do endividamento gerado pelas políticas de expansão de crédito estimuladas pelo governo. Você pode adulterar seus aparelhos domésticos — como retirar o constritor de vazão de água do chuveiro — com o intuito de fazê-los funcionar melhor do que o permitido pelas regulamentações.

A maneira como os grupos de interesse lobistas atuaram para aumentar o poder do governo foi encontrando novas maneiras de impor seus princípios à vida pública. Os ambientalistas se tornaram mestres nessa abordagem. Eles conseguiram construir toda uma liturgia para nossas vidas, na qual temos de reciclar, andar de bicicleta, separar o lixo, tomar banhos curtos e coisas afins — pouco importa que tais coisas não façam nada pelo meio ambiente. O objetivo é personalizar a questão política (que é o oposto do princípio da esquerda de politizar o pessoal).

Nós libertários podemos humanizar a questão política descobrindo novas maneiras de driblar o planejamento central. Estas medidas são imensamente importantes porque tornam a liberdade algo real em nossas vidas. Não é apenas uma abstração o que temos em nossas mentes; uma vaga esperança de algum mundo que pode ou não existir no futuro. As oportunidades de viver em liberdade estão totalmente à nossa volta. Precisamos apenas de olhos para enxergá-la e coragem para agir.

Antes de Ayn Rand escrever *A Revolta De Atlas* ela sabia que não bastava apenas escrever um romance sobre uma ordem

social em decadência por causa da mão de ferro de um governo corrupto. Ela precisava de personagens que se sentiam compelidos a, e com autonomia para, fazer algo a respeito. Ela acabou criando uma história épica sobre toda uma geração de empreendedores que se mudam em definitivo para o vale de "Galt's Gulch" para construir ali um mundo melhor. O plano de ação dessas personagens, como apresentado no livro, vem influenciando libertários por meio século.

Não, isso não significa que nós libertários temos de fazer o mesmo. Significa apenas que temos de buscar maneiras de viver e de inovar sem a permissão da classe dominante, abraçando a liberdade, gostem nossos senhores ou não.

7. Seja alegre

Partidarismo e facciosismo são grandes assassinos da alegria. Há sempre a tentação de nos cercarmos apenas de pessoas que compartilhem da nossa mesma opinião, e então procurar as diferenças que há entre elas e nós (por menores que sejam) para então discutirmos tempestuosamente. Quando os debates são civis e equilibrados, eles podem levar a um grande crescimento intelectual. Já quando eles se tornam pessoais e levam a alegações do tipo "fulano não é um verdadeiro libertário", eles podem destruir longas amizades e gerar ressentimentos generalizados.

Ninguém ganha com essas brigas aflitivas. Elas fazem com que as pessoas percam o foco no objetivo principal, que é a ascensão da liberdade e a remoção de todos os obstáculos que estão no caminho.

As mídias sociais são uma coisa fabulosa, mas em algumas ocasiões a tecnologia pode exacerbar controvérsias e gerar rixas em vez de construir uma verdadeira comunidade. Lembre-se de que são necessários ao menos dois para que haja uma briga, e você sempre pode se recusar a entrar numa discussão inútil. Isso exige disciplina e

humildade, mas preserva relacionamentos e amizades. Para o nosso próprio bem-estar, temos de ter o foco na construção de uma comunidade de ideias, e não em expurgos baseados na falsa esperança de purificar o movimento.

Há algo de seriamente errado se o despertar da consciência libertária levar à postura melancólica e sombria em relação ao mundo e a como ele funciona. Deveria ser fácil adotar uma visão jubilosa do mundo, especialmente nessa época em que vivemos.

Estamos testemunhando o fracasso de todas as medidas estatistas inventadas no século XX em todas as áreas da nossa vida. Todos os planos fiscais, monetários e regulatórios dos estatistas fracassaram estrondosamente. Seus programas estão retrocedendo. Os governos e seus líderes nunca foram tão impopulares. O comércio, diariamente, dá um baile nos esquemas dessa gente.

Tudo isso deveria ser motivo de júbilo para nós. Libertários estão do lado certo da história. Nós celebramos os direitos dos humanos e os defendemos contra todos aqueles que querem aboli-los em prol de um poder centralizado. Essa é uma atividade jubilosa, uma que acrescenta ainda mais importância e significado às nossas vidas.

Murray Rothbard costumava dizer que batalhar contra o Estado deveria ser uma ocupação prazerosa. No final, a tirania simplesmente não pode funcionar. Há algo de simplesmente espetacular em perceber isso e em ver como tudo isso se desenrola no mundo real. Ter esse júbilo e prazer era algo natural para Rothbard, pois era parte de sua personalidade. Para o resto de nós, leva algum tempo e exige alguma prática.

Deveríamos sorrir ao constatarmos os inevitáveis fracassos do Estado, sentirmo-nos felizes em relação a toda a liberdade que está à nossa volta, e buscarmos conforto na esperança por um futuro de liberdade que pode ser realizável — parcialmente por meio de nossos próprios esforços.

Avante!

Lembremo-nos de que, quando falamos sobre a liberdade humana, estamos falando sobre tudo aquilo que torna a própria vida em si bonita. Trata-se de um assunto infundável. Há vários caminhos para as ideias da liberdade e várias maneiras de viver essas ideias. A liberdade é uma verdade bela, uma que vale o comprometimento de toda uma vida. Para torná-la eficaz, jamais devemos nos esquecer de que a liberdade é a nossa vida real, e não meramente uma abstração intelectual.

Imagine um pequeno grupo de pessoas saindo pelo mundo armadas com estes sete hábitos. Rapidamente, esse otimismo contagioso ajudará a aumentar o grupo, à medida que cada vez mais pessoas vão sendo atraídas para essa luz. Aqueles que duvidam, criticam e anseiam por poder serão vistos não como progressistas e visionários, mas sim como antiquados presos a hábitos e métodos antigos que não funcionam. E a rede de genuínos visionários provará seu valor, um experimento de cada vez. Os cidadãos comuns irão recorrer não a políticos, lobistas e especialistas pagos, mas sim a empreendedores, a *nerds* da informática e a voluntários — em suma, àqueles que têm a visão de um futuro belo.

É com isso que a liberdade se parece. E é assim que você muda o mundo com ela. ●

Jeffrey Tucker: Diretor-Editorial do American Institute for Economic Research
Artigo publicado no site MISES BRASIL

Precisa disso?

J.R.Guzzo



Nunca aconteceu em nenhuma democracia do mundo, em nenhuma época, um caso de político que tenha sido preso por fazer política. Alguém sabe de algum parlamentar da Inglaterra, por exemplo, punido por fazer um discurso contra o governo? Ou de um deputado da França, Estados Unidos ou Alemanha cassado por desfilar numa passeata, fazer um comício ou organizar uma reunião com militantes do seu partido? Ou por brigar com uma autoridade qualquer? É claro que ninguém jamais ouviu falar de nada disso, nem vai ouvir, porque numa democracia a atividade política é livre. Ou seja: nenhum político precisa de “foro privilegiado” ou “imunidade parlamentar” para se proteger de qualquer tipo de perseguição quando está no exercício legítimo dos seus direitos e funções — venha a perseguição do Executivo, do Judiciário ou de onde vier. Ao mesmo tempo, segundo a lógica mais simples, vai ser processado como todos os demais cidadãos se roubar o cofre do governo ou der um tiro na cabeça do vizinho.

Crime político? Não existe “crime político” em nenhum regime democrático deste planeta. O que existe é crime mesmo, previsto no Código Penal, e quando alguém comete um crime tem de responder por ele na Justiça comum. Tanto faz se for deputado, governador ou astronauta. Se é acusado de um ato criminoso, que arrume um advogado e vá se defender. Se não fez nada proibido nas leis penais, não precisa de imunidade nenhuma. Qualquer zé-mané entende isso em dois minutos. Só não entendem os políticos, magistrados e intelectuais que raciocinam em bloco e aparecem na mídia ensinando como funciona o mundo. Na verdade, não querem entender. O que

eles querem, isto sim, é impedir que os homens públicos corram o risco de ir para a cadeia — e não apenas por corrupção, como é normal esperar de um indivíduo que entra na vida política brasileira, mas por qualquer crime já concebido e praticado pelo ser humano desde que Caim matou Abel.

Se você estiver achando que há algo errado com essa comédia degenerada, espere pelo segundo ato. O “foro privilegiado” não se limita aos políticos: neste preciso momento, protege 55 000 pessoas em todo o Brasil. É impossível pensar num país sério no qual existam 55 000 sujeitos que têm uma licença virtual de cometer crimes — pois o “foro privilegiado”, na vida real, torna praticamente impunes os criminosos que contam com esse privilégio, como diz o próprio nome da trama. É por isso, exatamente, que o Brasil não tem a menor chance de ser confundido com um país sério. Entram nesse cardume prodigioso, além do presidente da República e do vice, todos os ministros de Estado, os comandantes das três armas e os governadores. Junte aí deputado federal, senador, prefeito, mais a ministrada dos “tribunais superiores”: o STF, o STJ, o militar, o eleitoral e até o do “trabalho”. Também estão a salvo os conselheiros dos tribunais de contas, os procuradores federais e estaduais, os desembargadores e juízes federais, os desembargadores e juízes estaduais — enfim, é um milagre que não tenham enfiado aí os juízes de futebol e os bandeirinhas.

Quem poderia acabar com essa aberração? A última tentativa foi feita, ao que parece, no STF. Mas não foi. No mundo das coisas práticas, mais uma vez, houve muita falação, muita *data venia* e muita cara séria fazendo discurso sobre o “Estado de direito” — mas ação mesmo, que é bom, nada. Como sempre, ficaram ciscando durante horas a fio numa língua que poderia ser o servo-croata (pior: se fosse em servo-croata um cidadão da Sérvia ou da Croácia, pelo menos, iria entender alguma coisa), e no fim acabaram não indo nem para diante, nem para trás, nem para os lados.

REFLEXÕES XXVIII

Qual é o problema dessa gente? Existem no mundo coisas permitidas e coisas proibidas. As coisas proibidas não podem ser feitas — nenhum cidadão pode cometer estupro, guiar embriagado ou assaltar um banco. Não há exceções. Em lugar nenhum está dito que há dois tipos de estupro, por exemplo — o cometido por um indivíduo comum e o cometido por um dos 55 000 portadores de “foro privilegiado”. Se o senador, o conselheiro de contas ou o “juiz do trabalho” praticarem algum desses crimes, paciência. Vão ter de ser indiciados em inquérito policial, denunciados, julgados e punidos. Fim de conversa.

Não aqui. Aqui as leis são feitas para a conversa não acabar nunca. Os leigos podem não entender isso — mas é preciso preservar os “agentes do Estado” de acusações injustas, não é mesmo? Se não for assim, o Brasil vai acabar virando uma baderna. ●

J.R.Guzzo

Artigo publicado na revista VEJA no dia 16 de maio de 2018

Por que a política perdeu (ou se perdeu)

Eugênio Bucci



Foi nos escombros da ética pública que o estrelato judicial fincou seus alicerces

Chavão da temporada, a lamúria de que o Poder Judiciário tomou as rédeas do País vai se alastrando, unindo vozes que até outro dia eram antípodas⁴. Em seu coro inesperado, dizem que, diante da inoperância do Executivo e da lerdeza mal-intencionada do Legislativo, estaríamos enveredando por um caminho

de, no palavreado da moda, “judicializar” a política.

O chavão não é de todo despropositado. Não faltam sintomas para confirmá-lo. No Brasil não é apenas a política que foi judicializada. Judicializou-se o mundo, o outro mundo e não se parou por aí. Os magistrados do Supremo Tribunal fazem e desfazem, mandam e desmandam. Ninguém tem mais poder do que eles. Como já estamos cansados de verificar, a Constituição não é apenas interpretada e distorcida, é reescrita indefinidamente segundo indecifráveis hermenêuticas de cada um dos superpoderosos ministros do STF. Quando não podem mudar o texto constitucional, mudam o dicionário, de tal sorte que um vocábulo que até então tinha um significado pacificamente conhecido pelos falantes do idioma passa a querer dizer o oposto.

Não, não é exagero. Quando Dilma Rousseff sofreu seu controverso impeachment, em 2016, a preposição “com” se converteu na preposição “sem”. Mais precisamente, o artigo 52, que para esses casos prescreve “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de

⁴ **Antípodas**: que ou o que se situa em lugar diametralmente oposto.

função pública”, amparou a decisão de extravagante de “perda do cargo sem inabilitação”. O episódio foi uma espécie de Rubicão semântico na jurisprudência pátria, embora a arte de fazer a lei significar o seu contrário não tenha começado ali.

Mais recentemente, com a apoteose da Lava Jato, que deu outra envergadura ao instituto nacional do “teje preso”, o chavão ganhou mais poder de convencimento. Para resolver os impasses criados por uma política sem escrúpulos a toga se viu cada vez mais convocada, flanando na tela da TV como a última esperança da gente brasileira. Também por isso (mas não só), num país onde ninguém sabe dizer o nome de meia dúzia de ministros do governo federal – que são trocados em turnos de 24 ou 36 horas, como se fossem motoristas de carros oficiais –, todo mundo sabe de cor a escalação do Supremo. Os juízes da Corte viraram celebridades que rivalizam com apresentadores de programas de auditório – o que é a disfunção mais doentia entre as mais doentias disfunções que estão por aí.

Tudo isso para dizer que o chavão de que a política foi judicializada tem seu fundamento. Todavia, sendo um chavão, esconde atrás de si problemas mais graves do que o que aponta. Ao jogar os holofotes sobre o – usemos o palavrão – “protagonismo” do Judiciário, faz parecer que nossos males decorrem da desinibição crônica dos ministros do Supremo, mas esconde o fato de que o espaço agora ocupado pelos magistrados cintilantes foi aberto não por eles – como também não foi aberto pela mediocridade dos integrantes do Poder Executivo ou do Legislativo –, mas pela tibieza ética dos agentes políticos e, principalmente, pelo corporativismo atroz dos partidos políticos. Estes erraram ao cometer ou acobertar crimes de corrupção e, depois, erraram mais ainda ao abrir combate contra a elucidação desses crimes.

O tal “protagonismo” do Judiciário cresceu com mais força a partir dos julgamentos dos sucessivos escândalos de corrupção, crimes cujos autores são, além dos empresários corruptores, deputados, senadores, ministros de Estado,

REFLEXÕES XXVIII

governadores ou gente ainda mais graúda. Foi nos escombros da ética pública que o estrelato judicial fincou seus alicerces. A omissão acintosa dos políticos e dos partidos em compreender, corrigir e punir seus próprios crimes de corrupção deu a base de apoio para a hipertrofia de uma mentalidade que vê nos tribunais uma saída política para o Brasil.

As agremiações partidárias que contam – PT, PSDB e MDB – não esboçaram nem um rascunho de autocrítica. Corrigindo: o MDB, essa ameba gigante sem consciência moral, na verdade não conta nada, pois não tem existência no plano da ética pública. O PSDB, cuja identidade se esfacela, finge que nunca ouviu falar de Aécio Neves e não explica os crimes cometidos por seus quadros, embora sinta uma vergonha perceptível. O PT é pior. Seus integrantes, quando muito, admitem “equivocos” ou “erros”, mas não falam nada sobre os crimes de seus dirigentes históricos e tratam como fantasiosos todos os fatos incontestes.

Em resumo, as principais lideranças políticas do Brasil raciocinam e agem como réus – ou como amigos de réus –, renunciando ao seu dever de apontar caminhos institucionais para o Estado nacional. É nesse vazio político – e não em vazios burocráticos abertos por falhas resultantes do mau funcionamento das instituições estatais – que a judicialização da política prospera. A culpa por esse vazio não é das excelências togadas, por mais que estas se envaideçam com a fama que desfrutam, mas dos políticos e de seus partidos, que se revelaram pequenos, interesseiros e oportunistas diante do desafio de engendrar uma política que melhore – e não piore ainda mais – a democracia.

Corruptos precisam ser julgados e punidos, sem dúvida, e isso cabe aos tribunais. Mas os destinos da Nação não cabem aos tribunais. A solução para as disfunções da democracia não virá da toga, só poderá ser gerada no campo da atividade política democrática, com partidos fortes. O problema é que partidos políticos fortes, intelectualmente honestos, estão em falta. Os

REFLEXÕES XXVIII

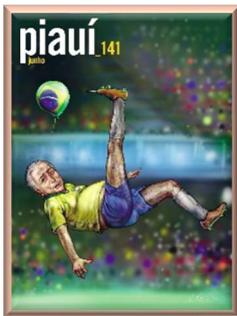
que aí estão fizeram uma frente ampla contra o Judiciário, como se sua única utopia fosse a impunidade. O pior é que talvez a alcancem, pois, por mais tentadora que seja, a judicialização da política não se sustenta em longo prazo. Mais cedo ou mais tarde, terá de ceder. A quem? Ora, aos partidos, por piores que eles sejam. Na queda de braço entre uma distorção e outra, a política se desqualifica um pouco mais. ●

Eugênio Bucci: jornalista, professor da Eca-USP

Artigo publicado no jornal O ESTADO DE S. PAULO no dia 26 de abril de 2018

Junho, Ano V

Marcos Nobre



As eleições, o sistema político e a negação da realidade

O que aconteceu em junho de 2013? A resposta é simples e complicada ao mesmo tempo: junho continua acontecendo. Também nisso se parece com seu ancestral mais próximo, maio de 1968. Avaliar o que aconteceu em 1968 ou em 2013 depende do que aconteceu depois. E do que continua acontecendo.

As avaliações dominantes sobre junho são bastante negativas. Variam entre não ver ganho institucional algum nos protestos e ver ali o início de uma grave regressão. Para algumas avaliações, o sistema político tal como tinha funcionado até ali ruiu sem que nada de melhor tenha sido posto em seu lugar. Para outras, junho foi ainda mais longe: teria sido responsável por colocar em risco a democracia no Brasil. Parte da esquerda não tem dúvidas dessa conclusão: junho representaria o momento em que uma direita troglodita teria emergido e iniciado o processo que levou à queda de uma presidente legitimamente eleita e à prisão do ex-presidente mais popular do período da redemocratização.

Essas avaliações dominantes raramente consideram junho da perspectiva de um ciclo de irrupções democráticas de caráter global, também nisso parecido com o ciclo global que teve seu foco em 1968. Mas, quando o fazem, entendem ter ainda mais razão. Afinal, não apenas no Brasil os resultados foram negativos. Foi o ciclo global de



REFLEXÕES XXVIII

irrupções democráticas entre 2011 e 2013, em seu conjunto, que teria trazido pouca coisa de positivo, quando não apenas regressão.

Quando se pensa na chamada Primavera Árabe, que derrubou ditaduras, no que ela resultou? Em guerras civis na Síria e na Líbia. E em duas outras, no Iêmen e no Bahrein, onde medem forças pela hegemonia regional o Irã e a Arábia Saudita – dois países que continuam a fazer de tudo para impedir primaveras de quaisquer tipos. No Egito implantou-se uma ditadura militar. Apenas na Tunísia a democracia se mantém, aos trancos e barrancos.

Uma nova ditadura instalou-se na Turquia, que faz parte de um conjunto de países de democratização recente, como os da América Latina e os do antigo bloco soviético, sem falar na Espanha, em Portugal e na Grécia. Na América Latina, uma série de “parlamentadas” tem derrubado governos eleitos, um ciclo que se iniciou mais claramente em 2012, quando Fernando Lugo foi apeado da Presidência do Paraguai. Países do antigo bloco soviético, como a Hungria, estão em algum ponto entre a ditadura e o fascismo, e um crescimento preocupante da extrema direita tem ocorrido mesmo em democracias estabelecidas desde 1945, como a Alemanha. A Grécia não consegue se recuperar da bancarrota econômica, política e social em que se encontra desde 2010.

É, porém, um diagnóstico muito parcial deduzir desses fatos que nada houve ou resta de positivo no ciclo de revoltas de 2011 a 2013, junho incluído. Para não falar nos potenciais de aprofundamento da democracia que trouxeram. É um diagnóstico que não leva em conta o enorme impulso que veio com junho para a consolidação e ampliação de lutas sociais as mais diversas na base da sociedade. Ignora ciclos de mobilização social de enorme amplitude e importância, como é o caso das primaveras feminista e secundarista, especialmente visíveis no Brasil nos anos de 2015 e 2016. Deixa de considerar novidades institucionais como a entrada nos Parlamentos municipais de figuras que representam uma

verdadeira renovação da vida política, de que Marielle Franco se tornou o grande símbolo.

Sobretudo, é um diagnóstico que não consegue ver *nuances*, que não enxerga as disparidades decisivas que existem entre a situação do Egito ou da Turquia, de um lado, e a do Brasil, de outro, apagando as diferenças e nivelando por baixo as potencialidades de ação em cada lugar. A falta de sutileza na ação e no pensamento apenas confirma o nivelamento que pressupõe, e dessa forma se esvai de fato a pouca democracia que se tem. Entretanto, como mostra o modelo de 1968, sem a preservação de alguma democracia não há projeto emancipatório que possa emergir como alternativa.

Os resultados regressivos dos últimos anos não indicam uma tendência irresistível da história nessa direção: provêm, antes de tudo, de tentativas de bloquear os potenciais democráticos que eclodiram nesse recente ciclo de revoltas. Tampouco há algo como um movimento organizado de reconfiguração global que pretenda impor um novo modelo de compatibilização entre economia e política, entre um novo capitalismo e uma nova forma política. O que se tem é um ambiente de grande confusão, onde pipocam as mais diversas tentativas de produzir reconfigurações desse tipo. Deixar de ver a multiplicidade na confusão significa deixar de ver oportunidades de ação relevantes.

O que ocorre atualmente no mundo é um ajuste político global. Movimentos regressivos como os que vemos atualmente são tentativas de controlar mudanças de fundo, que são as que mais resistem ao controle. Se saída democrática houver, será apenas com um salto adiante. Não há como voltar. A democracia deixou de ser uma evidência, está em perigo. Mas estará tanto mais em perigo quanto mais se insistir em posições unicamente defensivas, que aspiram voltar a uma situação política anterior, cujo ancoramento na realidade já se perdeu. Neutralizar ou demonizar junho é caminho seguro para passar longe do que realmente está em jogo.

A democracia de massas do imediato pós-1945 foi para poucos. Mas onde durou – em parte da Europa, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá, basicamente – estabeleceu-se em aliança indissolúvel com a melhoria da qualidade de vida, muitas vezes ligada ao desenvolvimento de mecanismos importantes de proteção social pelo Estado. Vinculou-se à ideia simples e direta de uma cláusula segundo a qual a geração seguinte iria viver melhor do que seus pais. Foi essa a primeira promessa da democracia pós-guerra.

A segunda promessa veio com 1968, que, nesses lugares do mundo em que a democracia de massas tinha se institucionalizado, chutou a porta para reclamar que faltava algo fundamental a essa equação, que a democracia precisava democratizar-se, nada menos. Entre muitas outras coisas, isso também significava derrubar a maneira tradicional de fazer política, baseada na lógica de máquinas partidárias hierárquicas e em acordos de gabinete e de cúpula que não estavam sujeitos ao escrutínio público.

1968 instalou uma tensão entre a lógica da representação parlamentar e a representação direta típica de assembleias e reuniões públicas, uma tensão que ficou gravada em todos os movimentos democratizantes posteriores. Colocou em xeque a não transparência que caracteriza a ação parlamentar e governamental, apontando para a necessidade da criação de novas formas e de novos instrumentos de fazer política. Os novos movimentos sociais que ganharam impulso e força a partir da década de 1970 conseguiram abrir brechas importantes na não transparência tecnocrática do Estado. Mas foi um impulso que ainda não encontrou uma configuração generosa no interior dos sistemas políticos nacionais. Toda essa enorme expectativa acumulada veio na bagagem de quem viveu sob ditaduras boa parte do período pós-1945 e chegou mais tarde ao novo consenso democrático global instalado entre as décadas de 1980 e 1990 – desde toda a América Latina até o antigo bloco soviético, passando por parte da África e do Leste Asiático. Um composto de neoliberalismo e

democracia movido a financeirização produziu então, aos trancos e barrancos, um momento de prosperidade material no período final dos vinte anos da chamada Grande Moderação, que chegaria a seu fim em 2008.

Foi o momento em que a China passou a produzir um planeta por ano. E, do outro lado, o do consumo, abriram-se as torneiras do crédito para o endividamento generalizado das famílias. Durante algum tempo, o acesso a inovações tecnológicas e à educação pareciam poder de alguma maneira garantir a cláusula geracional: a nova geração nasce já tocando em telas inteligentes e terá oportunidade de se desenvolver para além do ponto em que pararam seus pais. Endividando-se – essa era a promessa –, a geração seguinte teria condições de aproveitar plenamente as potencialidades do novo mundo, incluída aí a participação democrática em uma sociedade conectada em permanência com todas as demais sociedades do mundo. Porém, depois de endividar Estados e famílias, estreitaram-se as margens para que esse processo de financeirização pudesse ter continuidade, tanto do lado econômico quanto do social (foi o que pude concluir de análises de economistas como Costas Lapavitsas e Lena Lavinas). Junho e o ciclo global a que pertence trouxeram clareza política ao significado do declínio desse modelo, após a crise econômica global iniciada em 2007-2008.

E, no entanto, o novo ciclo de protestos se volta para os Estados nacionais em busca de soluções. Ao se pedir mais Estado e não menos, vai-se na contramão também das lutas antiglobalização dos anos 1990 e início dos 2000, que buscavam soluções globais e não mais soluções nacionais. Foi assim pelo menos que entendi a tentativa de síntese apresentada por Paolo Gerbaudo em seu *The Mask and the Flag* (no Brasil, as análises em que se baseia Gerbaudo são, principalmente, as de Pablo Ortellado e de Rodrigo Nunes).

Os Estados nacionais, pressionados a retomar o papel que um dia tiveram, encontram grandes dificuldades para responder às demandas. Ao menos nas condições fiscais e tributárias

atuais. A cláusula geracional desapareceu do horizonte – a crise aguda dos sistemas de previdência social mundo afora é apenas a face mais visível dessa ruptura da solidariedade intergeracional. Não surpreende, portanto, que a ausência de soluções para problemas básicos venha acompanhada de discursos como o da “pós-democracia”, da “desdemocracia”, ou mesmo do “Estado de exceção”. Não se cumpriu a cláusula geracional. Não se cumpriu a sua promessa-gêmea, a da democratização da democracia.

Em cada lugar, as respostas a essa crise global são ambíguas e complicadas de entender e avaliar. Muito mais complicadas do que pensa a motoniveladora analítica que quer colocar de volta na garrafa o gênio da onda global de protestos a que junho pertence. É uma perspectiva que se rende à lógica simplificadora que, em toda parte, decretou a morte cerebral da democracia.

Não é porque estão obsoletos que os sistemas partidários existentes vão se render. Como já mencionado, uma das maneiras de os sistemas políticos manterem o controle da transição é dando início a guerras, ditaduras e experiências neofascistas. Mas isso está longe de ser um padrão. Na Espanha, por exemplo, a plataforma PODEMOS, um movimento saído diretamente do mais recente ciclo de revoltas democráticas, seguiu o caminho da política institucional. Teve força suficiente para levar o sistema político às cordas, impedindo um acordo de cúpulas partidárias, simplesmente. Mas sua energia não foi suficiente para atropelar o sistema político e produzir um novo padrão de funcionamento.

No Peru, as coisas ocorrem na direção oposta a essa experiência espanhola. O país é hoje, segundo o cientista político Juan Pablo Luna, uma democracia sem partidos, reduzida a acordos de curtíssimo prazo feitos por pequenos grupos reunidos em torno de lideranças personalistas. Luna parece temer que esse modelo peruano indique uma tendência para toda a região, inclusive para o Chile, país onde trabalha.

Entretanto, em sentido contrário, foi no mesmo Chile que se deu a experiência das Prévias Cidadãs, que, nas eleições para prefeito de Valparaíso, deu a vitória a Jorge Sharp.

Padrão diferente mostrou Portugal, onde um acordo inédito de cúpulas partidárias permitiu a instalação de uma geringonça de governo que governa à esquerda, buscando margem de ação onde parecia não haver, no quadro mais geral da política de austeridade europeia. Já a Itália quase chegou a ser governada por uma coalizão entre um movimento de contornos tão movediços quanto o que se costuma chamar de classes médias – o Movimento 5 Estrelas, fundado em 2009 –, e um partido regional xenófobo de independentistas, a Liga Norte (fundado em 1991). A ascensão ao poder dessa coalizão consome o esfacelamento do sistema partidário pós-1945 na Itália.

Na França dos últimos dois anos, ainda outro padrão foi inventado. A fragmentação das forças políticas chegou a ponto – inédito – de permitir que Emmanuel Macron disputasse o segundo turno da eleição presidencial do ano passado e vencesse. Doze meses antes da eleição, Macron criou um movimento de grande apelo para a classe média francesa e construiu assim uma base suficiente para furar o sistema partidário existente. O desmoronamento do sistema partidário que ele provocou na França talvez não possa ser encontrado em outros países com democracias mais antigas. A filósofa Nancy Fraser foi certa ao caracterizar o período de vinte anos que precedeu a crise econômica mundial de 2007-2008 como sendo o do “neoliberalismo progressista”. Porém, ela talvez tenha sido apressada ao decretar o fim desse período: na pluralidade de padrões de reorganização, Macron é o neoliberalismo progressista em chave atual.

Ou seja, são as placas tectônicas da política mundial que estão se mexendo, embora os tremores na superfície não apontem para um padrão único de terremoto. Pelo contrário, o que se tem é uma multiplicidade de respostas para problemas bastante semelhantes. Nenhum modelo preestabelecido está

sendo seguido, implantado. Pode ser que o novo modelo de sociedade que vier a surgir da crise atual tenha uma cara global como teve o modelo anterior, que aliou democracia ao neoliberalismo. Mas, se assim for, ele só se dará depois de muita experimentação, mediante o espraiamento de modelos que possam se mostrar como padrões viáveis a serem seguidos. Vale notar, nesse caso, que o conhecimento acadêmico não tem ajudado muito. Com a decadência dos sistemas partidários característicos do pós-1945 ocorreu também, simultaneamente, o declínio da capacidade explicativa de uma ciência política criada para compreendê-los. A ciência política é uma disciplina que terá de se reinventar profundamente se quiser recobrar alguma capacidade de entender o que está acontecendo.

Os sistemas partidários, hoje caducos, veem as novas formas de organização política que surgiram do mais recente ciclo de protestos e de movimentos de *aggiornamento*⁵ do neoliberalismo como competidores a serem abatidos e não como o prenúncio de uma reorganização necessária. A tática de sobrevivência deles consiste em tentar reduzir a alternativa a uma escolha entre o *establishment* e o autoritarismo (e mesmo o fascismo e o nazismo). Com isso, conseguem apenas adiar o aprofundamento da democracia que – só ele – pode efetivamente bloquear a ascensão da extrema direita.

No mundo todo, onde quer que algo novo apareça, a novidade sempre inclui pelo menos algum arranjo entre os partidos tradicionais e os novos movimentos de base. Na maior parte dos casos, os partidos tradicionais querem engolir os novos movimentos e os movimentos querem atropelar os partidos. Quando nenhuma dessas coisas acontece, as mais variadas formas de convivência conflituosa são possíveis. O arranjo mais comum é o de uma competição entre os dois. Mas há casos em que o movimento é fundado com o objetivo de

⁵ ***Aggiornamento***: atualização.

sustentar uma candidatura, e criar nova força política capaz de atropelar os partidos estabelecidos. Foi o que aconteceu na França com Macron, por exemplo.

Uma das formas da convivência conflituosa é a que poderia ser caracterizada na fórmula adversários-parceiros. Nesse caso, um movimento de base desafia um partido não com o objetivo de desmantelá-lo, mas de obrigá-lo a se abrir para novas formas de fazer política. Isso pôde ser visto, por exemplo, na campanha de Bernie Sanders nas prévias às eleições presidenciais americanas para conseguir a candidatura pelo Partido Democrata, uma canalização das energias presentes no Occupy Wall Street, movimento ocorrido em Nova York, em 2011. Contudo, a máquina do Partido Democrata barrou o caminho de Sanders, escolhendo Hillary Clinton como candidata.

Em sua luta pela sobrevivência, os sistemas políticos construíram uma estratégia sólida de chantagem: fundiram-se aos Estados nacionais. Atualizam com isso o velho bordão: ruim com eles, pior sem eles. Se os sistemas políticos existentes afundarem, os Estados nacionais afundam com eles. Para isso, pretendem apagar qualquer diferença entre Estado, governo e Parlamento. Os sistemas políticos nacionais se valem da volta do Estado ao centro da arena para dizer que uma coisa não vai sem a outra. Só que, com a rejeição generalizada aos sistemas políticos tal como eles funcionam, essa simbiose resultou até agora em um abraço de afogados, em uma crise de legitimidade da ação do Estado.

Tornou-se axioma⁶ político, por exemplo, que o Estado arrecada em excesso e gasta mal e de maneira injusta. O tema da corrupção tem esse axioma como pano de fundo. Não por acaso, a parte mais difusa e desorganizada da energia de junho foi parasitada pela Operação Lava Jato, que se colocou como

⁶ **Axioma:** Evidência cuja comprovação é dispensável por ser óbvia; princípio evidente por si mesmo.

uma espécie de representante da indignação dentro do sistema político. Quem se beneficia direta e indiretamente de políticas públicas decisivas para manter sua posição social não vê nenhuma contradição em malhar o mesmo Estado de cuja ação se beneficia. Porque malhar o Estado é o mesmo que malhar o governo. É o mesmo que malhar o sistema político que trai sistematicamente quem deveria representar.

Essa crise de legitimidade da ação do Estado é o que produz, em grande parte, a extrema desorientação política em que nos encontramos. O amálgama entre sistemas políticos caducos e Estados nacionais tornou extremamente difícil a situação para quem quer de novo produzir legitimidade para a ação estatal, especialmente no que diz respeito à sua função redistributiva. E não porque a ideologia neoliberal de desmonte do Estado tenha conseguido se impor como hegemônica, sem mais – também a ideia concorrente de que seria mais justa a redistribuição pelo mercado não alcançou o brilho pretendido sequer durante o auge do neoliberalismo progressista. E isso em um quadro global em que a desigualdade não apenas aumentou, mas continua tendendo a aumentar. Para dar-se conta disso não é preciso ler Thomas Piketty, Branko Milanović ou Marcelo Medeiros (ainda que os ler seja de fundamental importância). A desigualdade é preocupação número 1 de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial. Está estampada em um livro de tons explicitamente apocalípticos, *The Great Leveler*, de Walter Scheidel, tomado como referência por essas instituições. E faz a ideia de uma renda básica universal, até pouco tempo debatida somente em círculos acadêmicos restritos, ser agora parte da agenda internacional.

Do ponto de vista político, a situação é ainda mais grave, pois as desigualdades não resultaram na união dos 99% da população global que detêm riqueza equivalente ao 1% restante. Pelo contrário, é grande a quantidade de muros construídos no campo dos 99%. Há quem simplesmente ficou para trás. Há quem perderá o lugar para as inovações

REFLEXÕES XXVIII

tecnológicas, tendo de aceitar trabalhar por um salário menor, em empregos de pior qualidade. Há quem não conseguirá mais emprego. Há quem sinta as intervenções estatais como agressões a seus valores e crenças mais fundamentais. E tudo isso sem a esperança de que o Estado vá estender uma rede de proteção para amortecer a queda, sem esperança de que o Estado vá garantir voz e reconhecimento a qualquer forma de vida.

Estabeleceu-se que o Estado tomou partido. Não haverá rede de proteção para todo mundo, não haverá cidadania para todo mundo.

O que se tem é um impasse: um Estado endividado e deslegitimado em sua ação, mas sem concorrente para desempenhar as funções de coordenação e distribuição que realiza. Não por acaso, pululam saídas populistas, tanto à esquerda como à direita. “Populismo” não tem aqui o sentido frouxo e interessado que acabou ganhando no debate público, algo como “jogar para a plateia de maneira irresponsável”. É de outra coisa que se trata (sínteses úteis da questão podem ser encontradas nos trabalhos de Jan-Werner Müller, Pippa Norris e Ronald Inglehart).

Populismo de esquerda é o que faz, por exemplo, o PODEMOS, na Espanha; foi o que fez Bernie Sanders em sua campanha pela candidatura democrata na eleição presidencial americana de 2016; relaciona-se ao significado do chavismo na Venezuela antes da morte de Hugo Chávez. Populismo de direita caracteriza um movimento como o Tea Party, nos Estados Unidos – peça decisiva na vitória eleitoral de Donald Trump –, ou o Partido da Independência do Reino Unido, uma das forças que liderou o Brexit. Os diferentes populismos são maneiras de tentar enfrentar a crise – talvez sem precedentes – de legitimidade da ação estatal. Mudam o foco do Estado para as elites e os grupos que não mereceriam a posição destacada de poder social, político e econômico que têm. Prometem devolver o poder à sociedade e colocar a ação estatal no seu devido lugar – o que quer que isso signifique

para cada populismo. A questão central aqui é ir até a raiz da crise de legitimidade da ação do Estado, que está na sociedade.

Com Estados e sistemas políticos sob suspeita, seria mesmo de se esperar que uma saída viesse da sociedade afetada pela desigualdade crescente e pelas promessas não cumpridas de democratização. Foi essa, afinal, a mensagem do ciclo de revoltas democráticas de 2011 a 2013. Mas a retomada do papel do Estado – seja em que direção se faça – vem junto com a descrença de que o próprio Estado possa voltar a responder às demandas do conjunto da sociedade, emparedada por uma aguda crise econômica e política, mas também social: a democracia não se democratizou, mas durou tempo suficiente para fazer surgir na sociedade divisões antes reprimidas ou mantidas invisíveis.

Está generalizada a desconfiança em relação à possibilidade de se ter regras de justiça compartilhadas. A simples remissão à democracia não é mais suficiente para produzir esse terreno comum sobre o qual se desenham as diferenças e as disputas. Entre os 99% da população, há uma ruptura de fundo, aparentemente irreconciliável, colocando em disputa diferentes estratos sociais e econômicos. É uma ruptura que tem a ver com as regras de redistribuição de recursos pelo Estado. É uma ruptura em relação à cultura política de fundo na qual as divergências podem ser elaboradas publicamente – como pretende o projeto democrático.

A nação é invocada para criticar os sistemas políticos tal como funcionaram e funcionam. A invocação pretende salvar algo essencial da destruição provocada por essa simbiose perversa entre sistemas políticos e Estado. Mas a referência à nação não unifica, divide. Nação, população e território deixaram de coincidir no imaginário político. Cada grupo tem a sua nação, incompatível com a nação do grupo vizinho. Em suma, dentro de um Estado nacional, não está à vista um novo modelo de sociedade capaz de nele se impor.

REFLEXÕES XXVIII

Disso são casos exemplares o Brexit e a vitória do “não” no referendo de paz na Colômbia, para não falar na eleição de Donald Trump. Esses eventos mostram fraturas sociais inteiramente diferentes, mas coincidentes, ao exporem a dificuldade de se encontrar novamente um solo comum para a política e, espera-se, para a democracia. A essas populações divididas de um mesmo país pode-se referir como sendo de “estranhos em sua própria terra”, como diz o título do livro de Arlie Russell Hochschild, *Strangers in Their Own Land* (que deveria ser urgentemente traduzido no Brasil). Hochschild mostra como uma comunidade de extrema direita dos Estados Unidos sente que as regras de justiça social têm sido aplicadas de maneira seletiva e sem transparência no país. Vem daí uma raiva adicional, suscitada pelo estigma que afeta a comunidade, rotulada como “escória americana” pela população educada e progressista.

Hochschild – socióloga que faz parte desse mundo educado e progressista – propõe que sejam refeitos os laços de empatia entre essas pessoas, que, mais do que adversárias políticas, se tornaram inimigas. Ou seja, que se busque construir uma nova cultura política democrática de fundo capaz de salvar a própria democracia. Talvez seja pedir demais, mas Hochschild mira o alvo certo. Os muros construídos entre os 99% só tendem a se multiplicar e aumentar de altura, caso nada seja feito.

Esse ponto é tanto mais importante porque o ciclo de revoltas de 2011 a 2013 tem uma diferença marcante em relação àquelas do ciclo de 1968. As revoltas de cinquenta anos atrás estavam inteiramente identificadas com a esquerda. Em junho de 2013 estiveram juntas, na mesma rua, direita e esquerda – e também muita gente que estava bem pouco preocupada em pertencer a um campo ou outro. O 1% não esteve na rua. Mas a rua também não serviu de chão comum para estabelecer a convivência democrática.

Quando as cisões na base da sociedade parecem insuperáveis, apelar para o fundo não democratizado da vida social, para

seu autoritarismo de fundo, serve perfeitamente ao objetivo dos sistemas políticos nacionais em seu esforço para controlar o processo desde cima. Como mostra a experiência histórica, o capitalismo vive muito bem sem democracia. Não é por acaso, portanto, que estão ocorrendo – como ameaça ou como realidade – tantas regressões autoritárias e que seja agora recorrente o tema da “morte da democracia”, exemplarmente discutido por Celso Rocha de Barros na Piauí (“O Brasil e a recessão democrática”, edição 139, abril).

A situação atual é desoladora, mas cabe sempre lembrar que a democracia já morreu e renasceu várias vezes, de variadas maneiras. Não se trata aqui, de modo algum, de desconsiderar o desalento generalizado em relação à política que se abateu sobre as pessoas. É um desalento fundado em bases muito concretas. Trata-se, antes, de chamar a atenção para esta pergunta e nela insistir: O que está morrendo é uma das formas possíveis de democracia ou é a própria democracia? E trata-se de propor como resposta: Essa questão é o objeto principal das disputas políticas atuais.

Muito da energia que se viu nas ruas no ciclo 2011-2013 não se dirigiu para a política institucional. E não apenas porque ressurgiram em novas bases importantes constelações autonomistas, que não têm energia para desperdiçar com a política institucional. Também teve efeito divergente a rejeição generalizada ao modo de funcionamento do sistema político. Entupidos os canais de comunicação entre sociedade e sistema político, grande parte da energia na base da sociedade não mais se dirige prioritariamente para a transformação institucional. E a parte que ainda se dirige encontra-se fragmentada e dividida, em sentidos muitas vezes inconciliáveis.

O cenário eleitoral brasileiro deste ano faz parte do ajuste global em curso. O que se fizer por aqui repercutirá de alguma maneira no quadro global, assim como ecos das experiências em curso no mundo serão ouvidos na eleição brasileira. Por parcial e limitado que seja seu alcance, a eleição é um

momento privilegiado da disputa política. É não apenas sintomática, como permite vislumbrar possíveis tendências. É um evento que consegue atrair alguma atenção de parcelas importantes da população para as quais a política institucional encontra pouco lugar na vida cotidiana. Mesmo que de maneira breve e em linhas gerais, é importante considerar o que nos espera nos próximos quatro ou cinco meses em termos eleitorais.

A tentativa do sistema político brasileiro de controlar a transição para um novo modelo de sociedade parece hoje óbvia. A reforma eleitoral realizada no ano passado foi feita para excluir candidaturas “de fora” do sistema. Foi feita sob medida para limitar a participação e a influência “externas” nos futuros rumos do sistema político. Exemplos disso são o tempo curtíssimo da campanha, o controle do financiamento público pelas cúpulas partidárias, a divisão de recursos segundo posições institucionais consolidadas de antemão e a prioridade absoluta dada à renovação de mandatos.

O enorme impacto dessas regras sobre a eleição presidencial não se restringe ao fato de terem colocado fora de combate candidaturas de *outsiders* como Luciano Huck ou Joaquim Barbosa. Pode ser visto também na inviabilização, na prática, de pelo menos duas das três candidaturas que lideram as pesquisas de intenção de votos até o momento. Marina Silva e Jair Bolsonaro não terão nem tempo de tevê nem recursos de campanha para serem competitivos, tampouco irão dispor de alianças eleitorais que permitam compensar essas carências. O líder nas pesquisas, o ex-presidente Lula, que, contrariamente aos dois nomes anteriores, seria competitivo nas condições dadas, foi excluído do jogo pelo Judiciário.

O “emparedamento” do sistema político pela Lava Jato teve como efeito um recrudescimento da blindagem do sistema contra ataques externos. Normalmente cheio de fraturas e divisões, o sistema político entrou em ordem unida, especialmente depois da “parlamentada” de 2016, movimento de radical autodefesa que ele realizou contra a Justiça. O

REFLEXÕES XXVIII

modo de autodefesa em que entrou o sistema político só fez reforçar sua fusão com o Estado. Não que isso seja novidade: afinal, o amálgama de Estado e sistema político vem de décadas no Brasil. E, na redemocratização, produziu o “pemedebismo” que caracterizou nas décadas mais recentes o sistema político. Será, portanto, uma eleição em que vão se conjugar a rejeição generalizada e difusa ao sistema político com a blindagem desse mesmo sistema político contra essa rejeição. Do lado do sistema político, será uma eleição que concede grande vantagem às máquinas partidárias. Do lado do eleitorado, tende a ser uma eleição com altos índices de abstenção e de votos brancos e nulos. Da parte do sistema político, tende a ser uma eleição com baixas taxas de renovação efetiva (e não apenas nominal) de representantes. Da parte do eleitorado, haverá uma busca por candidaturas que o sistema político só oferecerá com muita parcimônia e que terão poucas chances reais de sucesso eleitoral. Do ponto de vista da campanha, o dilema da centro-direita será conseguir usar as máquinas partidárias e do governo federal sem se deixarem contaminar pelos resíduos radioativos da Presidência de Michel Temer. O desafio da centro-esquerda é conseguir colar o governo Temer na candidatura de centro-direita, ao passo que seu dilema é não se dilacerar internamente em uma luta suicida para conseguir um lugar no segundo turno.

O pano de fundo de todo esse cenário é uma situação em que a desigualdade não apenas aumentou, mas continua a aumentar – fato que, aqui como em outros contextos mundo afora, não produziu unidade ou composições de forças entre as pessoas afetadas. Também no Brasil se observa a ruptura de fundo entre estratos sociais e econômicos que se encontram no mesmo mundo dos 99%. Uma das questões mais interessantes é saber se, na eleição, essa situação produzirá ou não campanhas populistas, no sentido que se deu neste texto a essa expressão.

É possível dizer que a campanha de Jair Bolsonaro tem nítidos

REFLEXÕES XXVIII

traços de populismo de direita. E que, considerando tudo o que se ouviu até agora, a campanha de Guilherme Boulos se aproxima do populismo de esquerda que caracteriza um movimento como o PODEMOS espanhol. Também Ciro Gomes tem se utilizado de uma retórica nacionalista bastante peculiar que pode aproximar sua campanha do populismo de esquerda, ainda que, provavelmente, com mais afinidades com este populismo mitigado que foi o lulismo.

Seja como for, se os populismos vierem a dar as caras na eleição, eles o farão em um contexto no qual não há mais partidos ou coligações capazes de serem líderes naturais tanto na centro-direita como na centro-esquerda. Característica marcante da eleição deste ano é que está em jogo algo muito mais significativo que a vitória eleitoral, e não apenas por ocorrer em meio a um ajuste que é, fato, global. No caso brasileiro, está em jogo a futura hegemonia dentro dos campos políticos, com o surgimento de polos de referência qualitativamente diferentes dos que tivemos nos últimos vinte anos, com PT e PSDB. É muito provável que o resultado eleitoral não signifique o fim da disputa pela hegemonia nos campos políticos – sobretudo para o que perder a eleição ou não conseguir chegar ao segundo turno. Mas as condições da disputa deverão de mudar de maneira decisiva de acordo com os resultados eleitorais.

Em um cenário de alta fragmentação, as fusões e aquisições partidárias podem, por exemplo, dar enorme vantagem de saída a quem conseguir produzir partidos de tamanho destacado no futuro Congresso, que será povoado a partir do ano que vem por uma multidão de médias e pequenas formações. Até o momento, esse possível futuro processo de concentração parece estar sendo preparado apenas no campo da centro-direita, especialmente no jogo combinado de PP e DEM.

Sem as mesmas ilusões de grandeza, um contraexemplo no campo da esquerda é a candidatura de Boulos, que se coloca como ponto de largada para a construção de um novo partido

capaz de aglutinar forças hoje dispersas em diferentes formações ou mesmo sem proximidade com a política partidária.

Tudo isso permite pensar a eleição deste ano como uma etapa da reorganização futura do sistema político. O mais importante, porém, é que essa reorganização só virá após as eleições e não durante o processo eleitoral. As campanhas não tratarão direta e explicitamente dessa reorganização, pois o que se terá serão apenas as promessas genéricas de “reforma política”. A cúpula do sistema político parece convencida de que alguma mudança de relevo é necessária, e apenas pretende que, dentro do possível, sejam os mesmos personagens da atual política que façam a mudança.

Embora tenha feito de tudo para que os atuais detentores de mandatos venham a controlar a transição, o sistema político de fato não pode saber quem sobreviverá, quem estará na mesa de negociação a partir do ano que vem. É uma reorganização em duas etapas: primeiro, a sobrevivência; depois, a negociação dos termos e limites da mudança a ser implantada. Amarradas de tal forma que se limitem a ser um rearranjo interno do sistema político vigente, dirigido pelas cúpulas partidárias e com pequena margem de intervenção por parte do eleitorado e da sociedade, as eleições serão, sobretudo, uma decisão sobre quem participará da futura reorganização. E em que posição.

Em maio último, em apenas alguns dias toda essa blindagem, toda essa armação mostrou-se inútil. A revolta contra os sistemas políticos tradicionais andou, em outras partes do mundo, de par com a revolta contra uma crise econômica aguda. Mas, quando ocorreu junho de 2013, a recessão ainda não tinha alcançado o país. Depois de mais de três anos de intenso sofrimento social, a revolta dos caminhoneiros acertou esse passo. Ela não conseguiu de fato reunir as duas revoltas em uma só. Mas o sistema político que fez a sociedade de refém tornou-se ele mesmo refém de uma greve geral não decretada. O apoio social a essa mobilização pode parecer

REFLEXÕES XXVIII

suicida, já que se arrisca a sufocar o próprio País. Essa foi, porém, a única resposta que surgiu ao sufocamento em que a sociedade já se encontra há muito tempo.

O sistema político pode se blindar o quanto quiser. Com isso, demonstra apenas que continua no mesmo estado interessado de negação da realidade em que se colocou desde junho de 2013. ●



Marcos Nobre: professor de filosofia da Unicamp e autor do livro **Imobilismo em Movimento**, pela Companhia das Letras
Artigo publicado na revista **PIAUÍ**, edição 141 de junho de 2018

Lula, o inconciliável

Eliane Brum



Qual é a relação entre o ódio de uma parcela dos brasileiros contra o maior líder popular da história recente e a fratura do projeto de conciliação que ele representou nos anos que ocupou o poder?

Lembro duas cenas da conciliação que Lula promoveu no Brasil da primeira década do século.

Na primeira, ocorrida durante a campanha presidencial de 2002, só há três testemunhas. Uma delas sou eu. É uma cena pequena, mas ela sempre teve uma enormidade para mim, porque não acredito nem em deus nem em diabo, mas acredito que ambos vivem nos detalhes.

Eu entrevistava uma mulher da elite paulistana que namorava um dos principais industriais de São Paulo. Juntos, eles foram decisivos para que Lula conversasse com uma parte da elite, a que era conversável, e costurasse um apoio fundamental para a vitória do PT em 2002, depois de três derrotas consecutivas. Apoio que se concretizou na “Carta Ao Povo Brasileiro”, na qual Lula se comprometeu não com o povo, mas com o mercado, a manter as principais linhas da política econômica.

É preciso lembrar que, naquela eleição, Lula vestiu Ricardo Almeida e circulou pelos salões da elite de São Paulo, uma porta dourada aberta por Marta Suplicy, hoje no (P)MDB. Não apenas circulou, como encantou. Lula tornou-se *pop* para milionários que acreditavam ser esclarecidos, empreendedores, modernos e cosmopolitas. Havia algo de muito sedutor num operário, num líder sindical, que gostava deles.

REFLEXÕES XXVIII

E havia uma pressão social crescente no Brasil. Após o deslumbramento com a volta da democracia, o país vivera o impeachment de Fernando Collor, com os cara-pintadas nas ruas, e vivia um fim de segundo mandato bastante penoso de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Cidade de Deus, o filme de Fernando Meirelles e Katia Lund, era a expressão do Brasil de 2002.

Uma parcela da elite econômica do país compreendeu a delicadeza do momento e costurou apoios e acordos, desfilando Lula pelos salões para provar aos pares que ele era tão palatável quanto seu caviar. E Lula, inteligente como é, desempenhou seu papel com brilhantismo.

Eu estava numa dessas mansões do Jardim Europa, onde só vivem os ricos muito ricos de São Paulo, e os ricos muito ricos de São Paulo são muito ricos em qualquer lugar do mundo. Entrevistava uma das principais anfitriãs de Lula. E ela me dizia o quanto Lula era fascinante e o quanto o Brasil precisava mudar. De repente, interrompeu a fala. E chamou alguém. Num tom elegante, mas imperativo. A empregada doméstica estava no andar de cima, mas foi instada a descer para fechar a cortina da sala onde nós duas estávamos. Percebi que de fato não ocorrera à dona da casa que ela mesma poderia se levantar do sofá e andar alguns passos. Era a vida dela, sempre tinha sido. Não poderia haver outra.

Ali estava posta a mágica de Lula. Essa mulher podia circular pelos salões com o candidato do PT vestido em ternos de grife e ao mesmo tempo chamar a empregada para fechar a cortina. Pelo toque alquímico de Lula, as contradições por um momento apagavam-se.

Salto para 2006.

O rapper MV Bill, um dos criadores da Central Única das Favelas (CUFA), está na Villa Daslu, que então era chamada de “templo do luxo” ou “meca dos estilistas”. Uma construção de 20 mil metros quadrados e colunas neoclássicas na Marginal Pinheiros, que vendia de roupas de grifes

internacionais a helicópteros. Na época, Eliane Tranchesi, a proprietária, já estava às voltas com denúncias de sonegação de impostos, mas apostava alto na conciliação com o outro lado dos muros.

Se, em 2002, a expressão cultural do Brasil era Cidade de Deus, o filme, em 2006 a expressão cultural foi Falcão, meninos do tráfico, o documentário de MV Bill e Celso Athayde. A obra havia sido exibida três semanas antes no programa Fantástico, da TV Globo, em horário nobre do domingo. Ao mostrar a vida – e a morte – dos “soldados” do tráfico em favelas pelo Brasil, Falcão causou enorme impacto em pessoas que não costumavam se impactar com o genocídio dos meninos negros e pobres das comunidades e periferias: dos 17 entrevistados, todos muito jovens, apenas um havia sobrevivido para assistir ao programa naquela noite de domingo.

Lula estava há quase quatro anos no poder, era candidato à reeleição e o PT já enfrentava as denúncias do mensalão, esquema de compra de votos de parlamentares que Lula afirmava desconhecer. A “conciliação” era ainda uma tese em vigor, com um presidente que não só havia cumprido rigorosamente o acordado na Carta ao Povo Brasileiro, ao não mexer na condução da economia, como ainda mantinha muito da sua mística apesar das primeiras denúncias de corrupção do PT no poder.

Para lançar o livro Falcão, meninos do tráfico na Villa Daslu, MV Bill subiu ao quarto andar com 30 moradores de favelas. A loiríssima Eliana Tranchesi resumiu, com clareza poucas vezes vista, o tom da conciliação costurada no Brasil de Lula: “Não estamos aqui para encontrar culpados pela tragédia em que vivem essas crianças. Estamos aqui para juntar todo mundo, ricos e pobres, as forças de todo mundo”.

Essa era a mágica. Juntos, o rapper negro da Cidade de Deus, no Rio, e a loira empresária paulistana que fraudava o fisco celebravam a possibilidade da conciliação de dois países

REFLEXÕES XXVIII

apartados. O Brasil, um dos lugares mais desiguais do mundo, deveria se conciliar sem olhar para o que causava a desigualdade. Ou, o tema mais sensível, sem tocar na renda dos mais ricos nem fazer mudanças estruturais que atingissem seus privilégios.

Estavam, como anunciou Eliana Tranchesi, “todos juntos, ricos e pobres”. E cada um no seu lugar. Na Villa Daslu, os negros eram trabalhadores uniformizados e os moradores de favelas que ali entraram naquele dia voltariam em seguida para suas casas sem saneamento básico e jamais poderiam comprar sequer um botão no “templo do luxo”. Mas, deslocados por um momento do seu lugar apenas para reafirmá-lo, eram bem-vindos e até amados. A imagem produzida era vendida como se realidade fosse. Era uma cena poderosa e é possível que muitos acreditassem nela. O Brasil vivia um momento muito particular.

Diante da mistificação, uma voz se levantou na plateia: “O consumismo é uma das causas dessa tragédia. Estamos no templo do consumo. Isso aqui é o responsável. Se eu lembrar do país e da desigualdade em que vivemos, esse local é uma violência”.

O mal-estar se instalou. O idílio⁷ acabara de partir-se. “Para satisfazer o sonho de consumo de comprar um tênis, quem está na favela às vezes tem que matar. Mas não para comprar um tênis da Daslu, porque aí tem que matar muito mais”, somou outra voz. Farpas verbais foram trocadas, a plateia branca fez sinal para cortarem o microfone.

A líder da favela Coliseu, uma mulher negra e desempregada, levantou-se então para defender a anfitriã: “Ela é rica porque trabalhou muito para ser rica”.

Apoteose. Gritos e palmas. A conciliação estava salva no Brasil de Lula. Mais tarde, Eliana Tranchesi seria presa por

⁷ **Idílio**: amor terno e delicado.

sonegação fiscal e outros crimes, condenada a 94 anos de prisão, e a Villa Daslu deixaria de existir. Outros “templos de consumo” tão seletos quanto, mas mais discretos, foram erguidos em São Paulo. Inclusive no próprio local da então gloriosa Villa Daslu.

A mística da conciliação sobreviveria por mais tempo.

O Brasil governado por Lula teve aumento real de salário mínimo, teve redução significativa da miséria, teve ampliação do acesso à universidade, teve melhorias importantes no Sistema Único de Saúde (SUS), teve Estatuto da Igualdade Racial, teve garantia de crédito para os mais pobres. Isso não é pouco e fez enorme diferença na vida de quem nem sempre podia comer.

Em grande parte, a melhoria da renda dos mais pobres, sem tocar na renda dos mais ricos, foi possível pela exportação de matérias-primas para a China, que vivia anos de crescimento acelerado. Mas esse tipo de desenvolvimento teve um custo alto para a Amazônia, um tipo de custo que não é recuperável – e num momento em que o planeta vive a mudança climática causada por ação humana. É o custo-natureza, aquele que alguns autores definem como “o trabalho não pago da natureza”.

É por essa razão que as contradições apareceram primeiro na Amazônia, na construção das grandes hidrelétricas e, com mais impacto, na maior de todas elas: Belo Monte. Em Altamira e região do Xingu todo o ovo da serpente já estava desenhado há muitos anos, mas era convenientemente longe demais. Lula e depois Dilma, assim como o PMDB, poderiam sempre contar com a desconexão do centro-sul urbano com relação à floresta. E o centro-sul não decepcionou também desta vez. Nem a parte da esquerda ligada ao PT, que mostrou a seletividade de sua preocupação com os direitos humanos e sua ignorância com relação à mudança climática e ao meio ambiente.

Há uma parcela do PT e da esquerda que está cimentada no

século XX. Sequer chegou a maio de 1968.

Era nas regiões amazônicas atingidas pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que os povos seriam sacrificados em nome de algo supostamente maior, o desenvolvimento. A conciliação tinha sangue, suor e lágrimas, mas bem longe das capitais.

Os brasileiros que se importam de fato com a Amazônia, para além dos ufanismos de ocasião, são uma minoria. E um número menor ainda consegue fazer a relação entre o mal-estar cotidiano nas cidades e a destruição da floresta e de outros ecossistemas. Os brasileiros, assim como a maioria dos habitantes do planeta, vivem a catástrofe ambiental, mas dão outros nomes a ela.

Se a água não presta ou se a água falta, acham que basta ter aumento de salário, para poder comprar água no supermercado, ou o governo do momento fazer uma obra, para que a água volte para as torneiras. Ainda não compreenderam que a água será a maior preocupação de seus filhos e netos.

Também por isso Belo Monte e outras grandes obras tornaram-se possíveis e raramente são citadas como um passivo de Lula e de Dilma, mesmo por seus detratores. Exceto quando aparecem ligadas ao *propinoduto* denunciado pela Operação Lava Jato. O tema da corrupção foi sequestrado pela direita – e a esquerda ligada ao PT preferiu se omitir diante das violações de direitos humanos nas grandes obras do PAC, como Belo Monte, e também da Copa de 2014.

A conciliação de Lula só podia ser provisória. Num país tão desigual como o Brasil, não é possível fazer justiça social sem mudanças estruturais – ou sem pelo menos mexer na renda dos mais ricos, redistribuindo a riqueza existente.

Há uma pergunta, sempre repetida, e que após a prisão de Lula se torna ainda mais ruidosa: “por que odeiam tanto Lula?”

REFLEXÕES XXVIII

É uma pergunta legítima. E tem sido respondida com frequência pelo preconceito das elites com o que Lula representa: o nordestino, o trabalhador braçal, o pobre. Faz sentido. Mas acredito existir mais do que isso. Por várias razões e também porque, se essa fosse toda a explicação, Lula não teria terminado o segundo mandato – oito anos no poder e o escândalo do mensalão em curso – com quase 90% de aprovação.

Suspeito que mesmo os mais ricos se incomodam com a miséria. A não ser que você seja um psicopata, é duro ver pessoas destruídas nas ruas. Ou, sendo mais cínica, a imagem da miséria pode ser perturbadora porque contamina o cenário dos dias, nos faróis e nas calçadas. E pode ser perturbadora porque, por mais seguranças que se bote na porta, por mais vidros blindados nos carros, a miséria acaba transpondo os muros e ameaçando a paz armada do Brasil.

Ainda que os brasileiros, e aí não só os mais ricos, tenham alcançado uma desconexão espantosa com relação à vida torturante dos mais pobres, em especial à dos negros, não me parece que alguém goste que o Brasil tenha tanta miséria e desespero. E também me parece que mesmo os mais ricos gozaram com a popularidade internacional do Brasil de Lula, visto como o país que tinha superado o passado e se transformava numa potência do presente. Sem contar que os mais ricos ficaram mais ricos neste mesmo Brasil.

Se a conciliação vendida por Lula era provisória, isso só ficou claro no governo de Dilma Rousseff. E talvez seja essa perda da ilusão que os mais ricos e setores da classe média não perdoem em Lula, acentuada pela piora na economia quando se acreditava que o Brasil já não poderia retroceder. Os protestos que irromperam em 2013 tiveram muitos sentidos, muitos deles contraditórios. Um dos sentidos – e só um deles – pode ter sido esse, o da perda da ilusão, que se materializou nessa rua polifônica (**Polifonia**: multiplicidade de sons), onde só o que ficava claro era uma furiosa e confusa insatisfação.

REFLEXÕES XXVIII

A ilusão de que é possível reduzir a pobreza sem perder privilégios, que vigorou na primeira década deste século e foi amplamente propagandeada pelo maior líder popular da história recente, é muito, mas muito sedutora. É necessário incluir na análise deste momento histórico o peso subjetivo que essa ideia de conciliação exerceu nesses anos de magia, em que o que era impossibilidade foi vendido como possibilidade em exercício. E o quanto essa subjetividade impactou nos fatos objetivos que fizeram do Brasil um país aos espasmos.

Uma imagem-síntese desse momento ocorreu em 2010, no último ano do segundo mandato de Lula. O então bilionário Eike Batista, símbolo da pujança do Brasil da primeira década, comprou o terno que Lula usou na posse, em 2003, com um lance de meio milhão de reais. O dinheiro foi destinado a um projeto de alfabetização na favela de Paraisópolis, em São Paulo. E o terno foi doado pelo bilionário ao acervo de Lula.

O leilão, na Daslu, foi promovido por Wanderley Nunes, cabeleireiro da então primeira-dama Marisa Letícia. Ela e Eike dividiram uma mesa. Estas são também imagens que fazem parte dos oito anos de governo de Lula, tanto quanto as dele com o povo do semiárido nordestino. Uma parte não fica completa sem a outra.

O poder dessa conciliação provisória sobre a subjetividade da vida brasileira não pode ser subestimado. A subjetividade é seguidamente esquecida nas análises dos contextos históricos, mas em geral ela é tão ou mais importante que os acontecimentos objetivos – e os determina.

É possível que parte do ódio destinado a Lula pelas elites que em 2015 desceram à Paulista para protestar com a camisa da seleção, acompanhando centenas de milhares de brasileiros, pode ser atribuído à suspensão dessa ilusão. Afinal, não seria possível conciliação sem perda de privilégios. E privilégios, dos mais evidentes a ter uma empregada que aceite descer

REFLEXÕES XXVIII

para fechar a cortina da sala, a elite brasileira – econômica, política, intelectual – não está disposta a perder. A corrupção era a justificativa perfeita, porque elevava moralmente o portador da crítica e o salvava de perguntas cujas respostas lhe devolveriam uma imagem menos límpida.

Nos últimos anos de Lula e nos primeiros de Dilma Rousseff, os efeitos de algumas medidas sociais começaram a se fazer sentir. A ampliação do acesso dos negros às universidades talvez tenha sido o momento em que os privilégios foram colocados em xeque. Tratava-se ali de mexer em algo estrutural no Brasil, o racismo. E naquele momento a tensão tornou-se explícita, sinalizando que havia fissuras no projeto de conciliação.

Os lucros eram ótimos quando o Estatuto da Igualdade Racial, ainda em fase de elaboração, foi combatido com fúria por setores da elite. Os negros, cada vez mais presentes nos espaços de poder, avançavam sobre lugares simbólicos muito caros também para parte da classe média. Haveria que perder: objetivamente, vagas para brancos nas universidades e em concursos públicos; subjetivamente, muito mais. As reações foram imediatas.

Nos últimos anos, o avanço do protagonismo negro tem mostrado o quanto mexer nos privilégios mais subjetivos, como o de falar sozinho nos espaços de poder, é um tema explosivo no Brasil. Mesmo pessoas que se consideram de esquerda reagem mal, em especial quando o privilégio a ser perdido é o de se considerar um branco bacana.

A ampliação das ações afirmativas contra o racismo, assim como o Bolsa Família, priorizando as mulheres como titulares do programa, colocaram algo muito potente em movimento no Brasil, algo que seguirá se movendo para muito além dos fatos do momento. Isso pertence aos governos do PT. Neste sentido, se Lula mantinha os bolsos das oligarquias e dos rentistas cheios, por um lado, por outro solapava algumas bases pelas beiradas.

Ao mesmo tempo, não é permitido esquecer, seu partido se corrompia. A corrupção não é um dado a mais, na medida em que ela define escolhas de desenvolvimento. Não há nada mais eficiente para gerar propinas e caixa dois do que obras, em especial se elas forem grandes. Como Belo Monte.

Os programas sociais e as ações afirmativas dos governos do PT acabaram por colocar em risco a conciliação vendida por Lula. Essa fissura entre tantas expôs o óbvio. Não havia mágica. A questão mais profunda do Brasil continuava a ser a mesma: para ter conciliação de fato é preciso que uma parcela da população perca privilégios. E isso, para as elites e também para setores da classe média, era – e continua sendo – inaceitável.

Não me refiro aqui a qualquer privilégio. Aquilo que não custa perder não é privilégio. Privilégio custa. E mesmo quem tem bem poucos se agarra aos seus, o que explica um tanto de ódio mesmo entre pobres urbanos. Há sempre algo a perder, mesmo que seja uma pequena superioridade sobre o vizinho.

Assim, Lula tem alguma razão quando diz que o perseguem por ter colocado “negro dentro da universidade”. Mas o que ele precisa dizer também é que esta foi a conciliação que ele vendeu ao Brasil e na qual se lambuzou por vários anos. Esta foi a conciliação que o elegeu e o reelegeu mesmo após o mensalão, uma conciliação que tem sua expressão bem acabada na arquitetura político-financeira construída no segundo mandato, aquela que o PT chamou de “governabilidade”. Esta foi a “paz” pela qual possivelmente ele também tenha se deixado seduzir. É que nos trouxe até aqui.

O mágico precisa saber que sua mágica é truque, não realidade.

Não é possível saber qual é o tamanho do Lula que foi para a prisão. A memória é construída depois, a memória é dada pelo futuro tanto quanto pelo passado. Ainda vivemos o agora. E ele é furioso.

REFLEXÕES XXVIII

Para compreender o legado de Lula, o conciliador, é preciso enfrentar o inconciliável em Lula. ●

Eliane Brum: escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*.

Artigo publicado no jornal **EL PAÍS** no dia 11 de abril de 2018

LUIZ BIANCHI

A nova cara de Cuba depois de Fidel e Raúl Castro

Pablo de Llano



Miguel Díaz-Canel, vice-presidente e 'número dois' do regime, teve uma metódica escalada burocrática no Governo e agora é o favorito para ser proclamado novo presidente do país na quinta-feira

Se não houver uma súbita mudança de planos, na quinta-feira, 19 de abril, Raúl Castro entregará o comando de Cuba pela primeira vez em seis décadas a um cubano que não carrega o seu sobrenome e que nasceu depois da revolução de 1959. O favorito é o “número dois” do regime, Miguel Díaz-Canel, de 57 anos, um engenheiro eletrônico alto e de gestos sérios, que fez uma paciente e discreta escalada burocrática com Castro como mentor.

Nascido em 20 de abril de 1960, em Placetas, na província de Villa Clara, bisneto de um espanhol de Castropol (Astúrias), casado duas vezes e pai de dois filhos do primeiro casamento, Miguel Mario Díaz-Canel Bermúdez forjou-se no fim dos anos 1980 na União de Jovens Comunistas. De 1994 a 2003 foi secretário do Partido Comunista na província de Villa Clara, onde ganhou fama de dirigente aberto por seu apoio a um centro cultural onde se fazia transformismo e por seu estilo roqueiro – cabelos compridos e amor pelos Beatles. Ali ele já era um dos quadros regionais observados por Raúl Castro com vista a uma mudança geracional ainda distante.

Em 2003, o general o incorporou ao birô político e foi enviado como secretário do partido à província de Holguín. Castro só o chamou a Havana em 2009, quando lhe confiou o Ministério da Educação. Em 2012 o fez vice-presidente do Conselho de

REFLEXÕES XXVIII

Ministros. Em 2013, quando formou seu último Governo, acrescentou o cargo de vice-presidente do Conselho de Estado e fez um discurso em que o apontou como sucessor, comprovando seu *pedigree*: “Não é um novato nem alguém improvisado”.

Ao contrário de outras promessas do castrismo surgidas sob a asa abrasiva de Fidel Castro, que acabaram sendo fulminadas por excesso de iniciativa ou de protagonismo, Díaz-Canel soube avançar silenciosamente pela via lateral de Raúl Castro, um militar que sempre valorizou em sua gente o perfil baixo e a lealdade.

Raúl Castro na quinta-feira em Havana EFE



“Para chegar aonde ele chegou sem ser defenestrado, a condição número um é não sair do roteiro, e ele foi muito eficaz nisso”, diz Nora Gámez Torres, especialista em Cuba do jornal *Miami Herald*. “Sabemos muito pouco sobre como pensa”, acrescenta. “Nunca se desvia da linha do partido”. Jorge Duany, diretor do Instituto de Estudos Cubanos da Florida International University, qualifica sua figura de “intrigante” e considera “uma questão aberta se favorecerá ou não reformas no sistema político cubano”.

Díaz-Canel sempre usou uma retórica continuísta que reforça à medida que sua coroação se aproxima. Em 11 de março ele glosou a “geração histórica que nos conduziu e que forjou a revolução”. Naquele dia foram realizadas eleições para deputados da Assembleia Nacional, que ratificarão nesta quinta-feira, 19 de abril, o candidato a chefe de Estado escolhido pela cúpula na última jornada de um processo eleitoral ritual controlado pelo Partido Comunista, o único permitido.

Díaz-Canel só é lembrado por um episódio de relativa estridência. Um vídeo de uma reunião do partido que foi

divulgado na Internet em 2017 e no qual discursou dogmático sobre os “projetos subversivos” que segundo ele se aninhavam depois do surgimento dos portais de imprensa independente, de correntes sociais-democratas ou dos elogios que se faziam aos pequenos empresários cubanos. Mas a faceta que cultiva é a do dirigente concentrado nas reformas do sistema rumo ao chamado raulismo: mais mercado, mas não pluralidade de partidos. Em março, ele compareceu em Havana a uma cerimônia com o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã na qual aplaudiu “o impressionante desenvolvimento econômico” do regime asiático – muito do gosto do general.

Por conta de um limite legal estabelecido por Raúl Castro, Díaz-Canel poderia governar no máximo por dois mandatos, dez anos. Até 2021 está previsto que Castro permaneça como secretário-geral do partido, supervisionando seu sucessor. O potencial reformista de Díaz-Canel é uma incógnita que talvez seja revelado ao longo de dez anos. Seus primeiros desafios em seu primeiro ano de governo poderiam ser enfrentar a unificação monetária (fundir em uma só a moeda conversível, equivalente ao dólar, e a nacional de uso doméstico) e relançar a concessão de licenças às pequenas e médias empresas dando-lhes mais garantias e solidez jurídica com uma lei de PME.

“É um *apparatchik* famoso pela discrição e por repetir calculadamente o discurso oficial, mas Adolfo Suárez [primeiro presidente do Governo espanhol depois do regime de Franco] também era o homem que seria o guardião das ideias franquistas e, no entanto, aconteceu o contrário”, diz o analista político Carlos Alberto Montaner. “Minha impressão é que Castro facilitará a implantação do protagonismo de Díaz-Canel mantendo à distância o setor mais contrarreformista”, prevê o historiador Rafael Rojas, “e também é provável que Díaz-Canel se mostre inicialmente conservador, pois, em boa medida, deve sua designação à imagem continuísta e intransigente que transmitiu nos últimos anos. Daqui até

2021, se Díaz-Canel se consolidar, teremos que ver o que acontecerá com as reformas, que são inevitáveis para a própria continuidade do sistema cubano”.

O ex-diplomata cubano Carlos Alzugaray indica que o vice-presidente foi “fundamental, embora na sombra” no redesenho do modelo para a abertura econômica e acredita que ele pode ser considerado “reformista”. “Nas últimas semanas deu muita ênfase aos desafios político-ideológicos que enfrenta a sociedade cubana, razão pela qual soou mais conservador, mas pode ser que, como em muitos casos históricos semelhantes dentro e fora de Cuba, seu verdadeiro caráter surja quando assumir a presidência.”

Entre os opositoristas se espera, inicialmente, a mesma mão dura. A advogada de direitos humanos Laritza Diversent, refugiada política nos EUA, acredita que Díaz-Canel manterá o padrão de “tolerância zero e repressão” com a dissidência. José Daniel Ferrer, líder da Unpacu, o grupo de oposição mais ativo da ilha, acredita que “fará todo o possível para manter o regime como está agora; embora enfrente mais pressão da sociedade cubana do que Raúl Castro teve que enfrentar, e para o futuro se verá obrigado a realizar transformações que levarão à transição política”.

Para as novas gerações críticas, com preocupações para além das predominantes – sobrevivência diária, desejo de bem-estar e de consumo –, a figura de Díaz-Canel não gera muitas expectativas. “Me preocupam suas opiniões sobre os meios de comunicação não estatais”, diz Elaine Díaz, do portal digital *Periodismo de Barrio*. “Ele relaciona esses meios com interesses estrangeiros sem fornecer provas. Esse discurso de confronto não contribui para o necessário diálogo que Cuba precisa ter.” “Seus únicos méritos”, diz Abraham Jiménez, da revista digital *El Estornudo*, “vai ser o primeiro dirigente nascido depois da revolução que chegou à vice-presidência e ser o único cubano que ousou se sentar no birô político com um *tablet* nas mãos. Com a passagem do tempo seu rosto jovem foi ficando acinzentado, até chegar à circunspeção.

REFLEXÕES XXVIII

Deixou claro que não será o homem da mudança”. ●

Pablo de Llano

Artigo publicado no jornal **EL PAÍS** no dia 18 de abril de 2018

LUIZ BIANCI

Adeus aos Castro

Yoani Sánchez



O sonho da normalização em Cuba durou pouco. Ante o dilema de conservar todo o poder ou ceder uma parte, para evitar uma fratura dramática, Raúl não se diferenciou muito do irmão e escolheu o controle absoluto

Um impulsivo e outro pragmático, um carismático e outro destituído de qualquer magnetismo, os irmãos Fidel e Raúl Castro deixaram seus sobrenomes marcados a sangue e fogo na história

cubana dos últimos sessenta anos. Esta semana a nova geração bate à porta do poderoso clã familiar que planeja sair do foco central, mas não se distanciar demais do poder.

Houve um tempo em que, nós, as crianças cubanas, calculávamos a idade que teríamos quando chegasse o novo século. Imaginávamos nos tornar adultos em um milênio tingido com o vermelho da bandeira comunista, onde não haveria nem o dinheiro nem a miséria. No entanto, o muro de Berlim caiu, a esperança se partiu em mil pedaços e nossa aritmética pessoal passou a contar os anos que iríamos ter quando o castrismo caísse.

Esse dia chegou, mas não como pensávamos. Em lugar de uma épica derrubada com as pessoas nas ruas desfraldando bandeiras, o regime cubano vai se desbotando como uma velha fotografia: sem graça nem romance. Esse processo começou há doze anos quando Fidel Castro ficou doente e transmitiu o comando do país, por via sanguínea, ao irmão mais novo.

Coube a Raúl Castro lidar com a complexa herança recebida. Uma nação em números vermelhos, com uma crescente apatia dos cidadãos, um êxodo que desmentia o suposto paraíso

REFLEXÕES XXVIII

socialista que a propaganda oficial narrava, um emaranhado de proibições que tornavam a vida cotidiana asfixiante e uma institucionalidade deficiente que definhava sob os caprichos do Comandante-Chefe.

“Sem pressa, mas sem pausa” foi o lema escolhido pelo raulismo para tentar consertar alguns daqueles agravos. O General chegou a ganhar o irônico qualificativo de “revolucionário gradual” porque diante da maioria dos problemas prementes se mostrou mais no estilo de um cauteloso e rançoso conservador que com o ímpeto de um antigo guerrilheiro.

A primeira coisa que fez foi dismantelar o fidelismo, esse sistema personalista que seu irmão edificou à sua imagem e semelhança: caprichoso, violento, tenaz e vociferante. Sem deixar de apertar a mão repressiva, o segundo irmão pôs fim a várias “proibições absurdas”, como as chamou então, que tornavam mais visíveis e rígidas as grades da jaula nacional.

Orientado na direção correta, mas com uma velocidade de quelônio e uma profundidade epidérmica, Castro II autorizou a compra e venda de moradias, paralisada por décadas; permitiu que os cidadãos pudessem contratar uma linha de telefone celular, até então um privilégio só desfrutado por estrangeiros, e iniciou uma reforma migratória na ilha-prisão.

Por suas mãos foi impulsionado o setor privado, sob o eufemismo de trabalho por conta própria. O país se abriu ao investimento estrangeiro e milhares de hectares de terras que havia anos estavam improdutivas foram entregues para usufruto. Até foram reduzidos os atos ideológicos públicos, sepultadas as campanhas políticas de massa nas quais seu irmão era viciado e estimulado um processo de controladoria para procurar conter o desperdício, a corrupção e a ineficiência nas empresas estatais.

Nesses anos, entre julho de 2006 e janeiro de 2013, Raúl Castro gastou todo seu capital político, esgotou um programa de Governo que tinha limites muito claros: manter o sistema

REFLEXÕES XXVIII

socialista, evitar a todo custo que as desigualdades sociais aumentassem e impedir qualquer tentativa de pluralidade política.

Quando o raulismo começava a definhando, chegou em 17 de dezembro de 2014 a notícia do degelo diplomático entre a Casa Branca e a Praça da Revolução. Por quase três anos o mundo acreditou que o “problema Cuba” estava resolvido quando viu a Chanel desfilando no Passeio do Prado, Madona dançar em um restaurante de Havana e a família Kardashian passear em um velho automóvel pela ilha.

Mas o sonho da normalização durou pouco. Raúl Castro teve medo de perder o controle e não correspondeu às medidas tomadas por Barack Obama com a necessária contrapartida da ilha. Depois da visita oficial do presidente norte-americano, a mídia oficialista deu nova força às críticas contra Washington, e a lua de mel terminou. Um divórcio sentenciado com a chegada de Donald Trump à presidência.

Temeroso do animal de mil cabeças que havia soltado com suas reformas — o capitalismo —, Castro retraiu ou paralisou várias das flexibilizações que lhe haviam valido o qualificativo de “reformista”. Desde agosto a maioria das licenças para o setor privado está paralisada, as proibições de viagem decretadas contra os opositores aumentaram nos últimos meses e o discurso oficial voltou suas críticas contra os empreendedores locais.

O octogenário governante não pôde resolver dois dos maiores problemas: unificar as duas moedas que circulam na ilha e aumentar os salários ínfimos que a maioria da população recebe. Tampouco conseguiu frear o êxodo de cubanos e aplicar políticas que elevassem de modo efetivo a natalidade, um problema sério para uma nação que as previsões indicam será o nono país mais envelhecido do mundo em 2050. Tampouco conseguiu sanear o setor estatal corroído pela corrupção e a falta de eficiência.

No entanto, o maior fracasso do General nos dez anos de seus

REFLEXÕES XXVIII

dois mandatos foi sua incapacidade de estimular as necessárias reformas políticas para que a nova geração receba uma casa mais organizada. Diante do dilema de conservar todo o poder ou ceder uma parte, para evitar uma fratura dramática no futuro, o mais novo dos Castro não se diferenciou muito do irmão e escolheu o controle absoluto.

Sabe que, embora tenha planejado metodicamente a sucessão e escolhido um herdeiro dócil e manobrável como o primeiro-vice-presidente Miguel Díaz-Canel, no sistema personalista que herdou de seu irmão a divisão de responsabilidades não cai nada bem.

Enquanto mantém o controle sobre o Partido Comunista, que a Constituição consagra como a força dirigente do país, Castro poderá vigiar esse tecnocrata crescido à sua sombra e consciente de que qualquer tentativa de autonomia poderia significar sua queda. Mas o velho guerrilheiro sabe também que o final de sua vida está próximo e que os pupilos se tornam imprevisíveis quando o mentor já não respira.

O sucessor herda um país em crise e uma sociedade desanimada, um contexto internacional desfavorável, cujos sinais mais claros são a mudança de rumo ideológico na América Latina e a rejeição quase unânime a seu aliado venezuelano, Nicolás Maduro. Cabe a ele acabar com a dualidade monetária, aprofundar as reformas econômicas para convencer os investidores e ampliar o setor privado.

Ao contrário de seus antecessores, não participou dos feitos bélicos de Sierra Maestra nem do ataque ao quartel de Moncada. Terá que construir sua legitimidade sobre os resultados de sua gestão e a realização de uma reforma política real e ampla. O mito terminou e a geração histórica, que se impôs com o terror e o carisma, tem os dias contados.

A era Castro acaba e aquelas crianças de outrora estamos na maturidade de nossas vidas. Muitos ficaram pelo caminho sem conhecer outro sistema. Nestes dias voltamos a retomar as aritméticas pessoais: que idade teremos quando Cuba for

realmente livre? ●

Yoani Sánchez: jornalista cubana e diretora do jornal digital 14ymedio
Artigo publicado no jornal **EL PAÍS**, no dia 23 de abril de 2018

LUIZ BIANCHI

A falácia do “preço justo” está de volta – e com direito a prisões de comerciantes

João Luiz Mauad e Leandro Roque



Por que tal expressão atenta contra a lógica (exceto em uma situação causada pelo próprio Estado)

Depois de a greve dos caminhoneiros causar uma grande escassez de produtos nos supermercados, o que levou a uma alta em seus preços, a mídia,

as autoridades e os "especialistas" voltaram a usar uma expressão que andava meio sumida: o tal "preço justo".

Já há até uma tal 'Operação Preço Justo' ocorrendo em alguns estados do país, em que policiais civis fazem batidas em estabelecimentos para fiscalizar e prender aqueles comerciantes que estejam vendendo mercadorias a um preço considerado "alto" pelos burocratas.

É o totalitarismo estatal em seu esplendor. Uma volta à era dos fiscais do Sarney e das tabelas da Sunab — algo que, em nome do nosso bem-estar, tem de acabar imediatamente.

Como a expressão 'preço justo' mistura um conceito econômico com outro moral, devemos analisá-los separadamente.

O que é o preço: Os preços são mecanismos por meio dos quais compradores se comunicam com vendedores e vice-versa. Por esse motivo, antes de entendermos a função dos preços, é importante fazer uma distinção entre "preços" e "propostas", dois termos distintos que, em nosso uso diário, tendemos a tratar como sinônimos.

Um preço é apenas uma razão (no sentido matemático do termo, isto é, o resultado de uma divisão) resultante da

REFLEXÕES XXVIII

interação de duas mercadorias; é o quociente resultante da interação entre a oferta de uma mercadoria e a demanda por ela.

Preços surgem quando duas mercadorias são trocadas por dois indivíduos em uma transação concreta. Entretanto, os "preços" que vemos no supermercado para cada bem disponível não são preços, mas sim propostas — e se tornarão preços somente se o bem for comprado.

Se o "preço" de um saco de batatas está colocado a \$500, mas ninguém compra, então é errado dizer que o preço dele são \$500. O supermercado tentou vender a \$500, mas tal valor foi recusado.

Empreendedores, sendo humanos, podem cometer erros. Um empreendedor pode oferecer um bem por um "preço" (proposta) alto demais e então descobrir que ele não conseguiu vender unidades suficientes para fazer o investimento valer, sendo então forçado a diminuir o preço para aumentar as vendas. Isso não significa que o preço inicial estava errado e que o novo preço está certo: significa apenas que o empreendedor está reagindo à nova informação adquirida após sua primeira tentativa. Se mais informações chegarem, o preço será novamente ajustado, para cima ou para baixo.

Essa, aliás, é a essência do processo empreendedorial: reagir às mudanças que ocorrem no mercado, tentando sempre se adaptar às novas preferências demonstradas ou antecipadas pelos consumidores.

A função dos preços em uma sociedade: Tendo em mente este básico, podemos dizer que, grosso modo, em economia, o preço é um conceito que pode ser traduzido como o 'termômetro da escassez': é o mecanismo que transmite aos agentes do mercado, tanto do lado da oferta quanto da demanda, informações sobre o nível de escassez de determinada mercadoria ou serviço.

REFLEXÕES XXVIII

Em um mercado sem intervenções, tabelamentos, estabelecimentos de pisos ou tetos, a variação do preço de um produto informa as condições de oferta e demanda do mesmo. Mais ainda: preços possuem um papel fundamental em uma economia de mercado.

O sistema de preços, quando deixado a funcionar livremente, é um engenhoso método de comunicação e coordenação. Os preços livremente formados nos informam não apenas sobre a abundância ou escassez de cada bem ou serviço específico, como também coordenam como cada bem e serviço será usado em um dado processo de produção. Para os consumidores, um aumento nos preços de um produto sugere que este se tornou mais escasso. Consequentemente, os consumidores irão reduzir o consumo deste produto em decorrência deste aumento do preço e procurar por substitutos mais baratos.

Para os produtores, os preços maiores deste produto informam que pode haver maiores oportunidades de lucro para entrar neste mercado específico. Estes novos concorrentes irão ou produzir mais deste produto, aumentando sua oferta, ou produzir bens alternativos para concorrer com o produto em questão. Este é o processo de descoberta que define a essência do mercado. E é este processo, quando deixado a ocorrer livremente, que garante que os preços estejam sempre em níveis que tendam a equilibrar oferta e demanda. Por isso, assim como quebrar o termômetro não resolverá a febre, impedir que um determinado preço flutue livremente só provocará excedentes ou escassez.

Milton Friedman resumiu a questão de forma magistral: os economistas podem não saber muito. Mas de uma coisa sabemos muito bem: como produzir excedentes e escassez. Quer um excedente? Faça o governo legislar um preço mínimo, que se situe acima do preço que de outra forma prevaleceria no livre mercado. Foi o que fizemos em diversas ocasiões e acabou resultando em excedentes de trigo, de açúcar, de manteiga, e de vários outros bens, trazendo

prejuízos para seus produtores. Quer uma escassez? Faça o governo legislar um preço máximo, que se situe abaixo do preço que de outra forma prevaleceria.

Tudo depende de que lado você está: Todos nós temos estranhos e contraditórios desejos acerca de como os preços devem funcionar. Ficamos ultrajados quando os preços dos alimentos e da gasolina sobem. Nunca queremos que eles aumentem e nunca achamos que eles devem aumentar. No entanto, a coisa muda em relação a, por exemplo, imóveis e ações. Quando os preços caem, as pessoas se desesperam. "Como é possível que minha própria casa caia de preço?!". "Os preços das ações em meu portfólio desabaram na crise! Estou mais pobre! Isso é injusto!"

Ou seja, como indivíduos, desejamos que alguns preços sempre subam e que outros sempre caiam. No final, tudo vai depender da posição em que estamos: se na do consumidor ou do produtor. Como proprietários, somos de fato "produtores" de nossos imóveis e ações, o que quer dizer que estamos mantendo nossos imóveis e ações com a esperança de que, algum dia, iremos colocá-los à venda. Queremos que seus preços sempre subam.

Já em relação às coisas que queremos comprar, como gasolina, alimentos, roupas, viagens, aluguéis, eletroeletrônicos, etc., queremos que seus preços sejam os mais baixos possíveis. Queremos que seus preços caiam continuamente. Queremos poupar recursos. Portanto, o que está em jogo aqui é o interesse próprio.

Pense na mesma situação do ponto de vista de alguém que esteja comprando um imóvel. Esta pessoa, obviamente, quer o preço mais baixo possível, de modo que, para ela, um eventual estouro de uma bolha imobiliária seria uma dádiva. Porém, tão logo ela se torne uma proprietária de imóvel, a situação se altera. Agora ela quer que os preços subam constantemente.

O mesmo vale para o proprietário de um supermercado. Se os preços cobrados não afetassem sensivelmente seu volume de

REFLEXÕES XXVIII

vendas, ele iria querer os preços mais altos possíveis. Já esse mesmo indivíduo, na condição de consumidor, quer comer nos melhores restaurantes ao menor preço possível.

E funciona assim em todos os mercados. Compradores sempre querem pagar \$0 por algo. Vendedores sempre querem vender esse algo por \$1 trilhão (ou qualquer outro valor que ele considere astronômico). Sendo assim, como é que a pessoa que quer pagar \$0 e a pessoa que quer receber \$1 trilhão chegam a um acordo? Ambos chegam a um meio termo, um valor no qual o produto vale mais para o comprador do que o dinheiro que ele está disposto a abrir mão, e no qual o dinheiro que o comprador dará pelo produto vale mais para o vendedor do que o produto. Os termos resultantes são chamados de preço.

E esse preço será influenciado pela concorrência (interna e externa) entre os vendedores e, também, entre os compradores. Quanto mais vendedores ofertando o mesmo produto, menores os preços. Quanto mais compradores demandando o mesmo produto, maiores os preços.

Com isso, é possível ver por que é totalmente absurdo tentar moldar a política nacional em torno dos interesses de apenas um dos lados de uma transação. Tentar, por exemplo, manter os preços dos imóveis e das ações altos e crescentes representaria uma trapaça contra os compradores. E tentar manter os preços baixos seria uma vigarice contra os atuais proprietários. Manter os preços dos alimentos altos ajuda os agricultores, mas prejudica os consumidores. Já uma redução forçada nos preços dos alimentos pode empolgar os consumidores, mas os produtores podem acabar sendo tão prejudicados a ponto de irem à falência, o que resultaria em uma acentuada redução na oferta de comida. E isso não seria bom para ninguém.

O que é um "preço justo"?

Por tudo isso, a alegação de que haveria um "preço justo" nos leva a inferir que existiria um preço injusto, o que é uma

contradição em termos, já que, por definição, toda troca livre é sempre voluntária e, conseqüentemente, vantajosa para todas as partes.

Se você entra em um supermercado e compra 1 kg de batatas, mesmo em tempo de escassez como agora, é porque valoriza mais o produto do que o dinheiro que pagou por ele. O raciocínio inverso vale para o dono do supermercado. Ninguém obrigou você a comprar nem o vendedor a vender. Como o conceito de justiça é um conceito moral e não econômico, não é difícil inferir que uma transação justa é aquela livremente acertada entre compradores e vendedores, locadores e locatários, mutuantes e mutuários em qualquer transação.

Transação justa é aquela que, acima de tudo, respeita a propriedade privada e a liberdade dos contratantes. Justo, portanto, é o preço que você aceita pagar em troca de uma mercadoria ou serviço — até porque quem determina o preço, no fim das contas, é sempre quem paga.

Quando realmente ocorre uma injustiça: Agora, de fato há maneiras de um preço se tornar uma questão de injustiça: isso ocorre quando os preços resultam de um ato de força ou são influenciados por ele, como ocorre quando há protecionismo, monopólios estatais, reservas de mercado e demais medidas impostas pelo governo que geram restrições artificiais da oferta.

Por trás de cada um destes atos, encontramos coerção: um grupo de pessoas ditando ordens ou restringindo transações voluntárias de uma maneira que é incompatível com a liberdade de escolha. Comprovadamente, isto não é justo.

Assim, quando reclamamos que algum preço é injusto, temos antes de analisar quais restrições estão ocorrendo no mercado, ou examinar o papel que os impostos, as tarifas protecionistas, as regulações e as reservas de mercado garantidas pelo governo estão desempenhando em jogar os preços para um nível muito acima do que estariam caso houvesse um

ambiente de plena liberdade de mercado.

Conclusão: Se analisada um pouco mais a fundo, essa falácia de que o "preço justo" deve ser estabelecido arbitrariamente por alguns burocratas iluminados, e não de comum acordo entre as partes contratantes, é, na verdade, uma inversão completa de valores. E, na maior parte das vezes em que é utilizada, trata-se de uma forma indireta de justificar a interferência dos governos nos mercados — para benefício de alguns e prejuízo de outros.

Ao contrário do que sugerem os intervencionistas, o que determina, em última análise, a justiça de uma transação não é o custo efetivo do vendedor ou a capacidade de pagamento do comprador, mas principalmente as expectativas das partes em relação à transação.

E, no que diz respeito àqueles que acreditam que todos os preços deveriam sempre se mover de tal maneira a beneficiar seus próprios e específicos interesses econômicos em detrimento de todos os outros indivíduos, apenas uma observação: não confundam seus desejos com justiça. Os preços vigentes em uma economia de mercado são um reflexo de acordos cooperativos envolvendo pessoas dotadas de liberdade de escolha. Ninguém tem o direito de interferir nisso. Não seria algo justo. ●

João Luiz Mauad: administrador de empresas formado pela FGV-RJ, profissional liberal (consultor de empresas) e diretor do Instituto Liberal. Escreve para vários periódicos como os jornais O Globo, Zero Hora e Gazeta do Povo.

Leandro Roque: economista, editor e tradutor do site do Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Artigo publicado no site MISES BRASIL no dia 4 de junho de 2018

Elas estão ferozes

Malvina E. Muszkat



Para a psicanalista paulista, a revolução feminista foi um passo fundamental, mas algumas mulheres exageram e deixam os homens perdidos e desorientados

A psicanalista Malvina E. Muszkat nunca foi de deixar as coisas onde sempre estiveram. Com base em sua experiência como diretora da ONG feminista Pró-Mulher, Família e Cidadania, de São Paulo, intuiu que havia espaço para um olhar fora do comum. Começou a ouvir mulheres agredidas pelos companheiros — e passou também a conversar com eles. Com isso, abriu uma avenida de investigações sobre o assunto, mas do ponto de vista masculino. O resultado é seu mais recente livro, que fez barulho antes mesmo de ser lançado, dada a estranheza do que sugere já no título: *O Homem Subjugado — O Dilema das Masculinidades no Mundo Contemporâneo* (Editora Summus). Nesta entrevista, Malvina fala da desorientação do homem diante do novo feminismo e discorre sobre os desafios apresentados aos dois gêneros.

O novo feminismo está subjugando o homem?

Sim, minha ideia foi demonstrar justamente isso. Hoje, as mulheres estão à frente do debate público, ferozes. Elas cresceram muito, e os homens, ao contrário, ficaram parados. Como eles têm muita dificuldade de falar de sentimentos e conflitos internos, pensei primeiro em dar ao meu livro o título de *O Silêncio dos Homens*. Porque eles estão confusos, estão perdidos. Nosso tempo é de



transição, e momentos de transição são assustadores. O ser humano busca referências claras, e, quando as perde, isso pode ser dramático.

Que referências os homens deixaram de ter?

Deixaram a posição de autoridade absoluta, de gerar e gerir a família, de cuidar dos bens e do comportamento familiar. Cabe, então, uma indagação: qual o lugar masculino hoje? Os homens já não sabem com exatidão. Digo, de brincadeira, que mudaram as regras do jogo e eles não foram avisados. Outro dia, Gloria Kalil falava na televisão a respeito do livro de etiqueta que estava lançando, e o entrevistador perguntou-lhe se o homem deveria ou não abrir a porta do carro para a mulher. O que antes era visto como gentileza agora pode ser considerado machista.

O homem está sofrendo com essas mudanças?

Está. E sofrendo calado. Talvez por isso o homem agora esteja mais exposto a doenças psíquicas do que antes. Os meninos são muito ansiosos, porque têm de corresponder o tempo todo às expectativas. As mulheres também, é claro, mas a grande novidade é o que se passou a exigir do universo masculino.

Por que a senhora diz que as mulheres estão “ferozes”?

As mulheres conhecem seus direitos e, sobretudo, se sentem com direitos. Mas acho que há uma exacerbação por parte delas. E não é impossível que haja uma reversão no papel dominante, porque os homens estão meio abobados, não sabem o que fazer. As famílias têm criado as meninas para ser independentes, para saber se defender, mas os filhos continuam a ser criados do mesmo modo, para ser valentes e não ser associados à homossexualidade.

“Em vez de botar o agressor na cadeia, onde ele vai bancar o machão diante dos outros, sugiro penas alternativas, obrigando o condenado a refletir sobre o que o levou à violência”

A mulher não se adaptou por completo às mudanças, então?

Busca adaptar-se, e tem conseguido, embora às vezes se note alguma dificuldade em lidar com o poder. Quando tem poder, a mulher fica dura. Ao observar algumas chefes de Estado, você verá que elas fazem uso de um modelo mais masculino que feminino. Isso ainda acontece, apesar de ter sido mais forte nos anos 1980. Em outros ambientes, contudo, estão sendo valorizadas as características tidas como femininas. Atendo executivos que alimentam características femininas para gerir a equipe. Eles querem exercer uma liderança mais branda, ter capacidade de relacionamento que se oponha ao estilo grosseirão, que apenas cumpre horários e exige metas com pulso firme. Os aspectos da feminilidade, que sempre foram rejeitados, hoje fazem parte da cultura empresarial. Valoriza-se muito a empatia, a capacidade de perceber o outro, de pôr-se no lugar do outro.

A mulher é mais empática que o homem?

O cérebro é igual, hoje se sabe, mas algumas tendências estão mais presentes que outras. Experiências em berçário mostram que, quando um bebê chora, as meninas choram junto. Os meninos, não. Então, há algo que precede a cultura. Mas os homens também não desenvolvem a empatia porque são poupados dela. É muito difícil você ouvir alguém dizer a um garoto: “Cuide da sua irmãzinha”. As mulheres já partem do pressuposto de que o homem não sabe cuidar, portanto nem lhe fazem esse pedido.

Como, então, criar meninos para um novo mundo?

Da mesma forma como educamos as meninas, com acesso franco aos seus sentimentos. Meninos morrem de vergonha de dizer que estão com dor, que têm medo. É preciso deixá-los brincar de boneca, usar esmalte, tudo o que a menina faz. Às vezes, sem dizer nada, a mãe faz uma distinção, a própria expressão do rosto já diz algo. Ou então ela age de maneira mais protetora com a menina. O menino pode ser terno sem

ser criticado nem chamado de mariquinhas. Ele também tem de ser autorizado a ficar na barra da mãe tanto quanto a menina fica. É preciso dar todas as oportunidades para que cada um manifeste a sua identidade ao se reconhecer em uma figura ou em outra. Pela cultura corrente, o menino não pode se identificar com a mãe. A sociedade exige dele a capacidade de responder rapidamente, de ser forte, rude, preparado para a guerra. Nós mesmas, mulheres, formamos esses homens que depois vão responder de maneira grosseira. Eles não são violentos só contra as mulheres, eles são violentos contra si mesmos. Morrem mais cedo, vão presos em maior número, matam mais, suicidam-se mais.

Muitas vezes, esse desconforto masculino que a senhora identificou acaba desaguando na violência doméstica. Por quê?

Se olharmos para as circunstâncias culturais que vão construir a personalidade do homem, perceberemos uma sociedade que o impede de viver os aspectos da subjetividade chamados de “femininos”, como a ternura, a empatia, a compreensão. A própria mãe cria o filho para ser valente. Se todos acessassem esses sentimentos desde cedo, duvido que houvesse violência como há. Em paralelo, existe uma desmoralização milenar da figura feminina. Eva, a personagem bíblica, é entendida como uma sem-vergonha: ela seduziu Adão e levou-o ao pecado original. O mundo começa, assim, com uma mulher devassa. Maria Madalena foi transformada em prostituta. O filme Maria Madalena, com a atriz Rooney Mara, é muito ruim, mas mostra isso. As mulheres sempre foram caracterizadas pela Igreja como seres perigosos. Então, de um lado, o homem tem medo da mulher que ele deseja e ama. De outro, tem de se defender e quer manter o poder. Não pode fraquejar. Se a mulher o humilha em público, pior ainda. Ameaçado, ele agride para aliviar a sensação de que está perdendo a identidade. Do ponto de vista da psicanálise, tudo tem um símbolo, um significado para nós. Se aquela compreensão nos falta, entramos em angústia e sentimos que podemos

enlouquecer.

“Digo, de brincadeira: mudaram as regras do jogo e os homens não foram avisados. O que antes era visto como gentileza agora pode ser considerado machista”

Do ponto de vista prático, como a senhora imagina ser possível reduzir o número de casos de violência do homem contra a mulher?

Na ONG feminista Pró-Mulher, atendi mulheres de baixa renda, vítimas de violência, que nos eram enviadas pela Procuradoria do Estado. Depois de atender apenas mulheres por um longo período, entendi que tinha de correr o risco, na busca por melhores resultados, e atender também seus parceiros, os agressores. Os homens obedecem a preceitos culturais disseminados no discurso coletivo, do tipo “Homem não leva desaforo para casa”, “Mulher alguma dá ordens a um homem”, sem nenhuma reflexão a respeito do assunto. Prendê-los apenas não seria útil; era necessário ouvi-los e dar a eles a oportunidade de nos ouvir. Provocar neles uma reflexão. Não sou contra a punição do crime, mas bem sabemos que a prisão no Brasil não é atalho para a ressocialização, ao contrário. Em resumo: não adianta só prender, é preciso conversar com esses homens. E, ao conversar, entender por que agrediam, se sofriam ao agredir.

Qual o resultado?

Acredite: esses homens iam se modificando. Não falo de milagre, mas de resignificação. Quando o homem percebe que foi covarde, ele se vê fraco e muda, abandonando a violência. O método é eficiente e rápido — e teria de ser rápido, para obedecer aos prazos estipulados de parceria entre a ONG e os órgãos públicos. Os próprios ofensores são estimulados a refletir sobre o que pensam dos colegas e como se veem, o que os obriga a uma reavaliação dos princípios. Se eles dizem coisas como “As mulheres são sem-vergonha, enganam a gente”, confrontamos essa ideia com uma pergunta simples: “Quer dizer que todas as mulheres são vagabundas?”.

Ao que respondem: “Menos a minha mãe”. E começam a mudar a postura. O trabalho não foi adotado como política pública. É, portanto, ainda precário. Mas os resultados são evidentemente positivos: 70% dos casos apresentam remissão total, e os homens deixam de bater.

Feministas queixam-se desse tratamento com o argumento de que, enquanto os homens vão para o divã, as mulheres vão para o necrotério.

Não acho que entender o lado dos homens sirva de atenuante para nada. Minha intenção não é ser boazinha com ninguém, é mudar as políticas públicas. O que imagino é uma mudança fundamental: em vez de botarmos o agressor na cadeia, onde ele vai bancar o machão diante dos outros, devemos oferecer penas alternativas, obrigando o condenado a refletir profundamente em torno das questões que o levaram à violência. É preciso acabar com essa ira interna que faz um homem afirmar-se por meio da força. É como o guerreiro que tem de matar para se sentir potente. É uma imagem que vem da Antiguidade, da Grécia. Algumas feministas ficavam bravas porque eu atendia agressores, mas nunca os atendi para colocá-los no colo, e sim para entender o que estava acontecendo com eles. Ao sair da prisão, o agressor pode voltar a bater. Ou pode sair pior, já que cadeias especializam pessoas no crime. Além disso, apesar de denunciar, nem sempre a mulher quer que o homem seja preso. Ele é o pai dos seus filhos, já foi o amor da sua vida. É complicado.

A senhora é contra a prisão de agressores de mulheres?

Não sou contra a punição — a prisão, de modo geral, no Brasil, não ajuda ninguém, só especializa pessoas no crime. Mas não dá para resolver o problema da violência do homem contra a mulher apenas pelo caminho judiciário; é muito pouco. ●

Malvina E. Muszkat

Artigo publicado na revista VEJA, 4 de maio de 2018

Fé e sangue na Terra Santa: o conflito árabe-israelenses

Voltaire Schilling



Comentários

A chamada Terra Santa, a Terra da Promissão da Bíblia, é geograficamente bem pequena. Compreende mais ou menos uns 30 mil km², estendendo-se verticalmente do sul do Monte Líbano até o Deserto de Neguev e,

horizontalmente, das costas do Mar Mediterrâneo até às margens do Rio Jordão, que depois de alimentar o Lago da Galileia, deságua no Mar Morto.

Apesar de ser apontada pelos antigos profetas como a terra do maná, onde o alimento, por assim dizer, caía do céu, a escassez era geral. As poucas glebas agrícolas existentes permitiam uma colheita de grãos que, devido à modéstia das chuvas, nunca se caracterizou pela abundância ou pela prodigalidade, enquanto que nas áreas pedregosas mais elevadas criavam-se carneiros e ovelhas.

Se a região, sob o ponto de vista material, foi sempre modestíssima, quase que permanentemente assolada pela pobreza, o mesmo não se pode dizer sobre o que ela representou na imaginação religiosa dos homens. Não há nem nunca houve, em mais de 5 mil anos de história, um território tão disputado e tão conflagrado como a região da antiga Judeia e a Palestina. Ali, por séculos, os deuses e seus profetas, das mais variadas origens e procedências, disse a mitologia, lutaram entre si, em impressionantes e sangrentas batalhas teológicas pela conquista dos corações e das mentes dos homens, fazendo a Terra Santa, se bem que engendrasses maravilhas, terminasse dando abrigo a fanatismos e,

igualmente, fosse fonte de interminável discórdia entre os povos semitas, os descendentes de Abraão (que teria chegado à região cerca de 1850 a .C.).

Sagrada para os três

Para os judeus, provavelmente os seus mais antigos habitantes, ela é a Eretz Israel, a terra dada por Jeová ao Povo Eleito, tendo a cidade de Jerusalém, cujo terreno original foi tomado dos filisteus pelo rei Davi, como sua eterna capital (cerca do ano 1000 a.C.). Ela é a Terra da Promissão, o local que Deus apontou a Moisés como o lar definitivo dos judeus logo que eles conseguiram escapar do Egito, onde eram mantidos como escravos pelo faraó. Esta relação dos judeus com sua terra assumiu com os tempos um aspecto místico que fazia com que, embora eles fossem desterrados várias vezes por inimigos poderosos (babilônios ou romanos), sempre que estavam na Diáspora encontraram uma maneira de voltar ao seu solo sagrado, local onde o rei Salomão construiu o Primeiro Templo, símbolo integrador das 12 tribos de Israel (cerca de 950 a.C.)

Para os cristãos, a Terra Santa é duplamente sagrada. Jesus Cristo, o messias, o Salvador, aquele que, além de anunciar a chegada do Reino dos Céus, sacrificou-se pelo bem da humanidade inteira, nasceu e nela foi crucificado. O filho de Deus veio ao mundo em Belém, cresceu em Nazaré, pregou na Galileia e padeceu na cruz em Jerusalém (cerca do ano 33). Local, de onde logo ressuscitou para vir animar seus discípulos a que seguissem na difusão do Evangelho. Apegados ao Novo Testamento, escrito por quatro apóstolos (a partir da segunda metade do século I), todas as referências que os cristãos neles encontram sobre a vida de Jesus fazem referência à Terra Santa, região da qual Cristo jamais saiu, sendo que todos os seus passos evangelizadores, bem como o calvário que percorreu, foram, três séculos depois da sua morte, reconstituídos por Helena (cerca de 327-8), a mãe do imperador Constantino, que se convertera à nova fé no ano de 313. Enquanto em Belém encontra-se a Igreja da Natividade,

REFLEXÕES XXVIII

em Jerusalém acha-se o Santo Sepulcro, o local em que Jesus Cristo foi descido da cruz e onde abrigaram o seu corpo numa pequena caverna.

Por último, ela é, também, a Terra Santa dos muçulmanos, visto que foi do alto do Domo da Rocha, conhecida depois como a Esplanada da Mesquita, que o profeta Maomé, em espírito, foi encontrar-se com Alá nos céus, no episódio da Jornada Noturna do Profeta. Exatamente naquele espaço santo, inundado de fé, é que o califa Omar, a partir de 638, logo que ocupou pacificamente Jerusalém (chamada de Al-Quds pelos maometanos), em mãos do Patriarca Sofrônio, determinou a construção da estupenda Masjid Al-Aqsa, a Mesquita Al-Aqsa, terminada em 705, para que o esplendoroso templo se tornasse um centro de celebrações islâmicas. Com o tempo, Jerusalém serviu como uma alternativa aos fiéis islâmicos que não podiam cumprir com a Hégira, a peregrinação à Meca, berço da religião maometana, fazendo com que o Nobre Santuário e sua magnífica cúpula dourada, que brilha como um sol artificial, servisse de guia e de farol para todos os que quisessem alcançar Jerusalém.

Glória a Ele | Que atenta para o seu servo à noite desde a Santa Mesquita | da Primeira Mesquita | O recinto no qual nós somos abençoados e no qual nós podemos mostrar a Ele alguns dos nossos sinais | Certamente Ele é o que Tudo-ouve o que Tudo-vê. Sura al-Isra'. Corão: 17:1

As consequências disso, de as três grandes religiões, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo fazerem de Jerusalém e de outros sítios religiosos um lugar sagrado aos olhos dos seus seguidores espalhados pelo mundo inteiro, inevitavelmente fez e continua fazendo com que qualquer conturbação ou conflito aberto que abale aquela região, eivada de símbolos e sítios sagrados por todos os lados, se torne de imediato uma questão universal. Além dessas razões de ordem teológica e espiritual, desgraçam-na também o fato de a Palestina ser, geograficamente, uma ponte entre a África e o Oriente Médio propriamente dito, fazendo dela um

cobiçado lugar de passagem entre aqueles dois mundos, atraindo para sua conquista e ocupação os maiores generais da antiguidade (Ramsés III, Assurbanipal II, Sargão II, Nabucodonossor, Ciro o grande, Alexandre Magno, Pompeu, Tito, a até Napoleão Bonaparte).

Domínios sobre a Palestina

Historicamente ocupada por cananeus, hebreus, filisteus, assírios, babilônios, egípcios, macedônicos, gregos, romanos, bizantinos, turcos seldjúcidas, cavaleiros cruzados, mongóis, mamelucos, árabes muçulmanos, a Palestina em tempos mais recentes ficara sob o controle do Império Turco Otomano, a partir de 1516, quando submeteu-se à administração da Sublime Porta até o ano de 1918. Neste, ao final da Primeira Guerra Mundial, os exércitos turcos foram obrigados a recuar frente a ofensiva anglo-francesa, amparada pela revolta das tribos árabes. Toda aquela parte do Oriente Médio caiu então sob controle dos novos vitoriosos.

Os Tratados de Paris de 1919, reafirmados pelo Tratado de Sèvres, de 1920, referendaram a partilha entre o império inglês e o império francês, que dividiram entre si as antigas possessões turcas. Durante os trinta anos seguintes, ignorando os desejos e autodeterminação dos povos árabes, eles governaram a região a título de Protetorado, um eufemismo pseudopaternalista criado pelos diplomatas europeus depois de 1918 no afã de disfarçar a ocupação colonialista do Oriente Médio. Enquanto isso ocorria, judeus e árabes sonhavam com a possibilidade de virem a constituir no tempo mais breve possível os seus Estados-nacionais independentes.

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, em 1945, nem a França nem a Inglaterra tinham mais forças para continuar o seu domínio colonial, sendo pressionadas por americano e soviéticos, a se retirarem da região.

Dupla frustração

Durante todos aqueles anos os árabes viram-se frustrados no

desejo de conseguirem a emancipação política do chamado Retângulo Árabe (a região que abarca a Península Arábica até o Mediterrâneo). Em 1915, por meio da correspondência Hussein-McMahon (carta datada de 24/10/1915), eles haviam obtido garantias do alto comissário inglês do Egito, que lhes assegurou que a Grã-Bretanha estava disposta “a reconhecer e apoiar a independência dos Árabes em todas as regiões dentro dos limites requeridos pelo chefe da dinastia Hachemita, o Xerife Hussein” (Arábia, Mesopotâmia e Síria, que abarcava o Líbano), em troca do apoio que as tribos árabes, lideradas pelo Emir Feisal, estavam dispostas a dar na guerra que a Grã-Bretanha movia contra o Império Turco.

A mesma garantia os ingleses deram à comunidade judaica por meio da Declaração Balfour, de 9 de novembro de 1917, que afirmou ver com toda a simpatia a instalação de um Lar Nacional Judeu na Palestina. Porém, ao mesmo tempo em que faziam essas promessas aos árabes e aos judeus, ingleses e franceses tramavam outra coisa. Em 1916, às escondidas do mundo, diplomatas representando os dois impérios, assinaram um documento em total desacordo com os compromissos assumidos: o Acordo Sykes-Picot que dividia a Turquia asiática entre eles.

A Grã-Bretanha reclamava o controle da Palestina e da Mesopotâmia (depois Iraque), enquanto que a França ficava com o Líbano e a Síria. Como não poderia deixar de ser, uma série de amotinamentos das populações árabes começaram a conflitar todo o Oriente Médio. Ocorreram violentas rebeliões árabes em Damasco, em Bagdá e em Jerusalém, contra o domínio anglo-francês. Por verem a crescente presença dos judeus na Palestina como uma manobra para enfraquecer a resistência nacional, estes motins dos árabes também eram dirigidos contra as fazendas e pequenos negócios que os judeus mantinham na Terra Santa.

O Lar Nacional dos Judeus

Desde o século XIX, a comunidade judaica europeia procurava

REFLEXÕES XXVIII

uma solução para escapar do crescente antissemitismo que se espalhava pelo Velho Mundo. A ascensão do sentimento nacionalista na Rússia, na Alemanha, na Áustria e na França, apontava os judeus como potenciais traidores da causa pátria. Desde 1882, resultado dos pogroms (atos de vandalismo antissemita) na época do czar Alexandre III, os judeus haviam formado a Chovevei Zion (os amantes de Sion), uma organização que promovia o retorno de famílias judaicas para a Palestina (então controlada pelos turcos).

Num primeiro momento, eles contaram com o apoio do Barão de Rothshild, uma das grandes fortunas das finanças daquela época, que concordara em comprar terras na região (\$ 6 milhões de libras entre 1884-1900) para restaurar o Yishuv, o antigo assentamento dos judeus na Terra da Promissão. O movimento de retorno, porém, adquiriu mais peso a partir do Caso Dreyfuss (em 1894, um oficial judeu foi preso e injustamente acusado de traição) que incitou uma enorme onda de antissemitismo na França. A isso somou-se o crescente mal-estar da comunidade judaica no lado leste da Europa, seguidamente ameaçada pelos pogroms e por perseguições racistas desencadeadas pelos grupos e partidos antissemitas que não aceitavam a integração dos judeus nos direitos gerais de cidadania.

Para responder a esta nova situação apreensiva, Theodor Herzen, um jornalista judeu-austriaco, no ano de 1897, organizou o Primeiro Congresso Sionista na Basileia. Anteriormente, em 1896, ele publicara o seu livro *Der Judenstaat*, (O Estado Judeu), lançando os fundamentos de um futuro estado na Palestina. A questão judaica tornara-se uma questão nacional, cujo encaminhamento caberia aos próprios judeus. O fato de um número considerável de delegados judeus terem-se reunido numa cidade suíça incendiou a imaginação dos antissemitas. Um general do serviço secreto russo fez difundir, com enorme sucesso, um pequeno livro apócrifo intitulado *Os Protocolos dos Sábios do Sião*, para denunciar a existência de uma conspiração judaica

mundial para dominar a terra. Desde então, o Movimento Sionista assumiu o controle das chamadas aliyahs, isto é, o traslado de judeus para a instalação no futuro Lar Nacional na Palestina.

Esquema da política do retorno (1882-1948)

1. Chovevei Zion (a partir de 1882)
2. Congresso Sionista da Basileia (1897)
3. Assentamentos judaicos (1884-1939) (aliyahs formam: kvutzah e kibutz, fazendas coletivas)
4. Lar Nacional dos Judeus (Haganah e Irgum, corpos de autodefesa judaica)
5. Estado de Israel (1948)

A Fundação do Estado de Israel

Não se entende a fundação do Estado de Israel, decisão adotada pela ONU em 1947, com o apoio dos Estados Unidos e da URSS, representados respectivamente por Hershel V. Johnson e Andrei Gromyko, sem a ocorrência da grande tragédia do século XX que foi o massacre da população judaica europeia nas mãos dos nazistas. Durante os anos de 1941 até 1945, aproximadamente 6 milhões de judeus pereceram nos campos de extermínio, verdadeiras fábricas de morte erguidas pelos seguidores de Hitler.

Este genocídio em massa, chamada de Holocausto, abriu as portas para que o Ocidente, em aliança com a União Soviética, chocados com a extensão do horror gerado pelo antissemitismo nazista, entendesse ter chegado a hora de permitir aos judeus sobreviventes a instalação deles num estado na Palestina (ainda protetorado britânico). Pensavam com isso dar um fim nas tumultuadas e injustas relações que os cristãos mantinham com os judeus, condenados como uma nação errante, apátrida, desde que eles foram dispersados pelo general romano Tito no ano 70, quando o Segundo Templo foi definitivamente destruído. Ao mesmo tempo em

REFLEXÕES XXVIII

que apoiavam e reforçavam o nascente Estado Judeu, desejavam, tanto os Estados Unidos como a URSS, enfraquecer os britânicos e as monarquias árabes aliadas deles na região.

A Resolução 181

Por determinação da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, na sessão do dia 29 de novembro de 1947, por 33 votos contra 13, a Palestina seria partilhada entre judeus e árabes palestinos que formariam uma federação procurando encontrar um denominador econômico em comum. Além disso, ambos os Estados se comprometeriam ao cumprimento das seguintes cláusulas:

- 1) respeitar a integridade dos lugares santos, dos edifícios e dos sítios religiosos, sem lhes causar nenhum tipo de dano;
- 2) direito à liberdade de consciência e de culto, respeitando o direito das minorias;
- 3) todos os residentes na Palestina têm direito à cidadania e são cidadãos dos respectivos Estados onde moram;
- 4) qualquer desavença entre eles será dirimida pela Assembleia Geral da ONU.

A partilha original

Estado Judeu - Área: 8.850 km² (55%) | População: 587 mil judeus e 397 mil árabes

Estado Árabe - Área: 7.240 km² (45%) | População: 804 mil árabes e 10 mil judeus

A catástrofe palestina

A Resolução 181, que de fato retomou com algumas alterações o plano britânico da partilha da Palestina de 1937, foi imediatamente rejeitada por todo o mundo árabe. Os palestinos entenderam a fundação de um Estado Judeu – anunciada pelo primeiro-ministro Davi Ben-Gurion em 14 de maio de 1948 – como o prolongamento da ocupação

colonialista por outros meios. Saíram os britânicos e chegaram em massa os judeus da Diáspora, apoiados pelos americanos e pelos soviéticos. Uns brancos iam embora, desembarcavam outros. O resultado disso é que eles perderam suas terras, tendo que se dispersarem pelas regiões vizinhas, ou confinaram-se em territórios ou acampamentos muito exíguos, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Se os judeus tiveram que sobreviver no seu passado recente o terrível experimento do Holocausto, os palestinos passaram a chamar o surgimento do Estado de Israel – defendido pelo “ muro de aço” preconizado por Vladimir Jabotinsky, um Estado forte e dotado de ímpeto colonizador – de Nakba, a Grande Catástrofe.

Situação trágica que somente piorou pois a cada guerra que os árabes perderam ao longo de mais de meio século, mais extenso e mais forte ficou o Estado de Israel (O Tahal, o exército israelense, é o mais poderoso do Oriente Médio e o único invicto).

Assentamentos judaicos

Situação que se agrava ainda mais devido à política israelense de apoio aos assentamentos judaicos nas áreas palestinas, intensificada depois do Congresso Sionista de 1968. Projeto de colonização que é um foco de insatisfação permanente e de intermináveis conflitos entre ambos os povos, pois hoje já são 200 mil os colonos que estão na Cisjordânia e 6 mil os que se assentaram na Faixa de Gaza. Para manifestar sua desconformidade com o infeliz destino, os palestinos aderiram à praticas terroristas e à espetaculares atentados cometidos pelos sahyds, os mártires, militantes suicidas que voluntariamente se oferecem para explodirem-se em lugares públicos, vitimando civis de maneira indiscriminada. Desta forma, a solução encontrada pela ONU para resolver a Questão Judaica, por vias tortas, engendrou a Questão Palestina, o que levou a Terra Santa a viver num permanente clima de guerra civil, que está muito longe de encontrar a paz.

REFLEXÕES XXVIII

Palestinos refugiados

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO LOCAL	REGISTRO DE REFUGIADOS (3.308.133)	% DE REFUGIADOS	NÚMERO DE CAMPOS
Líbano	3.400.000	352.668	10,4	12
Síria	14.618.393	347,391	2,4	10
Jordânia	4.139.458	1,358,706	32,8	10
Gaza	963.000	716,930	74,4	8
Cisjordânia	1.571.575	532,438	33,9	19

As guerras Árabe-israelenses e os levantes palestinos

ANO	DESCRIÇÃO	DENOMINAÇÃO
1948	Israel contra as monarquias árabes e a república da Síria. Resultou no alargamento do território original de Israel	Guerra de Independência de Israel
1956	Israel junta-se às forças colonialistas da França e da Grã-Bretanha para uma rápida campanha contra o Egito	Guerra da Crise do Suez
1967	Israel ataca de surpresa todos os seus vizinhos, chegando até o Canal de Suez. Ocupa o restante da Palestina, bem como Jerusalém oriental. Foi sua maior vitória militar até então	Guerra dos Seis Dias
1973	Israel é atacado de surpresa por seus vizinhos, mas rapidamente consegue contra-atacar e	Guerra do Yon Kipur

REFLEXÕES XXVIII

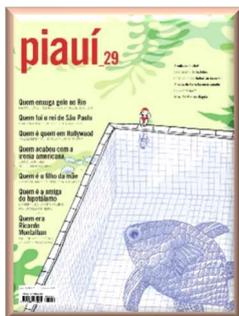
	submeter parte do exército egípcio ao cerco.	
1982	Israel invade o Líbano para destruir as bases da guerrilha da OLP. Bombardeio de Beirute e formação da Zona de Segurança na fronteira israelense-libanesa, ocupação que se estende por vinte anos.	Invasão do Líbano
1987-1993	Levante popular palestino nos territórios ocupados por Israel desde 1967	A Primeira Intifada
2000	Depois do incidente da Esplanada durante a visita do general Sharon explode um levante em massa dos palestinos nos territórios ocupados, seguidos de atentados suicidas de integrantes do Hamas e Jihad Islâmica.	A Segunda Intifada (Intifada Al Aqsa)

Voltaire Schilling

Artigo publicado no *site* **TERRA** no dia 4 de maio de 2018

Carta de Gaza

A.J. Liebling



Repórter da revista The New Yorker durante a Segunda Guerra Mundial, tendo coberto o desembarque aliado na Normandia e a libertação de Paris, A. J. Liebling foi um dos grandes nomes do jornalismo americano do século XX. Ele esteve na Faixa de Gaza em 1957, pouco depois de Israel ter encerrado quatro meses de ocupação do território. Escrito há pouco mais de 50 anos, seu relato continua atual

Desde 1949 os habitantes vivem como que encerrados num submarino, às voltas com as incertezas sobre o suprimento de ar e a inexistência de um escape. O conselho do Correspondente Diplomático a essas pessoas parece ser: chamem um táxi!

A pequena cidade – ou talvez seja melhor dizer grande povoado – de Gaza ergue-se no meio do que o falecido conde Wavell, comandante das forças britânicas no Oriente Médio durante a Segunda Guerra, definia como “uma das maiores e mais antigas estradas do mundo, a principal rota entre os primeiros berços conhecidos da civilização, os vales do Eufrates e do Nilo”. Partindo do Egito, escreve ele, “seu traçado se mantém próximo ao mar enquanto atravessa o inóspito deserto do Sinai; depois disso, o caminho percorre as planícies férteis dos filisteus e de Sharon, mantendo sempre a leste a alta fortaleza rochosa da Judeia”.

De fato, a estrada descreve uma reta da beira do deserto até a cidade de Gaza, atravessando a delgada tira de terras costeiras, hoje conhecida no mundo todo como Faixa de Gaza. A área foi turca até 1918, e em seguida fez parte do Mandato Britânico da Palestina até 1948; no dia em que Israel se

libertou, foi invadida pelos egípcios. Wavell se preocupava com Gaza porque os britânicos lá travaram três grandes batalhas contra os turcos, em 1917, no esforço de abrir uma passagem para a Palestina. E conseguiram na terceira tentativa.

Desde o início de 1949, porém, a estrada ligando os berços da civilização foi interrompida por uma barreira armada alguns quilômetros ao norte de Gaza – que, para 300 mil pessoas, se transformou num beco sem saída. A presença de dois terços delas se devia originalmente a um acidente militar. Quando veio o cessar-fogo da guerra israelo-egípcia de 1949, as linhas egípcias extravasaram do Sinai para a extremidade sudoeste da Palestina. Aprisionados por trás dessas linhas ficaram cerca de 250 mil refugiados de língua árabe da região costeira da Palestina. Em sua fuga, tinham enveredado pela estrada histórica rumo ao sul, parando ali por terem chegado à beira de um deserto. É improvável que desejassem atravessá-lo, porque eram palestinos e não egípcios, estirpes tão incompatíveis quanto são diversas as regiões que habitavam.

Seu êxodo foi precipitado e insensato. Muitos dos fugitivos vinham de povoados de poucos quilômetros apenas ao norte da divisa, que se transformaria nos muros da sua prisão. Caso a paz tivesse sido obtida, ou caso os israelenses tivessem conquistado a Faixa antes do armistício, os refugiados teriam sido reabsorvidos por Israel, retornando às suas casas num prazo de semanas ou meses. Mas nenhum tratado sucedeu ao armistício, que jamais conseguiu ser mais que um cessar-fogo muito imperfeito. O estado de beligerância entre Israel e seus adversários continuou, e os refugiados de Gaza, que não eram beligerantes contra ninguém, ficaram onde ainda se encontram hoje.

Durante todo esse tempo, o Egito manteve fechada a saída sul da Faixa, sem nunca se propor a anexá-la ou permitir a seus habitantes a cidadania egípcia ou a liberdade de se mudarem para a região do Nilo. Poucos habitantes de Gaza teriam aceitado essa opção, caso ela lhes tivesse sido oferecida, mas a

REFLEXÕES XXVIII

nenhum deles foi dada a oportunidade de recusar. Por conseguinte, os refugiados e os residentes mais antigos vêm vivendo juntos, há oito anos, como que encerrados num submarino, às voltas com as incertezas do suprimento de ar e a inexistência de qualquer meio de escape. Quando os dramaturgos abordam uma situação de confinamento desse tipo, geralmente produzem diálogos abundantes, e com bom motivo: as pessoas impossibilitadas de tomar qualquer providência efetiva quanto às suas circunstâncias sempre tendem a falar muito. E é isso que os cativos da Faixa de Gaza vêm fazendo, de maneira quase incessante, desde 1949.

A Faixa de Gaza não é uma prisão degradante. Em sua maior parte, é uma região agradável, embora sem grandes atrativos, e plana, com a exceção de uma cadeia de colinas baixas, conhecida como Ali Muntar. Dali para o sul, a paisagem é verde por uns 30 quilômetros, e depois começa a ficar mais pobre e semidesértica, recaindo na esterilidade absoluta pela altura de Rafah, seu último povoado. Tem cerca de 40 quilômetros de extensão de norte a sul, e menos de dez de oeste a leste, mas sua superfície cultivável é ainda mais reduzida por causa das praias e dunas de areia que se estendem ao longo da costa do Mediterrâneo. O solo, onde é mais fértil, alimenta laranjais, eucaliptos, cactos e cabras.

Quando o cessar-fogo surpreendeu os refugiados retidos ali, a área já era superpovoada. Isso porque, além dos camponeses e pescadores lá radicados, nela erguia-se Gaza, a localidade mais importante do sul da Palestina, com uma população de 40 mil habitantes antes da chegada dos refugiados. A vida econômica de Gaza dependia das terras do interior, de que se viu separada pela guerra.

Gaza, conforme se sabe, era um local famoso desde a Antiguidade; era controlada pelos filisteus e é associada a Sansão, o *Fanfan la Tulipe* da Bíblia, de quem se diz na região que, depois de ter derrubado o templo filisteu sobre a própria cabeça, teria carregado suas colunas nas costas até a extremidade oposta da crista do Ali Muntar, onde a

posteridade lhe ergueu um sepulcro em sinal de admiração.

Gaza foi capturada em várias ocasiões, por Alexandre, Pompeu, Napoleão e Saladino, o que mostra que devia ser considerada digna de captura, e durante a Idade Média converteu-se num centro têxtil que deu seu nome à *gaze* francesa ou *gauze*, em inglês [não o tecido rudimentar de trama aberta usado hoje em curativos, mas um tecido fino e quase transparente de seda ou algodão].

Sua importância moderna pode ser avaliada pelas proporções da sua prisão, a maior que os britânicos construíram em toda a Palestina. A cidade reúne as residências dos muçulmanos donos de terras, cujas propriedades já se estenderam até bem ao norte e a leste dos limites atuais. Com sua população residente e mais os refugiados, a autossuficiência tornou-se totalmente impossível para a Faixa de Gaza.

Os israelenses, durante os quatro meses da sua primeira ocupação da Faixa, não fizeram nada para reduzir esse inchaço humano, exceto abater a tiros um número ainda incerto de civis quando suas tropas entraram na cidade e, no momento da retirada, remover 25 famílias comprometidas por um excesso de camaradagem com os ocupantes. O contato frequente dos israelenses com os refugiados parecia constituir uma boa oportunidade para o começo de negociações em torno do regresso de alguns deles, e o pagamento de compensações a outros, mas a chance foi desperdiçada.

A opinião pública israelense quanto a Gaza pode ser extraída de um artigo de primeira página do *Jerusalém Post*, assinado pelo “Correspondente Diplomático”: “Continuar a administrar essa ilha de sofrimento e ódio seria um empreendimento exaustivo e custoso para um país pequeno como o nosso. A melhor saída para os refugiados é, provavelmente, a mesma escolhida por quase 1 milhão de judeus – a emigração.” O conselho do Correspondente Diplomático para as pessoas encerradas num submarino parece ser: chamem um táxi!

Conheço Gaza há apenas dez dias, mas desde o início da

minha visita tive a sorte de me beneficiar da perspectiva de um homem que já conhece a região há muito tempo. Trata-se do general Refet Bele, comandante da unidade do Exército turco que defendeu a cidade há quarenta anos, contra os britânicos. O general, estendido ao sol pós-almoço na varanda de uma modesta pensão, contemplava com uma admiração contida as mansões intactas à sua volta. A pensão fica bem distante da antiga parte árabe da cidade, e se ergue em meio às residências dos grandes proprietários de terras. Homem baixo e magro, com uma cabeça de falcão que parece pequena se comparada ao pescoço muito enrugado, vestia um elegante terno de discreto quadriculado; segundo seus próprios cálculos, tem 75 anos de idade.

O general é o representante da Turquia na comissão consultiva da Agência das Nações Unidas para o Socorro de Refugiados Palestinos – conhecida pela sigla inglesa Unrwa – e ostenta o *status* de embaixador. A Unrwa alimenta, medica e educa a comunidade de refugiados que, pela última contagem, totalizava 219 423 pessoas na área de Gaza. O general Bele me disse que, quando a Turquia entrou na sua guerra, ele tinha 33 anos e era major; três anos mais tarde, já comandava um corpo do Exército.

“Com a patente de major, conduzi um destacamento da Palestina até a beira do Canal de Suez, em El Kantara”, contou-me ele, “mas não consegui apoio militar para tomar o canal. Apesar disso, os britânicos falaram tão bem de mim que acabei promovido.” Suspira, como que absorto em alguma reminiscência que prefere não revelar. “Um inimigo generoso nos ajuda mais que um amigo com inveja”, acrescenta ele. Fala francês – disse que aprendeu a língua servindo em guarnições do Cáucaso, a partir da leitura dos romances de Pierre Loti e Paul Bourget. Conta-me que esta é a primeira visita que faz a Gaza depois da sua captura pelos israelenses aos egípcios, no ano passado, e em seguida me dá uma pista para compreender a satisfação que percebo no seu rosto. “Quando defendi Gaza”, diz ele, “ela acabou completamente arrasada. Nenhuma casa –

nem a menor delas – ficou de pé.” Com a palma para baixo, descreve um vasto arco horizontal com a mão direita. Dá para ver que sente orgulho da deterioração da qualidade da guerra do seu tempo para cá.

Perguntei como era a Palestina sob o Império Otomano, e ele respondeu: “Uma terra de felicidade pastoril, onde todos dormiam profundamente à noite. Judeus, árabes e cristãos viviam juntos em segurança. Sentiam que tinham um pai.”

Para ele, o fomento do nacionalismo árabe pelos britânicos abriu a caixa de Pandora, e deplorou o fim dos impérios Austro-Húngaro e Otomano. “Não tinham força suficiente para inspirar medo”, diz ele, “mas quando decidiram ajudar a Alemanha contrabalançaram o colosso russo. Só que foram destruídos e o resultado é o que vemos hoje!” Deixei-o estendido ao sol. Era o homem mais calmo e sensato que conheci em Gaza. Sua viagem de inspeção já se encerrou e, depois de visitar os campos de batalha, voltará para casa levando presentes para seu filho mais novo, de 7 anos de idade.

Mesmo os membros da equipe internacional da Unrwa estacionados em Gaza sofrem de uma sensação de clausura, embora sua situação não seja tão irremediável quanto a dos 300 mil companheiros de prisão. Dois aviões pousam por semana na Faixa de Gaza, vindos do quartel-general da Unrwa, em Beirute, e qualquer um desses funcionários pode sempre requerer transferência ou se demitir. A vida social já era limitada antes da chegada da Força de Emergência da ONU – os residentes “internacionais” eram onze, nove homens e duas mulheres – no nível mais alto dos 3 mil membros da equipe. Todos os demais eram refugiados, exceto por uns poucos médicos, enfermeiros e professores egípcios e libaneses. Além deles, viviam na área meia dúzia de oficiais observadores da Comissão Mista de Armistício, formada pela ONU, Egito e Israel, e dois missionários médicos batistas americanos, que dirigiam um hospital. Alguns dos membros da Unrwa já estavam instalados em Gaza com suas famílias

antes dos combates de novembro, mas pouco antes do ataque israelense elas foram despachadas de avião para Beirute, onde ainda permanecem. O pessoal da Unrwa também sente falta de uma grande cidade onde possa se distrair, como as que existem nos outros países árabes que abrigam refugiados.

A principal fonte do sentimento de encarceramento é o contágio. É difícil viver numa prisão para 300 mil pessoas sem sentimentos ocasionais de claustrofobia.

A maioria dos refugiados se distribui por oito grandes “cidades” de barracões, construídas por eles próprios com materiais e assistência fornecidos pela ONU. Todos os refugiados estão inscritos numa lista de distribuição de rações, mas das 40 mil famílias que as recebem só 24 mil ocupam moradias fornecidas pela Unrwa, num total de 33 mil aposentos; o que dá mais ou menos um aposento e um terço por família, ou quatro pessoas por aposento, de acordo com os padrões dos camponeses árabes. A superlotação não é tão extrema quanto parece, mas os moradores se amontoam na minoria de lares onde um único homem vive com duas ou três mulheres.

A ração alimentar básica consiste apenas em pão – 10 quilos mensais de farinha de trigo por cabeça, que as mulheres transformam em pães redondos e chatos – e quantidades ínfimas de lentilhas ou feijões, óleo ou gordura, açúcar, arroz e, ocasionalmente, tâmaras. O total é de 1 500 calorias diárias; as crianças recebem refeições suplementares na escola. Nada muito brilhante, mas, *à la rigueur*⁸, o suficiente para impedir a morte de um ser humano por tempo indeterminado.

O refugiado médio, portanto, investe uma parte considerável do seu tempo em pequenos esquemas destinados a transitar da mera subsistência à conquista de mais comida – trabalhando para a ONU, trabalhando para gente que trabalha

⁸ *À la rigueur*: a rigor.

REFLEXÕES XXVIII

para a Unrwa, criando uma galinha esporádica ou uma cabra magra, ou então trocando a ração de farinha de trigo branca por uma quantidade maior da farinha local de variedade cinzenta, menos valiosa, mas igualmente nutritiva. O resto do tempo, dedica a discussões políticas e à reflexão.

Pedi a um habitante local, que fala um pouco de inglês, que me descrevesse sua rotina diária. “Acordo de manhã e dou uma volta pelo povoado sem olhar para nada”, respondeu ele. “Depois me sento do lado de fora de uma barraca de café, mesmo quando não tenho dinheiro para tomá-lo, e fico ouvindo o rádio. E também jogo trictrac” – uma espécie de jogo-da-velha jogado com pedras na areia. As mulheres não têm muito mais o que fazer, pois cuidar das casas não é tarefa complicada. Também têm filhos e ralham com eles. As crianças são aquelas que passam melhor porque têm a escola para ocupar a cabeça, além da merenda escolar que reforça sua dieta. Cerca da metade da população tem menos de 16 anos de idade, e pelo menos um quarto dos refugiados atuais deve ter nascido na própria Faixa de Gaza. As autoridades dizem que o motivo pelo qual o provável aumento real da população de refugiados não aparece nas estatísticas é que os registros anteriores eram inflacionados por refugiados compreensivelmente interessados em obter rações a mais. No entanto, a diferença entre a população real e a fictícia vem diminuindo constantemente, cada vez que a Unrwa atualiza os seus números.

Esses detalhes mezinhos da vida do refugiado tendem a reduzi-lo a quase nada num raio de vários milhares de quilômetros. Na verdade, um campo de refugiados é um meio que reduz qualquer um a quase nada; nos últimos tempos, só as câmaras de gás, a tortura e a fome são capazes de tornar o sofrimento humano mais dramático, e mesmo eles acabam perdendo a capacidade de chocar.

Mas o camponês árabe da Palestina – condição da maioria dos refugiados – é um tipo humano impossível de se reduzir a uma caricatura. Os programas de rádio que ele escuta são todos

discursos políticos ou noticiários marcados por um forte viés político: as rádios Cairo, Damasco e Chipre, a Voz da América e até um programa israelense em árabe. Ele é insaciável. O romantismo político em torno da vingança, que só fez crescer durante os oito primeiros anos em que viveu esse processo, sofreu um choque considerável quando os israelenses demonstraram sua força em novembro passado. Sua esperança de uma solução definitiva para o problema dos refugiados, pela força, viu-se profundamente abalada.

Os egípcios, enquanto estiveram aqui, tentaram reforçar esse romantismo eliminando a expectativa de qualquer outra solução; era uma espécie de traição, por exemplo, um indivíduo admitir que poderia aceitar qualquer compensação dos israelenses por suas terras, caso ela lhe fosse oferecida. Os agentes de segurança egípcios tinham uma participação intensa nas intermináveis discussões públicas, e não havia qualquer tentação de desvio da doutrina oficial marcada pelo tudo ou nada, já que não existia a menor possibilidade de atravessar a barreira instalada estrada acima. No tempo dos egípcios, não era possível encontrar nenhum refugiado que se declarasse disposto a aceitar suas terras de volta, caso para tanto precisasse retornar individualmente para Israel e ir viver entre judeus. (Não existe qualquer indicação, claro, de que alguma oferta do tipo jamais tenha sido feita.) A lendária intransigência monolítica dos exilados – não só dos refugiados em Gaza, mas de toda a diáspora palestina, no Líbano, na Síria e na Jordânia – também foi útil na época para Israel, porque eliminava a hipótese do pagamento de compensações a quem quer que fosse.

Acerca do reassentamento dos refugiados em Israel, o argumento israelense é que “precisamos das terras para 100 mil judeus que devem chegar de Portugal” – ou de Pimlico, ou da Guatemala; os detalhes não têm importância. Muitos israelenses, além de não conseguirem ver que isso é um paradoxo, sequer são capazes de perceber o quanto esse argumento soa estranho para alguém de fora do conflito. No

entanto, encontramos nas praias de Gaza palestinos que dizem: “minhas terras ficam a menos de 10 quilômetros daqui, mas foram tomadas para serem entregues a pessoas vindas de mais de 10 mil quilômetros de distância.” A diferença de opiniões é irreconciliável. O grau de intransigência, contudo, varia de acordo com as opiniões políticas do intérprete encarregado de acompanhar o visitante – geralmente uma autoridade do campo – e as dos refugiados homens, dotados de boa instrução, bom domínio do inglês ou francês, e geralmente os mais moderados. “Eu aceitaria voltar e ver se conseguiria viver bem no novo meio”, disse-me um deles, “e depois tentaria vender minhas terras e me mudar para algum lugar onde me sentisse mais livre.”

A incursão do Exército israelense bloqueou a fonte externa de renda mais importante da Faixa de Gaza, além da contribuição da Unrwa para a economia. Trata-se do dinheiro remetido para casa pelos homens da Faixa de Gaza, em número de 5 a 10 mil, que trabalham nos campos petrolíferos da Arábia Saudita, do Kuwait e do Catar. As autoridades egípcias, enquanto estavam no comando, impediam os habitantes de Gaza de penetrar em território egípcio, além do humilde oásis de El Arish (embora abrissem uma exceção para os moradores de Gaza matriculados em universidades egípcias), mas permitiam que os homens deixassem a Faixa para irem trabalhar nos países produtores de petróleo.

Os palestinos tendem a ser mais instruídos e mais tecnicamente avançados que os árabes do Hijaz, a região petrolífera da Arábia Saudita, ou, até mesmo, que os próprios egípcios. Sua força de trabalho é, portanto, muito valorizada nas primitivas terras árabes, e calcula-se que mandem para casa rendimentos da ordem de 25 mil a 100 mil libras egípcias por mês.

Quando os israelenses ocuparam a Faixa de Gaza, toda a comunicação com os países árabes foi naturalmente cortada, visto que Israel ainda se encontra tecnicamente em guerra com eles. Uma das primeiras e mais urgentes tarefas da

REFLEXÕES XXVIII

administração da ONU na Faixa de Gaza será mantê-la aberta à comunicação e à troca econômica nos dois sentidos. Talvez seja possível tirar essas pessoas do submarino. ●

A. J. Liebling: escritor e jornalista americano (1904–1963). Artigo publicado na revista *The New Yorker* em 1957.

Artigo republicado na revista *PIAÚÍ*, edição 29, fevereiro de 2009

Generais sem estrelas

Paul Yingling



Em artigo dirigido às Forças Armadas dos Estados Unidos, um tenente-coronel do Exército americano aponta as responsabilidades pelo fracasso de seu país na guerra do Iraque: despreparo e falta de coragem moral no comando militar

Pela segunda vez no espaço de uma geração, os Estados Unidos se veem diante da perspectiva de serem derrotados por forças insurgentes. Em abril de 1975, os

EUA partiram do Vietnã abandonando os nossos aliados à própria sorte, nas mãos dos comunistas norte-vietnamitas. Hoje, dadas as condições deterioradas no Iraque, as esperanças de uma vitória americana são cada vez menores.

Essas derrocadas não devem ser atribuídas a erros individuais, mas a uma crise de toda uma instituição: o corpo de oficiais-generais dos Estados Unidos da América. Os generais americanos não conseguiram preparar as nossas Forças Armadas para a guerra e tampouco souberam assessorar as autoridades civis em matéria de uso da força para a obtenção de objetivos políticos.

Quem trava as guerras não são os exércitos, são as nações. A guerra não é uma atividade militar conduzida por soldados, mas uma atividade social que envolve nações inteiras. O teórico militar prussiano Carl von Clausewitz assinalou os papéis da paixão, da probabilidade e da política num conflito armado.

Independentemente do sistema de governo, é o povo que fornece o



REFLEXÕES XXVIII

sangue e a riqueza necessários para levar adiante uma guerra. Quando as metas políticas são pequenas, o estadista pode levar um conflito adiante sem pedir grandes sacrifícios à sociedade. Já conflitos globais, como a II Guerra Mundial, requerem a mobilização plena da população para fornecer os homens e o equipamento necessários. O maior erro que o estadista pode cometer é envolver sua nação num grande conflito sem mobilizar as paixões populares num nível proporcional ao que está em jogo no conflito.

Mas as paixões populares, sozinhas, não são suficientes. Cabe aos generais apresentar uma estimativa correta das probabilidades estratégicas da nação, tanto à opinião pública como aos formuladores das decisões políticas. Responsável por avaliar a probabilidade de sucesso do uso da força para atingir as metas políticas, é o general que descreve tanto os meios necessários para a guerra quanto as maneiras como a nação empregará esses meios. Se os dirigentes políticos desejam atingir fins para os quais fornecem meios insuficientes, é o general que deve advertir o estadista sobre tal incongruência. Se o general se cala quando o estadista compromete a nação numa guerra com meios insuficientes, cabe a ele parte da culpa pelos resultados.

A opção de ir à guerra para obter uma paz melhor é, inerentemente, um julgamento de valor em que o estadista precisa decidir sobre os interesses e crenças pelos quais vale a pena matar e morrer. Nesse sentido, o militar está tão pouco habilitado a fazer tais julgamentos quanto o cidadão comum. Portanto, deve se manifestar apenas sobre sua área de especialização – a avaliação das probabilidades estratégicas.

A correta avaliação das possibilidades estratégicas pode ser subdividida em preparação para a guerra e condução da guerra. A preparação para a guerra consiste em mobilização, armamento, equipamento e treinamento de forças. A condução da guerra consiste no planejamento do uso dessas forças e na direção dessas forças durante as operações. Segundo o historiador militar britânico Sir Michael Howard,

REFLEXÕES XXVIII

“na estruturação e na preparação de um exército para a guerra pode-se ter certeza de que nunca se conseguirá fazer a coisa certa por inteiro. O importante é não errar demais para poder corrigir o curso em tempo hábil”.

O erro mais trágico que um general pode cometer é supor, sem muita reflexão, que as guerras do futuro serão parecidas com as guerras do passado. Depois da I Guerra Mundial, os generais franceses cometeram esse erro, supondo que a guerra seguinte envolveria batalhas estáticas dominadas pelo poder de fogo e pelas fortificações fixas. Ao longo de todo o período do entreguerras, os generais da França mobilizaram, equiparam, armaram e treinaram seus militares para disputar a guerra anterior. Enquanto isso, os generais alemães passaram os mesmos anos empenhados em quebrar o impasse. Desenvolveram uma nova forma de guerra – a Blitzkrieg – integrando mobilidade, poder de fogo e táticas descentralizadas. O Exército alemão não absorveu com precisão essa nova forma de combate – depois da conquista da Polônia em 1939, precisou passar por uma avaliação crítica de suas operações. Entretanto, os generais alemães não erraram muito, e em menos de um ano puderam adaptar suas táticas para invadir a França.

Uma vez visualizadas as condições do futuro combate, cabe ao general explicar aos dirigentes civis o que ele irá exigir e os riscos que poderão resultar caso essas demandas não sejam atendidas. Os dirigentes civis não possuem nem a especialização nem a inclinação para analisar em profundidade as probabilidades estratégicas de um futuro distante. Os dirigentes políticos, sobretudo os eleitos, têm poderosos incentivos para se concentrar em questões mais próximas das preocupações imediatas do público. Se, para dizer o que pensa, o general for esperar que a opinião pública e seus representantes eleitos manifestem preocupação com as ameaças à segurança nacional, terá esperado demais.

A coragem moral é muitas vezes inversamente proporcional à popularidade, e em nenhum ofício essa observação é mais

REFLEXÕES XXVIII

verdadeira do que na profissão das armas. A história da inovação militar está repleta de carreiras truncadas de reformadores que viram claramente as ameaças que se aproximavam e tiveram a ousadia de defender a mudança. Um militar profissional precisa possuir tanto a coragem física de enfrentar os perigos da batalha como a coragem moral de suportar os ataques do escárnio público. Dentro ou fora do campo de batalha, a coragem é a primeira característica do generalato.

A derrota americana no Vietnã foi o fracasso mais notório da história militar americana. O corpo de oficiais-generais dos Estados Unidos se recusou a preparar o Exército para a disputa de guerras não convencionais, a despeito das amplas indicações sobre a necessidade desses preparativos. Tendo deixado de se preparar para esse tipo de guerra, os generais enviaram nossas forças ao combate sem um plano coerente de vitória. Despreparados para a guerra e desprovidos de uma estratégia coerente, os Estados Unidos perderam a guerra e as vidas de mais de 58 mil combatentes.

Depois da II Guerra Mundial, havia amplos sinais de que os inimigos dos EUA recorreriam à insurgência para contrabalançar nossas vantagens em poder de fogo e mobilidade. A experiência francesa na Indochina e na Argélia trouxe lições abundantes aos exércitos ocidentais que tivessem de enfrentar inimigos não convencionais. E essas lições não deixaram de ser percebidas pelos integrantes mais argutos da classe política americana. Em 1961, o presidente Kennedy chamou a atenção para “um tipo diferente de guerra, novo na sua intensidade, antigo na origem, travada por guerrilheiros, subversivos, insurgentes, assassinos – a guerra que prefere a emboscada ao combate aberto, a infiltração à agressão, procurando chegar à vitória evadindo-se do inimigo e esgotando suas forças, sem nunca o enfrentar abertamente”.

Apesar da experiência de seus aliados e da advertência de seu presidente, o generalato americano foi incapaz de preparar as próprias forças para a contrainsurreição. Na época, o chefe do

Estado-Maior do Exército dos EUA, general George Decker, garantiu ao jovem presidente: “Qualquer bom soldado é capaz de enfrentar um guerrilheiro”. Apesar da orientação de Kennedy em sentido contrário, o Exército encarava o conflito do Vietnã em termos convencionais. Enquanto o Exército fazia apenas pequenos ajustes organizacionais para atender às cobranças presidenciais, os generais se apegavam ao que o analista Andrew Krepinevich definiu como “conceito de Exército” [*the Army concept*], uma visão da guerra que se concentra na destruição das forças inimigas. Os militares americanos embarcaram numa estratégia de atrito gradual que visava a obrigar o Vietnã do Norte a uma paz negociada.

Os generais americanos, além de não terem conseguido formular uma estratégia para a vitória no Vietnã, também se mantiveram quase todos em silêncio enquanto a estratégia desenvolvida pelos políticos civis conduzia à derrota. Como assinala o coronel H. R. McMaster em seu livro *Dereliction of Duty* [Negligência no Cumprimento do Dever, 1997], os chefes de Estado-Maior se dividiram, todos aferrados à defesa da própria arma, deixando de desenvolver uma recomendação unificada e coesa capaz de ajudar o presidente a conduzir a guerra a bom termo.

O chefe do Estado-Maior do Exército, Harold K. Johnson, calculou em 1965 que a vitória demandaria 700 mil soldados por um prazo de até cinco anos. O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Wallace Greene, fez uma estimativa semelhante quanto ao contingente necessário. À medida que o presidente Lyndon Johnson [sucessor de John F. Kennedy] promovia a escalada da guerra, nenhum dos dois militares revelou sua opinião ao presidente do Congresso. O presidente Johnson fez um esforço deliberado para esconder do público os custos e as consequências do Vietnã, mas essa duplicidade contou com o consentimento passivo dos generais americanos.

Após ajudar a enganar o povo americano durante a guerra, o Exército optou por enganar a si próprio. Em seu livro *Learning to Eat Soup With a Knife* [Aprendendo a Tomar

REFLEXÕES XXVIII

Sopa com Faca, 2002], o tenente-coronel John Nagl afirmou que, em vez de aprender com a derrota no Vietnã, o Exército americano concentrou as energias no tipo de guerras que sabia vencer – as guerras convencionais de alta tecnologia. Embora tivesse sido derrotado pouco antes por uma guerra de insurgência, o Exército reduziu dramaticamente o treinamento e os recursos dedicados à contrainsurreição.

No início da década de 1990, a concentração do Exército americano na guerra convencional pareceu ter sido premiada. Ao longo dos anos 1980, os militares americanos beneficiaram-se do mais amplo crescimento militar em tempos de paz na história do país. O equipamento de alta tecnologia aumentou dramaticamente a mobilidade e a letalidade das nossas forças terrestres. A queda do Muro de Berlim em 1989 apressou o fim da União Soviética e a futilidade do confronto direto com os EUA. Embora os EUA tenham dado apoio a insurgentes no Afeganistão, na Nicarágua e em Angola com vistas a apressar a liquidação da União Soviética, os militares americanos dedicaram pouca reflexão à contrainsurreição durante os anos 1990. Os generais supuseram, sem a devida reflexão, que as guerras futuras seriam muito parecidas com as do passado – conflitos entre Estados envolvendo forças convencionais. Em 1991, por ocasião da primeira guerra do Golfo, a rápida derrota do Exército iraquiano – quando este ainda era o quarto maior do mundo – para as tropas dos EUA parecia confirmar a sensatez das reformas promovidas pelos militares americanos depois do Vietnã. Mas as lições tiradas da Operação Tempestade do Deserto não foram adequadas. O Exército americano continuou a se preparar para a guerra anterior, enquanto seus futuros inimigos se preparavam para uma guerra de novo tipo.

Embora as forças armadas dos Estados Unidos tivessem se comprometido com uma “transformação” após a guerra do Golfo de 1991, não houve mudança significativa. As prioridades de aquisição observadas ao longo da década ainda

seguiam o modelo da Guerra Fria, destinando fundos significativos a novos aviões de combate e novos sistemas de artilharia. As situações hipotéticas mais usadas para os estudos táticos, tanto nas escolas como nos centros de treinamento, ainda replicavam o conflito de alta intensidade entre Estados. Neste início de século XXI, os Estados Unidos combatem insurreições brutais e ágeis no Afeganistão e no Iraque, enquanto as nossas Forças Armadas desperdiçaram os últimos anos sem se preparar devidamente para conflitos desse tipo.

Depois de perderem toda uma década preparando-se para a guerra errada, os generais ainda erraram no cálculo tanto dos recursos quanto dos métodos necessários para a vitória no Iraque. No caso, o erro militar mais crucial foi a insuficiência de forças encarregadas de dar segurança à população iraquiana. O Comando Central dos EUA [CENTCOM] avaliou, em seu plano de guerra elaborado em 1998, que 380 mil homens seriam necessários para uma invasão do Iraque. Usando as operações na Bósnia e em Kosovo como modelo para prever as necessidades de contingente, um estudo do Exército estimava que 470 mil homens seriam necessários. Somente um dentre os generais americanos, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Eric Shinseki, afirmou publicamente que “várias centenas de milhares de soldados” seriam necessárias para estabilizar o Iraque pós-Saddam. Antes da guerra, o presidente Bush prometeu dar aos comandantes de campo tudo o que fosse necessário para a vitória. Em particular, muitos oficiais-generais mais graduados, seja da ativa ou da reserva, manifestaram sérias dúvidas quanto à suficiência de forças para o Iraque. Mais adiante, esses líderes falariam de suas preocupações em livros reveladores, como *Fiasco: A Aventura Militar Americana no Iraque* e *Cobra II: A História Secreta da Invasão e da Ocupação do Iraque*. No entanto, quando os EUA foram à guerra no Iraque com menos da metade das forças necessárias para a vitória, esses líderes não tornaram públicas as suas objeções.

Dada a falta de tropas, nem o mais brilhante dos generais poderia ter criado os meios necessários para estabilizar o Iraque pós-Saddam. Ainda assim, o planejamento inepto para o pós-guerra em pouco tempo transformou a crise decorrente da falta de soldados num verdadeiro desastre. Em 1997, o exercício “Travessia do Deserto”, do Comando Central dos EUA, demonstrou que muitas das tarefas de estabilização no pós-guerra acabariam por se tornar responsabilidade dos militares. Os demais organismos do governo americano não tinham capacidade suficiente para executar o trabalho na escala demandada no Iraque. Apesar desses resultados, o CENTCOM aceitou a premissa de que o Departamento de Estado iria administrar o Iraque no pós-guerra. Os militares nunca explicaram ao presidente a magnitude dos desafios inerentes à estabilização do Iraque no pós-guerra.

Depois de se mostrarem incapazes de visualizar as condições de combate no Iraque, os generais não conseguiram se adaptar às demandas da contrainsurreição. A teoria da contrainsurreição exige um zelo continuado pela segurança da população. No entanto, durante a maior parte da guerra, as forças americanas no Iraque foram concentradas em imensas bases de operação, isoladas do povo iraquiano e ocupadas na captura ou morte de insurgentes. A teoria da contrainsurreição requer o fortalecimento da capacidade das instituições locais de prover segurança e outros serviços essenciais à população. Mesmo assim, os generais americanos deram atenção secundária aos esforços de se criarem equipes de transição para desenvolver forças locais de segurança e equipes de reconstrução em cada província, jamais fornecendo pessoal na quantidade ou da qualidade necessária ao êxito da empreitada.

Depois de entrar no Iraque com um número insuficiente de soldados e sem um plano coerente para a estabilização posterior à guerra, o corpo de oficiais-generais dos EUA ainda não informou a sociedade americana sobre a dimensão exata da insurreição. O Grupo de Estudos sobre o Iraque [Iraq Study

Group, ISG] assinalou que, “num único dia de julho de 2006, foram registrados 93 ataques ou atos significativos de violência. No entanto, uma revisão cuidadosa dos relatórios daquele dia trouxe à luz 1.100 atos de violência. É difícil adotar as medidas corretas quando a informação é sistematicamente coletada de forma a minimizar sua discrepância em relação às metas estabelecidas”.

A segurança da população local é a medida mais importante da eficácia de uma contrainsurreição. Por mais de três anos, os generais americanos continuaram a insistir que os EUA vinham fazendo progressos no Iraque. No entanto, para os civis iraquianos, cada ano a partir de 2003 foi mais mortífero que o anterior. Por motivos que ainda não estão claros, o corpo de oficiais-generais dos EUA subestimou a força do inimigo, superestimou a capacidade do governo e das forças de segurança do Iraque e deixou de fornecer ao Congresso uma avaliação precisa das condições de segurança vigentes no Iraque. Além disso, os generais americanos não explicaram claramente os riscos estratégicos mais amplos incorridos no comprometimento de uma porção tão significativa do poderio militar móvel dos Estados Unidos num único teatro de operações.

Os erros morais e intelectuais comuns ao corpo de oficiais-generais dos Estados Unidos no Vietnã e no Iraque configuraram uma crise no generalato americano. Qualquer explicação que atribua a culpa a indivíduos é insuficiente. Não foi um único líder, civil ou militar, que causou o fracasso no Vietnã ou no Iraque. Diversos líderes militares e civis ativos em ambos os conflitos produziram resultados semelhantes. Nos dois casos, o corpo de oficiais-generais encarregado de aconselhar os dirigentes políticos, preparar as forças e comandar as operações deixou de cumprir suas funções a contento. Para entender como os EUA poderiam enfrentar a derrota diante de um inimigo insurgente mais fraco, pela segunda vez no espaço de uma geração, precisamos examinar as influências estruturais que produzem o nosso corpo de

oficiais-generais.

A necessidade de oficiais-generais inteligentes, criativos e corajosos é evidente. Uma compreensão dos aspectos mais amplos da guerra é essencial ao bom general. No entanto, uma pesquisa sobre os generais de três e quatro estrelas do Exército americano mostra que apenas 25% deles possuem diplomas avançados de instituições civis em ciências sociais ou no campo das humanidades. A teoria da contrainsurreição afirma que o domínio de línguas estrangeiras é essencial ao êxito, mas apenas um em cada quatro generais do Exército dos EUA fala outra língua além do inglês. Embora a coragem física dos generais americanos não esteja em dúvida, existe menos certeza no que se refere à sua coragem moral. Numa linguagem quase surreal, militares profissionais atribuem a culpa por sua recente falta de franqueza ao estilo intimidador de atuação de seus superiores civis. Agora que o público demonstra uma preocupação mais imediata com a crise do Iraque, alguns dos nossos generais estão encontrando sua voz. Mas podem ter esperado demais.

Nem o Poder Executivo nem as próprias Forças Armadas parecem dispostos a cuidar das carências do corpo de oficiais-generais dos Estados Unidos. Na verdade, parte do problema está na tendência do Executivo a buscar colaboradores cordatos, bem adaptados ao trabalho em equipe, para operar nos centros de comando. E parte da culpa também cabe às próprias Forças Armadas. O sistema que produz os nossos generais pouco faz para premiar a criatividade e a coragem moral. Os oficiais são promovidos aos postos mais altos seguindo padrões de carreira notavelmente semelhantes. Os generais de mais alta patente, seja da ativa ou da reserva, são as figuras mais importantes para determinar o potencial de um oficial para o generalato. A opinião dos subordinados e de seus pares não tem qualquer papel na promoção de um oficial; para subir na hierarquia, basta agradar aos superiores. Num sistema em que os oficiais mais graduados optam por promover os que lhe são mais semelhantes, prevalece o

estímulo à conformidade. Assim, não seria razoável esperar que, depois de passar 25 anos conformando-se às expectativas institucionais, um oficial vá emergir como agente inovador ao se aproximar dos 50 anos de idade.

Se os Estados Unidos desejam inteligência criadora e coragem moral no seu corpo de oficiais-generais, precisam criar um sistema que premie essas qualidades. O Senado jamais confirmaria um juiz indicado para a Suprema Corte que não fosse formado em direito ou que jamais houvesse emitido um parecer jurídico. No entanto, confirma regularmente generais de quatro estrelas que não possuem formação superior em ciências sociais ou humanidades nem falam uma língua estrangeira. Os oficiais-generais superiores precisam ter a capacidade de compreender culturas estrangeiras e interagir com elas. Um currículo sólido de desempenho intelectual, além da fluência em línguas estrangeiras são indicadores eficazes do potencial de um oficial para postos superiores de comando.

Para premiar a coragem moral dos nossos oficiais-generais, o Congresso precisa formular perguntas duras sobre os recursos e os métodos usados na guerra, como parte de sua responsabilidade de supervisão. Algumas das respostas serão chocantes, o que talvez explique por que o Congresso não faz essas perguntas e os generais não as respondem. Se o número de inimigos que nossas operações produzem é maior do que o número de inimigos que elas derrotam, não há quantidade de força capaz de nos fazer prevalecer.

Por fim, o Congresso precisa reforçar sua responsabilidade, ao exercer o poder de confirmar a patente dos oficiais-generais no momento da reforma. Por lei, o Congresso precisa confirmar cada oficial que é reformado com a patente de general de três ou quatro estrelas. No passado, essa foi sempre uma exigência *pro forma*, salvo em pouquíssimos casos. Um general responsável por um escândalo substancial relacionado aos direitos humanos, ou por uma significativa deterioração da segurança, deveria ser reformado com patente inferior à

REFLEXÕES XXVIII

que serviu com distinção. Um general que não forneça ao Congresso uma avaliação precisa e franca das probabilidades estratégicas deveria sofrer a mesma penalidade. Da forma como as coisas vêm ocorrendo, um soldado raso que perde o seu fuzil sofre consequências muito mais graves do que um general que perde uma guerra.

Frederico, o Grande, ordenou que seus oficiais concentrassem as energias nos aspectos mais amplos da guerra. As inovações do monarca prussiano transformaram seu Exército no terror da Europa, mas ele sabia que os adversários vinham aprendendo e se adaptando. Frederico temia que seus generais dominassem o sistema de combate sem refletir profundamente sobre a natureza sempre cambiante da guerra, e com isso pusessem em risco a segurança da Prússia. E esses medos se revelaram proféticos. Na Batalha de Valmy, em 1792, os sucessores de Frederico foram detidos pelo improvisado Exército de cidadãos franceses. Nos catorze anos que se seguiram, os generais prussianos supuseram, sem muita reflexão, que as guerras do futuro seriam semelhantes às do passado. Até que, em 1806, em Jena, o Exército prussiano marchou em fileiras cerradas para a derrota e a destruição diante de Napoleão. A profecia de Frederico se cumpriu; a Prússia tornou-se vassala da França.

O Iraque é a Valmy dos Estados Unidos. Os generais americanos foram parados por uma forma de guerra para a qual não estavam preparados e que não compreendem. Entraram no Iraque supondo, sem muita reflexão, que as guerras do futuro seriam parecidas com as do passado. Os poucos que viram com clareza a nossa vulnerabilidade pouco disseram ou fizeram para nos capacitar a enfrentar esses perigos.

Como ocorreu em Valmy, esse desastre, por mais humilhante que seja, não assinala a derrocada nacional. Ainda não é tarde demais para nos prepararmos para os desafios da Longa Guerra. Ainda temos tempo de escolher para nossos generais homens dotados da inteligência de visualizar os conflitos

REFLEXÕES XXVIII

futuros e da coragem moral de aconselhar os dirigentes civis quanto aos preparativos necessários para a nossa segurança. O poder e a responsabilidade de identificar esses generais cabem ao Congresso americano. Se o Congresso não agir, a nossa Jena nos espera. ●

Paul Yingling: tenente-coronel e subcomandante do 3º Regimento de Cavalaria Blindada do Exército Americano.

Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 17, fevereiro de 2008

Troia, a guerra sem fim

Revista Superinteressante



A guerra de Troia talvez nem tenha acontecido. Se aconteceu, a causa pode não ter sido o rapto de Helena. Como pode não ter existido o famoso cavalo de madeira que iludiu os troianos: quem sabe os gregos atacaram pelo mar

“Quando a lenda fica mais interessante do que a realidade, publique-se a lenda”. (John Ford, cineasta americano, pela boca do jornalista personagem do seu clássico *O Homem que Matou o Facínora*).

Melhor exemplo dessa verdade não existe do que a Guerra de Troia. Com seu cavalo fantástico, o rapto de Helena pelo apaixonado Páris, o herói Aquiles e seu calcanhar vulnerável, os deuses e as deusas do Olimpo assanhadíssimos, divididos entre gregos e troianos e fazendo, periodicamente, com que a sorte favorecesse um ou outro lado graças aos seus poderes divinos. Tudo isso está contado na *Iliada*, poema épico de Homero, escrito aí pelo século IX a.C. Mais recente e quase tão fantasiosa quanto a lenda que pretende conferir, é a batalha travada há bem uns cem anos por historiadores e arqueólogos em torno do que haveria de verdade nos episódios narrados por Homero.

A lenda conta que a guerra foi provocada pelo rapto de Helena, a filha de Tíndaro, o rei de Esparta. Helena era tão bonita, tinha tantos pretendentes, que seu pai já previa alguma coisa desse tipo, tanto que promoveu uma grande reunião de todos os interessados e obteve deles um compromisso: qualquer que fosse o escolhido por Helena, os demais se comprometiam a defender o casal contra as ofensas que pudesse sofrer.

REFLEXÕES XXVIII

Helena escolheu Menelau, que graças a essa preferência tornou-se, além de seu marido, rei de Esparta. E a vida correu feliz e serena até o dia em que Páris, filho do rei de Troia, Príamo, conheceu Helena e por ela se apaixonou. Páris não tinha sido um dos pretendentes preferidos, não estava amarrado ao compromisso por Tíndaro, e fez o que era muito comum na época: raptou Helena e levou-a para Troia. Os gregos até que tentaram negociar e esquecer o episódio, mas os troianos não aceitaram. Assim, Agamenon, irmão do ofendido Menelau, convocou todos os antigos pretendentes à mão de Helena, lembrou-lhes o pacto de fidelidade e organizou a primeira expedição contra Troia. Foram dez longos anos de luta em que a sorte ora pendeu para um lado, ora para outro. E acabou sendo Ulisses, um guerreiro grego sem nenhum poder extraordinário, a não ser uma cabeça fértil para inventar truques e expedientes, quem pensou no estratagema que os levaria à vitória: construir um grande cavalo de madeira, capaz de abrigar, em seu interior, alguns guerreiros. Os troianos, que consideravam o cavalo um animal sagrado, recolheram o presente deixado diante do portão de suas muralhas, acreditando ser um reconhecimento da derrota por parte dos gregos, e passaram a noite comemorando a vitória. Os soldados escondidos dentro do cavalo aproveitaram a festa para sair, abriram os portões — e Troia foi invadida e destruída. Nasceu aí a expressão presente de grego. Essa é a lenda, em linhas bem gerais.

Em 1870 o negociante alemão Heinrich Schliemann, autodidata e arqueólogo amador, após estudar detidamente os textos de Homero, lançou-se à localização de Troia, fazendo escavações por conta própria. Deteve-se na colina de Hissarlık, na entrada do estreito de Dardanelos, atual Turquia. Em companhia da mulher, Sofia, e de outros colaboradores, descobriu vasos de ouro, jarras de prata, braceletes e colares cuidadosamente fabricados. Deduziu, então, que teriam pertencido a um rico e poderoso senhor: seria o tesouro de Príamo, rei de Troia e pai de Páris. Mas a declaração de Schliemann, de que havia encontrado Troia e seu famoso

REFLEXÕES XXVIII

tesouro, não resistiu aos ataques dos historiadores especializados.

Hoje, a maioria dos arqueólogos afirma que o tesouro apresentado por Schliemann não passava de um conjunto de peças isoladas recolhidas durante as escavações. O grande mérito do pesquisador alemão foi descobrir que na colina de Hissarlik existiram várias troias, cada uma construída sobre as ruínas da outra, e que a região estava habitada desde a Idade do Bronze, por volta de 3000 a.C, até o ano 400 da nossa era. Ao todo existiram nove troias. As primeiras, de Troia I a V, correspondem à Idade do Bronze egeu; Troia VI, ao Bronze médio e final; Troia VII teria sido habitada por um povo diferente que deixou o local cerca de 700 a.C, época que corresponde ao início de Troia VIII; e, por fim, Troia IX, que era a cidade romana de Ilium Novum.

Como foi possível fazer de uma montanha a base de várias cidades? Especialistas explicam que Troia I estava sobre a base e ali se levantaram casas feitas de pedra, terra, adobe, madeira e palha; pouco resistentes, eram sujeitas a incêndios que rapidamente as destruíam por estarem, além do mais, muito próximas umas das outras. Na época do cobre e do bronze, as cidades apenas começavam a se desenvolver. Se ocorria um terremoto ou um incêndio, tirava-se o que era aproveitável das ruínas, aplainava-se o que restara e construía-se novas casas em cima. Assim, uma cidade se edificava sobre a outra. Era costume naquela época jogar no chão desde restos de comida até utensílios quebrados. Mas, a partir de determinado momento, ficava insuportável conviver com a sujeira e então cobria-se o chão com uma espécie de capa de barro e tudo ficava novo e limpo.

O pouco recomendável costume dos troianos teve pelo menos uma serventia: ajudou os arqueólogos a descobrir se as casas — das quais, na maioria das vezes, só ficavam os muros — foram habitadas por muito ou pouco tempo. Para Schliemann, a Troia de Príamo era a Troia II. Depois de sua morte, em 1890, outro pesquisador, o arqueólogo Wilhelm Dörpfeld,

REFLEXÕES XXVIII

também alemão, prosseguiu as escavações em 1892 e 1893 e estabeleceu que Troia VI tinha sido o cenário da guerra. No entanto, pesquisadores da universidade norte-americana de Cincinnati, que ali realizaram escavações de 1932 a 1938, concluíram que Troia VII era a Troia de Príamo. A chave para se saber qual era a Troia da guerra era provar a existência do inimigo, isto é, dos gregos do final da Idade do Bronze, a época de Troia VII.

Tudo estaria esclarecido não fosse por uma questão: embora Homero diga que Troia fora destruída por um incêndio, as últimas escavações provam que o que houve ali foi um terremoto e que depois os assentamentos continuaram. Diante disso, o historiador inglês Moses Finley, falecido em 1986, abriu fogo: “Não há uma só prova consistente de que a colina de Hissarlik coincida com a Troia da Idade do Bronze que Homero descreve, nem de que a guerra entre troianos e gregos tenha alguma vez existido. Propomos tirar definitivamente a guerra de Troia dos livros de História”.

Entretanto, uma descoberta do linguista Calvert Watkins, professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, desmontou um dos principais argumentos dos críticos de Homero. Ao examinar primitivos documentos escritos em uma extinta língua da antiga Anatólia, na região oriental do que hoje é a Turquia, Watkins encontrou o seguinte fragmento de texto: “... quando vinham os alcantilados de Wilusa...” Para ele, o fragmento seria parte de uma primitiva *Ilíada* escrita em hitita, a língua dos troianos. Os alcantilados de Wilusa (que significam rochas escarpadas de Wilusa) são, segundo Watkins, os que aparecem na *Ilíada* como “os alcantilados de Ilíon”. Troia era também chamada de Ilíon. Tal descoberta derrubava a teoria de que uma cidade grande e poderosa como Troia, que apoiava o império hitita, não constava dos testemunhos escritos sobre aquele povo. Os críticos de Homero também duvidavam da descrição dos funerais de Pátroclo — grande amigo do guerreiro Aquiles — mencionados no final da *Ilíada*. O poema diz que ele foi cremado. Os cétricos

REFLEXÕES XXVIII

afirmavam que naquela época não era costume cremar os mortos.

Recentemente, porém, arqueólogos alemães, que há três anos realizam escavações no porto de Troia, na baía de Besica, sob o comando do professor Manfred Körfmann, da Universidade de Tübingen, descobriram vestígios de piras onde os mortos eram cremados.

Mas se Troia existiu, será que isso quer dizer necessariamente que houve também a guerra de Troia? Como e por que ela se deu? Ao que parece, os motivos foram mais banais do que o resgate da honra de Menelau e, sua mulher, Helena. Como a corrente marítima na parte mais estreita dos Dardanelos é muito mais forte, um barco mercante da Idade do Bronze só poderia chegar ao Mar Negro se contasse com bons ventos a seu favor. Mas, à exceção de uns poucos dias do ano, o vento sopra na direção oposta, de Leste a Oeste. Por isso, os gregos preferiam desembarcar suas mercadorias no porto de Troia para que fossem transportadas até o Mar de Mármara — a meio caminho entre o estreito e o Mar Negro — através da planície troiana.

Mesmo que resolvessem esperar pelos ventos favoráveis, os gregos dependiam dos troianos. E estes certamente cobravam pelos serviços prestados, tais como estadia na baía, abastecimento de água e alimentos, transporte de mercadorias por terra, etc. É possível até que os troianos cobrassem pedágio ou saqueassem um barco de vez em quando. Do ponto de vista arqueológico, não há nada que prove que Troia fosse um covil de ladrões, mas é cabível que uma cidade situada no eixo do comércio entre o Mar Egeu e o Mar Negro representasse um problema para os gregos. Logo, qualquer pretexto servia para liquidar aqueles que tanto atrapalhavam seus negócios.

O historiador Francisco Murari Pires, professor de História Antiga da Universidade de São Paulo, acha provável que um evento como a guerra de Troia tenha existido, embora o

REFLEXÕES XXVIII

conjunto de documentos descobertos não permita uma afirmação exata, precisa. O que a lenda quer preservar, diz ele é que o fim da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro correspondem a um período de desestruturação do império hitita. Havia uma situação de conflito permanente entre hititas e gregos. Ambos disputavam o controle sobre os reinos que apoiavam tradicionalmente o império hitita e que, em consequência da atuação dos gregos, começaram a se desestabilizar

Com base nos conhecimentos históricos e arqueológicos disponíveis, o arqueólogo alemão Franz Stephan reconstituiu o que em sua opinião pode ter sido a guerra de Troia: os troianos, enfraquecidos por causa de um terremoto, não estavam preparados para enfrentar uma guerra. Os gregos, sabendo disso, atracaram no porto inimigo um veleiro com aparência de barco mercante; só que, em vez de mercadorias, transportava uma tropa de elite. Durante a noite, o comando grego tomou a cidade. Nessa versão, não há lugar para o Cavalo de Troia.

O professor Murari Pires diz que é impossível resolver essa questão, mas, verdade histórica ou não, a lenda é importante por fixar o princípio de que uma guerra não se decide só pela força. “Tanto o valor da astúcia, da manobra enganosa”, observa Murari, “quanto o valor guerreiro propriamente dito estão em pé de igualdade.” Por mais que historiadores e arqueólogos tentem demonstrar a veracidade do episódio, o que parece prevalecer na memória do homem comum é a imagem poética da lenda, que tem contornos muito mais fortes do que a realidade. Por mais pesquisas que se façam, é pouco provável que um dia essa situação seja invertida. ●

Revista Superinteressante

Artigo publicado no dia 31 de outubro de 2016

“Você é uma preta de alma branca”

Juan Arias



A sociedade brasileira ainda está impregnada de racismo aberto ou dissimulado. É urgente perguntar aos candidatos à presidência como pretendem abordar a questão

Jovens da favela Vigário Geral, no Rio de Janeiro

O maior número de eleitores nas próximas eleições presidenciais no Brasil, 54%, será de negros e pardos. E são eles que sofrem todos os recordes de mortes violentas. A cada 23 minutos é assassinado um jovem negro. 71% dos assassinatos são de pessoas negras. E enquanto a taxa de homicídios de brancos diminuiu 12%, a de negros aumentou 18%, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Diante dessa tragédia vivida pelos descendentes dos escravos, é urgente perguntar aos candidatos a governar o Brasil como pretendem abordar essa guerra aberta contra os negros e como farão para assegurar um futuro de igualdade de oportunidades que lhes devolva a dignidade que lhes foi roubada. Manter o país dividido entre negros e brancos é perpetuar a injustiça engendrada durante os 300 anos de escravidão. Escravidão, a brasileira, que foi uma das últimas a serem abolidas no mundo. Somente em 1888.

“Não sei se o Brasil está preparado para aceitar um presidente negro”, afirmou o juiz Joaquim Barbosa, que acabou renunciando a ser candidato às eleições presidenciais. De qualquer forma, negro ou branco, o próximo presidente não pode fechar os olhos para toda essa massa de jovens negros que morrem a cada hora vítimas da violência.

Urgem políticas sérias, concretas, realistas, capazes de

REFLEXÕES XXVIII

encerrar para sempre esse triste capítulo da discriminação sofrida por essa maioria da sociedade, que além de ter sido condenada a não poder estudar como os brancos, o que fez que tivessem que aceitar os trabalhos mais humildes, são os mais expostos a uma morte precoce e violenta. Hoje, no Brasil, a grande maioria das domésticas, por exemplo, são negras ou pardas e cabe lembrar que o vocábulo “doméstica” deriva dos escravos que deviam ser “domesticados”, como se fazia com os animais de carga.

A sociedade brasileira ainda está impregnada de racismo aberto ou dissimulado. Isso significa rever o que os sociólogos chamam de “rejeição sutil.” É o que sofreram, por exemplo, duas meninas negras que, depois de voltar da escola, perguntavam a suas mães: “por que as outras crianças nos acham esquisitas e não falam conosco?”

A linguagem cotidiana muitas vezes nos trai. As expressões coloquiais ainda estão impregnadas de discriminação contra os negros. Basta recordar algumas delas, como passar um “dia negro”, ter um “lado negro”, ser a “ovelha negra” da família ou praticar “magia negra”. Diz-se que o preto é a cor do pecado. Usamos o verbo “denegrir” que significa “manchar uma reputação que era limpa”. O preto suja.

A linguagem nunca é inocente e, às vezes, as palavras carregam uma forte carga de dor e agressão. Uma jovem negra africana ouviu uma senhora dizer como um elogio: “Bem, filha, eu não te vejo tão negra como dizem.” Uma empregada negra teve que suportar o seguinte elogio da família para quem trabalhava: “Você é uma preta de alma branca.” Tão sutil é a associação do preto com o inferior que até no jogo de xadrez as primeiras peças que se movem são as brancas. O branco é que dá sorte, não o preto.

Como enviado especial a uma viagem do papa a Uganda, fiquei surpreso ao ver, nas igrejas da África negra, anjos brancos como a neve. Contaram-nos que os missionários europeus diziam àqueles africanos que, se se comportassem bem e se

REFLEXÕES XXVIII

tornassem cristãos, “ressuscitariam brancos no céu”.

Sempre acreditei que a poesia é um dos instrumentos que pode nos libertar das sombras de racismo incrustadas em nosso inconsciente. No livro *Poemas para Metrônomo e Vento*, de Roseana Murray, que acaba de ser publicado pela Penalux, há um poema intrigante intitulado *A Pele Negra*. O poema trata, com rara delicadeza, precisamente dessa dor que pulsa sob a pele dos negros. Quis reproduzi-lo para os meus leitores amantes da poesia como um exemplo de linguagem empática com essa ferida ainda aberta na nossa sociedade.

A pele negra
A harpa
que ondula
debaixo
da pele negra,
debaixo,
dos antigos
açoites,
e antes,
debaixo da noite,
suas tochas
e panteras,
essa harpa
nunca se cala,
seus acordes
profundos,
oceânicos
atravessam

séculos de memória
e dor,
não dormem.

Só mantendo desperta essa “harpa que não se cala” sob uma pele que conserva as cicatrizes dos antigos açoites contra os escravos, só estando atentos para não silenciar séculos de memória e dor, seremos capazes de nos livrar do peso do nosso racismo aberto ou sutil. Já que, como diz o poema, essa harpa não só não se cala, mas “seus acordes (...) não dormem”. Permanecem despertos para nos lembrar que não é a cor da pele que nos distingue e separa, mas a capacidade de aceitar que somos filhos do mesmo barro. ●

Juan Arias

Artigo publicado no jornal El PAÍS no dia 22 de maio de 2018

Existe um grande ceticismo sobre a bondade

Larissa Mcfarquhar



Autora inglesa investiga, em livro, os ‘obcecados por ajudar o próximo’

Em livro recém-lançado, a inglesa Larissa MacFarquhar fala dos que ajudam por solidariedade e dos que têm ‘grande obsessão’ por ajudar. E busca entender porque tanta gente acha que estes obcecados são

“gente doente” ou têm motivos ocultos para agir assim.

De tanto observar, ao longo dos anos, a valorização do individualismo, Larissa MacFarquhar resolveu se debruçar sobre o outro lado: a legião dos ‘altruístas radicais’. Em sua pesquisa – que resultou no livro *A Vida Pelos Outros – Escolhas Altruístas no Limite da Ética* (Companhia das Letras) – a escritora da revista *The New Yorker* deparou com personagens que, envolvidos em causas humanitárias, não apenas ajudam: eles desenvolvem uma obsessão por fazer o bem. “Procurei entender o que faz alguém se entregar a causas altruístas mais do que a maioria das pessoas”, explica a autora, em entrevista à repórter Marília Neustein, por telefone, de Londres.

Humanismo e idealismo foram valores que Larissa detectou com frequência ao falar com pessoas que, de maneira contínua, se colocam nos lugares dos outros. “Muitas pessoas têm um senso de ajudar alguém que esteja precisando, mas minha pesquisa vai além. Me debrucei sobre pessoas que buscam ativamente as situações em que possam ajudar os outros. E elas são mais calculistas. Decidem ajudar antes mesmo de saber quem vão beneficiar”, conta.

Indagada sobre se será possível um mundo mais altruísta, a

escritora afirmou que sim, mas que é preciso combater o ceticismo. “O sentimento de bem-estar depois de contribuir com alguém é algo muito básico do ser humano”. Abaixo, os principais trechos da entrevista.

Por que decidiu escrever um livro sobre pessoas extremamente altruístas?

Sempre me interessei pela motivação de alguém que milita por valores éticos. Entretanto, eu não conhecia muito a respeito. Me interessei e procurei entender o que faz alguém se entregar a causas altruístas muito mais que a maioria das pessoas. E mais: como essas pessoas mantêm esse tipo de motivação.

Acha que a maioria das pessoas desiste desse tipo de engajamento?

Sim. Uma questão que me deixou intrigada foi: todos sabemos que doar, ajudar e fazer pelos outros nos faz sentir bem e nos faz felizes. Mas poucos de nós pratica isso frequentemente. Isso é muito intrigante, não? Por que será? – eu me perguntei. Mesmo que acreditasse que as pessoas só estão preocupadas com o próprio bem-estar – visão da qual eu discordo – seguindo essa lógica, então, elas fariam mais pelos outros. E comecei a pensar em mim também.

E como foi este processo?

Comecei a pesquisar quem são essas pessoas que assumem compromissos éticos de forma mais intensa e efetiva que os demais. E encontrei esses personagens. O mais curioso foram os comentários que ouvi: que essas pessoas eram doentes, que existia algum “motivo escondido” para ser tão dedicadas a uma causa altruísta... Ou seja, existe um grande ceticismo com relação a pessoas que praticam boas ações. Isso me deixou fascinada. Nem sempre existiu essa desconfiança sobre a bondade. Então, parte da minha pesquisa foi tentar entender porque agora – não sei se no Brasil é a mesma coisa – existe essa atitude cética com relação às pessoas que se dedicam a esse tipo de causa.

O que diferencia seus personagens das pessoas que praticam boas ações diariamente?

No começo do meu livro, eu faço a distinção entre as pessoas que praticam boas ações e “os heróis”. Na tradição bíblica, os bons samaritanos são aqueles que resgatam o que está do outro lado da estrada. Isso é muito nobre, mas acredito que seja mais comum. Muitas pessoas têm um senso de ajudar alguém que esteja precisando. Entretanto, minha pesquisa vai além. Me debrucei sobre pessoas que buscam ativamente situações para ajudar os outros. São mais calculistas. Decidem que vão ajudar antes mesmo de saber a quem vão beneficiar.

O que descobriu de importante nessa busca?

Sempre admirei essas pessoas. Mas me impressionou o grau de imaginação que marca a vida delas. Nós usamos muito o nosso racional. Por exemplo: sabemos que refugiados ou pessoas muito pobres precisam de ajuda. Mas necessitamos de fotos e notícias para ter empatia. E depois esquecemos. Os personagens que entrevistei para meu livro não precisam de fotos. Eles imaginam como é estar em uma situação de horror, de desespero, e precisar de ajuda.

Depois de sua experiência, acha que as pessoas que são altruístas sofrem mais por isso?

Sim e não. Não sofrem no sentido de abrir mão de muitas coisas – especialmente de bens materiais. Não usam o dinheiro da mesma forma que nós. Jamais escolheriam suas profissões só pelo sucesso e, de alguma maneira, sabem bem como usar seu tempo. Minha conclusão é que são pessoas que estão bem resolvidas em suas escolhas. Isso é maravilhoso.

E o lado dos que sofrem mais?

É que, como já disse, eles têm uma enorme capacidade de se colocar no lugar do outro. Isso faz com eles vivam infelizes só de imaginar o sofrimento que acomete o mundo. Algo que, para muitos de nós, passa batido. Quanto mais sabem do sofrimento alheio, mais necessidade eles sentem de ajudar.

Em sua opinião, a polarização na sociedade faz com que essas pessoas e suas atitudes estejam em baixa? O que vemos é uma valorização do egoísmo?

Acho que sempre existiram, na sociedade, pessoas egoístas e altruístas. O que muda é se as pessoas altruístas são admiradas ou não. Agora, nos EUA por exemplo, pessoas que se dedicam aos outros não são admiradas. Já na Índia pós-independência isso era muito valorizado. Teve até um líder que conseguiu, de proprietários de terras, que doassem parte delas aos pobres.

Pode explicar melhor esse fenômeno que ocorre nos EUA?

Se hoje alguém tentasse fazer algo parecido por lá, muito provavelmente seria internado em um hospital psiquiátrico. Porque na vida americana uma pessoa assim não tem prestígio ou autoridade. Outra coisa que mudou é o significado do que é ser uma boa pessoa. Na maioria dos lugares acredita-se que é mais importante alguém se dedicar à família e depois às grandes causas – como se as grandes causas estivessem muito distantes. Por isso poucos entendem gente que se dedica a ajudar necessitados do outro lado do planeta.

Como vê a questão das “boas causas” ou as atitudes de caridade ligadas à religião?

Religiões sempre contribuíram para boas e más ações. Estimulam as pessoas a serem altruístas, mas também a odiar e a ir para guerra. As religiões são bem-sucedidas em mostrar a importância de se contribuir para o coletivo. Mas parece que 50% de doações de caridade dos EUA vão para as instituições. É um assunto complicado.

O recente despertar de movimentos da sociedade americana pode contribuir para valorizar o altruísmo?

Acho que movimentos como #meetoo, Black Lives Matter ou os secundaristas que marcham contra as armas são

interessantes, mas não os chamaria de altruístas. Eles lutam por causas maiores do que seus interesses pessoais, mas é na direção de promover mudanças sociais. Desastres naturais, por exemplo, acabam atraindo pessoas realmente altruístas – no sentido que eu trabalho no meu livro.

Por que atraem?

Desastres como enchentes ou furacões, que fazem com que muitas pessoas fiquem desassistidas, têm um grande apelo. Crises desse gênero atraem muito a opinião pública e, conseqüentemente, muito dinheiro. Mas passam. Seria mais interessante se as pessoas conseguissem imaginar, de maneira contínua, como é viver na pobreza.

Acha que o mundo pode ser mais altruísta do que é

Sim. Não tenho dúvida de que as pessoas podem praticar ações em prol dos outros. Como eu disse, o sentimento de bem-estar depois de contribuir com alguém é algo muito básico do ser humano. A vitória de Trump nas eleições americanas, por exemplo, produziu uma coisa boa: as pessoas que se opõem a ele se tornaram motivadas politicamente. Não existia tanto ativismo dos progressistas no governo Obama. Estava todo mundo preocupado com suas próprias vidas. Agora as pessoas estão indo a passeatas, se envolvendo, se candidatando.

E que tipo de mudança aconteceu na sua vida?

Passei a adotar uma racionalidade sistemática sobre para onde mando meu dinheiro ao fazer doações a organizações. Isso aprendi com meu livro: caridade não combina com racionalidade, mas com emoção. As pessoas gostam de doar e ajudar de forma espontânea. Mas entendi que é importante verificar a eficácia de cada instituição. ●

Larissa Mcfarquhar

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo no dia 23 de abril de 2018

O bom samaritano é ateu

Javier Salas



Pessoas religiosas se mostram menos altruístas com desconhecidos, segundo estudos

Se alguma vez – Deus queira que não – apanhar de assaltantes enquanto vai de Jerusalém a Jericó, é melhor que depois passe

por ali um samaritano pouco religioso. Porque ser religioso ou ateu não deixa as pessoas melhores, mas parece condicionar a forma de entender a generosidade e o altruísmo⁹ com desconhecidos. E as pessoas menos religiosas têm uma tendência mais espontânea a ajudar o próximo, segundo os últimos estudos.

O último trabalho surpreendeu ao mostrar que as crianças criadas em ambientes religiosos são menos propensas a ser generosas; que existe uma correlação inversa entre o altruísmo e a educação em valores identificados com a fé. Por meio de um experimento realizado com menores de 5 a 12 anos em seis países culturalmente muito diferentes (Canadá, EUA, Jordânia, Turquia, África do Sul e China), os pesquisadores descobriram que os estudantes que não recebem valores religiosos em suas famílias são notavelmente mais generosos quando se trata de compartilhar seus tesouros com outras crianças anônimas.

“É importante destacar que as crianças mais altruístas vêm de famílias ateias e não religiosas”, destaca o chefe do estudo, Jean Decety, neurocientista e psicólogo da Universidade de Chicago. “Espero que as pessoas comecem a entender que a religião não é uma garantia para a moralidade,

⁹ **Altruísmo**: amor desinteressado ao próximo.

e que religião e moralidade são duas coisas diferentes”, acrescenta ao ser questionado da importância desse estudo.

Além disso, na pesquisa perguntava-se aos pais se seus filhos eram mais ou menos generosos e, curiosamente, os pais e mães mais religiosos acreditam que estão criando uma prole mais solidária: os religiosos dão como certo que seus filhos são mais altruístas, mesmo que na hora da verdade compartilhem menos. Outra descoberta importante é que a religiosidade faz com que as crianças sejam mais severas na hora de condenar danos interpessoais, como por exemplo os empurrões. “Essa última descoberta encaixa bem com pesquisas anteriores com adultos: a religiosidade está diretamente relacionada com o aumento da intolerância e das atitudes punitivas contra delitos interpessoais, incluindo a probabilidade de apoiar penas mais duras”. Em resumo, os menores criados em ambientes religiosos seriam um pouco menos generosos, mas mais propensos a castigar quem se comporta mal.

As crianças mais altruístas eram de famílias ateias e não religiosas. A religião não é uma garantia para a moralidade”, afirma o autor

Dois anos atrás, o sociólogo de Stanford Robb Willer publicou um estudo no qual, por meio de experimentos, mostrou que a compaixão levava as pessoas não religiosas a serem mais generosas enquanto nas mais apegadas à fé a compaixão não influenciava em seu nível de generosidade. “Para os menos religiosos, a força de sua conexão emocional com outra pessoa é fundamental para decidir se irão ajudá-la ou não”, afirmou Willer na época. “Os mais religiosos, pelo contrário, fundamentam menos sua generosidade nas emoções e mais em outros fatores, como o dogma, a identidade de grupo e a reputação”.

Há séculos, diferentes autores abordam o debate sobre se a religião, acreditar e temer a Deus, provoca nos humanos uma atitude mais bondosa, mais solidária, mais empática com o sofrimento dos demais. Nos últimos anos, entretanto, a

REFLEXÕES XXVIII

pesquisa psicológica revelou várias tendências consistentes, como o fato dos religiosos motivarem seu altruísmo em valores diferentes e usarem critérios distintos para determinar quais ações são imorais.

A ideia de que a religião consolida o altruísmo, entretanto, aparece em diversos estudos, como os que vêm sendo publicados por autores como Azim Shariff, ao demonstrar na revista *Science* a importância da fé na hora de se mostrar mais generoso com os demais. Em seus trabalhos testou o altruísmo das pessoas depois de fazê-las pensar (consciente e inconscientemente) em Deus e suas manifestações: aqueles que liam sobre Ele e assistiam vídeos relacionados antes do teste se mostravam notavelmente mais generosos do que os que não o faziam. As motivações não eram a compaixão e a empatia, mas ajudavam mais ao próximo ao ter presente a figura divina.

Por isso, Shariff considera que os resultados do estudo em crianças publicados na sexta-feira “parecem superficialmente contraditórios” com seu trabalho. Mas de grande importância: “Acho que são conclusões fascinantes a partir de um esforço impressionante. Esse estudo nos obriga a repensar seriamente as coisas a fim de conciliar o que sabemos”, resume Shariff, da Universidade do Oregon.

O difícil seria explicar por que ateus e religiosos (ou pouco religiosos frente a muito religiosos) agem de forma diferente quando se trata de pensar nos demais. Mesmo que não existam respostas conclusivas, tanto Shariff como Decety mencionam uma certa licença moral outorgada por aqueles que já rezam pelos demais: se já cubro a quota de generosidade em minha paróquia, isso me exime de precisar ser altruísta com desconhecidos. “É uma falha mental particularmente interessante: realizando algo bom, que ajuda a fortalecer nossa própria imagem positiva, se desinibe o comportamento egoísta e, portanto, somos mais propensos a tomar decisões imorais”, explica Decety, um dos maiores especialistas em empatia. Isso explicaria o fato de crianças

REFLEXÕES XXVIII

criadas em lares religiosos, que se percebem como mais sensíveis e justas, serem na verdade as menos altruístas entre seus colegas de classe.

Shariff, mais crítico, considera que isso tem uma leitura inversa. “Eles se limitam a um tipo específico de generosidade espontânea. É possível que alguém seja enormemente altruísta doando 20% de seus ganhos à caridade. E como estruturou seu altruísmo dessa forma, não se sente obrigado a doar a um mendigo na rua que lhe pede dinheiro de forma espontânea, ou a um psicólogo que lhe dá a oportunidade de compartilhar com alguém em um experimento”.

Na parábola de Jesus descrita por Lucas nos Evangelhos, era o sacerdote a não se aproximar do necessitado, e somente o samaritano parou para ajudá-lo. Mas não sabemos quem era o mais religioso dos dois, e se isso teve alguma relação com a atitude tomada. ●

Javier Salas

Artigo publicado no jornal El País no dia 7 de novembro de 2015

As dores do crescimento

Giulia Vidale, Natalia Cuminale



No mundo conectado das redes sociais, os adolescentes nunca estiveram tão sós — é o paradoxo que alimenta o estrondoso aumento dos casos de depressão

Em seus aforismos¹⁰, Hipócrates (460-370 a.C.) resumiu a melancolia, uma compreensão precoce da depressão, como “um estado de medo e desânimo duradouros”. Era provocada, segundo ele, pelo excesso de bile no organismo — no grego antigo, melancolia significa “bile negra”. Desde então, na longa história da civilização, busca-se uma definição precisa de uma doença ainda longe de ser inteiramente compreendida. Na década de 1920, o psiquiatra alemão Kurt Schneider imaginou que a depressão poderia ser dividida em duas classes, cada uma exigindo uma forma de tratamento: a depressão resultante de mudanças de humor, que chamou de “depressão endógena”; e a depressão que nascia como reação a eventos externos, ou “depressão reativa”.

Antonia Penteado, 16 anos, estudante do ensino médio em São Paulo

Sua teoria foi desafiada em 1926, quando o psicólogo britânico Edward Mapother argumentou, no *British Medical Journal*, que não havia evidências de dois tipos de depressão e que as aparentes discrepâncias entre os pacientes decorriam apenas



¹⁰ **Aforismo:** sentença que, em poucas palavras, explicita regra ou princípio de alcance moral.

da gravidade da condição. De lá para cá, surgiu uma sucessão de novas explicações. Uma das acepções mais aceitas, pedra inaugural de uma avenida de conhecimento, e certamente uma das mais bonitas, foi apresentada em 1969 pelo psicólogo americano Rollo May em seu livro *Love and Will* (Amor e Vontade): “A depressão é a incapacidade de construir um futuro”.

Uma das fases da vida mais propícias para o aparecimento desse desconforto de não conseguir ver o amanhã com esperança é, justamente, a adolescência. Uma percepção muito comum — de que meninos e meninas andam deprimidos muito mais agora, na era da internet, do que no passado — ganhou recentemente um amparo poderoso. Uma das instituições mais reputadas do mundo, a Sociedade Americana de Pediatria divulgou novas recomendações em torno dos distúrbios da mente: os médicos devem considerar e avaliar a possibilidade de depressão em todos — todos! — os pacientes jovens, mesmo naqueles mal saídos da infância, que passam por consultas de rotina. Até então, a indicação era investigar apenas os que apresentassem riscos mais evidentes, que tivessem atravessado traumas ou que possuíssem parentes com episódio severo de depressão.

A prevalência da depressão entre jovens é acachapante. Nos últimos cinco anos, a incidência entre homens e mulheres de 12 a 25 anos teve um salto de quase 40%. Nas outras faixas etárias, o índice caiu. Foi isso que mostrou um estudo realizado com 600.000 pessoas, conduzido pela Universidade Colúmbia, nos Estados Unidos. O resultado é aplicado aos americanos, evidentemente, mas se repete em quase todo o Ocidente. No Brasil, estima-se que 10 milhões de meninas e meninos sejam acometidos por ao menos uma crise de depressão ao longo da juventude. Não se devem interpretar os dados supondo que, do dia para a noite, os casos tenham explodido. Na verdade, sabe-se com certeza que houve um aumento de notificações de casos depressivos, o que deve ser resultado de dois fenômenos simultâneos: o maior cuidado

com os jovens e o aumento real da incidência da depressão entre eles.

Mas o que há hoje que não havia antes para arrastar tantos jovens para a tristeza sem fim? É uma resposta difícil, mas a ciência já trabalha com algumas hipóteses. A professora de psicologia Jean Twenge, da Universidade San Diego, autora de dois pequenos clássicos sobre os efeitos da tecnologia no comportamento da sociedade, *Generation Me* e *iGen*, arrisca uma pergunta provocadora e entrega uma resposta cuidadosa, mas preocupante: “Os *smartphones* destruíram uma geração?”. A resposta: “Talvez sim”. Soa paradoxal, mas na era das redes sociais, em que tudo é compartilhado o tempo todo, os adolescentes talvez jamais tenham estado tão sós — escondidos atrás dos dois sinaizinhos azuis do WhatsApp. “O mundo está repleto de situações que contribuem para a depressão, em especial para os mais novos”, afirma Luciana Sarin, psiquiatra do Programa de Doenças Afetivas da Universidade Federal de São Paulo. “É um movimento novo, que pede atenção.” Os adolescentes acordam, dormem, comem, estudam, vão para a festa e ao banheiro, tudo sempre de olho no celular — quando recebem respostas rápidas, está quase tudo bem, o diálogo prossegue acelerado, com *emoticons*, frases picotadas, etc. A vida segue sua toada, 100% conectada. O silêncio e a demora, os bastões do WhatsApp apagados, no entanto, são sinônimo de eternidade e ansiedade, muita ansiedade. “O uso abusivo de *smartphones* favorece os sintomas da depressão”, diz Pedro Pan, psiquiatra e pesquisador da Universidade Federal de São Paulo.

Até muito recentemente, antes da popularização dos *smartphones*, o poder dos jovens tinha outros símbolos. Na década de 1970, o fotógrafo americano Bill Yates registrou o cotidiano dos frequentadores de uma pista de patinação na Flórida, nos Estados Unidos, num trabalho que ganhou notoriedade pela forma como espiou a juventude: eram garotos e garotas, alguns muito novos, bebendo, fumando, quase todos tristes, cabisbaixos, agressivos. Aquela série de

fotografias deflagrou uma onda de imensa preocupação, ao revelar que algo ia mal. Hoje, Yates mostraria jovens de cabeça inclinada sobre as telas luminosas, sem cigarro, talvez mesmo sem bebida, à espera de um sinal de existência do lado de lá da conexão *wi-fi*.

Estudos comportamentais e biológicos já esclareceram que a ansiedade serve como alimento para os processos depressivos, a partir da ação do cortisol, hormônio liberado quando há estado de atenção e alerta. O stress crônico prejudica as conexões cerebrais, favorecendo a depressão. Um levantamento da Universidade Duke, dos Estados Unidos, apontou a relação direta do uso abusivo das novas tecnologias com a depressão. Os pesquisadores acompanharam, durante um ano e meio, o dia a dia de uma centena de adolescentes com idade entre 11 e 15 anos, diagnosticados como potenciais portadores de transtornos ligados à saúde mental, como a depressão. Os participantes que usavam tecnologias digitais por mais de duas horas e meia por dia tendiam a exacerbar comportamentos associados à depressão. Quando a exposição era menor, o uso dos aparelhos operava no sentido contrário: ajudava a diminuir os sinais de angústia.

As relações sociais intermediadas por aparelhos eletrônicos, quando se abre mão do contato físico e da conversa olhos nos olhos, ajudaram a acelerar outro fenômeno, um pouco mais antigo e muito relevante: o da superproteção dos pais. “Filhos hiperprotegidos podem perder a capacidade de resiliência”, diz o psiquiatra Fernando Fernandes, do Programa de Transtornos Afetivos do Instituto de Psiquiatria da USP. Os resultados são visíveis. Os jovens namoram menos que antes. A primeira relação sexual da nova geração acontece por volta dos 16 anos, um ano mais tarde do que ocorria com seus pais. Hoje, um jovem de 18 anos age de forma parecida com a de um jovem de 15 anos há duas décadas. O de 15 comporta-se como o de 13. Estudo da Universidade de Melbourne, na Austrália, mostrou que a adolescência não termina mais aos 19 anos, como entenderam psicólogos por anos a fio, mas vai

agora até os 24 anos. A razão por trás da postergação das responsabilidades e dos prazeres da vida adulta está associada à educação superprotetora, agora cercada por vínculos digitais.

Para Julie Lythcott-Haims, ex-reitora da Universidade Stanford, que estuda o fenômeno desde os anos 2000, há os chamados “adultos-crianças”, despreparados para as dificuldades do dia a dia. A superproteção veio à luz quando a geração do pós-guerra nos Estados Unidos, tratada com rigidez pelos pais, mas influenciada pela contracultura dos anos 1960 e 1970, decidiu criar suas crianças de forma diferente, com menos rigor e mais amor, menos cobranças e mais compreensão, mas exagerou na dose. Com isso, acabou produzindo gerações com dificuldade de tomar as próprias decisões e de lidar com contratempos, decepções e toda a complexidade humana. A situação chegou ao extremo, ressalve-se, quando os jovens deixaram de achar imprescindível sair de casa para lidar com o mundo. Some-se a essas certezas — a ansiedade digital e a superproteção — a predisposição natural da idade, e o caldeirão estará cheio. Os adolescentes são biologicamente mais vulneráveis. Graças aos avanços nos exames de imagem, constatou-se que, ao longo do processo natural de maturação cerebral nessa etapa da vida, algumas estruturas se formam antes que outras e funcionam em ritmos diferentes entre si, deflagrando uma sinfonia dissonante, que pode resultar em algum caos. O córtex pré-frontal, a região cerebral cuja principal função é regular o humor, o julgamento e o controle de impulsos, por exemplo, amadurece por volta dos 24 anos. É por isso que os jovens tendem a ser impulsivos, pois a região do cérebro ainda não está completamente madura. A amígdala, área primitiva relacionada às reações emocionais e ao comportamento instintivo, está plenamente constituída aos 11 anos de idade. Então, se a amígdala está formada, por que os jovens costumam ter reações mais explosivas? Porque, embora formada, a amígdala ainda está mais acelerada do que estará na fase adulta, tornando as emoções exacerbadas. Há também

REFLEXÕES XXVIII

uma redução no volume de substância cinzenta, relacionada a funções mais básicas, como o processamento de informação, e aumento da substância branca, mais refinada, associada ao julgamento, à cognição e à memória. É ainda nessa fase que vai acontecer a chamada “poda neural”, um período de tempestade cerebral durante o qual são eliminadas as conexões fracas e fortalecidas as melhores. Diz Guilherme Polanczyk, psiquiatra de crianças e adolescentes da Universidade de São Paulo: “A adolescência é o momento em que os neurônios se tornam mais resistentes e especializados. Uma conexão mal construída nessa fase pode se instalar, se não houver identificação precoce”.

Lucas de Mello Rocha, 28 anos, estudante de escola técnica em Santos (SP)

Os desafios impostos à medicina para o controle da depressão também resultam da complexidade da própria doença. Suas origens biológicas e suas causas ainda não foram totalmente desvendadas. O mundo moderno, evidentemente, não é o único problema — e, aqui, lembre-se a primeira parte da suposição de Kurt Schneider, a depressão endógena. O papel dos genes é essencial. A predisposição genética é responsável por seis em cada dez casos do transtorno. Mais: alguém que tenha o pai ou a mãe vítima do problema apresenta um risco 40% maior de também desenvolver depressão. Diz Rodrigo Machado Vieira, professor titular de psiquiatria da Universidade do Texas: “Uma criança que sofre *bullying* de forma crônica ou que abusa do celular ou se isola, mas não tem vulnerabilidade genética dificilmente vai sofrer de uma doença mental por esses fatores”.

O tratamento para a depressão na adolescência é o mesmo dos adultos: psicoterapia e medicação. A grande diferença na constituição da doença nos jovens está na manifestação de seus sintomas. Os mais velhos tendem a sentir desinteresse, falta de energia, tristeza, prostração. Os jovens portadores do



transtorno, pela fase de intensa transformação cerebral, costumam reagir de forma mais ansiosa, com irritação, mas sem perder a energia. O sofrimento é menos visível. Eles se trancam no quarto, manifestam raiva. Irritam-se com pequenos imprevistos —, mas vão a festas, de onde só pensarão em ir embora. Jogam videogame, mas sem prazer. Alguns continuam indo para a escola, embora as notas tendam a cair. É comum entre os pais chamar a adolescência de “aborrecência”, numa alusão ao adolescente que parece viver de cara amarrada, mas talvez esse seja um sintoma depressivo que merece ser relatado ao médico.

Recentemente, a modelo e atriz inglesa Cara Delevingne, de 25 anos, revelou sofrer de depressão desde os 15 anos. Ainda assim, não fazia ideia de que estava doente, e seus pais também caminhavam no escuro. Em entrevista à revista americana *Esquire*, ela disse: “Eu percebia quão feliz e privilegiada eu era, mas tudo o que eu queria era morrer. Sentia-me tão culpada e me odiava por isso. Eu não queria mais existir”. Aos 16 anos, começou um tratamento medicamentoso. Aos 20, teve uma recaída. “Sentia um vazio que precisava ser constantemente preenchido.” À margem das revelações de personalidades como Cara Delevingne e dos estudos científicos, sempre mais demorados para entregar conclusões, um dos modos de acompanhar a evolução da depressão entre jovens ao longo das décadas, e a maneira como avançou na sociedade, é a ficção.

Livros, filmes e canções ajudam a entender a mudança de humores, até o desembarque no ponto ao qual estamos. Holden Caulfield, personagem do clássico *O Apanhador no Campo de Centeio* (1951), de J.D. Salinger, é um deprimido atávico. No romance formador de toda uma geração, a palavra “deprimido” aparece 24 vezes — “é o tipo de troço que faz a gente se sentir só e deprimido”. E, no entanto, em momento algum se fala da depressão como uma patologia. Estar deprimido, para Caulfield, é estar triste — definição que, hoje, soaria muito distante da realidade das sensações e das

REFLEXÕES XXVIII

constatações da psiquiatria e da psicologia.

Presente – O transtorno exibido abertamente em 13 Reasons Why, de 2017

Um pouco mais tarde, o Jim Stark de James Dean em Juventude Transviada (1955), de Nicholas Ray, era evidentemente deprimido —, mas não se comentava seu estado no filme. Havia, ao contrário, algum *glamour* em torno do seu sofrimento. Cortemos para 2017, e a depressão perdeu a vergonha de existir.



Em 13 Reasons Why, série de sucesso na Netflix, Hannah Baker (Katherine Langford) é uma garota de 17 anos com sinais de depressão que revela, numa sequência de depoimentos gravados em fitas cassete, os motivos pelos quais cometeu suicídio (e não há aqui um *spoiler*): violência sexual e fotos que se espalharam nas redes sociais fizeram-na perder o equilíbrio. Hannah é vítima de *cyberbullying*, agressão ocorrida no ambiente das novas tecnologias. “O jovem pode estar ao lado do pai no carro, na sala, em qualquer lugar, e sofrendo *bullying* ao mesmo tempo pelo celular”, diz Márcio Bernik, psiquiatra e coordenador do Programa de Ansiedade do Instituto de Psiquiatria da USP. É como se a humilhação fosse carregada no bolso.

Mudança – Hoje, tudo é celular. Nos anos 1970 (acima), o cigarro como rebeldia

Tudo somado, entende-se por que a nova medida da Sociedade Americana de Pediatria é imperativa: que, nas consultas médicas de rotina, o adolescente, todo adolescente, seja avaliado sobre a possibilidade de estar em depressão. Os riscos hoje são maiores do que no passado — eles se dão no universo que convencionamos chamar de real, mas também no das redes sociais, da internet,



REFLEXÕES XXVIII

o novo oxigênio que respiramos, a ágora inescapável. ●

Giulia Vidale, Natalia Cuminale

Publicado em VEJA de 25 de abril de 2018, edição nº 2579

LUIZ BIANCHI

Preciosos ensinamentos à família

Rosely Sayão



Temos feito o possível e o impossível para evitar que os filhos sofram

Muitos pais tomaram conhecimento da notícia de que um garoto de 16 anos cometeu suicídio recentemente e, com razão, ficaram preocupados. Motivos para tanto, todos nós temos: o índice de suicídio tem crescido em nosso país, acompanhando a tendência mundial, e não contamos com políticas públicas efetivas de prevenção. Até agora, o Centro de Valorização da Vida (CVV) tem sido o melhor caminho disponível para quem precisa de ajuda e a quer.

Toda vez que acontece uma tragédia que envolve o suicídio de adolescentes ou jovens adultos, é inevitável que surjam hipóteses para explicar o ocorrido.

Depressão, pressão em demasia, pais ausentes ou displicentes, família problemática, falta de acompanhamento profissional — eis algumas causas que costumam surgir com muita frequência. Entretanto, todas elas nada mais são do que o resultado do julgamento que fazemos da situação. Sim: julgamos o suicídio porque é muito difícil tratar dessa questão de outra maneira que não procurando culpados. Mas o fato é que a verdade foi embora com quem não conseguiu encontrar um sentido em sua vida e, por isso, praticou o suicídio.

As tragédias podem nos ajudar a pensar a respeito de nossa humanidade, de nossas paixões, de nossos sofrimentos. E, quando o suicídio de um jovem nos afeta, podemos pensar, por exemplo, no tipo de formação que temos oferecido aos que estão sob a responsabilidade dos adultos: pais, em primeiro lugar, e todos os demais envolvidos de modo direto (escolas,

por exemplo) ou indireto (a sociedade como um todo).

É inegável que temos feito o possível e o impossível para evitar que nossos filhos sofram, não é? Já há algumas décadas que muitos pais vêm fazendo de tudo para que os filhos não tenham de enfrentar as adversidades que a vida lhes impõe. A presença marcante dos pais nos momentos em que os filhos devem resolver problemas está se estendendo cada vez mais.

Não receber o convite para uma festa de aniversário de um colega, ter de arcar com uma punição — justa ou injusta — na escola, precisar solucionar questões na secretaria ou na tesouraria da faculdade: nisso tudo os pais estão presentes. Como crianças e adolescentes terão a oportunidade de construir resiliência e ferramentas pessoais para enfrentar os problemas que eles mesmos criam — e os que caem sobre os ombros deles —, dessa maneira? Precisamos lembrar que a infância e a adolescência são os melhores períodos para que os mais novos conheçam as adversidades da vida e sofram com isso porque têm o amparo dos adultos para seguir em frente.

Temos, também, apontado o futuro profissional como a grande meta a ser atingida. É bom saber que isso é insuficiente para permitir que um adolescente consiga vislumbrar essa como uma questão que dê um significado à sua vida. E precisamos de um sentido para viver. É a vida pessoal que, em geral, oferece isso. Ajudar o filho a construir virtudes, a manter amizades verdadeiras mesmo que isso lhe custe sacrifício, a entender que não vivemos sem os outros, a respeitar as diferenças, a pedir ajuda sempre que necessário são ensinamentos que podemos oferecer a ele. Temos feito isso? ●

Rosely Savão

Publicado em VEJA de 25 de abril de 2018, edição nº 2579

O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído

Eliane Brum



Por que, neste século, mais adolescentes têm respondido ao desespero deletando a própria vida?

Casos de adolescentes que se matam já fazem parte da crônica das cidades de todo o país.

Desde que dois alunos do Colégio Bandeirantes, tradicional escola de elite de São Paulo, se mataram no espaço de 15 dias no mês de abril, o suicídio de adolescentes entrou no debate público no Brasil. Psicanalistas e profissionais de saúde mental têm sido chamados à rede privada de ensino para falar sobre o tema. Pais e professores estão em busca de pistas para compreender por que mais jovens tiram a própria vida e como é possível prevenir a tragédia. Casos de adolescentes que se matam já fazem parte da crônica das cidades de todos os tamanhos no país, do Rio Grande do Sul aos estados da Amazônia. No Brasil, entre 2000 a 2015, os suicídios aumentaram 65% dos 10 aos 14 anos e 45% dos 15 aos 19 anos, segundo levantamento do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador do Mapa da Violência no Brasil. Nos últimos dois anos, os números podem indicar uma pequena estabilização, mas só daqui mais um ano será possível afirmar se é uma tendência ou apenas uma oscilação. No mundo, o suicídio já é a segunda causa de morte entre adolescentes, segundo a **Organização Mundial da Saúde**. Por que mais jovens se suicidam hoje do que ontem?

Essa é a pergunta óbvia de onde costuma partir o debate. Mas a pergunta ainda mais óbvia talvez seja: por que não haveria mais adolescentes interrompendo a própria vida nos dias atuais do que no passado? Na leitura do momento, parece-me

que o espanto se justificaria se, num mundo distópico¹¹, houvesse menos jovens com dificuldade de encontrar sentidos diante do desespero.

A inversão da pergunta não é um jogo retórico. Ela é decisiva. É decisiva também porque devolve a política à pergunta, de onde ela nunca poderia ter saído. E a recoloca no campo do coletivo.

Essa dimensão não apaga a singularidade de cada caso, mas é necessário situar essa singularidade no contexto do seu tempo histórico. Quando adolescentes se matam, eles dizem algo sobre si mesmos, mas também dizem algo sobre a época em que não viverão. É esse o ângulo que me parece importante chamar a atenção, porque em geral ele é apagado. É nas particularidades de cada história que podemos encontrar caminhos para prevenir o ato de desespero, mas é também na conformação do mundo em que a violência autoinfligida ocorre que devemos buscar pistas para compreender o que o suicídio expressa sobre essa época.

Os adolescentes de hoje herdarão um mundo corroído pela mudança climática provocada pelas gerações anteriores, incluindo a de seus pais, onde a água vem se tornando o grande desafio e a paisagem já começa a ser desfigurada. As séries de TV, principal produto cultural e também de entretenimento, expressam o sentimento dessa época: um presente que já é uma distopia e a impossibilidade de imaginar um futuro que não seja apocalíptico. A internet, onde os adolescentes e a maioria dos adultos vivem, arrancou a ilusão sobre o que chamamos de humanidade. Ao permitir que cada um se mostrasse sem máscaras, que cada um pudesse

¹¹ **Distopia:** Quaisquer demonstrações ou definições de uma associação social futura, definida por circunstâncias de vida intoleráveis, cujo propósito seria analisar de maneira crítica as características da sociedade atual; além de ridicularizar utopias, chamando atenção para seus males; antiutopia.

REFLEXÕES XXVIII

“dizer tudo”, abriu-se uma ferida narcísica cujos impactos levaremos muito tempo para dimensionar. Essa ilusão sobre o quê e quem somos nós cumpria um papel importante no pacto civilizatório. Sua perda é parte da explicação da dificuldade de compartilhar o espaço público, hoje interditado por ódios.

Por que, diante desse cenário, mais adolescentes não teriam dificuldade para encontrar saídas? Por que alguém que está vivendo uma fase da vida em que precisa dar conta de um corpo em transformação e assumir a responsabilidade de encontrar seu lugar não estaria desorientado diante do mundo que o espera – ou mesmo sem nenhuma confiança de que vale a pena ser adulto nesse planeta?

Se cada caso é um caso, o significado de ser adolescente nessa época determinada não pode ser deletado de qualquer resposta que pretenda ser uma resposta. Aberta, em constante construção, mas uma resposta.

Um adolescente que faz perguntas duras a si mesmo e aos adultos não está apresentando um comportamento desviante. São perguntas inteligentes, são perguntas de quem percebe o mundo que vive, são perguntas de quem se recusa a se alienar. O desafio que o suicídio nos apresenta, como sociedade, é conseguir construir junto com os jovens uma resposta que não seja a brutalidade de tirar a própria vida.

Essa tarefa não é individual, não é um problema apenas do adolescente que não consegue encontrar sentido ou de sua família. Mas uma construção coletiva. Inclui esse adolescente, mas não é só dele. Se há uma possibilidade nesse momento é a de que o desespero de ver adolescentes morrendo fez com que se rompesse o silêncio sobre o suicídio.

A crença de que falar sobre o suicídio aumenta o número de casos estabeleceu um silêncio em torno das mortes que colaborou para que se localizasse o problema e a suposta solução no indivíduo. Colaborou para a ideia sem substância do suicídio como covardia do adolescente e fracasso dos pais. O suicídio, convenientemente, deixou de ser uma questão da

REFLEXÕES XXVIII

sociedade para ser um problema de uma pessoa ou família com um tipo de defeito. Ou foi colocado na conta de uma patologia mental, com vários nomes disponíveis no mercado. É um fato que há casos de suicídio relacionados a doenças mentais, mas não é possível desconectar qualquer doença da época em que ela é produzida.

A questão não é a doença mental, quando ela existe, ou a angústia e o desespero, mas por que o suicídio tem sido a resposta e não outra a acontecimentos como a doença mental, a angústia e o desespero. É no fato de que ao longo das diversas épocas já houve outras respostas possíveis, outras respostas compatíveis com seguir vivendo, que podemos construir reflexões que nos arranquem da repetição que acaba tratando como problema exclusivamente individual o que é também produção social.

Voltar a falar de suicídio é importante, mas é igualmente importante “como” falar sobre suicídio. Se a questão for apenas estabelecer manuais, como se houvesse uma lista de alarmes para identificar aquele que se descola da manada, ou se a saída encontrada for reforçar a causa e a solução no indivíduo, é só mais um reforço para a tragédia da nossa crescente dificuldade de fazer comunidade. Em resumo: não dá para viver num mundo literalmente corroído e subjetivamente corroído e dizer que o desvio é de quem sofre com ele e não encontra outra saída que não seja o suicídio. Ou da família que não pôde ou não soube como impedir que o adolescente tirasse a própria vida.

Se podemos fazer algo com a tragédia que é termos criado um mundo onde um número maior de adolescentes não se tornará adulto, é reaprendermos a viver em comunidade, redescobrirmos como tecer redes de cuidado mútuo. Isso não tira a responsabilidade individual. Ao contrário, a aumenta. Mas coloca a responsabilidade individual onde ela deve estar: fazendo “laço” com os outros. Fazendo junto.

Não se pode esquecer ainda e principalmente que a marca de

se tornar adolescente neste século é a marca de tecer sua experiência na internet. A geração atual é a primeira formada a partir de *likes* e *blocks*, carinhas sorridentes e carinhas furiosas. Ao mesmo tempo que experimenta a possibilidade de deletar o quê ou quem perturba, enfrenta a impossibilidade de deletar seus vestígios para sempre.

Estrear na vida e já ser condenado à memória eterna. Ser formado na impaciência dos segundos e na sobreposição dos tempos. Acreditar que um vídeo de mais de dois minutos ou um texto de mais de dois parágrafos são longos demais. Arriscar-se nas redes sem os limites do corpo, podendo ser algo num minuto e outra coisa inteiramente diferente no minuto seguinte. Mas, ao mesmo tempo, sentir os efeitos profundos dos estímulos digitais no corpo. Os dias acelerados que se emendam e a fábrica de ansiedade. A impossibilidade da desconexão. A vida editada e “feliz” de todos, enquanto dentro de você a tristeza é vivida como fracasso num mundo de tantos bem-sucedidos de Facebook, sem saber quem ou o quê é real ou *fake*.

Num vídeo postado dias atrás pelo Channel 4 News, Jaron Lanier, filósofo da internet e criador da realidade virtual, sugere que os adolescentes deveriam abandonar as redes sociais por pelo menos algum tempo. “Somos fígados por um esquema de recompensas e punições, em que as recompensas acontecem quando você é *retuitado* por outros e as punições quando você é maltratado por outros nas redes”, diz. Essa manipulação, segundo Lanier, não é tão dramática quanto o vício em heroína ou o vício em jogo, mas obedece ao mesmo princípio. “Deixa as pessoas ansiosas e irritadas, e torna especialmente os adolescentes depressivos, o que pode ser muito grave”, afirma. “Há uma grande quantidade de evidências e estudos científicos. O exemplo mais assustador é a correlação entre o aumento do suicídio entre adolescentes e o aumento do uso das redes sociais.”

Jaron Lanier dá um conselho aos adolescentes: “Se você é uma pessoa jovem e você só vive nas redes sociais, o primeiro dever

com você mesmo é conhecer você mesmo. Você deve experimentar viajar, você deve se desafiar. Você não vai se conhecer sem essa perspectiva. Então, dê a você mesmo pelo menos seis meses sem redes sociais. Eu não posso dizer a você o que é o certo. Você tem que decidir”.

Netflix, cinema e a vida depois da perda- No ano passado, o psicanalista Mário Corso foi convidado para dar uma palestra aos alunos de uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul. A diferença é que ele não foi convidado pela direção da escola ou pelos professores ou mesmo pelos pais. A iniciativa foi dos alunos. Eles tinham identificado uma colega com ideias de suicídio e decidiram formar uma rede de cuidado. “Os colegas estão mais próximos e sabem melhor do que ninguém quando algo realmente sério está acontecendo”, diz Corso. “Essa experiência de ajudar a combater o mal-estar na escola, de entender as dificuldades da socialização, seria uma formação extra e muito proveitosa que a escola pode dar aos adolescentes. Existem muitos adolescentes cuidadores. É preciso fazer uma aliança com eles.”

Todo profissional que trabalha com saúde mental é marcado pela perda de pacientes. É algo que se carrega pela vida, mas que em geral é elaborado e vivido no espaço privado. A diferença é que Corso ficou assinalado também na esfera pública. Em 2006, um de seus pacientes, Vinicius Gageiro Marques, de 16 anos, transmitiu a própria morte pela internet e teve ajuda de pessoas de diferentes países para consumá-la. A incitação ao suicídio é um crime previsto no Código Penal do Brasil.

Mais de um ano depois do suicídio de seu jovem paciente, Corso me deu uma entrevista que se tornou uma referência, pela profundidade e honestidade com que falou do que viveu. A morte do adolescente teve repercussão internacional e marcou um momento em que as pessoas perceberam que, com a internet, os jovens frequentavam mundos que pais e professores não alcançavam. No segundo semestre, será lançado o filme *Yonlu*, nome com que Vinicius se apresentava

nas redes e assinava a sua produção artística, dirigido por Hique Montanari.

Mário Corso é autor de vários livros, inclusive um infantil. Três deles, escritos junto com a também psicanalista Diana Corso, relacionam produção cultural e psicanálise, dos contos de fadas às atuais séries de TV. O mais recente é *Adolescência em Cartaz – filmes e psicanálise para entendê-la* (Artmed, 2017). Fiz cinco perguntas a ele:

P: Você acha que o sofrimento que provoca o suicídio hoje, na era da internet, é diferente do sofrimento que provocava o suicídio nos adolescentes de gerações anteriores?

R: Creio que o sofrimento dos adolescentes é o mesmo. Uma solidão imensa, uma sensação de inadequação, uma desesperança próxima ao desespero. A ideia de que não há lugar no mundo para si, um mundo complexo demais para ser decodificado, aliado ao momento de fragilidade dos laços entre os pares, é um cruzamento perigoso e doloroso. O que mudou foram as possibilidades de comunicação. Para o bem e para o mal. Por exemplo, o *bullying* antes era restrito a um lugar, ficava na escola. Hoje ele não para, não dá trégua e não dá àquele que sofre o direito de recomeçar. A internet não esquece.

Estar marcado em um colégio, por uma experiência negativa, antes podia ser solucionado trocando de escola. Hoje, você leva consigo aquilo que gostaria de esquecer. Uma pesquisa rápida e tua ficha é entregue. Por um lado, a rede pode até ajudar os mais fóbicos, pois ela permite ensaiar-se em um ambiente onde o corpo não está em jogo, e propicia a pessoas de hábitos diferentes encontrarem sua praia. Por outro, ela também tem seu lado obscuro: permite que portadores de sofrimentos e patologias, que antes eram isoladas, como a anorexia, se apoiem em parceiros, igualmente tomados na loucura, que incentivam seguir dentro da doença e dão a ela um sentido de pertença, de identidade, muitas vezes letal. O

mesmo com o suicídio. Antes isolado, o adolescente tinha menos recursos, até, digamos, técnicos, para saber como se matar. Raramente ele iria encontrar pessoas tão ou mais perturbadas para trocar ideias sobre as "vantagens" do suicídio. Na rede, seguem existindo fóruns de proselitismo do suicídio.

P: O que a morte de Yonlu mudou na sua clínica ou no seu modo de entender o suicídio?

R: Não houve mudanças significativas na clínica ou no entendimento das razões do suicídio. A principal mudança foi em mim. Desci mais um degrau da minha personalidade já melancólica. Já tinha perdido pacientes, mas casos graves, adultos vindos de anos de depressões crônicas, dos quais, entre idas e vindas, eu fui apenas mais uma tentativa fracassada. São perdas distintas. Sendo nesse caso alguém tão jovem, talentoso, inteligente, é difícil se apaziguar. Os psicoterapeutas elaboram pouco sobre os efeitos de serem depositários e testemunhas de tanto sofrimento. Mas são cicatrizes incuráveis. Talvez um dia eu consiga entender melhor tudo isso. Ainda lateja.

“Vivemos não por razões, mas por pertencer a uma rede afetiva, por ter uma sociedade que nos dá um lugar”

P: Desde aquela época, mais de uma década atrás, a sua postura era de que era necessário falar sobre o suicídio. Mas só agora, e em grande parte por conta de séries como 13 Reasons Why (“Os 13 porquês”, Netflix), o silenciamento sobre o suicídio entre adolescentes começa a ser rompido. Por que é importante falar e o que você gostaria de dizer?

R: Falar sobre o problema já é um começo. É um assunto tabu, ninguém se sente à vontade para dar a partida. Ninguém sabe bem o que dizer. O que está em jogo é o sentido da vida. E quem sabe dizer por que a vida vale a pena? Não sabemos dizer até porque é uma questão mal colocada. Não existe resposta racional. A resposta é emocional. Vivemos não por

razões, mas por pertencer a uma rede afetiva, por ter uma sociedade que nos dá um lugar. Estamos aqui porque alguém um dia quis assim e ficou inscrito em nós essa marca. A vontade de viver é algo que os pais transmitem, ou não, sem dar-se conta. Mas é um território imponderável, nebuloso.

Acredito que estamos no momento de construir algo novo. Creio que a arte já começou. O seriado da Netflix foi um bom começo. Antes de ele ser feito, eu não acreditaria que daria certo. Tomado pelo paradigma de Werther, de que narrar o suicídio emularia outros, eu não faria. (No século XVIII, após a publicação do livro *Os sofrimentos do Jovem Werther*, do escritor alemão Goethe, teriam havido uma onda de suicídios de jovens na Europa que foi considerada efeito do romance.) A Netflix fez, e a resposta foi oposta: mais gente falando no assunto e pedindo ajuda.

“Se um estúdio de TV inventou uma narrativa que faz falar sem estimular o ato, por que a comunidade de quem trabalha com saúde mental não conseguiria?”

P: O que você, que analisa a produção cultural pelo viés da psicanálise, acha da série?

R: Ela tem uma grande sacada: eles criaram um herói romântico aparentemente típico. Hannah, a personagem, é uma alma sofrida e sensível, que passou por traumas e é incompreendida. O mundo não seria bom o suficiente para ela. Mas, no decorrer da série, ela se comporta de forma tão pouco empática ao sofrimento dos outros, ela é tão autocentrada e egoísta, que ninguém quer ser como ela. Ela exige cuidado e uma delicadeza que ela mesma não tem com ninguém. Ela é cega à dor alheia. Ou seja, eles viraram o fio. Ninguém vai querer ser a Hannah mesmo que admitamos que ela tem suas razões e seu sofrimento. Ela ajuda a narrar a dor e a vontade de ir embora, mas não desperta identificações diretas. Se um estúdio de TV inventou uma narrativa que faz falar sem estimular o ato, por que a comunidade de quem trabalha com saúde mental não conseguiria? Nós temos é que

nos botar a pensar. É um tempo de inventar. Creio que é um desafio que temos que nos colocar. É preciso dar uma visibilidade ao problema real que o suicídio é. Não noticiar os casos, mas encontrar uma nova via de ele estar sempre em pauta.

P: Existiria algo na educação dada atualmente às crianças e aos adolescentes que os deixariam mais vulneráveis?

Curso: É algo que se pensa pouco. Nós temos uma conquista civilizatória interessante, que é a infância protegida, reconhecida em suas particularidades. Não devemos mudar isso, mas talvez pensá-la melhor. Nossas crianças crescem numa bolha de proteção que rompe na adolescência. Abruptamente, descobrem a dureza do mundo, a violência, a exigência desmedida – nesse caso, às vezes dos pais. Sentem-se traídos pelo mundo de conto de fadas que receberam. Será que não exageramos, que não haveria um modo de desde mais cedo mostrar o mundo como o mundo realmente é? Existe uma depressão típica do começo da adolescência que diz respeito ao dar-se conta do peso do mal-estar da civilização. Utopias já não colam, vivemos na época das distopias, crenças religiosas tampouco, o jovem sente que está em um mundo absurdo. E precisamos pensar que ele não desenvolveu os anticorpos que nós já temos... Isso chega de modo à vista. Será que não poderia ser em suaves prestações? Brinco, mas creio que exageramos na dose do mundo Disney. Em resumo: não os preparamos para o infortúnio, não discursamos sobre as derrotas, as perdas, e elas são a única certeza nessa vida. Ensinamos a ganhar, a dizer que serão vencedores. Ensinamos o fácil e esquecemos o essencial: saber suportar as rudezas de um momento civilizatório complicado.

O presente só é possível se o futuro for possível

No início dessa coluna, eu propus mudar a pergunta. Não “por que mais adolescentes estão se matando hoje” – e, sim, “por que não haveria ainda mais adolescentes morrendo hoje”.

REFLEXÕES XXVIII

Minha interrogação parte da realidade de um planeta corroído e abandonado pelas utopias. A esse cenário se soma a profunda crise da democracia como sistema capaz de melhorar a vida das pessoas. “Terra arrasada” não é mais uma figura de linguagem, mas uma literalidade. Na dificuldade de enxergar um futuro próximo, quase nos assemelhamos aos marinheiros do passado, que acreditavam que o mundo acabava num barranco, de repente.

Sem perspectiva, sonho, imaginação, desejo, a percepção já é de vida interrompida. Tragado pelos dias de um presente acelerado, em que o corpo é atingido por estímulos 24 horas por 7 dias na semana, mas não tem nem espaço nem tempo para elaborar nenhuma experiência porque logo vem outra por cima, a sensação é de afogamento. Sem perspectiva de futuro, o presente é vórtex¹².

Como podemos construir junto com os adolescentes uma ideia de futuro que não seja uma distopia?

Sugiro então uma terceira interrogação para esse momento: o que podemos fazer junto com os adolescentes, porque não acredito em juventude sem responsabilização, para que volte a valer a pena viver nesse mundo? Ou como podemos construir juntos uma ideia de futuro que não seja uma distopia? A impossibilidade de imaginar um futuro possível tem impactos profundos sobre a vida de todos, muito mais do que a maioria consegue dimensionar no cotidiano. Recuperar a capacidade de imaginar um mundo onde se possa viver é o imperativo que atravessa essa época. Imaginar a partir da realidade brutal – e não a negando, como a maioria tem feito.

Este momento de rompimento do silêncio sobre o suicídio é rico de possibilidades. Mas apenas se formos capazes de recolocar a questão no campo da política. É nisso que as escolas deveriam apostar, assim como todos os espaços de

¹² **Vórtex:** São fortes ventos que estão ao redor do Ártico, girando em alta velocidade, parecendo assim furacões.

compartilhamento. O desafio, tanto na rede pública quanto na privada, é o de fazer comunidade, inclusive e principalmente entre as redes. Não é porque se chama de “comunidade escolar” que é uma comunidade escolar. Comunidade é algo bem mais profundo e demanda esforço contínuo de fazer laços com o fora e com o dentro, reconhecendo as fronteiras para poder ultrapassá-las.

Será uma pena se esse despertar violento, despertar sobre corpos de alunos mortos, seja desperdiçado pela visão estreita de olhar para o acontecimento como se ele fosse desconectado de sua época, individualizado e isolado. Ou colocar questões de saúde mental como se elas pertencessem a um arquivo impermeável, que não se comunicasse com todos os outros. Os sintomas de nosso tempo expressam onde estão os nossos buracos. Os mais sensíveis sentem primeiro.

Criar uma resposta para o suicídio de adolescentes é também criar uma resposta para a nossa vida nesse planeta. É enfrentar o tema da mudança climática e de sua adaptação a ela, é enfrentar a responsabilidade da nossa espécie com todas as outras cuja casa destruímos, é enfrentar a crise da democracia e criar maneiras de fortalecê-la, para que ela volte a significar possibilidade de combater as desigualdades e fortalecer os direitos.

Ser parte da criação do futuro, mesmo na extrema desesperança do presente, é fazer laço com a vida ao fazer laço com os vivos

O mal-estar do nosso tempo, este que tanto afeta aqueles que estão estreado na vida, é alimentado pela nossa impossibilidade de enxergar uma vida possível logo ali na frente. Como os adultos também não enxergam, o desamparo é total. Se um colégio ou qualquer outra instituição quiser de fato enfrentar o suicídio entre adolescentes deve se dedicar também a construir com eles uma ideia de futuro que não seja o apocalipse climático – ou nuclear. Ser parte dessa criação de futuro, mesmo na extrema desesperança do presente, é fazer laço com a vida ao fazer laço com os vivos. O suicídio é

também a impossibilidade de fazer parte.

Sem imaginar um futuro possível, não há presente possível. É isso que todos nós precisamos compreender. É isso que os jovens corpos tombados estão também dizendo em seu silenciamento violento. Só se combate a vontade de morrer criando um mundo em que vale a pena viver. Essa é a principal tarefa da escola e de todas as instituições.

Na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), de 2014, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro disse uma frase provocadora, no melhor sentido: “Os índios entendem de fim de mundo porque já viveram o fim do mundo em 1500”. Retomo essa afirmação para lembrar que os jovens indígenas Guarani-Kaiowá, as novas gerações de um dos povos originários mais massacrados do planeta, se suicidam desde os anos 1980. Seu suicídio invisível para os brancos, invisíveis como eles mesmos, tem contado uma narrativa do fim do mundo. É para eles, para esta dor, que deveríamos estar olhando, para este mundo que lá se corrompeu antes pela força do extermínio.

Para os Guarani-Kaiowá, palavra é “palavra que age”. Responder ao suicídio dos adolescentes com vida é romper as barreiras do isolamento e se tornar palavra que age para fazer futuro. ●

Eliane Brum: escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Descaontecimentos*, e do romance *Uma Duas*.

Artigo publicado no jornal *EL PAÍS*, no dia 19 de junho de 2018

A magia de conversar

Francesc Miralles



A verdadeira comunicação é mais do que apenas o envio de mensagens de seu celular

Desde o surgimento das redes sociais e das mensagens por celular, realizar uma conversa cara a cara tornou-se algo quase exótico. Estamos em contato de forma breve e superficial com um número cada vez maior de pessoas, mas cada vez nos sentimos mais sozinhos.

Para melhorar nossas relações com os outros, compreendê-los e sermos compreendido, é essencial recuperar o bom hábito de conversar com tempo e verdadeira atenção.

Parece demonstrado que um déficit de conversação faz com que o sujeito fique mais propenso a sofrer de transtornos psicológicos. A falta de comunicação, direta e interativa, com outras pessoas que podem dar a sua opinião e relativizar os acontecimentos faz com que estes fiquem presos na mente.

Quando uma experiência fica estancada no circuito fechado de um único indivíduo, as emoções são amplificadas e os próprios fatos acabam distorcidos, algo que poderia ter sido evitado com uma conversa em boa companhia.

Deborah Tannen, professora de linguística da Universidade de Georgetown, explica que “uma conversa bem realizada é uma visão de sensatez, uma confirmação do nosso próprio modo de ser humano e do nosso próprio lugar no mundo”. No entanto, essa atividade tão humana pode se virar contra nós quando não é realizada de forma saudável ou com as pessoas certas. “Não há nada mais profundamente inquietante que uma conversa que não funciona (...) Se isso acontece com

frequência, também pode desequilibrar nossa sensação de bem-estar psicológico”.

A autora diz em seu ensaio *Hablando se entiendo la gente* (Conversando entendemos as pessoas) que muitas das disputas que ocorrem em casais heterossexuais têm sua origem em nossa formação social, durante a infância e a adolescência, com amigos do mesmo sexo. Isso faz com que, em muitos casos, sejam criados estilos de conversação separados por falta de interação entre gêneros.

O maior obstáculo para uma boa conversa é a incapacidade de ser humano de ouvir o outro com inteligência, habilidade e compreensão- Carl Rogers

A partir daqui são gerados mitos como “os homens não sabem ouvir” ou “as mulheres falam sobre os seus problemas sem parar”, o que são claros preconceitos de gênero. Como acontece em qualquer outra atividade humana, existem diferentes graus de implicação e domínio na comunicação oral com os outros. No lado mais leve desta arte estaria a conversa informal que, de acordo com Debra Fine, é injustamente pouca valorizada:

“O bate-papo tem o estigma de ser considerado o enteado pobre da verdadeira conversação, mesmo quando cumpre uma função extremamente importante. Sem ela é muito difícil realizar um verdadeiro debate. Quem domina a conversa informal é especialista em conseguir que os outros se sintam envolvidos, valorizados e cômodos, e isso ajuda a reforçar uma relação de trabalho, fechar um negócio, deixar a porta aberta para um novo relacionamento amoroso ou começar uma amizade”.

De acordo com essa especialista em oratória, a conversa informal é o primeiro passo para que possa surgir a empatia entre duas pessoas. Embora a conversa seja sobre algum assunto pouco importante, nesse primeiro contato na verdade estamos falando muito, porque começamos a criar um vínculo que já transmite proximidade ou distância, confiança ou

reservas para o outro.

O mito da loquacidade feminina- Contra a crença popular de que as mulheres falam mais do que os homens, em 2007 um estudo realizado pelas universidades do Texas e de Monterrey mostrou que o número de palavras expressas diariamente por ambos os sexos é praticamente igual. No curso das conversas cotidianas registradas com um dispositivo, tanto homens quanto mulheres falaram uma média de cerca de 16.000 palavras por dia. Na pesquisa, publicada na revista *Science*, curiosamente, foram dois homens que alcançaram o extremo da loquacidade. O que mais falava empregou cerca de 47.000 palavras em um único dia, e o que menos falou, cerca de 500.

Nas palavras de Debra Fine: “A conversa intranscendente é o equivalente verbal à primeira peça do dominó: desencadeia uma reação em cadeia, com todo tipo de consequência”. Contra o preconceito de que um desconhecido não terá nada em comum conosco, ao nos arriscarmos podemos terminar com uma surpresa agradável.



Quantos casais, bons negócios ou amizades têm sua origem em uma conversa casual? Provavelmente, a maioria. Além das habilidades de comunicação de cada um, a arte da conversação pode ser aprendida e reforçada. Os antigos gregos davam grande importância ao exercício da oratória e, nos tempos modernos, em 1875 Cecil B. Hartley mencionava em seu *Guia de um Cavalheiro de Etiqueta*, um conjunto de códigos que ainda são válidos, apesar de que, ainda hoje negligenciamos muitos deles.

Podemos resumir nestes 10 pontos:

1. Apesar de estar convencido de que o outro está totalmente errado, em vez de argumentar é aconselhável mudar

REFLEXÕES XXVIII

habilmente de conversa. É absurdo pretender que os outros concordem com você.

2. Nunca interrompa ou antecipe a história do interlocutor. Saber ouvir é a regra de ouro do bom conversador.

3. Evite fazer cara de cansaço durante o discurso da outra pessoa, assim como se distrair com outra coisa enquanto está falando. Hartley mencionava como entretenimento “olhar o relógio, ler uma carta ou folhear um livro”. O equivalente atual seria o hábito irritante de olhar o celular.

4. A modéstia vai evitar muitas antipatias. Não se deve ficar exibindo conhecimentos, méritos ou posses para fazer com que os outros se sintam em desvantagem.

Há poucas boas conversas: devido à escassez de possibilidades de que dois transmissores inteligentes se encontrem- Truman Capote

5. Não é necessário falar de si mesmo, a menos que seja perguntado. Os interlocutores vão ficar sabendo sobre suas virtudes sem necessidade de ficar contando.

6. A brevidade criativa é sempre mais eficaz que os discursos longos ou as histórias chatas.

7. Criticar ou comparar umas pessoas com outras, além de atacar alguém ausente, pode parecer divertido, mas vai acabar causando uma má impressão.

8. Nunca se deve apontar ou corrigir os erros na linguagem dos outros, mesmo que sejam estrangeiros, já que vão se sentir humilhados pela observação.

9. Não se deve oferecer assistência ou aconselhamento a menos que o conselho seja pedido expressamente.

10. O elogio excessivo cria desconfiança, porque o interlocutor pode pensar que você tem intenções ocultas.

Ao final, a essência do bom diálogo é a nossa capacidade de nos entregarmos ao intercâmbio com o outro, como se fosse uma coreografia. Os participantes fazem suas ideias dançarem

REFLEXÕES XXVIII

juntas, se encontrarem e se separarem – para expandir seu horizonte de opiniões – e voltam a se unir para criar novos significados.

É por isso que depois de uma conversa profunda nos sentimos transformados. Terminamos alimentados por novas ideias e submetemos nossa visão a uma abordagem diferente que expande nossa compreensão sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Em seu livro *Conversação*, o pensador Theodore Zeldin afirma que “dois indivíduos, conversando honestamente, podem se sentir inspirados pelo sentimento de que estão unidos em um empreendimento comum com o objetivo de inventar uma arte de viver juntos que não foi tentada antes”.

Uma boa conversa é como o café preto; estimulante e tão difícil de dormir depois- Anne Morrow Lindbergh

Já que é um dos poucos prazeres que não exige outro investimento além do tempo, vale a pena recuperar esta velha arte para que possamos voltar a sentirmo-nos humanos.

Se o tempo gasto em enviar ou responder centenas de mensagens fosse dedicado a compartilhar nosso universo com pessoas que possam enriquecê-lo, viveríamos com uma “largura de banda” maior e poderíamos enfrentar os problemas que a vida trouxesse de forma mais inteligente e serena. ●

Francesc Miralles

Artigo publicado no jornal EL PAÍS no dia 15 de agosto de 2015

Como enfrentar a adversidade?

Facundo Manes



O que acontece em nosso cérebro quando sentimos medo de que algo ruim aconteça

'On the Threshold of Eternity', de Vincent Van Gogh (1890).

As situações extremas da vida nos mostram, como se fosse através de uma lente de aumento, o comportamento de nosso cérebro diante de cenários nos quais está em jogo nossa sobrevivência física e nossa integridade psicológica. O que acontece em nosso cérebro diante de um perigo no presente, uma lembrança negativa e o temor de que aconteça alguma coisa ruim no futuro?

Desde o momento em que somos expostos a uma situação extrema é ativado um sistema muito básico, rápido e firme modelado durante centenas de milhares de anos para enfrentar o que está acontecendo. Esse primeiro passo de defesa de nosso sistema biológico é a chamada "resposta de estresse". Quando o cérebro detecta uma ameaça, é ativada uma resposta fisiológica coordenada que envolve componentes autônomos, neuroendócrinos, metabólicos e do sistema imunológico. O organismo precisa de maior fluxo de oxigênio para seus músculos, especialmente os do sistema de locomoção (para fugir, se for necessário). Assim, a respiração fica acelerada para fornecer mais oxigênio, e a frequência cardíaca para entregar rapidamente aos músculos principais esse oxigênio através da corrente sanguínea. Os vasos sanguíneos na pele se contraem para que o sangramento seja o menor possível no caso de uma ferida.

Para proporcionar o combustível suficiente para o esforço, nossas glândulas transformam os carboidratos armazenados

nas células em açúcar circulante no sangue. Melhora também a resposta imune; os glóbulos brancos que combatem as infecções se aderem às paredes dos vasos sanguíneos, preparados para zarpar rapidamente a qualquer parte do corpo que possa se machucar.

O sistema cognitivo humano, por sua vez, oferece uma variante ainda mais sofisticada: a capacidade de prever e antecipar as ameaças do futuro, e até mesmo imaginar eventualidades que nunca ocorreram, e que provavelmente nunca acontecerão. Essa notável capacidade da nossa espécie é fruto da experiência acumulada e da capacidade de realizar hipóteses e inferir. O desenvolvimento do cérebro humano, e em particular de suas áreas pré-frontais, expandiu, entre outras, nossas capacidades para revisar o passado e examinar o futuro. Esse aumento da complexidade cognitiva da resposta de estresse levou o psicólogo norte-americano Richard Lazarus a postular a existência de "mecanismo de avaliação" envolvidos no processo de resposta frente ao perigo porque nem sempre é simples determinar quando estamos diante de uma situação que requer ações de proteção.

Quando o cérebro detecta uma ameaça, é ativada uma resposta fisiológica coordenada que envolve componentes autônomos, neuroendócrinos, metabólicos e do sistema imunológico

O primeiro passo desse processo é a "avaliação primária", isso é, o estabelecimento do valor de um estímulo como perigoso ou inofensivo. As pesquisas em neurociência permitiram estabelecer as funções de diferentes estruturas cerebrais na detecção e avaliação do perigo, em particular, a atividade crucial das "amígdalas cerebelosas", que seriam responsáveis por detectar, gerar e manter emoções relacionadas com o medo e responderiam à importância dos estímulos emocionais. A "avaliação secundária", por sua parte, busca estabelecer a disponibilidade de recursos do organismo para enfrentar a ameaça.

No entanto, quando a ameaça é dissipada, entram em

funcionamento outros mecanismos para voltar à situação inicial de repouso: a desativação da resposta de estresse. Se, pelo contrário, a resposta de estresse permanece continuamente acesa, ocorre o chamado "estresse crônico". Nessa circunstância, os componentes da resposta que seriam uma vantagem adaptativa e uma reação de defesa e autoproteção do organismo, deixam de sê-lo e voltam-se contra nós.

No nível cognitivo, a resposta aguda desse estresse favorece o aumento do nível de alerta e a formação de memórias, ainda que em longo prazo a produção elevada de cortisol provoca deterioração cognitiva. A resposta imune também é negativamente afetada frente ao estresse crônico deixando o organismo mais exposto aos diversos patógenos.

Podemos especular que existam fatores ambientais, fatores individuais – biológicos e psicológicos – e também fatores socioculturais que podem fazer com que a resposta de estresse não ceda e se realmente continuamente ou, pior ainda, em forma de espiral. Entre os fatores externos socioculturais está o estilo de vida moderno e urbano. Por exemplo, hoje podemos acessar instantaneamente a informação sobre o que acontece em qualquer parte do mundo. Esse fato tecnológico que dá evidentes vantagens em certos terrenos, pode se tornar uma desvantagem em relação à propagação de temores e circulação de más notícias.

Por sua parte, no que se refere aos fatores biológicos e psicológicos, é preciso revisar a conexão existente entre o estresse e os transtornos de ansiedade, de um lado, e a depressão, do outro. Para entender a ansiedade, podemos compará-la a um radar, ou seja, um dispositivo que rastreia nosso ambiente em estado de alerta e nos avisa quando uma ameaça se aproxima. Mas a ansiedade é muito mais do que um radar: é também um diário de bordo onde registramos as experiências perigosas vividas, e um mapa que nos guia, como um GPS, a territórios seguros. Quando a ansiedade excede os níveis normais, entretanto, pode gerar "falsos alarmes" que

REFLEXÕES XXVIII

ativam a resposta de estresse e provocam estados de preocupação intensos e sintomas físicos diversos.

A depressão, por sua parte, pode ser entendida em certos casos como uma reação biológica e psicológica na qual nosso organismo se rende ante a adversidade, reduz suas tentativas de solução, por considerá-las inúteis, e se entrega ao desânimo. Na depressão, assim como na ansiedade, nosso pensamento se torna propenso aos "vieses cognitivos", isto é, selecionamos e priorizamos certos dados em detrimento de outros. No caso da depressão, a informação negativa, e no caso da ansiedade, a informação relacionada com o perigo. Depois, certos raciocínios distorcidos generalizam e amplificam o peso dessa informação e provocam uma espiral de realimentação das emoções negativas.

Por sorte, nosso cérebro conta com diversas ferramentas que podem nos proteger dessas complicações. A "resiliência" é o conjunto de fatores e mecanismos que nos permite superar por adaptação as situações de adversidade. Nesse sentido, dois mecanismos altamente eficientes para atenuar de forma progressiva a resposta de estresse são a "habituação" e a "extinção". O primeiro é a propriedade geral de nossas células nervosas que consiste na acomodação ao entorno e um princípio de economia, para evitar respostas ociosas. São inumeráveis os exemplos, desde o momento em que entramos em uma piscina fria e pouco a pouco vamos nos acostumando, até o momento em que nos expomos repetidamente a um estímulo que nos assusta e nos deixa tensos, ajudando para que a resposta inicial diminua até se tornar tolerável. Esse é o princípio dos tratamentos por exposição, altamente eficazes na ansiedade.

O processo de "extinção" ocorre quando ficamos expostos a um estímulo temido e comprovamos repetidamente que as consequências negativas que esperávamos não acontecem tal como esperávamos, e a resposta de estresse é atenuada. Outro dos processos de regulação das emoções, de natureza cognitiva, é a "reavaliação", que consiste em modificar o

REFLEXÕES XXVIII

significado funcional atribuído à situação que provoca o estresse. É "mudar a maneira como sentimos a mudar a maneira como pensamos".

Algumas pessoas que experimentaram traumas súbitos, sofreram situações de abandono ou maltrato emocional contínuo no começo de suas vidas podem chegar a sofrer prolongadamente por tais experiências. Transtornos psiquiátricos como o transtorno de estresse pós-traumático estão relacionados com essas experiências e com a maneira como nossa memória abriga as recordações emocionais.

O trabalho de neurocientistas como Joseph LeDoux é relevante para entender as afeições emocionais e seu tratamento porque explica a consolidação das memórias. No começo, quando experimentamos algo, a lembrança é instável até se estabilizar pela síntese de proteínas no cérebro. Uma vez armazenada a lembrança, a exposição a um estímulo que nos lembra aquele evento irá reativá-la e torná-la instável por um curto período de tempo, para tornar a guardá-la depois e fixá-la novamente em um processo chamado reconsolidação da memória.

No entanto, a cada vez que recuperamos a memória de um fato, ao se tornar novamente instável permite a incorporação de nova informação. Esse momento é uma janela para mudar as reações emocionais que acompanham uma lembrança. Um paciente que sofre um transtorno de estresse pós-traumático evoca, com a ajuda de um terapeuta especialista, e em um contexto seguro, as recordações da situação vivida para atenuar progressivamente as reações emocionais intensas que acompanham a lembrança.

Por último, é fundamental refletir também sobre o papel fundamental do outro (o próximo, o ser amado, a comunidade) frente ao desassossego. Quando acolhe, quando contém, quando acompanha. Como no diálogo entre os dois em *O Beijo da Mulher Aranha*, a famosa obra do autor argentino Manuel Puig: "... e enquanto estiver ao meu alcance,

REFLEXÕES XXVIII

pelo menos nesse dia, ... não deixarei que você pense em coisas tristes". ●

Facundo Manes: neurologista e neurocientista (PhD em Ciências, Cambridge University). É presidente da World Federation of Neurology Research Group on Aphasia, Dementia and Cognitive Disorders e Professor de Neurologia e Neurociências Cognitivas na Universidade Favaloro (Argentina), University of California, San Francisco, University of South Carolina (USA), Macquarie University (Australia). @manesf

Artigo publicado no jornal EL PAÍS no dia 14 de novembro de 2015

Por que os nossos avós tinham menos risco de serem adultos obesos?

Nuño Dominguez



As pessoas que nasceram antes de 1942 parecem imunes ao "gene da gordura"

Pessoas nascidas após 1942 são vulneráveis aos fatores genéticos.

Enquanto as sociedades ocidentais se tornam cada vez mais obesas, cabe perguntar se a situação foi melhor em algum tempo passado. Antigamente as pessoas eram mais magras? Nossos pais e avós correm o mesmo risco de serem obesos do que nós? Responder a essas perguntas não é fácil. Muito poucos países acumulam dados suficientes para observar em ação, durante várias gerações, os dois determinantes da obesidade: fatores externos, como a dieta ou o exercício físico, de um lado, e a genética, de outro. Agora, graças ao acompanhamento médico de milhares de pessoas durante quase 40 anos, uma equipe dos EUA determinou que há um terceiro fator essencial na obesidade: o ano de nascimento.

O trabalho tenta explicar o aumento espetacular da obesidade nas últimas décadas nos EUA, onde o problema quadruplicou nas gerações jovens. A Espanha sofre uma situação similar e aqui também duplicaram os índices de crianças e adultos obesos. Os responsáveis pelo estudo concentram-se no gene FTO, o maior fator de risco genético conhecido na hora de ganhar peso. Até agora, vários estudos haviam demonstrado que uma variante desse gene dá ao portador cerca de três quilos a mais em média e um risco maior de acabar sendo obeso. Mas o novo estudo mostra que isso só é verdade nas gerações mais recentes e que há uma fronteira temporal bem estabelecida. As pessoas nascidas antes de 1942 parecem

imunes aos efeitos genéticos da obesidade, apesar de terem o gene da gordura.

“A correlação entre a variante genética de obesidade mais conhecida e o índice de massa corporal cresce à medida que aumenta a data de nascimento”, detalha James Niels Rosenquist, médico do Hospital Geral de Massachusetts e coautor do estudo, publicado na revista PNAS. Isso parece indicar, pela primeira vez, que a data de nascimento é uma variável a mais na equação entre genética e entorno, quando se trata de procurar as causas da obesidade e, talvez, de outras doenças, acrescenta Rosenquist.

Os autores do estudo acreditam estar diante de um caso clássico de como o ambiente muda a expressão genética, ainda que não possam determinar a causa exata. Mas sugerem a mudança radical representada pelo fim da II Guerra Mundial. “Sabemos que o ambiente desempenha um papel enorme na expressão dos genes e o fato de que o efeito que vimos se dê inclusive entre irmãos nascidos em anos diferentes implica que fatores ambientais globais como a mudança nos produtos alimentares e o volume de atividade no trabalho influenciem as variantes genéticas”, acrescenta Rosenquist.

O fator genético duplica-se- Até agora, os estudos sobre a combinação entre genética e ambiente para provocar obesidade haviam analisado grupos de pacientes de idades similares. Este trabalho se baseia no acompanhamento de mais de 5.000 pessoas entre 27 e 63 anos durante o período de 1971 a 2008. Os dados fazem parte do estudo Framingham, que leva o nome da localidade norte-americana na qual começou, em 1948, estudando a saúde cardiovascular de milhares de pessoas. O trabalho mostra que a associação entre o gene da gordura e um índice maior de massa corporal era inexistente entre as pessoas nascida antes de 1942. No entanto, nas gerações posteriores, essa correlação entre genética e obesidade não só aumentou de forma progressiva, mas se tornou duplamente intensa em relação ao que mostravam estudos anteriores.

Na Espanha também- Há cada vez mais provas de que fatores externos como a dieta ou o exercício podem moldar a atividade genética. Os exemplos paradigmáticos são gêmeos que, tendo exatamente o mesmo genoma, são muito diferentes, podendo ser um obeso ou diabético e o outro não. O mecanismo que explica isso é conhecido como epigenética, mudanças químicas que ativam ou desativam os genes como um pianista pressiona certas teclas do piano e outras não, e podem contribuir para causar enfermidades como o câncer. Provavelmente, outro efeito epigenético esteja por trás do aumento de peso registrado agora entre milhares de pessoas de várias gerações.

Especialistas externos ao estudo ressaltam sua importância. “É uma aproximação muito interessante”, opina José Luis Gómez-Skármeta, pesquisador do Centro Andaluz de Biología do Desenvolvimento que, este ano, descreveu como o gene FTO causa obesidade agindo sobre outro gene, que controla o apetite. Os efeitos desse fator genético, diz, “foram validados em muitas populações, e, portanto, provavelmente o mesmo mecanismo esteja operando em todos os países que, como a Espanha, registram níveis de obesidade crescentes”, ressalta.

A equipe de Dolores Corella, pesquisadora da Universidade de Valência especialista em condicionantes genéticos da obesidade, estudou a mesma variante genética em populações da Espanha e sua correlação com outros fatores. O consumo de gorduras saturadas é determinante para que essa variante genética comece a fazer efeito, diz, mas também há outros fatores. “Na população geral de Valência vimos que a escolaridade compensa o efeito do alelo A, de modo que os portadores do alelo de risco de obesidade só têm maior índice de massa corporal do que os demais quando seu nível de estudos não é universitário”, ressalta. É curioso, diz, porque esse efeito só é observado nas gerações jovens e não em pessoas nascidas durante e depois da Guerra Civil.

“Pensamos talvez que, se tiverem passado fome quando pequenos, a regulação de FTO se alterou, por isso gosto dos

REFLEXÕES XXVIII

resultados de Framingham, pois os efeitos são similares”, ressalta. Predimed, o maior estudo realizado sobre nutrição na Espanha, também mostrou “uma forte regulação do gene pelo exercício físico”, ressalta Corella. Sua equipe está agora analisando mudanças químicas, epigenéticas, nesse gene. Os resultados ainda não foram publicados, mas no momento foram detectadas mudanças em função da idade e os genes de risco. ●

Nuño Dominguez

Artigo publicado no jornal EL PAÍS, no dia 1º de janeiro de 2015

“Não há provas de que dietas sem gorduras ou carboidratos funcionem”

Jeffrey Friedman



O homem que descobriu o hormônio da saciedade acredita que, para combater o problema da obesidade, seria necessário se concentrar na saúde e não no peso

Jeffrey Friedman

Se você perguntar nas ruas qual é o motivo para uma pessoa estar obesa, a maioria vai responder que é porque ela come demais. E com razão. Mas a pergunta crucial é: por que aquela pessoa come demais?” Em 1994, Jeffrey Friedman batizou a molécula que nos indica quando devemos comer e quando é o momento de parar. A leptina se tornava, assim, a protagonista da luta contra o excesso de peso, um problema crescente nas sociedades desenvolvidas e que provoca inúmeros problemas de saúde.

Presente no tecido gorduroso, esse hormônio cai quando detecta que a quantidade de gordura acumulada está insuficiente, e promove o apetite. Quando os níveis voltam ao que se considera suficiente, a leptina é liberada e surge a sensação de saciedade. Quando esse sistema falha, as possibilidades de comer demais aumentam.

Na semana passada, Friedman participou de um encontro organizado pelo Centro Nacional de Pesquisas Cardiovasculares, em Madri, na Espanha. O evento reuniu alguns dos principais especialistas do mundo em doenças do metabolismo.

Pergunta: Querem emagrecer é algo positivo?

Resposta: Acho que depende de quais são os nossos objetivos.

Se alguém está acima do peso ou obeso, nosso objetivo deveria ser melhorar sua saúde. E isso pode ser feito sem perder muito peso. Seguindo uma dieta saudável e fazendo exercícios para perder um pouco de peso, com muita frequência, os problemas de saúde vão melhorar. Se nosso objetivo é melhorar a saúde, eu não insistiria para que a pessoa ficasse mais magra.

Não há evidência de que alguém que está obeso vai ficar melhor se emagrecer bastante. E, o mais importante: não creio que existam muitas possibilidades de a pessoa conseguir emagrecer muito, porque há um sistema biológico muito poderoso mantendo nosso peso e fazendo com que ele se mantenha sem grandes variações para cima ou para baixo.

P: Por que comemos mais do que precisamos?

R: Nosso peso é regulado por genes, da mesma maneira que nossa altura. Você não poderia pedir para alguém que mede 1,90 metros passar a medir 1,80, porque é assim que aquela pessoa é. Há genes que fazem algumas pessoas serem mais pesadas e outras mais leves. Quando existem características reguladas por genes é porque há uma pressão evolutiva sobre uma determinada característica. Antes de haver uma civilização, para sobreviver era preciso navegar entre dois perigos. De um lado estava o risco de morrer de fome, porque a disponibilidade de comida era escassa. Nesse contexto, ser muito magro podia ser ruim, porque não se tinha energia armazenada suficiente para sobreviver. Mas ser obeso também era ruim porque não se podia caçar bem nem fugir dos predadores. Nosso sistema biológico evoluiu para nos mantermos entre esses dois pontos.

P: Como funciona o mecanismo que permite nos mantermos entre esses dois pontos?

R: Todos os organismos dependem da energia, e cada organismo desenvolveu um mecanismo para gerenciar sua energia, para utilizá-la quando necessita dela e armazená-la quando não necessita. Uma das maneiras pela qual os

mamíferos regulam a energia é por meio de um hormônio presente no tecido gorduroso chamado leptina. O tecido gorduroso cria esse hormônio em proporção à sua massa: quanto mais gordura, mais leptina; quanto menos gordura, menos leptina.

Quando a leptina em circulação no sangue aumenta, ela atua no cérebro para reduzir o apetite. Acreditamos que a obesidade é o resultado de diferenças nesse sistema. O motivo pelo qual a situação se complica é que os defeitos na leptina são raros. Não causam obesidade com muita frequência, mas se um paciente tem um defeito na leptina, ele costuma ser muito obeso. E se você devolve a ele a leptina, ele perde peso. O problema mais frequente costuma estar relacionado com a maneira com que o sinal para regular o apetite é processado no cérebro.

Sabemos que existe uma série de genes que produzem uma queda na resposta à leptina e muitos desses genes estão sendo identificados. Eles estão ligados ao circuito neuronal que regula o apetite. Cerca de 12% dos obesos mórbidos têm defeitos genéticos que já podem ser identificados. E esperamos que, com o tempo, muitos outros possam ser identificados também.

P: As dietas populares têm alguma base científica?

R: Existe muita discussão sobre qual é a melhor dieta para perder peso. A recomendação padrão é: adotar uma dieta equilibrada e com menos calorias. Mas também tem gente que recomenda não ingerir nenhuma gordura, a chamada dieta Pritikin. Ou que não comamos carboidratos, caso da dieta Atkins. Na verdade, não sei qual é a melhor opção, porque para comprovar precisaríamos de um experimento que é muito difícil. Teríamos que colocar uma grande quantidade de pessoas em uma das três dietas durante muito tempo.

O problema das dietas é que você não pode olhar os resultados em apenas seis meses; normalmente são necessários um ou dois anos para as pessoas voltarem a seu peso normal. Por

isso, seria necessário colocar uma grande quantidade de gente em cada uma das dietas, e fazer observações muito tempo depois, de maneira rigorosa. O problema é que, em longo prazo, tão pouca gente é capaz de manter a perda de tempo que você nunca consegue uma resposta. Por isso, sou agnóstico em relação a qual das dietas funciona. Intuitivamente, eu diria que o melhor é ter uma alimentação equilibrada, mas também não há provas de que isso funcione.

P: Mas aqueles que promovem as dietas falam delas como se tivessem sido bastante comprovadas...

R: Se pensarmos na obesidade, é possível que ela esteja no centro de muitas partes interessadas, mais do que qualquer outro problema de saúde. A indústria das dietas é enorme e tem uma mensagem clara: adote nossa dieta e você perderá peso. A indústria farmacêutica também tem seus interesses. Se fabricamos um remédio, tome-o e você perderá peso. Além disso, essa indústria gostaria que as regras para a aprovação de medicamentos fossem menos rígidas. E quanto mais drama houver, melhor é o clima para que isso ocorra. Quando você quer que sua mensagem chegue ao público, você precisa de dinheiro. Por isso, muitas vezes a mensagem dos cientistas se afoga entre as de todas essas partes interessadas e que têm muito dinheiro.

O que sabemos é que se você segue uma dieta equilibrada e com menos calorias, você perde peso. E nessas dietas, os carboidratos, as proteínas e as gorduras estão equilibrados. O problema vem com as dietas que eliminam carboidratos ou gorduras, ou que dizem que você pode comer o que quiser e ainda assim perder peso, apenas substituindo os alimentos. Seria tudo muito bonito, mas não acho que haja provas de que isso funcione em longo prazo e que seja saudável. Então é melhor fazer o que sabemos que funciona.

Meu ponto de vista é diferente. Estamos concentrando as atenções em um aspecto equivocado. Estamos focando no peso quando deveríamos estar prestando atenção na saúde. Se

você está obeso e tem problemas de saúde, como diabetes ou doenças cardíacas, temos que pensar em como melhorar a sua saúde. Isso pode incluir alguma perda de peso, mas também deve incluir outras coisas. Não temos que nos preocupar se você está no peso médio, mas sim que esteja no peso saudável para você. Na realidade, se uma pessoa está obesa e não apresenta problemas médicos, não estou certo se deveríamos fazer alguma coisa além da recomendação geral de ter uma dieta saudável e abrangente, e fazer exercícios físicos.

Mas se a pessoa está obesa e tem problemas de saúde, é muito provável que perder peso melhore essas condições. E para conseguir esse objetivo, normalmente basta perder entre 2 e 5 quilos. Para isso, não é necessária uma dieta muito sofisticada. Isso pode ser feito comendo um pouco menos, de maneira regrada e evitando “beliscar”.

P: Um comprimido para saciar o apetite faria de seu inventor um milionário. O senhor recebeu boas ofertas das empresas farmacêuticas para desenvolver algo assim?

R: Creio que quanto mais entendemos os caminhos de regulação do quanto comemos e das calorias que queimamos, mais aparecem novas oportunidades para se desenvolver medicamentos. Mas não creio que, em um futuro próximo, desenvolvamos remédios que façam com que uma pessoa muito obesa fique magra. No entanto, acredito, sim, que é possível desenvolver medicamentos para que uma pessoa que é obesa e tenha um problema de saúde perca peso suficiente para melhorar esse problema.

Sobre as ofertas da indústria, ninguém nunca me perguntou isso antes. Mas houve um tempo, no início da minha carreira, em que eu poderia ter abandonado o meio acadêmico para ir trabalhar para alguma fabricante de remédios. Mas meu sonho sempre foi ser cientista e fazer o que eu faço hoje. Então aquilo nunca me atraiu muito. Por outro lado, para mim seria muito satisfatório que o trabalho desenvolvido por nós e por

muitos outros colegas levasse a novos tratamentos. ●

Jeffrey Friedman

Artigo publicado no jornal **EL PAÍS**, no dia 11 de novembro de 2014

LUIZ BIANCI

O lado obscuro do brócolis

Miguel Ángel Bargaño



Aceite: nada é perfeito. Até esta miniárvore com cara de saudável tem seus inconvenientes

A vida inteira pensamos que o brócolis era o alimento perfeito (exceto por seu estranho aspecto de árvore em miniatura), e agora parece que está prestes a receber um “mas”. Nada contra suas propriedades antioxidantes, e aos grandes benefícios que a Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que o vegetal oferece, desde seu papel na prevenção ao câncer à sua capacidade para combater o colesterol. Mas exagerar na dose de brócolis – e de demais alimentos da família das crucíferas, como a couve, a couve-flor, o repolho e o agrião – pode não ser uma boa ideia para quem sofre de alterações na tireoide. E já que estamos no assunto: é verdade que também prejudicam os dentes?

Vamos por partes. A boa fama do brócolis é merecida. Agora que estão na moda os chamados “alimentos funcionais” – enriquecidos com fibras, ômega 3 ou fitosteróis –, poderia se dizer que o brócolis “é um alimento natural que poderia passar por funcional”, como descreve o endocrinologista David Mariscal, diretor da Clínica Mariscal, em Madri. “Sua cor característica indica um alto conteúdo de pigmentos naturais e carotenoides. Possui substâncias identificadas como antioxidantes, que combatem os radicais livres. Seu alto conteúdo de vitaminas A, B, C, E e K fortalece o sistema imunológico, melhora a visão e previne as doenças vasculares. O brócolis também tem uma quantidade de fibras suficiente para evitar doenças do cólon. Por isso não deve faltar em nosso cardápio semanal. É definitivamente um exemplo de alimento saudável”.

A pergunta é: quanto mais brócolis, melhor? Não, se você sofre de hipotireoidismo. Mariscal explica: “O brócolis, assim como a couve-flor, o repolho ou a couve, do grupo das crucíferas, apresenta substâncias que são responsáveis tanto por seu aroma quanto por seu sabor. Esses compostos têm a capacidade de bloquear a utilização e a absorção do iodo, e acabam assim retendo a atividade da glândula tireoide”.

Trata-se, no entanto, de uma função preventiva. Segundo um estudo do Instituto Linus Pauling da Universidade de Oregon, nos Estados Unidos, “um consumo muito alto de crucíferas causou hipotireoidismo em animais”. Mas, como conclusão, a pesquisa destaca que, se ingerido em quantidades moderadas, não há motivos para preocupações. “Um estudo em humanos demonstrou que o consumo diário de 150 gramas de couve-de-Bruxelas cozida, durante quatro semanas, não tem efeitos adversos sobre a função da tireoide”, revela o estudo.

O ato de cozinhar essas hortaliças minimiza ainda mais o risco. E é aqui que surge o segundo problema: o odor tão característico que se desprende de seu cozimento. Quando cozinhamos brócolis, não só a casa fica inundada pelo peculiar aroma, como todos os vizinhos ficam sabendo o que vamos jantar. Isso se deve aos compostos sulfúricos que o vegetal possui, que se liberam intensamente durante a ebulição. Se o cheiro incomoda demais, é possível aliviá-lo colocando algumas gotas de leite ou pedacinhos de aipo na água.

Crucífera com talo- Sua elevação a superalimento transformou o brócolis em um ingrediente estrela dos chamados sucos verdes, junto com o repolho, o aipo e a cenoura. Mas essas bebidas são tão benéficas quanto pintam? O primeiro mito que teria de ser derrubado é sua suposta capacidade de “limpar o organismo”. Como já nos explicou o nutricionista Aitor Sánchez, palavras como “depuração” ou “purga” são conceitos vazios e pouco rigorosos, “pois já temos órgãos como os rins ou o fígado, que filtram e mantêm o corpo como deve ser”. Uma bebida feita à base de brócolis também não vai ajudar a reduzir a câimbra, nem serve para perder

peso.

Sucos à parte, o modo como cozinhamos as verduras pode influir na força de nossos dentes. Um estudo da Universidade de Dundee (Reino Unido) revelou que, quando assadas no forno, sua acidez aumenta — e, conseqüentemente, seu caráter corrosivo —, em comparação com o preparo fervido ou refogado. O grau de acidez alcançado, disseram os pesquisadores, é comparável ao dos refrigerantes, pois o consumo excessivo de brócolis ao forno contribuiria para a erosão das peças dentais.

“Todo nosso aparelho mastigatório está desenhado para cortar, partir e moer. A dieta deve ser dura, seca e fibrosa. O consumo de vegetais crus fomenta a mastigação correta. Os dentistas recomendam que se aumente o consumo de verdura fresca, porque a consistência de uma verdura crua, a textura, faz com que o próprio alimento tenha um efeito de varrição sobre os dentes, e, além disso, aumente o fluxo de saliva, que protege contra as cáries”, acrescenta Irene Iglesias Rubio, diretora da clínica dental e-Boca, em Segóvia.

No entanto, o consumo de brócolis cru, segundo o Instituto de Nutrição de Puleva, é desaconselhado para pessoas com problemas de rim. Sendo assim, chegamos ao princípio da história: não há remédio senão cozinhá-lo e acender uma vela de lavanda. Porque, por mais que seu endócrino lhe diga o contrário, o lado obscuro do brócolis se manifesta, apenas, em um sabor... pouco sexy? ●

Miguel Ángel Bargaño

Artigo publicado no jornal EL PAÍS, no dia 17 de novembro de 2014

Por que rosa é de menina e azul é de menino?

Jaime Rubio Hancock



Não há raízes ancestrais ou razões genéticas que justifiquem tais preferências

O fotógrafo Jeong Mee Yong ficou surpreso com o fato de



sua filha de 5 anos só querer roupas e brinquedos cor de rosa, e por isso ele começou a se interessar pela forma como os fabricantes e publicitários segmentam sua oferta por gênero. Assim surgiu o *The Pink & Blue Project*, uma série fotográfica – que de vez em quando volta a viralizar na internet – na qual meninos e meninas mostram seus objetos rosa e azuis.

Não se trata de um padrão exclusivamente infantil: uma ida a qualquer *shopping* confirma que, para muitas empresas, vender produtos para mulheres consiste em pintar a embalagem de rosa. Mas o fato é que essa cor nem de longe está associada biologicamente ao sexo feminino. É uma convenção arbitrária, e nem tão antiga quanto pode parecer. Em *Pink and Blue: Telling the Girls From the Boys in America* (“Rosa e Azul: diferenciando meninas de meninos nos EUA”), a historiadora Jo B. Paoletti explica que só durante a Primeira Guerra Mundial os tons pastel começaram a ser usados para bebês – antes, optava-se simplesmente pelo branco.

Além disso, naquela época o rosa era a cor dos meninos, por ser “mais decidido e forte”, ao passo que as meninas deviam vestir azul, “mais delicado e amável”. É preciso levar em conta

que o rosa estava associado ao vermelho, a cor do sangue e do vigor.

As descrições acima constam num artigo da revista *Earnshaw's*, voltada para profissionais do varejo, conforme citação feita por Paoletti, mas saíram também na *Ladies' Home Journal*, de acordo com o *The Guardian*. O jornal britânico menciona ainda um texto de 1914 do *The Sunday Sentinel* aconselhando “o rosa para o menino e o azul para a menina, a serem seguidas as convenções”.

Os tons pastel (tanto o azul como o rosa) eram os habituais para os bebês europeus. E, quando havia alguma diferença, nem sempre se seguia o critério atual. Os orfanatos franceses usavam azul para os meninos e rosa para as meninas, mas na Bélgica, na Suíça e em parte da Alemanha era ao contrário. Na verdade, como explica Eva Heller em seu livro *A Psicologia das Cores*, essa distinção só surgiu na Alemanha nos anos 1920, generalizando-se na década de setenta.

Nos Estados Unidos, a diferenciação atual começa a se instituir depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1927, a *Time* publicou um quadro (também citado por Paoletti) detalhando qual era a oferta preferencial de cores nas lojas de departamentos norte-americanas. Essa tabela reflete que o critério ainda não estava claro (embora houvesse a busca por um). Mas 60% das lojas de departamentos preferiam o rosa para meninos.

A partir dos anos oitenta, o rosa se impôs definitivamente na paleta de cores em milhares de produtos para meninas, deslocando outras possibilidades. A tal ponto que, segundo Paoletti, já existe hoje muito mais diferenciação de cores por gênero do que há algumas décadas.

Ou seja, não há raízes ancestrais que justifiquem tais preferências. E tampouco existem razões genéticas. As crianças com menos de dois anos preferem as cores intensas, como o vermelho e o azul, segundo Anne Fausto-Sterling, e não as cores suaves e pastel.

REFLEXÕES XXVIII

City		Boys	Girls
Boston-			
	Filene's	Pink	Blue
Manhattan-			
	Best's	Pink	Blue
	Macy's	Blue	Pink
	Franklin Simon	Blue	Pink
Philadelphia-			
	John Wanamaker's	Blue	Pink
Cleveland-			
	Halle's	Pink	Pink
Chicago-			
	Marshall Field's	Pink	Blue
New Orleans-			
	Maison Blanche	Pink	Blue
San Francisco-			
	The White House	Pink	Blue
Los Angeles-			
	Bullock's	Blue	Pink

Source: Time, Nov. 11, 1927

Há um estudo (um só) sugerindo que as mulheres preferem os tons vermelhos, lilases e rosados, já que há milhares de anos elas são as encarregadas de colherem frutas. E isso também seria útil para observar mudanças de tom na pele de seus filhos e detectar uma possível febre.

Mas tais explicações são meramente especulativas: o estudo identifica preferências, não capacidades perceptivas, e também recorda que a cor favorita da maioria de pessoas (homens e mulheres) é o azul, o que estaria relacionado, aparentemente, com a importância que damos ao céu claro e às águas azuis e limpas.

De fato, as preferências de cores entre homens e mulheres são similares: em geral, segundo uma pesquisa de Eva Heller, também publicada em *A Psicologia das Cores*, nós gostamos do azul, do verde e do vermelho, e nos desagradam o marrom, o rosa e o cinza. O rosa só é a cor favorita de menos de 5% das mulheres. No entanto, é preciso levar em conta uma possível reação de “rebeldia” na hora de responder a essa pesquisa, já que o rosa estaria associado a estereótipos existentes.

Não se pode esquecer que as convenções sobre os significados de cada cor são arbitrárias, além de mudarem com o tempo.

REFLEXÕES XXVIII

Flamingos surpresos ao descobrirem que o rosa é a cor favorita de menos de 5% das mulheres

Assim, o vermelho está habitualmente identificado com vida, saúde e vigor, por ser a cor do sangue. Parece quase lógico, mas se trata de um viés: associamos as características de coisas diferentes simplesmente porque são parecidas.



Às vezes, a conotação da cor nem sequer tem a ver com alguma semelhança física: o roxo é associado à nobreza e aos reis simplesmente porque essa tintura era cara. É óbvio que os significados das cores muitas vezes variam de uma cultura para outra. Amarelar é no Brasil sinônimo de se acovardar (Judas em muitos quadros aparece vestido de amarelo), mas, em lugares como China e Egito, essa cor também está associada ao sol e, portanto, à felicidade e à nobreza.

É verdade que a sensibilidade a respeito disso está mudando. Pouco a pouco. Um exemplo famoso: esta menina que no Natal de 2011 manifestou sua insatisfação com as opções de cores disponíveis nas lojas de brinquedos.

"The companies making this try to trick the girls into buying pink stuff instead of stuff that boys want" ("As empresas que fabricam isto querem enganar as meninas para que elas comprem coisas rosa em vez de coisas que os meninos querem")

Para não falar das críticas que a Lego recebeu ao lançar sua linha Friends, voltada para meninas e com embalagens cor-de-rosa. Mas o fato é que o sucesso de vendas dessa linha de brinquedos foi incontestável. E, também, continua sendo fácil saber quais pacotes são para meninos e quais são para meninas. ●

Jaime Rubio Hancock

Artigo publicado no jornal **EL PAÍS**, no dia 18 de novembro de 2014

Mentirinhas sinceras

André Lopes



Estudo de psicólogos americanos descobre que, na era do relacionamento virtual, se mente muito menos a um pretendente do que o imaginado

Os aplicativos de namoro facilitaram a tarefa de encontrar um amor que seja infinito enquanto dure. Tendo no *smartphone* um cardápio cheio de rostos diversos para ser escolhidos, ficou mais simples mesmo. No Tinder, basta deslizar a tela para a direita quando gostar de algum retrato — e torcer para que a outra pessoa tenha a mesma reação para chegar ao esperado *match*. Em outros programas, como o OkCupid, a procura pela alma gêmea é guiada de acordo com a similaridade de gostos, região em que se vive, amigos em comum, etc. No entanto, os paqueradores virtuais alimentam um atávico receio antes do primeiro encontro: será que o flerte do outro lado da tela está sendo honesto? Como na internet é possível mentir sobre quase tudo, o medo é inescapável.

7% de 3 000 mensagens trocadas nesses aplicativos continham informações falsas. Na maioria, “mentirinhas”

Um estudo divulgado recentemente, contudo, revela que a desconfiança não precisa ser tão grande assim. A pesquisa, realizada por psicólogos da Universidade Stanford, nos Estados Unidos, analisou os hábitos de 200 usuários de aplicativos, entre 19 e 28 anos. A ideia era comprovar o abuso de lorotas. A resposta foi surpreendente e alvissareira: ao xavecarem no ambiente digital, as pessoas são mais honestas do que se imaginava.



Para chegar ao resultado, considerou-se o conteúdo de 3 000 mensagens previamente trocadas entre os 200 participantes. Todas as conversas incluídas no levantamento se deram antes de os interlocutores se encontrarem no mundo real, durante o período tido como “a fase de descoberta”. Apenas 30% dos entrevistados pelos psicólogos relataram ter mentido a pretendentes nesses aplicativos. Quando se mergulhou mais atentamente nos textos, percebeu-se que as pessoas, talvez por sentirem culpa, tratam como mentira o que de fato não é. Eram pequenas omissões, frases aceitáveis usadas apenas para despistar o interlocutor de uma impressão ruim. Eram blefes ou desculpas esfarrapadas, com a intenção de aumentar a atratividade diante do parceiro em potencial. A rigor, apenas 7% das mensagens coletadas continham algum tipo de lorota. E reafirme-se, em nome da verdade, que boa parte delas poderia entrar nessa classificação benigna, a da “mentirinha” banal, na definição de uma das cobaias do teste.

O xaveco que engana- As três lorotas mais frequentes dos usuários de *apps* de paquera:

- ◇ Exagerar nos interesses pessoais e na disponibilidade para um relacionamento sério (Ex: “Sim, eu gosto muito desse filme e desse diretor. Podemos ver alguma outra obra dele juntos”);
- ◇ Desmarcar encontros amparados em mentiras (Ex: “Sinto muito, mas acho que não vou conseguir hoje. Minha irmã vai me encontrar mais tarde”);
- ◇ Alegar problemas, como de conexão com a internet, no celular ou no aplicativo, para justificar a demora em responder às mensagens (Ex: “Desculpe-me por não ter respondido. Meu celular está meio ruim e ainda estava sem sinal”).

Mas o que seriam, afinal, essas mensagens indolores? Exemplos (e atire a primeira pedra quem não lançou mão desse recurso): adicionar alguns centímetros extras quando perguntado sobre a própria altura; dar ares mais pomposos a um emprego que se tem; ou dizer que se ama uma série da

REFLEXÕES XXVIII

Netflix que, de fato, nunca se viu. Seriam farsas bem mais leves do que as usadas pelos, agora se sabe, raríssimos *catfishes* — termo em inglês que designa os mentirosos compulsivos, que existem, sim, mas em menor número. Esses são perigosos: afirmam ser mulheres, quando na verdade se trata de homens; ou postam retratos de outras pessoas, dizendo que são de si; ou ainda relatam que são heterossexuais, quando são homossexuais, ou vice-versa.

Dada a surpresa da pesquisa, convém, então, perguntar: o que faz com que pessoas sejam honestas nas conversas virtuais, quando poderiam se esconder atrás do biombo eletrônico? “Na era das redes sociais, pode ter ficado mais fácil mentir na internet, mas também é mais fácil flagrar o embuste”, disse a VEJA o psicólogo americano David Markowitz, um dos autores do estudo de Stanford. Diferentemente da era das salas de bate-papo, populares nos anos 1990 e pelas quais as pessoas também flertavam, identificadas só por apelidos, hoje os aplicativos que promovem relacionamentos amorosos exibem informações detalhadas de cada usuário, incluindo o histórico de conversas e o modo como navega pelo programa. Além disso, no caso de haver dúvida sobre o que diz um interlocutor, é possível checar as informações em redes sociais como o Instagram e o Facebook — que pretende lançar o próprio programa de paquera ainda neste ano (veja abaixo). Outro caminho de segurança é levar a conversa para esses *sites*, nos quais normalmente se expõem mais informações pessoais.

“A real e sincera vontade de encontrar um par deixa as conversas ainda mais transparentes, em especial entre pessoas mais maduras”, diz Airton Gontow, criador do *site* Coroa Metade, dedicado a namoros entre casais com mais de 40 anos. O Coroa Metade realizou no ano passado uma consulta com 1 852 membros. Para 70% dos que responderam, a “honestidade” despontou como a principal característica esperada para o início de um relacionamento.

É praticamente impossível ser autêntico 100% do tempo, seja

REFLEXÕES XXVIII

no mundo virtual, seja no mundo real, que hoje se misturam. Mente-se muitas vezes sem nem se dar conta disso, o que leva um ser humano médio a ter de lidar com cerca de 100 balelas todos os dias. Em plataformas digitais, 21% do conteúdo trocado contém enganações, de pequenas inverdades a trapaçes escabrosas, segundo estudos acadêmicos recentes. Por que, então, esse mundo de enganação não se estende à paquera? O psicólogo Markowitz, do estudo de Stanford, responde: “Em última análise, os embusteiros são minoria porque, se saírem enganando, terão menos chance de marcar um encontro amoroso. E, tendo marcado o encontro, seriam inapelavelmente desmascarados”. Soa simples, é simples mesmo — e a boa notícia é que a mentira não está colando mais. ●

André Lopes

Artigo publicado na revista VEJA, no dia 11 de maio de 2018

Como se fosse verdade

Dom Odilo P. Scherer



Quem poderá reparar a dor e o dano causados a vítimas inocentes pelas fake news?

Como faz todos os anos, o papa Francisco emitiu uma mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, comemorado pela Igreja Católica no domingo da ascensão de Jesus ao céu. Neste ano a solenidade transcorre no dia 13 de maio. O tema da mensagem é “Fake news e

jornalismo de paz”.

Com o advento da internet e das mídias sociais, as possibilidades de comunicação ampliaram-se de maneira impressionante e dificilmente imaginável há poucas décadas. Na prática, cada pessoa pode transformar-se num comunicador, além de acessar todo tipo de comunicação. Isso trouxe o benefício da universalização da informação e da democratização dos meios de comunicação, embora os grandes meios e grupos de comunicação não tenham perdido a sua relevância para a informação adequada e a formação da opinião pública.

A comunicação é uma necessidade humana. Por meio dela o ser humano é capaz de expressar o que é verdadeiro, bom e belo e de compartilhar com os outros a sua experiência e a percepção dos acontecimentos e do mundo que o cerca. Infelizmente, porém, a capacidade de comunicação pode ser usada de maneira inadequada, para distorcer, falsear ou esconder a verdade, com intenções pouco transparentes ou nada honestas. Pode acontecer nas relações pessoas, sociais e públicas.

O papa Francisco, na sua mensagem, aborda o fenômeno das

fake news, ou comunicações e notícias falsas. Intencionalmente falsas. Elas são uma realidade nada indiferente no mundo da comunicação e não se trata apenas de “mentirinhas inocentes”. Notícias propositadamente produzidas como falsas podem prejudicar pessoas e entidades, confundir a opinião pública e esconder propósitos desonestos para conseguir benefícios de todo tipo. Só a título de exemplo: discute-se ainda se as últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram ou não influenciadas de maneira determinante por *fake news*. E as autoridades eleitorais brasileiras já se preocupam com a difusão de notícias falsas durante a campanha eleitoral deste ano. Elas podem ter grande peso na definição do voto dos eleitores.

As *fake news*, baseadas em dados inexistentes ou distorcidos, podem vir travestidas com aparência de verdade. “Falsas, mas verossímeis”, observa o papa Francisco em sua mensagem. Elas tendem a manipular a informação e seu destinatário. Conseguem capturar a atenção apoiando-se em estereótipos, preconceitos generalizados, ou presentes em certos grupos sociais, explorando emoções fáceis, suscitando ansiedade, desprezo, ira ou frustração. O uso manipulador da comunicação é favorecido ainda mais pela difusão exponencial do uso da internet e das redes sociais. A divulgação massiva de *fakes* com objetivos prefixados pode influenciar a política na busca de vantagens pouco ou nada transparentes.

Essa maneira de promover a comunicação social é desonesta e pode produzir grandes males. Não deixa de ser uma grave forma de corrupção, a ser decididamente combatida. Além de envolver responsabilidades perante a lei e a ordem pública, o uso manipulado e falso da informação também tem consequências morais sérias. As relações sociais e públicas de respeito, justiça, paz e solidariedade só podem ser tecidas sobre a base da verdade. Aquilo que se edifica sobre a mentira, o engano e a manipulação da informação tem bases frágeis e não resiste por muito tempo. “A verdade vos tornará livres”, ensinou Jesus (Jo 8,32).

Reconhecer e evitar a difusão de *fake news* deve ser uma preocupação constante de todos; para tanto é necessário checar criteriosamente as fontes das informações e discernir sobre as consequências, o bem ou o dano que podem advir da difusão da informação falsa. O sadio exercício da dúvida metódica e uma boa dose de senso crítico são atitudes indispensáveis diante do volume de informação que circula na rede por todas as mídias sociais. Sempre vai bem perguntar se uma informação tem fundamento ou se aquilo que aparece na telinha não esconde segundas intenções, ou algum veneno, que é melhor bloquear, em vez de espalhar. É prudente segurar a vontade de difundir logo algo que parece um *scoop* de notícia, ou as afirmações voltadas para alimentar conflitos, demonizar e jogar no descrédito pessoas ou instituições. Melhor não aderir logo ao coro dos que promovem apressadamente a acusação, o julgamento, a condenação e o linchamento de pessoas e instituições pelas mídias. Quem será capaz de reparar a dor e o dano causados a vítimas inocentes pelos tribunais implacáveis das *fake news*?

A educação é necessária para o uso criterioso dos meios de comunicação, muito especialmente das mídias sociais. Essa educação, orientada por sólido amor à verdade e à justiça, deve ter início já na infância; crianças e adolescentes podem ser vítimas do uso manipulado da comunicação, mas também já podem desenvolver tendências a usar as mídias de forma incorreta e prejudicial a si e contra o próximo. O amor à verdade deve ser parte da disciplina pessoal de um caráter honesto. As concessões à dissimulação e à mentira geralmente são sinais de corrupção da consciência, que pode levar indivíduos a ações e fatos de corrupção sempre maiores.

Já no final de sua mensagem, Francisco dirige-se aos jornalistas, “guardiões da notícia”; pela sua profissão, eles têm a obrigação de ser responsáveis ao informar. Sua profissão é uma missão, voltada para as pessoas mais do que para a notícia em si. “Informar também é formar, é lidar com a vida das pessoas.” O papa convida os profissionais da imprensa e

REFLEXÕES XXVIII

da comunicação a promoverem um jornalismo de paz, sem falsidades nem *slogans* sensacionalistas e declarações bombásticas; um jornalismo feito por pessoas para pessoas, como serviço prestado a todas as pessoas, especialmente àquelas que não têm voz - e no mundo são tantas! ●

Dom Odilo P. Scherer: cardeal-arcebispo de São Paulo

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo no dia 12 de maio de 2018

Um lugar ao sol para a vitamina “D”

Revista Veja



Ela é fundamental tanto para a mulher grávida quanto para um atleta campeão olímpico. Sua escassez provoca imensos problemas de saúde, mas tê-la em excesso também. Serve ao bebê recém-nascido e ao idoso. É fundamental para o obeso e para o magro. Poucas substâncias servem tão completamente ao organismo quanto a vitamina **D**. A temporada dos corpos à mostra, com o verão e as férias, é o momento mais adequado para a

compreensão do funcionamento da chamada vitamina do sol. Pode até chover hoje e amanhã, mas, dos 89 dias do verão brasileiro, 66 serão ensolarados no Rio de Janeiro; 65, em Porto Alegre; sessenta, no Recife; 46, em Brasília; e 45, em São Paulo. Até dez anos atrás, a vitamina **D** estava associada, sobretudo, à manutenção de um esqueleto forte. As descobertas mais recentes da medicina, no entanto, indicam que praticamente todos os tecidos e órgãos se beneficiam dela. “Direta ou indiretamente, a **D** está relacionada a pelo menos 2.000 genes, o que comprova a sua vasta gama de benefícios”, disse a VEJA o endocrinologista americano Michael Holick, professor da Universidade de Boston, o grande pesquisador do assunto e autor do livro *Vitamina D – Como um Tratamento Tão Simples Pode Reverter Doenças Tão Importantes*.

A vitamina **D** faz nosso coração bater no ritmo adequado e nossas artérias e veias pulsar em compasso. É ela que nos garante força muscular e nos protege contra infecções, infartos e derrames, diabetes e alguns tipos de câncer. A falta dela desregula o sistema de fome e saciedade e nos faz engordar – e morrer de vergonha de, na praia, vestir o biquíni e o calção. Chamar a **D** de vitamina é um equívoco de origem histórica.

REFLEXÕES XXVIII

Isolada em 1922, a substância foi denominada vitamina porque, acreditava-se, só poderia ser obtida por intermédio da alimentação, em especial do óleo de fígado de bacalhau. As vitaminas são compostos essenciais à saúde, mas não podem ser sintetizadas por nosso organismo. Ela foi batizada de **D** porque era a quarta substância do tipo a ser descoberta – depois das vitaminas A, B e C.

A partir da década de 1970, os pesquisadores, entre eles, Michael Holick, observaram que o corpo humano, ao contrário do que se supunha, poderia, sim, produzir vitamina **D**. Ou seja, a vitamina **D** não é uma vitamina, mas um hormônio.

Existem basicamente três formas de estimular o organismo a fabricar vitamina **D**. Sem sombra de dúvida (com o perdão do trocadilho), o sol é a principal delas. Uma pessoa de pele moreno-clara, olhos e cabelos castanhos, como a atriz Débora Nascimento, precisaria de dez a quinze minutos nas areias cariocas, entre 11 horas da manhã e 1 hora da tarde, três vezes por semana, sem protetor solar, para sintetizar a substância. Ao incidir sobre a camada mais superficial da pele, a epiderme, a radiação solar deflagra uma cascata de reações químicas que resulta na síntese da vitamina, em sua forma ativa, pelos rins. Dessa forma, a meia-vida da substância no corpo humano é de quatro a seis semanas – o dobro da duração da que pode ser obtida com a suplementação feita por intermédio da dieta ou de cápsulas. “Como a vitamina **D** é solúvel na gordura, ela é armazenada no tecido adiposo e liberada mesmo durante o inverno, permitindo níveis suficientes da vitamina durante o ano todo”, explica Michael Holick. O sol ideal para a substância é o mais abominado pelos dermatologistas – do meio-dia às 2 horas da tarde, sem proteção. Nesse período, predomina a incidência dos raios ultravioleta B (UVB), aqueles que, em excesso, nos deixam vermelhos como pimentão e são o principal fator de risco para o câncer de pele.

Dá-se, aí, um dilema monumental, um dos mais fascinantes da medicina atual. A partir da década de 1980, começaram a

surgir as primeiras associações entre os banhos de sol sem proteção e o aumento no risco de câncer de pele. Desde então, os dermatologistas preconizam que não se saia de casa sem besuntar o corpo (o rosto, principalmente) com filtro solar. O que fazer então diante das evidências de que, para a fabricação de uma substância tão crucial, como a vitamina **D**, é preciso, ainda que por pouco tempo, tomar sol sem protetor? Os médicos ainda não chegaram a um consenso, mas há pistas. “Não existem pesquisas sobre os perigos em longo prazo das curtas exposições ao sol para o câncer de pele”, diz Adilson Costa, chefe do serviço de dermatologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Muitos dermatologistas preferem não arriscar e recomendam a seus pacientes o uso de suplementos à base de vitamina **D** ou o prolongamento da exposição sem protetor nos períodos de sol mais fraco, como o início da manhã e o fim da tarde. Outros especialistas, no entanto, são menos conservadores. “Poucos minutos de sol intenso, seguidos de proteção solar adequada, não são suficientes para causar câncer de pele em longo prazo”, afirma Omar Lupi, vice-presidente do Colégio Ibero-Latino-Americano de Dermatologia. Todos são unânimes em afirmar que às pessoas vítimas do câncer de pele ou com histórico familiar do problema não é recomendada a exposição solar sem cuidados. Dos tipos de câncer de pele, o sol está associado ao mais comum deles, com 25% dos 518.000 casos da doença no país. Não se trata da versão mais letal dos tumores de pele, o melanoma. A radiação solar nada tem a ver com esse tipo de câncer. Ao que tudo indica, aliás, conforme os mais avançados estudos sobre o assunto, o sol pode até ser fator de proteção contra o melanoma.

O protetor solar dos sonhos seria aquele capaz de nos proteger do sol e, ao mesmo tempo, permitir a produção de vitamina **D** pelo organismo. Mas isso, por enquanto, parece impossível para os especialistas. Afinal, o mesmo raio UVB que causa câncer é o que deflagra a síntese da vitamina – e como separar uma ação da outra? Os estudos mais avançados em termos de

proteção solar investigam a fabricação de produtos compostos de nanopartículas, os filtros inteligentes. Ao penetrarem as camadas mais profundas da pele, eles teriam ação prolongada e dispensariam a necessidade de reaplicar o protetor a cada duas horas e sempre depois do mar ou da piscina.

Apesar da fartura de sol no Brasil, a escassez de vitamina **D** na população é preocupante. “Cerca de 50% dos brasileiros com menos de 50 anos apresentam deficiência de vitamina **D**”, diz Marise Lazaretti, chefe do Grupo de Doenças Osteometabólicas da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo. Entre os idosos, o contingente chega a 80%. Esse é, em grande parte, o resultado de anos de medo da exposição solar. Há de se levar em conta ainda que a vida urbana nos afasta do convívio com o sol. Vivemos trancados nos escritórios. Presos no trânsito. As crianças ficam muito tempo diante da televisão e do computador. Nessas condições, em casos de deficiência, é necessário recorrer à suplementação com cápsulas de vitamina **D**. Não é possível garantir essas doses extras por meio da dieta. São poucas as fontes ricas em vitamina **D**, capazes de assegurar uma alimentação diária equilibrada.

Para alcançar níveis suficientes, por exemplo, seriam necessárias três latas de sardinha, duas postas generosas de salmão ou de 50 a 100 gemas de ovo todos os dias. Há dois tipos de vitamina **D**: o ergocalciferol (ou vitamina **D2**), de origem vegetal, e o colecalciferol (ou vitamina **D3**), encontrado nos animais e produzido também pelos seres humanos. Os suplementos podem ser feitos a partir de qualquer uma dessas fontes e são igualmente eficazes. No Canadá, onde, em algumas regiões, o inverno chega a durar sete meses, por determinação do governo a indústria alimentícia produz leites e margarinas enriquecidos com vitamina **D**. Produtos desse tipo são comuns também nos EUA e na Europa. No Brasil, aparecem timidamente nas gôndolas.

Os médicos começaram a se preocupar com a falta de vitamina **D** no início da Revolução Industrial, em meados do século

XVIII. À medida que as famílias trocavam o trabalho no campo pelas fábricas, afastavam-se da energia solar e começaram a ter problemas de saúde. Datam desse período os primeiros relatos médicos de raquitismo, problema ósseo decorrente da deficiência da vitamina, comum em crianças. A doença não só retardava o crescimento como deixava suas vítimas mais suscetíveis a infecções, como a tuberculose. O raquitismo atingiu proporções epidêmicas na Europa e em alguns estados americanos mais ao norte. De cada 100 crianças que moravam em regiões industrializadas, oitenta sofriam da doença. No início do século XX, o banho de sol era prescrito pelos pediatras tal qual remédio. Quase dois séculos depois, a medicina volta a eleger a vitamina **D** como um dos mais potentes aliados da boa saúde.

Uma das frentes mais interessantes de pesquisas é aquela que investiga o papel da substância na prevenção a vários tipos de câncer – mama, intestino, próstata e ovário, entre outros. A vitamina **D** funciona como uma espécie de sentinela da multiplicação celular. No caso de proliferação exagerada das células, ela induziria à apoptose – mecanismo de defesa no qual células potencialmente malignas “cometem suicídio”. Graças a esse poder da vitamina **D**, especialistas sugerem que os banhos de sol controlados poderiam prevenir, só nos Estados Unidos, 185.000 novos casos de câncer todos os anos.

Cuidados diferentes para cada tipo de pele- O tempo de exposição solar necessária para a síntese de vitamina **D** pelo organismo é determinado a partir do cruzamento de uma série de situações: a estação do ano, o tipo de pele, a localização geográfica e o horário do dia. Com base nas escalas desenvolvidas pelo pesquisador americano Michael Holick, a revista VEJA desenvolveu um sistema para determinar a atenção que cada pessoa deve ter ao se expor ao sol durante o verão, conforme a região em que ela se encontra, abaixo ou acima do Trópico de Capricórnio. No primeiro grupo, estão o sul e a região metropolitana de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o extremo sul de Mato Grosso

do Sul. No segundo, estão todas as outras regiões do Brasil.

Cuidados precoces- Durante as férias, o tempo que a garotada fica sob o sol costuma aumentar. Na praia, na piscina ou no clube, os pequenos não podem ficar expostos sem proteção. “As crianças possuem uma pele mais fina que a dos adultos, e seu sistema produtor de melanina não está completamente amadurecido”, diz o dermatologista Adilson Costa, da PUC de Campinas. Pigmento natural da pele, a melanina funciona como uma espécie de filtro solar. Por causa dos componentes químicos dos protetores, as crianças só podem usar esse tipo de produto a partir dos 2 anos. Antes dessa idade, a proteção ideal se faz com guarda-sol, roupa e chapéu.

O sol mais seguro é o de antes das 10 horas e depois das 16 horas. E como fica a vitamina **D** em meio a tanta proteção? Quase 10% das crianças e dos jovens de até 21 anos nos EUA possuem deficiência da substância. Um estudo recente mostrou que as crianças com doenças graves são, em sua maioria, as que têm os maiores déficits de vitamina **D**. “É correto o pediatra solicitar que a criança seja submetida a exames de dosagem de vitamina **D** no sangue”, diz Kerstín Taniguchi Abagge, presidente do departamento científico de dermatologia da Sociedade Brasileira de Pediatria. Em caso de escassez, é preciso recorrer à suplementação.

8 perguntas essenciais

1. É possível obter as quantidades mínimas necessárias de vitamina D somente pela alimentação?

Não. A variedade de alimentos ricos em vitamina **D** é muito pequena, e fica impossível manter uma alimentação equilibrada (e, portanto, saudável) a partir de uma dieta baseada em salmão, gema de ovo ou shiitake. “O brasileiro consome cerca de um décimo da vitamina **D** recomendada”, diz a endocrinologista Marise Lazaretti. Além disso, o modo de preparo dos alimentos interfere na quantidade de vitamina **D** neles contida. Quando frito, o salmão perde até 50% do

m micronutriente se comparado a quando ele é assado, cozido ou grelhado.

2. Há pelo menos vinte anos os médicos advertem que tomar sol sem proteção constitui fator de risco para o câncer de pele. Agora, defendem a ideia de que, para obtermos a vitamina D necessária para o bom funcionamento do organismo, devemos abrir mão do protetor. O que fazer, afinal?

O argumento de que o organismo só produz vitamina **D** mediante a exposição solar sem proteção não deve ser interpretado como um “liberou geral”. Estatelar-se sob o sol, sem nenhum cuidado, é proibidíssimo. Recomenda-se que, no verão brasileiro, a duração dos banhos de sol para a obtenção de vitamina **D** varie de um a 45 minutos, conforme o tipo de pele, a latitude e o horário. Alguns dermatologistas argumentam que, apesar de não existirem estudos sobre o assunto, os banhos de sol desprotegidos, ainda que rápidos, podem, sim, deflagrar o câncer de pele. Todos são unânimes, no entanto, ao condenar categoricamente a prática por pessoas com histórico de câncer de pele na família ou que já tenham sido vítimas da doença.

3. Qual é o melhor sol para a síntese de vitamina D?

É aquele que os dermatologistas mais temem – o sol de verão, do meio-dia às 2 da tarde, sem proteção. Durante a manhã e no fim da tarde, o percurso dos raios solares através da atmosfera é oblíquo, e, portanto, a intensidade da radiação é menor. Além disso, os raios são mais fortes na linha do Equador, dada a perpendicularidade do Sol em relação à Terra. Dependendo do fator de proteção do filtro solar, os protetores disponíveis hoje no mercado podem reduzir em até 99% a fabricação de vitamina **D**.

4. Por que o tempo de exposição ao sol varia também conforme o tipo de pele?

Quanto mais escura for a pele, mais difícil será a produção de

vitamina **D** pelo organismo. Essa dificuldade se explica pela presença em maiores quantidades de melanina, o pigmento natural da pele, que funciona como uma espécie de filtro contra a radiação solar. Os negros, por exemplo, precisam ficar dez vezes mais tempo expostos ao sol sem proteção para que produzam o mesmo volume de vitamina **D** que as pessoas de pele clara.

5. É preciso expor todo o corpo ao sol para a produção adequada de vitamina D?

Não. Basta expor os braços e as pernas ao sol, três vezes por semana. Isso corresponde a deixar aproximadamente 25% da área total do corpo sob a radiação solar. Quando se está de biquíni ou calção, a porção do corpo descoberta chega a 75%, o que diminui consideravelmente a necessidade de exposição ao sol sem proteção. A radiação diretamente sobre o rosto sem filtro está terminantemente proibida. Do ponto de vista da fabricação de vitamina **D**, não faz diferença, já que o rosto não chega a 10% da área total do corpo.

6. O sol que tomamos enquanto estamos no trânsito é suficiente para a síntese de vitamina D?

Os raios ultravioleta do tipo B (UVB), aqueles capazes de ativar a síntese de vitamina **D**, não conseguem atravessar o vidro. Nos dias nublados, há uma redução de até 50% na fabricação de vitamina **D**. A poluição é também outro obstáculo. Um estudo feito na Índia revelou que, nas cidades com ar mais poluído, as pessoas produzem 54% menos vitamina **D** do que em cidades limpas.

7. Os idosos produzem vitamina D na mesma intensidade que os mais jovens?

Não. Com o avançar da idade, o organismo funciona em um ritmo mais lento. A quantidade de vitamina **D** produzida por uma pessoa de 70 anos é, em média, um quarto da que é sintetizada por um jovem de 20 anos. “Por isso, a indicação de suplementação aumenta conforme a idade”, diz Sérgio

Schalka, dermatologista da Universidade de São Paulo (USP).

8. É possível substituir o sol pela suplementação de vitamina D?

Sim. A suplementação é muito comum em regiões do Hemisfério Norte onde o sol é escasso. Nesses locais, durante o inverno, a síntese de vitamina **D** pode ser completamente interrompida. ●

Revista Veja

Artigo publicado na revista VEJA, edição 2.304, 16 de janeiro de 2013

Natasha

Vladimir Nabokov



Presente raro: a experiência metafísica e visionária de uma donzela russa, num conto que permaneceu guardado na Biblioteca do Congresso americano até o início deste ano, 31 anos após a morte do autor

Embora famoso por seus romances, *Lolita* à frente, Vladimir Nabokov foi um prolífico contista, tendo feito aos 22 anos sua primeira incursão no gênero com *O duende da floresta*. Dos seus 52 contos editados em vida, 41 foram escritos em russo e um em francês, sendo mais tarde traduzidos para o inglês pelo próprio escritor, quase sempre em colaboração com o filho Dmitri. Os outros dez foram escritos em inglês, depois que ele se radicou nos Estados Unidos. Em 1995, Dmitri e Véra, sua viúva, organizaram a coletânea final com 65 contos, incluindo outros originalmente escritos em russo. Como o supersticioso autor só permitia que se editassem livros com 13 contos (a “dúzia de Nabokov”), Natasha talvez tenha permanecido nos arquivos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para não quebrar a credence numérica. Mas sem dúvida merecia ver a luz do dia por ser a primeira (e a mais explícita) das muitas viagens que o grande mago literário fez aos territórios ignotos do Além.

Jorio Dauster

I - Natasha topou na escada com o barão Wolfe, o vizinho que morava do outro lado do *hall*. Ele galgava com certa dificuldade os degraus de madeira, acariciando o corrimão e assobiando baixinho, entredentes.

– Aonde é que você vai com tanta pressa, Natasha?

REFLEXÕES XXVIII

– À farmácia, para aviar uma receita. O doutor acabou de sair. Papai está melhor.

– Ah, essa é uma boa notícia.

Ela passou voando por ele na capa de chuva farfalhante, sem chapéu.

Debruçando-se sobre o corrimão, Wolfe procurou vê-la de novo. Por um instante avistou de cima o repartido lustroso e juvenil de seu cabelo. Assobiando ainda, chegou ao último andar, jogou a pasta encharcada pela chuva em cima da cama e por fim se deu ao prazer de lavar e enxugar cuidadosamente as mãos.

Bateu então à porta do velho Khrenov.

Khrenov morava com a filha no quarto do outro lado do *hall*. Ela dormia num sofá cujas molas, estupendamente móveis, se erguiam como tufos metálicos no flácido forro de veludo. Havia também uma mesa de madeira natural, sempre coberta de jornais com borrões de tinta de imprensa. Khrenov, um velhinho enfermo e murcho, vestindo uma camisola que ia até os tornozelos, voltou para cama tão rápido quanto lhe permitiam as pernas emperradas e puxou as cobertas para cima quando a cabeçorra raspada de Wolfe despontou por trás da porta.

– Entre! que bom vê-lo, trate de ir entrando.

O velho respirava com dificuldade e a porta da mesinha de cabeceira não havia sido fechada de todo.

– Ouvi dizer que você estava quase inteiramente recuperado, Alexey Ivanych, disse o barão Wolfe, sentando-se na cama e dando um tapa nos joelhos.

Khrenov, oferecendo-lhe a mão amarela e pegajosa, sacudiu a cabeça.

– Não sei bem o que você anda ouvindo, mas não tenho a menor dúvida de que vou morrer amanhã.

REFLEXÕES XXVIII

Fez com os lábios o som de uma bola de encher ao estourar.

– Bobagem, Wolfe interrompeu em tom alegre, extraindo do bolso de trás da calça uma enorme charuteira de prata. – Se incomoda se eu fumar?

Tentou por um bom tempo acender o isqueiro, girando sem sucesso a roda dentada. Khrenov semicerrou os olhos. Suas pálpebras eram azuladas como a palmura¹³ de uma rã. Pelos acinzentados cobriam o queixo protuberante. Sem abrir os olhos, ele disse:

– É assim que vai ser. Eles mataram meus dois filhos, e empurraram a mim e a Natasha para fora de nosso ninho natal. Agora querem que a gente morra numa cidade estranha. Pensando bem, que idiotice...

Wolfe começou a falar alto, escandindo as sílabas. Disse que Khrenov, felizmente, ainda tinha muito tempo para viver e que todo mundo estaria voltando para a Rússia na primavera, junto com as cegonhas. Emendou com o relato de um incidente de seu passado.

– Foi quando eu andava lá pelo Congo, disse ele, balançando ligeiramente o corpo avantajado e algo balofo. – Ah, o longínquo Congo, meu caro Alexey Ivanych, terras tão distantes, você sabe... Imagine uma aldeia na floresta, mulheres com os peitos caídos e o brilho da água, negra como o astracã¹⁴, em meio às choupanas. Debaixo de uma árvore imensa – um kiroku – havia umas frutas cor de laranja parecendo bolas de borracha e, à noite, de dentro do tronco vinha um som como o de ondas quebrando na praia. Tive uma longa conversa com o reizinho local. Nosso tradutor era um engenheiro belga, outro sujeito curioso. Aliás, ele jurava que em 1895 tinha visto um ictiossauro nuns pântanos não muito longe da Tanganica. O reizinho lembrava uma baleia, de tão

¹³ **Palmura**: membrana que liga os dedos dos palmípedes.

¹⁴ **Astracã**: pele de cordeiro.

REFLEXÕES XXVIII

gordo, e a barriga dele tremia como se fosse feita de gelatina. Estava coberto com um pó de cobalto, os dedos cheios de anéis. Mas veja só o que aconteceu...

Wolfe, saboreando sua própria história, sorriu e acariciou a cabeça de um azul pálido.

– Natasha voltou, interrompeu Khrenov em voz baixa mas firme, sem erguer as pálpebras.

Ruborizando-se de imediato, Wolfe olhou a seu redor. Um segundo depois se ouviu ao longe o estalido da fechadura da porta da frente e passos rápidos cruzando o *hall*. Natasha entrou apressada, os olhos brilhando.

– Papai, como você está?

Wolfe levantou-se e disse com falsa indiferença. – Seu pai está muitíssimo bem e nem sei por que está de cama... Vou contar para ele um episódio com um bruxo africano.

Natasha sorriu para o pai e começou a desembulhar o remédio.

– Está chovendo, falou baixinho.

– Um tempo horroroso.

Como costuma acontecer quando se fala do tempo, os outros olharam para a janela. Isso fez com que uma veia cinza-azulada do pescoço de Khrenov se contraísse. Ele então deixou a cabeça tombar de novo sobre o travesseiro. Repuxando os lábios, Natasha contou as gotas enquanto os cílios marcavam o tempo. Pérolas de chuva enfeitavam os cabelos pretos e luzídios, sob seus olhos havia adoráveis sombras azuladas.

II - De volta em seu quarto, Wolfe caminhou de um lado para o outro por longo tempo com um sorriso excitado e feliz, deixando-se cair vez por outra numa poltrona ou na borda da cama. Depois, sabe-se lá por quê, abriu a janela e ficou olhando para o pátio escuro e gorgolejante lá embaixo. Por fim, sacudiu um só ombro espasmodicamente, pôs o chapéu

REFLEXÕES XXVIII

verde e saiu.

O velho Khrenov, que desmoronara no sofá enquanto Natasha arrumava sua cama para a noite, comentou em voz baixa, sem grande entusiasmo:

– Wolfe saiu para jantar.

Depois suspirou e enrolou-se ainda mais no cobertor.

– Pronto, disse Natasha. – Suba de volta à cama, papai.

Do lado de fora se estendia a cidade saturada de água ao anoitecer com as negras torrentes das ruas, as cúpulas móveis e reluzentes dos guarda-chuvas, o clarão das vitrines derramando-se sobre o asfalto. Na esteira da chuva, a cidade começou a fluir, enchendo as profundezas dos pátios, bruxuleando nos olhos das prostitutas de pernas finas que percorriam em passos lentos as esquinas apinhadas de gente. E, mais acima, as luzes circulares de um anúncio cintilavam intermitentemente como uma roda iluminada em movimento.

A temperatura de Khrenov havia se elevado ao cair da noite. O termômetro estava quente, vivo – a coluna de mercúrio subira muitos degraus na escadinha vermelha. Durante bastante tempo resmungou palavras ininteligíveis, mordendo os lábios e sacudindo de leve a cabeça. Enfim caiu no sono.

Natasha despiu-se à luz desmaiada de uma vela e viu seu reflexo no vidro escuro da janela – o pescoço fino e pálido, a trança negra que caíra sobre a clavícula. Ficou assim parada, numa imobilidade langorosa¹⁵, e de repente pareceu que o quarto, levando consigo o sofá, a mesa conspurcada pelas pontas de cigarros, a cama onde um velho suarento de nariz afilado dormia de boca aberta um sono inquieto... que tudo isso começou a se mover e agora flutuava como o convés de um navio rumo à noite escura. Ela suspirou, passou a mão pelo ombro nu e quente, e, levada em parte pela tontura,

¹⁵ **Langoroso**: fraco, debilitado.

REFLEXÕES XXVIII

deitou-se no sofá. Então, com um sorriso vago, começou a enrolar e tirar suas velhas meias, tantas vezes cerzidas. Mais uma vez o quarto se pôs a flutuar e ela teve a impressão de que alguém soprava ar quente em sua nuca. Abriu bem os olhos – olhos negros, alongados, um tom azulado tingindo as escleras¹⁶. Uma mosca de outono começou a voar em torno da vela e, como um carçoço preto e zumbidor, foi bater contra a parede. Natasha enfiou-se lentamente debaixo da coberta e se esticou, sentindo, como se fosse uma mera espectadora, o calor de seu próprio corpo, as coxas longas, os braços nus jogados por trás da cabeça. Uma sensação enorme de indolência a impedia de apagar a chama, de expulsar o formigamento sedoso que a fazia comprimir involuntariamente os joelhos e fechar os olhos. Khrenov soltou um gemido fundo e ergueu um braço em meio ao sono. O braço tombou de volta como se estivesse morto. Natasha levantou ligeiramente o corpo e soprou na direção da vela. Círculos multicores começaram a nadar diante de seus olhos.

Estou me sentindo tão bem, ela pensou, rindo contra o travesseiro. Estava agora toda encolhida, imaginando-se incrivelmente pequena, e todos os pensamentos que povoavam sua mente eram como centelhas quentes que se espalhavam e deslizavam em doces movimentos. Já estava caindo no sono quando seu torpor foi rompido por um grito forte e lancinante.

– Papai, o que está acontecendo?

Ela tateou os objetos em cima da mesa e acendeu a vela.

Khrenov estava sentado na cama, arquejante, os dedos agarrando a gola da camisa. Tendo acordado alguns minutos antes, ficara paralisado de terror ao imaginar que o mostrador luminoso do relógio, deixado sobre uma cadeira próxima à cama, era o cano imóvel de um fuzil apontado para ele. Havia

¹⁶ **Esclera:** túnica externa branca e fibrosa do globo ocular, vulgarm. chamada de branco do olho ou simplesmente branco; albugínea ocular.

REFLEXÕES XXVIII

aguardado o disparo, não ousando se mexer, até perder o controle e começar a gritar. Agora olhava para a filha, piscando os olhos e esboçando um sorriso trêmulo.

– Papai, fique calmo, não é nada...

Arrastando os pés descalços pelo chão quase sem fazer ruído, ela ajeitou os travesseiros do pai e encostou a mão em sua testa, pegajosa e fria por causa do suor. Com um suspiro profundo e ainda sacudido por espasmos, ele se voltou para a parede e murmurou:

– Todos eles, todos... e eu também. É um pesadelo... Não, não faça isso.

Caiu no sono como se despencasse num abismo.

Natasha voltou a se deitar. O sofá se tornara ainda mais encaroçado, as molas a pressionaram nos lados do corpo, depois nas omoplatas, mas por fim ela se sentiu confortável e flutuou de volta para o sonho incrivelmente acolhedor que havia sido interrompido e do qual só restara uma memória difusa. E então, ao raiar do dia, acordou mais uma vez. Seu pai a chamava.

– Natasha, não estou me sentindo bem. Me dê um pouco de água.

Algo trôpega, sua sonolência permeada pela alvorada de um azul lavado, ela caminhou até a bacia, fazendo o jarro tilintar. Khrenov bebeu com avidez e disse:

– Vai ser horrível se eu nunca mais voltar.

– Vá dormir, papai. Trate de dormir mais um pouco.

Natasha vestiu o robe de flanela e se sentou ao pé da cama do pai. Ele repetiu a frase “Isso é horrível” várias vezes e depois lhe lançou um sorriso amedrontado.

– Natasha, não paro de pensar que estou atravessando a pé nossa aldeia. Se lembra daquele lugar na margem do rio, perto da serraria? Era difícil andar por ali. Você sabe, com toda

REFLEXÕES XXVIII

aquela serragem. Serragem e areia. Meus pés se enterram. Faz cócegas. Uma vez, quando viajamos para o exterior. Franziu as sobranceiras, lutando para seguir seus pensamentos titubeantes.

Natasha recordava-se com extraordinária clareza de sua aparência naquela época, lembrava da barba curta e alourada, das luvas de camurça cinza, da capa de viagem axadrezada de padrão semelhante ao de uma bolsinha emborrachada para guardar esponjas – e de repente sentiu que estava a ponto de chorar.

– Sim, é isso aí”, Khrenov balbuciou sem sentido, olhando para a névoa matinal que toldava a janela.

– Durma mais um pouco, papai. Eu me lembro de tudo.

Ele tomou desajeitadamente um gole de água, esfregou o rosto e recostou-se nos travesseiros. Subiu do pátio o canto doce e vibrante de um galo.

III- Por volta das onze horas da manhã seguinte, Wolfe bateu à porta dos Khrenov. Alguns pratos tintinaram de medo no quarto, ao que se seguiu o riso franco de Natasha. Um instante depois ela escapuliu para o *hall*, fechando com cuidado a porta a suas costas.

– Estou tão feliz – papai está bem melhor hoje.

Vestia uma blusa branca e saia bege abotoada dos lados. Os olhos amendoados e brilhantes projetavam felicidade.

– Uma noite horrivelmente agitada, ela continuou, falando rápido, “mas agora a febre foi embora. A temperatura está normal. Ele até decidiu se levantar. Acabaram de dar um banho nele.

– Hoje está fazendo sol, disse Wolfe enigmaticamente.

– Não fui trabalhar.

Estavam de pé no *hall* mal iluminado, encostados na parede, sem saber mais sobre o que falar.

REFLEXÕES XXVIII

– Sabe de uma coisa, Natasha?, Wolfe subitamente arriscou, afastando as costas largas e adiposas da parede e enfiando as mãos bem fundo nos bolsos da amarrotada calça cinza. – Vamos fazer um passeio no campo. Podemos estar de volta às seis. O que é que você acha?

Natasha manteve um ombro de encontro à parede, empurrando o corpo um pouco para a frente.

– Como é que posso deixar papai sozinho? Muito embora...

Wolfe de repente se animou.

– Natasha, minha querida, vamos, por favor. Seu pai está bem hoje, não é mesmo? E a senhoria vai estar por aqui se ele precisar de alguma coisa.

– Bom, isso é verdade, disse Natasha devagar. – Vou falar com ele.

E, com um rodopio que fez a saia esvoaçar, voltou para o quarto.

Já vestido, mas sem o colarinho da camisa, Khrenov procurava com mãos frágeis alguma coisa sobre a mesa.

– Natasha, Natasha, você esqueceu de comprar os jornais ontem...

Natasha preparou o chá no fogareiro a álcool.

– Papai, eu hoje queria fazer um passeio no campo. O Wolfe me convidou.

– Muito bem, querida, você deve ir, disse Khrenov enquanto o branco-azulado de seus olhos se enchia de lágrimas. – Acredite em mim, hoje estou melhor. Não fosse por essa fraqueza ridícula...

Depois que Natasha se foi, ele voltou a procurar com gestos lentos alguma coisa no quarto... Grunhindo baixinho, tentou mover o sofá. Depois olhou embaixo dele – deitou-se de bruços no chão e lá ficou, a cabeça girando, nauseado.

REFLEXÕES XXVIII

Devagar, com grande esforço, pôs-se outra vez de pé, andou com dificuldade até a cama, deitou-se... E de novo teve a sensação de que estava atravessando alguma ponte, que podia ouvir o som da serraria, que os troncos amarelos das árvores boiavam, que seus pés se enterravam mais e mais na úmida serragem, que um vento frio soprava do rio congelando-o de cima a baixo...

IV – Sim, todas as minhas viagens. Ah, Natasha, às vezes me sentia como um deus. Vi o Palácio das Sombras no Ceilão e atirei em pequenos pássaros cor de esmeralda em Madagascar. Os nativos de lá usam colares feitos de vértebras e à noite cantam de forma muito estranha na praia, como se fossem chacais querendo fazer música. Vivi numa tenda não muito longe de Tamatave, onde a terra é vermelha e o mar azul-escuro. Não consigo descrever para você aquele mar.

Wolfe se calou, jogando uma pinha para o alto e a apanhando de volta em gestos compassados. Então, correu a palma balofa por toda a extensão do rosto e caiu na risada.

– E cá estou eu sem um tostão, atolado na cidade mais miserável da Europa, sentado num escritório entra dia, sai dia, como se fosse um preguiçoso, mastigando pão com linguiça de noite num café frequentado por motoristas. E dizer que houve um tempo...

Natasha estava deitada de bruços, os cotovelos bem abertos, observando os topos iluminados dos pinheiros à medida que gradualmente se confundiam com o céu cor de turquesa. Pontinhos luminosos giravam, reluziam e se dissipavam em seus olhos. Vez por outra algo voava de um pinheiro para outro num espasmo dourado. No terno cinza e largo, o barão Wolfe estava sentado próximo às pernas cruzadas de Natasha, mantendo a cabeça raspada abaixada e brincando ainda com a pinha ressequida.

Natasha suspirou.

– Na Idade Média, disse ela, olhando para o cimo dos

REFLEXÕES XXVIII

pinheiros, “eles teriam me queimado numa fogueira ou me feito santa. Às vezes tenho umas sensações estranhas. Como um tipo de êxtase. Aí me sinto quase sem peso, parece que estou flutuando em algum lugar, e compreendo tudo – a vida, a morte, tudo...

Um dia, quando eu tinha uns dez anos, estava sentada na sala de jantar, desenhando alguma coisa. Aí fiquei cansada e comecei a pensar. De repente, assim sem mais nem menos, apareceu uma mulher descalça, vestindo umas roupas azuis desbotadas, com um barrigão enorme. O rosto dela era pequeno, magro e amarelado, com uns olhos doces e extraordinariamente misteriosos... Passou por mim sem me olhar e desapareceu no outro quarto. Não senti medo, por alguma razão pensei que ela tinha vindo lavar o chão. Nunca mais vi essa mulher, mas sabe quem ela era? A Virgem Maria...

Wolfe sorriu.

– Por que você acha isso, Natasha?

– Eu sei. Ela apareceu para mim num sonho cinco anos depois. Segurava uma criança e alguns querubins estavam recostados a seus pés, amparando-se nos cotovelos como naquele quadro do Rafael, só que eles estavam vivos. Além disso, às vezes tenho outras visões mais simples. Quando levaram meu pai a Moscou e fiquei sozinha na casa, aconteceu o seguinte: em cima da escrivaninha havia um sininho de bronze, igual àqueles que penduram nas vacas no Tirol. De repente, ele se ergueu no ar, começou a tilintar e depois caiu. Que som maravilhoso, tão puro!

Wolfe lhe lançou um olhar estranho e, atirando a pinha para longe, falou numa voz fria e opaca.

– Há uma coisa que preciso lhe dizer, Natasha. Você sabe, nunca estive na África ou na Índia. É tudo mentira. Tenho quase 30 anos e, fora duas ou três cidades russas e uma dúzia de aldeias, além deste país miserável, nunca visitei lugar

nenhum. Me perdoe por favor.

Ele sorriu, melancólico. Subitamente sentiu uma pena intolerável daquelas fantasias grandiosas que o haviam sustentado desde a infância.

O tempo outonal estava quente e seco. Os pinheiros rangiam baixinho ao balanço dos topos dourados.

– Uma formiga, disse Natasha, levantando-se e passando as mãos pela saia e pelas meias. “Estávamos sentados em cima das formigas.”

– Você sente muito desprezo por mim?, Wolfe perguntou.

Ela sorriu. – Não seja bobo. Afinal de contas, estamos quite. Tudo o que falei sobre meus êxtases, a Virgem Maria e o sininho era pura fantasia. Imaginei tudo isso um dia e, depois, naturalmente, tive a impressão de que realmente havia acontecido...

– É assim mesmo, disse Wolfe, abrindo um grande sorriso.

– Me conte mais sobre suas viagens, Natasha pediu sem uma ponta de sarcasmo.

Como de hábito, Wolfe tirou do bolso sua pesada charuteira.

– Às suas ordens. Certa feita, quando cruzava de Bornéu para Sumatra numa escuna...

V - Um ligeiro declive levava ao lago. As estacas do cais de madeira refletiam-se como espirais cinzentas na água. A outra margem do lago também era ocupada por escura floresta de pinheiros, mas aqui e ali se divisava um tronco branco e a mancha difusa das folhas amarelas de uma bétula. Nas águas cor de turquesa escura flutuavam reflexos de nuvens, e Natasha de repente lembrou-se das paisagens pintadas por Levitan. Teve a impressão de que estavam na Rússia, de que só poderia estar na Rússia quando uma felicidade tão incandescente lhe dava um aperto na garganta, e ela estava adorando as maravilhosas bobagens que Wolfe contava, e as

REFLEXÕES XXVIII

pedrinhas chatas que ele lançava, soltando pequenos gemidos, e que magicamente saltitavam na superfície da água.

Como era um dia de semana, não havia ninguém à vista e só de vez em quando se ouviam algumas nuvenzinhas de exclamações ou risos. No lago pairava uma asa branca – a vela de um barco. Os dois caminharam por muito tempo ao longo da margem, subiram correndo a pequena encosta escorregadia e encontraram uma vereda onde moitas de framboesa exalavam um bafejo úmido e sombrio. Um pouco além, à beira do lago, havia um café totalmente deserto, sem um único freguês ou garçom, como se estivesse ocorrendo um incêndio por perto e todos houvessem corrido para vê-lo, levando as canecas e os pratos. Wolfe e Natasha circundaram o café, sentaram-se a uma mesa vazia e fingiram comer e beber ao som de uma orquestra. E, enquanto trocavam gracejos, Natasha de repente achou que tinha ouvido o som claríssimo e alaranjado de uma música tocada por instrumentos de sopro. Então, com um sorriso misterioso, teve um sobressalto e saiu correndo pela beira do lago. O barão Wolfe a seguiu num trote pesado.

– Espere, Natasha, ainda não pagamos!

Depois disso, descobriram um prado verde-maçã cercado de juncos, por meio dos quais o sol fazia a água cintilar como ouro líquido, e Natasha, semicerrando os olhos e inflando as narinas, repetiu várias vezes: – Meu Deus, que coisa maravilhosa...

Wolfe sentiu-se ofendido pela falta de eco e se calou. E, naquele instante risonho e ensolarado às margens do vasto lago, passou voando por eles um quê de tristeza qual um besouro melodioso.

Natasha franziu a testa e disse: – Sei lá por quê, mas acho que papai voltou a piorar. Talvez eu não devesse ter deixado-o sozinho.

Wolfe lembrou-se de ter visto as pernas finas do velho,

REFLEXÕES XXVIII

reluzentes por causa dos cabelos brancos, quando ele pulou de volta para a cama. Pensou no que aconteceria se ele de fato morresse naquele dia.

– Não diga isso, Natasha, ele agora está bem.

– Também acho, disse ela, e voltou a ficar alegre.

Wolfe tirou o paletó e de seu torso atarracado, envolto na camisa listrada, se desprendia uma leve aura de calor. Ele caminhava bem próximo a Natasha, que olhava diretamente à frente, mas se deliciava com aquela sensação cálida a seu lado.

– Eu sonho tanto, Natasha, sonho tanto, ele dizia, brandindo um graveto que assoviava ao cortar o ar. – Será que estou mesmo mentindo quando conto minhas fantasias como se fossem verdade? Tive um amigo que serviu durante três anos em Bombaim. Bombaim? Meu Deus! A música dos nomes geográficos. Essa palavra sozinha contém algo gigantesco, bombas de luz solar, tambores. Imagine só, Natasha, esse amigo meu era incapaz de comunicar qualquer coisa, só se lembrava das briguinhas no trabalho, do calor, das febres e da mulher de um coronel inglês. Qual de nós dois realmente visitou a Índia? Evidente que fui eu. Bombaim, Cingapura. Me recordo, por exemplo.

Como Natasha caminhava bem junto à água, as ondinhas do lago vinham lambe seus pés. Mais além da floresta passou um trem, como se estivesse trilhando uma corda musical, e ambos pararam para ouvir. O dia ficara ainda mais dourado, ainda mais doce, e os pinheirais na outra margem do lago ganhavam agora um tom azulado.

Perto da estação ferroviária, Wolfe comprou um saquinho de ameixas, mas elas estavam amargas. Sentados no compartimento de madeira vazio do trem, ele ia jogando as frutas pela janela e não parava de se lamentar por não haver surrupiado no café alguns daqueles discos de papelão que servem de descanso para as canecas de cerveja.

– Eles voam tão bonito, Natasha, como se fossem passarinhos.

Dá prazer em ver.

Natasha estava cansada; fechava os olhos bem fechados e logo depois, como havia acontecido durante a noite, era dominada e transportada por uma sensação de vertiginosa leveza.

– Quando eu contar a papai sobre nosso passeio, por favor não me interrompa ou me corrija. Talvez eu fale sobre coisas que nem vimos. Várias coisinhas maravilhosas. Ele vai entender.

Chegando à cidade, decidiram voltar para casa a pé. O barão Wolfe, taciturno, fazia caretas quando as buzinas dos carros soavam furiosas, enquanto Natasha parecia impelida pelo vento, como se sua fadiga a sustentasse, lhe desse asas e suprimisse seu peso, e Wolfe se tingia de azul como a tarde que caía. Um quarteirão antes de chegarem, Wolfe parou de repente. Natasha seguiu célere. Depois parou também. Olhou em volta. Erguendo os ombros, enfiando as mãos bem fundo nos bolsos de suas calças largas, Wolfe baixou a cabeça azul-clara como um touro. Olhando para o lado, disse que a amava. E então, voltando-se rapidamente, deu-lhe as costas e entrou numa tabacaria.

Natasha ficou parada por algum tempo, como se suspensa no espaço, e depois seguiu devagar para casa. Vou dizer isso também ao papai, ela pensou, avançando através de uma névoa azul de felicidade em meio à qual os lampiões da rua se acendiam como pedras preciosas. Sentiu que estava ficando fraca, que ondas quentes e silenciosas subiam por sua coluna vertebral. Chegando ao edifício, viu seu pai, num paletó preto, cobrindo com uma das mãos o colarinho desabotoado da camisa enquanto com a outra sacudia as chaves da porta. Ele saiu às pressas, ligeiramente encurvado na névoa vespertina, rumando para a banca de jornais.

– Papai, ela chamou, buscando alcançá-lo. Ele parou na beira da calçada e, inclinando a cabeça, olhou para ela com o sorriso manhoso que lhe era característico.

– Meu galinho garnisé de penas grisalhas. Você não devia

REFLEXÕES XXVIII

estar na rua, disse Natasha.

Seu pai inclinou a cabeça para o outro lado e disse bem baixinho: – Minha querida, tem uma coisa fabulosa no jornal de hoje. Só que esqueci de trazer a carteira. Você pode dar um pulo lá em cima e apanhar o dinheiro? Te espero aqui.

Ela abriu a porta com um repelão¹⁷, aborrecida com o pai e ao mesmo tempo feliz em vê-lo tão bem. Subiu as escadas aos saltos, aérea, como se estivesse num sonho. Atravessou o *hall* correndo. Ele pode pegar um resfriado esperando por mim lá fora.

Por alguma razão, a luz do *hall* estava acesa. Ao chegar perto da porta, Natasha ouviu uma conversa sussurrada dentro do quarto. Abriu a porta de um golpe. Da lâmpada de querosene sobre a mesa subia uma densa fumaça. A senhoria, uma arrumadeira e alguém que ela não conhecia bloqueavam a vista da cama. Todos se voltaram quando Natasha entrou e a senhoria, exclamando qualquer coisa, correu para ela...

Só então Natasha viu seu pai deitado na cama, em nada lembrando a pessoa que acabara de encontrar, e sim apenas um velhinho morto com um nariz cor de cera. ●

Vladimir Nabokov: escritor russo (1899–1977), autor de *Lolita*
Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 25, outubro de 2008

¹⁷ **Repelão:** esbarrão violento.

Um café na lanchonete

Mohsin Hamid



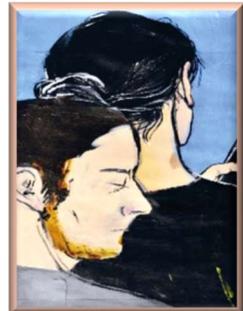
A história de Saeed, dos pais de Saeed – e o segredo de Nadia

Numa cidade abarrotada de refugiados, mas ainda predominantemente em paz, ou pelo menos ainda não em guerra aberta, um garoto conheceu uma garota numa sala de aula e não lhe dirigiu a palavra por muitos dias. O nome dele era Saeed e o dela era Nadia, e ele usava barba, não uma barba cheia, e sim uma barbinha rala podada cuidadosamente, e ela estava sempre coberta dos dedos dos pés à base da jugular por um manto negro ondulante. Naquela época as pessoas ainda se davam ao luxo de vestir mais ou menos o que quisessem, no que diz respeito a roupas e cabelos, dentro de certos limites, claro, de modo que as escolhas significavam algo.

Pode parecer estranho que em cidades se equilibrando à beira do abismo jovens ainda frequentem aulas – nesse caso uma aula noturna sobre identidade empresarial e marcas de produtos –, mas é assim que as coisas são, seja quanto às cidades, seja quanto à vida, pois por um momento estamos entretidos com nossos afazeres habituais e no momento seguinte estamos morrendo, e nosso fim para sempre iminente não interrompe nossos começos e meios transitórios até o instante em que o fim chega de fato.

Saeed notou que Nadia tinha um sinal de nascença no pescoço, castanho e ovalado, que às vezes, poucas vezes, mas não nunca, se mexia com a pulsação dela.

Não muito tempo depois de notar isso,



REFLEXÕES XXVIII

Saeed falou com Nadia pela primeira vez. A cidade deles ainda não havia sofrido nenhum grande conflito, apenas alguns tiroteios e a estranha explosão do carro, sentida na cavidade torácica das pessoas como uma vibração subsônica semelhante às emitidas por enormes alto-falantes em concertos de música, e Saeed e Nadia tinham recolhido seus livros e estavam saindo da sala.

Na escada, ele se virou para ela e disse: “Olha só, você gostaria de tomar um café?”, e depois de uma breve pausa acrescentou, para soar menos atrevido, tendo em vista os trajés conservadores dela, “na lanchonete?”

Nadia olhou-o nos olhos. “Você não faz as suas orações noturnas?”, perguntou.

Saeed lançou mão de seu sorriso mais afetuoso. “Nem sempre. Infelizmente.”

A expressão dela não mudou.

Então ele persistiu, aferrando-se ao seu sorriso com o crescente desespero de um alpinista desafortunado: “Penso que é uma coisa pessoal. Cada um... ou cada uma... de nós tem seu próprio jeito. Ninguém é perfeito. E, em todo caso...”

Ela o interrompeu. “Eu não rezo”, disse.

Continuou a encará-lo fixamente.

Depois disse: “Talvez outro dia.”

Ele ficou olhando enquanto ela caminhava para a área de estacionamento dos estudantes e ali, em vez de cobrir a cabeça com um lenço preto como ele esperava, ela botou um capacete preto de motoqueiro que estivera preso a uma surrada *moto trail* de 100 cilindradas, baixou o visor e deu a partida, desaparecendo no lusco-fusco com um ronco moderado.

No dia seguinte, ele não conseguia parar de pensar em Nadia. Saeed trabalhava numa agência especializada na colocação de propaganda de rua. Eles possuíam *outdoors* por toda a cidade,

REFLEXÕES XXVIII

alugavam outros e negociavam espaços adicionais com empresas de ônibus, estádios de futebol e proprietários de edifícios altos.

A agência ocupava os dois andares de um casarão reformado e tinha mais de uma dúzia de empregados. Saeed era um dos mais novatos, mas seu chefe gostava dele e o incumbira de elaborar uma proposta de campanha para uma empresa local de sabão que precisava ser enviada por e-mail antes das cinco da tarde. Normalmente Saeed tentava fazer um minucioso trabalho de pesquisa *on-line* e customizava suas apresentações tanto quanto possível. “Não é uma história se não tiver uma plateia”, o chefe gostava de dizer, e para Saeed isso significava mostrar ao cliente que a agência entendia realmente do negócio dele, que podia se colocar na sua pele e enxergar as coisas do seu ponto de vista.

Mas hoje, embora a campanha fosse importante – toda campanha era importante: a economia estava desaquecida devido à inquietação crescente, e parecia que uma das primeiras despesas que os clientes queriam cortar era a propaganda de rua –, Saeed não conseguia se concentrar. Uma árvore grande, crescida desordenadamente e sem poda, erguia-se no terreno dos fundos do casarão da empresa, bloqueando a luz do sol de tal maneira que o que tinha sido um gramado agora era terra com uns poucos tufos de grama, entremeados por uma porção matinal de bitucas de cigarro, pois o chefe proibira as pessoas de fumar dentro da agência, e no alto dessa árvore Saeed avistara um falcão construindo seu ninho. O pássaro trabalhava sem descanso. Às vezes pairava na altura dos olhos, quase imóvel ao vento, e então, com um minúsculo movimento de uma asa, ou mesmo das penas voltadas para cima na ponta de uma asa, dava uma guinada.

Saeed pensava em Nadia e observava o falcão.

Quando finalmente seu tempo estava acabando, ele fez um esforço para preparar a proposta de campanha, copiando e colando de outras que tinha feito antes. Só algumas poucas

imagens, entre as que selecionou, tinham alguma coisa a ver com sabão. Levou um esboço ao chefe e teve que reprimir um tremor ao estender o braço para entregá-lo.

Mas o chefe parecia preocupado com outra coisa e nem notou. Limitou-se a rabiscar algumas pequenas correções na cópia impressa, devolveu-a a Saeed com um sorriso tristonho e disse: “Mande logo.”

Alguma coisa em sua expressão fez Saeed sentir pena dele. Lamentou não ter feito um trabalho melhor.

No momento em que o e-mail enviado por Saeed estava sendo baixado de um servidor e lido por seu cliente, na distante Austrália uma mulher pálida dormia sozinha no bairro de Surry Hills, em Sydney. Seu marido estava em Perth, a trabalho. A mulher usava uma camiseta longa, dele, e uma aliança de casamento. Seu torso e sua perna esquerda estavam cobertos por um lençol ainda mais branco que sua pele; a perna direita estava exposta até o quadril. No tornozelo direito, empoleirada sobre a cavidade do tendão de Aquiles, ficava a tatuagem azul de um pequeno pássaro mitológico.

A casa tinha alarme, mas estava desativado. Havia sido instalado pelos antigos moradores, outros que um dia tinham chamado aquela casa de lar, antes que o fenômeno que chamam de gentrificação do bairro tivesse chegado ao ponto atual. A mulher adormecida ligava o alarme apenas esporadicamente, em geral quando o marido não estava, mas naquela noite ela tinha esquecido. A janela do quarto, a 4 metros do chão, estava aberta, só uma fresta.

Na gaveta do criado-mudo havia uma cartela pela metade de pílulas anticoncepcionais – consumidas pela última vez três meses antes, quando ela e o marido ainda tentavam evitar a gravidez –, passaportes, talões de cheques, recibos, moedas, chaves, um par de algemas e alguns chicletes, ainda na embalagem.

A porta para o *closet* estava aberta. O quarto era banhado pela

REFLEXÕES XXVIII

luminosidade da fonte do computador e do roteador da internet sem fio, mas a abertura para o *closet* estava escura, mais escura que a noite, um retângulo de completa escuridão – o coração das trevas. E daquelas trevas um homem emergia.

Ele também era escuro, de pele escura e cabelo crespo escuro. Passava pela porta com grande esforço, com as mãos agarrando os batentes como se avançasse contra a força da gravidade, ou contra o ímpeto de uma onda monstruosa. Logo depois da cabeça surgiu o pescoço, com os tendões tensos, e em seguida o peito, numa camisa marrom e cinza, suada e meio desabotoada. De repente ele parou, fazendo uma pausa no seu esforço. Olhou em volta, observando o quarto. Olhou para a mulher adormecida, para a porta fechada do quarto, para a janela aberta. Recuperou o ânimo, lutando com todas as forças para entrar, mas em desesperado silêncio, o silêncio de um homem que se debate no chão de um beco, tarde da noite, para se libertar de mãos que pressionam sua garganta. Mas não havia mão alguma em torno da garganta daquele homem. Ele só não queria ser ouvido.

Com um impulso final ele estava dentro do quarto, tremendo e deslizando para o chão como um potro recém-nascido. Estendeu-se imóvel, exausto. Tentou não arfar. Levantou.

Seus olhos giravam terrivelmente. Sim: terrivelmente. Ou talvez nem tão terrivelmente assim. Talvez eles só estivessem olhando ao redor, para a mulher, para a cama, para o quarto. Tendo sido criado nas circunstâncias não raro perigosas nas quais crescera, ele estava ciente da fragilidade do próprio corpo. Sabia quão pouco bastava para transformar um homem numa massa de carne: o golpe errado, o tiro errado, o movimento errado de uma lâmina, a guinada de um carro, a presença de um micro-organismo num aperto de mão, uma tosse. Estava ciente de que, sozinha, uma pessoa é quase nada.

A mulher que dormia, dormia sozinha. Ele, em pé diante dela, também estava sozinho. A porta do quarto estava fechada. A janela estava aberta. Escolheu a janela. Atravessou-a num

instante, aterrizando suavemente na rua abaixo.

Enquanto esse incidente ocorria na Austrália, Saeed comprava pão fresco para o jantar e se dirigia para casa. Era um homem adulto, de espírito independente, solteiro, com um emprego decente e uma boa formação, e como acontecia naqueles dias, naquela cidade, com a maioria dos homens adultos, de espírito independente, solteiros, com empregos decentes e boa formação, morava com os pais.

A mãe de Saeed tinha o ar dominador de uma professora de colégio, o que ela de fato havia sido, e o pai, o jeito perdido de um professor universitário, o que ele continuava sendo – embora com salário reduzido, pois superara a idade para a aposentadoria oficial e fora forçado a buscar ocupação como professor visitante. Os pais de Saeed, muito tempo atrás, tinham escolhido profissões respeitáveis num país que acabaria sendo muito ruim para seus profissionais respeitáveis. Segurança e *status* só seriam encontrados em outras ocupações, bem diferentes. Saeed tinha nascido tardiamente, tão tardiamente que sua mãe tinha achado que era provocação do médico quando ele lhe perguntou se ela pensava estar grávida.

O pequeno apartamento deles ficava num prédio outrora bonito, com uma fachada ornamentada, agora caindo aos pedaços, que datava da era colonial, numa parte da cidade que havia sido nobre, hoje apinhada de gente e de comércio. Tinha sido desmembrado de um apartamento muito maior e compreendia três cômodos: dois modestos quartos de dormir e um terceiro aposento que eles usavam como sala de estar, de jantar, de entretenimento e de televisão. Esse terceiro aposento também era de tamanho modesto, mas tinha janelas altas e uma sacada utilizável, ainda que estreita, com vista para um beco e, *bulevar* acima, para uma fonte seca que em outros tempos jorrava e cintilava à luz do sol. Era o tipo de vista que poderia justificar uma ligeira elevação de preço em tempos mais brandos e prósperos, mas bastante indesejável em tempos de conflito, quando ficava bem no meio do fogo

pesado de metralhadoras e mísseis, à medida que os combatentes avançavam para aquela parte da cidade: uma vista que era como olhar para dentro do cano de um fuzil. Localização, localização, localização, dizem os corretores de imóveis. Geografia é destino, respondem os historiadores.

A guerra logo iria corroer a fachada do prédio deles como se tivesse acelerado o próprio tempo, o desgaste de um dia ultrapassando o de uma década.

Quando se conheceram, os pais de Saeed tinham a mesma idade que Saeed e Nadia quando se conheceram. O casal mais velho teve um casamento por amor, um casamento entre estranhos não arranjado pelas famílias, o que, em seu círculo, se não era sem precedentes, ainda era pouco comum. Conheceram-se no cinema, durante o intervalo de um filme sobre uma princesa muito esperta. A mãe de Saeed espiou o pai dele fumando um cigarro e se espantou com a semelhança entre ele e o galã do filme. Essa semelhança não era inteiramente acidental: embora um pouco tímido e bastante estudioso, o pai de Saeed se espelhava no estilo dos astros populares do cinema e da música de seu tempo, como a maioria de seus amigos. Mas a miopia do pai de Saeed, combinada com sua personalidade, lhe conferia uma expressão genuinamente sonhadora, e por isso, o que era compreensível, a mãe de Saeed passou a acreditar que ele não apenas se parecia com o personagem como também o encarnava. Ela decidiu abordá-lo, à sua maneira.

Em pé, diante do pai de Saeed, começou uma conversa entusiasmada com uma amiga, simulando ignorar o objeto do seu desejo. Ele a notou. Ouviu o que ela dizia. Juntou coragem para lhe dirigir a palavra. E assim foi, como ambos gostavam de dizer nos anos subsequentes, ao contar a história do primeiro encontro.

Tanto a mãe como o pai de Saeed eram bons leitores e, cada um a seu modo, críticos, e nos primeiros dias do namoro eram vistos com frequência se esbarrando furtivamente em

livrarias. Mais tarde, depois do casamento, quando estavam na rua costumavam ler juntos à tarde em cafés e restaurantes, ou, se o clima permitisse, na sacada de casa. Ele fumava e ela dizia não fumar, mas muitas vezes, quando as cinzas do cigarro aparentemente esquecido por ele se estendiam até o limite, ela o tomava dos dedos dele, batia suavemente o excesso num cinzeiro e dava uma tragada longa e um tanto lasciva antes de devolvê-lo com um gesto elegante.

O cinema em que os pais de Saeed se conheceram já tinha desaparecido havia muito tempo quando o filho deles conheceu Nadia, assim como suas livrarias favoritas e seus amados restaurantes e cafés. Não que os cinemas, livrarias, restaurantes e cafés tivessem desaparecido da cidade, mas é que muitos dos que antes existiam tinham deixado de existir. O cinema que eles recordavam com tanto carinho tinha sido substituído por uma galeria de lojas de computadores e periféricos eletrônicos. O prédio adotara o mesmo nome do cinema que o precedera: ambos haviam sido do mesmo proprietário, e o cinema fora tão famoso que se tornara sinônimo do local. Ao andar pela galeria e ver o velho nome no novo letreiro em néon, às vezes o pai de Saeed, às vezes a mãe de Saeed, rememoravam e sorriam. Ou rememoravam e faziam uma pausa.

Os pais de Saeed não fizeram sexo até a noite de núpcias. Dos dois, foi a mãe de Saeed quem se sentiu mais desconfortável, mas foi também quem mais gostou, e por isso insistiu para que repetissem o ato duas vezes antes do amanhecer. Durante muitos anos o equilíbrio dos dois permaneceu assim. Falando em termos gerais, ela era voraz na cama. Falando em termos gerais, ele era gentil. Talvez por não ter engravidado até a concepção de Saeed, duas décadas depois, e por isso ter concluído que não podia ter filhos, ela era capaz de transar com desembaraço, isto é, sem pensar nas consequências nem nos transtornos de ter uma criança para criar. Enquanto isso, ao longo da primeira metade da vida conjugal, a atitude típica dele diante dos ardentes ímpetos dela era a de um homem

REFLEXÕES XXVIII

agradavelmente surpreso. Ela considerava erótico o bigode dele e ser pega por trás. Ele a achava sensual e provocante.

Depois que Saeed nasceu, a regularidade com que seus pais faziam sexo caiu consideravelmente, e continuou em declínio com o passar do tempo. O útero dela começou a sofrer prolapso¹⁸, e para ele era cada vez mais difícil manter uma ereção. Durante essa fase, o pai de Saeed passou a ser escalado, ou a escalar a si próprio, cada vez com mais frequência, como aquele que tentava dar início ao sexo. A mãe de Saeed às vezes se perguntava se ele fazia isso por um desejo genuíno ou simplesmente por sentir falta de intimidade. Ela tentava ao máximo corresponder. Ele acabava sendo rejeitado pelo próprio corpo tanto ou mais do que pelo dela.

No último ano da vida que compartilhavam, o ano que já estava bem avançado quando Saeed conheceu Nadia, eles fizeram sexo apenas três vezes. Num ano, o mesmo número de vezes da noite de núpcias. Mas o pai dele manteve sempre o bigode, por insistência da mulher. E eles nunca trocaram de cama: as barras da cabeceira, como balaústres de um parapeito, quase pediam para ser agarradas.

Naquilo que a família de Saeed chamava de sala de estar havia um telescópio, preto e lustroso. Tinha sido dado ao pai de Saeed pelo pai deste, e o pai de Saeed, por sua vez, presenteara-o a Saeed, mas como Saeed ainda morava na casa, isso significava que o telescópio seguia instalado em seu tripé, onde sempre estivera, num canto, embaixo de um intrincado barco à vela que velejava dentro de uma garrafa de vidro no mar de uma estante triangular.

O céu sobre a cidade deles ficara poluído demais para a atividade de observar estrelas. Mas em noites sem nuvens depois de um dia de chuva, o pai de Saeed às vezes levava para fora o telescópio e a família bebericava chá verde na sacada,

¹⁸ **Prolapso**: saída de um órgão ou parte dele, para fora do seu lugar.

REFLEXÕES XXVIII

desfrutando uma brisa, e revezava-se para espiar no céu objetos que com frequência tinham emitido sua luz antes que qualquer um dos três observadores tivesse nascido – luz de outros séculos, só agora chegando à Terra. O pai de Saeed chamava isso de viagem no tempo.

Numa noite específica, porém, na verdade na noite depois de ele ter tido dificuldade para preparar a proposta de campanha para a empresa de sabão, Saeed esquadrihava distraidamente uma trajetória abaixo da linha do horizonte. Em seu visor estavam janelas e muros e telhados, às vezes imóveis, às vezes movendo-se a uma velocidade incrível.

“Acho que ele está espiando garotas”, o pai de Saeed disse à esposa.

“Comporte-se, Saeed”, disse sua mãe.

“Bom, ele é seu filho.”

“Nunca precisei de um telescópio.”

“Sim, você preferia atuar a curta distância.”

Saeed abanou a cabeça e virou o telescópio para cima.

“Estou vendo Marte”, ele disse. E de fato estava. O segundo planeta mais próximo, com suas feições indistintas, da cor de um crepúsculo depois de uma tempestade de areia.

Saeed apurou o corpo e ergueu o celular, dirigindo a câmera para o céu, consultando um aplicativo que indicava o nome dos corpos celestes que ele não conhecia. O Marte que ele mostrava era mais detalhado, embora fosse evidentemente um Marte de outro momento, um Marte pretérito, fixado na memória pelo criador do aplicativo.

À distância, a família de Saeed ouviu o som de tiros de metralhadora, estalos repetitivos que não eram altos e no entanto chegavam a eles nitidamente. Ficaram ali sentados por mais um tempo. Então a mãe de Saeed propôs que entrassem.

REFLEXÕES XXVIII

Quando Saeed e Nadia finalmente tomaram café na lanchonete, o que aconteceu na semana seguinte, logo depois da aula que tinham em comum, Saeed perguntou-lhe sobre aquele manto negro conservador que escondia tudo.

“Se você não reza”, ele disse, baixando a voz, “por que vestir isso?”

Estavam sentados numa mesa para dois, junto de uma janela com vista para o tráfego congestionado na rua abaixo. Seus celulares repousavam entre eles com as telas voltadas para baixo, como as armas de criminosos durante uma discussão.

Ela sorriu. Deu um gole. E falou, com a metade inferior do rosto coberta por sua xícara.

“Para os homens não acharem que podem transar comigo”, disse. ●

Mohsin Hamid: escritor paquistanês, colabora com diversas publicações estrangeiras, como *The New York Times* e *Granta*

Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 139, abril de 2018

Fajardo, in memoriam

Roberto Kaz



Vida e obra de um bovino espermático

Ao meio-dia do último 18 de fevereiro, numa fazenda a duas horas de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, falecia um touro. Seu nome era Fajardo – Fajardo da GB, para ser mais preciso. Tinha 16 anos recém-completados. Dali a minutos, a notícia correria o país.

“Eu estava na estrada, dirigindo, quando tocou o telefone”, contou Ricardo Abreu, gerente da central de inseminação onde o touro passara os últimos onze anos. A ligação vinha de Helder Galera, dono do animal, que anunciava com voz combalida: “Foi infarto. A família aqui está muito abalada.”

Entristecido, Abreu incumbiu-se de avisar a veterinária Lúcia Helena Rodrigues, sua companheira de trabalho, responsável pela saúde do touro desde que ele chegara à central. Ela estava em reunião, prontamente interrompida para que pudesse atender ao chamado. Ao saber do ocorrido, suspirou: “Pelo menos foi rápido. Meu medo era que ele precisasse ser sacrificado por causa da artrose.” Lúcia desligou o telefone com a certeza de que a bovinocultura, tal como existira até então, jamais seria a mesma. O futebol sem Pelé, as corridas sem Senna, o boxe sem Jofre, o tênis sem Guga, o basquete sem Oscar. A pecuária sem Fajardo.



REFLEXÕES XXVIII

Fajardo nasceu no dia 29 de novembro de 1992, de parto normal, no pequeno município de Jales, quase divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Fruto da união entre a vaca Bailarina e o touro Idilio, passou a infância no rebanho do pequeno criador Inoel Ramos da Silva, já falecido. Aos 15 meses, foi escolhido para participar da 25ª Facip – a Feira Agrícola, Comercial, Industrial e Pecuária – de Jales. Por ser ainda um touro iniciante, sem privilégios, calhou de dividir o mesmo galpão com bovinos da Fazenda Eldorado, de Helder Galera, à época um jovem pecuarista de 30 anos. Sem que soubesse, fora posto nos domínios do seu futuro dono.



Três dias antes da exposição que elegeria o melhor novilho, Galera resolveu vistoriar os espécimes que trouxera para a feira. Foi quando bateu o olho em Fajardo, um bovino sem expressão marcante, ainda distante dos mil quilos. Levado apenas pela intuição, Galera pediu ao tratador que levantasse o animal, para que pudesse analisar sua anca, sua musculatura e o diâmetro do seu saco escrotal – pré-requisitos básicos em um touro de qualidade. Gostou do que viu, e soube que o animal estava à venda. Só faltava juntar o dinheiro: 10 mil dólares.

“Naquela época, o Helder ainda não tinha um rebanho importante. Precisava de um bom touro para emprenhar as vacas da fazenda”, contou o cunhado dele, Ricardo Demétrio, numa quarta-feira recente, na Fazenda Eldorado (por razões de saúde, Helder Galera não pôde colaborar com a reportagem). “Aí ele foi direto pro pai, pedindo autorização para comprar aquele animal”, completou. O pai autorizou. Galera vendeu algumas vacas da família para dar fundo ao cheque que estava prestes a assinar. No meio da articulação,

foi surpreendido por uma notícia: Fajardo sagrara-se campeão da feira de Jales.

“Ninguém imaginava que isso fosse acontecer. O Fajardo já tinha sido premiado numa outra exposição, mas coisa pequena”, lembrou Demétrio. A faixa caía feito uma bomba no projeto de Galera. “De repente, fazendeiro que nunca tinha visto o Fajardo estava oferecendo três vezes mais do que o Helder.” Aflito, Galera procurou Inoel Ramos da Silva, que ainda detinha os direitos sobre o animal, na esperança de que palavra dada era palavra empenhada. Ao ouvir que o trato continuava de pé, prometeu: “Seu Inoel, se esse bicho virar um grande campeão, eu volto aqui para doar as primeiras doses de sêmen ao senhor.” No ano seguinte, com o touro já condecorado pela Associação de Criadores de Nelore do Brasil com o galardão de Melhor Macho Jovem, Galera cumpriu a palavra: reencontrou Inoel trazendo, em mãos, o sêmen prometido. Dali a nove meses, período de uma gestação bovina, nasceriam os filhos de Fajardo – os primeiros de outros 275 mil que o touro teria em vida.

Fajardo era da raça mais populosa do Brasil, a Nelore, perfazendo dois terços dos 195 milhões de bois em atividade no país. A história da linhagem remonta a 1878, quando Manoel Lemgruber, um industrial em viagem à Alemanha, se interessou por quatro bovinos expostos no zoológico de Hamburgo. Ao saber que eram originários da Índia, Lemgruber intuiu que, em razão da semelhança climática entre os dois países, os animais talvez pudessem se adaptar ao Brasil. Resolveu trazê-los.

Até então, a pecuária nacional caminhava a passos lentos. A maior parte dos bois datava da colonização portuguesa e era uma mistura de animais africanos e europeus. “Como ainda

nem existia vermífugo ou antibiótico, eles pegavam todos os tipos de doença”, diz o fazendeiro Paulo Lemgruber, sobrinho-neto do pioneiro Manoel. “Não sobreviviam por mais de um ano.”

Chegando ao Brasil, Manoel Lemgruber levou os quatro animais – Hanomet, Piron, Gouconda e Victoria – para uma fazenda próxima a Petrópolis, onde começou a mesclá-los com o gado que lá havia. “Cento e trinta anos atrás, cruzava-se tudo com tudo. Não tinha isso de raça definida”, conta Paulo. Com o tempo, o rebanho foi se “anelorando”.

No final da década de 1930, os governos da Bahia, Espírito Santo, Alagoas e Pará começaram a comprar os touros anelorados para distribuí-los pelas fazendas, no intuito de fecundar o maior número possível de vacas. Resultou disso um rebanho mais resistente – o Nelore é, por excelência, um animal rústico, de fácil adaptação a adversidades de terreno e clima. A resistência, porém, era conseguida graças à miscigenação, e como a pecuária vive de raças puras, o Nelore corria o risco de desaparecer no cadinho de sangues plebeus. Melhor era ter gado mais aristocrático, como o Gir e Guzerá. “O que salvou a nossa linhagem foi a importação de 1962”, contou Paulo.

Em 1960, diante do crescimento desordenado de touros anelorados, chegou-se à conclusão de que era necessário depurar a raça. Um grupo de pecuaristas embarcou rumo à Índia no intuito de prospectar novas matrizes que azulassem o sangue nacional. Levaram 21 meses de pesquisas em cidades grandes e vilarejos para selecionar 240 cabeças de gado. Na viagem de volta, a bordo do navio Cora, estava o touro Karvadi, tetracampeão indiano e campeão asiático da raça.

“O Karvadi era tão conhecido que, na época, toda repartição

pública da Índia tinha uma foto dele e outra do primeiro-ministro”, contou – repetindo o que talvez seja uma lenda urbana – Marco Aurélio Colete, representante de vendas da Central VR, onde o touro indiano viveu após chegar ao Brasil. Somado à beleza e à fertilidade, Karvadi foi o bovino certo no lugar certo. Em 1968, seu proprietário, Torres Homem Rodrigues da Cunha, inaugurou uma das primeiras centrais de inseminação artificial do Brasil. Enquanto a maioria dos touros continuava fecundando *in natura*, Karvadi entrou para o modelo fordista. Em pouco tempo, o sêmen do touro era vendido em todo o Brasil – e a linhagem Nelore tomava a dianteira das outras. A raça, segundo Colete, se divide entre “antes e depois do Karvadi. Noventa por cento do rebanho de hoje tem sangue dele”. Fajardo era seu tataraneto.

Ascensão- De acordo com uma instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, touros em coleta de sêmen são obrigados a viver em centrais. A Associação Brasileira de Inseminação Artificial tem, hoje, dezesseis delas na sua lista de associados, nas quais se abrigam cerca de 600 touros.

No dia 18 de março de 1998, Fajardo pisou pela primeira vez a central de inseminação CRV Lagoa, a meia hora de Ribeirão Preto, onde passaria os onze anos seguintes. A chegada mereceu divulgação entusiástica em quatro revistas do ramo. “Um troféu para a Lagoa da Serra e para a pecuária brasileira”, dizia o anúncio publicado pela central de inseminação. A imagem mostrava o touro folheado a ouro, como se fosse, de fato, um troféu. O texto continuava: “Colocamos à sua disposição Fajardo da GB, um consagrado tricampeão de vendas de sêmen, com 130 mil doses comercializadas, mais de 37 mil só em 1997.”

À época, com 5 anos de idade e 1 162 quilos, Fajardo já era um touro de renome. Em 1994, sagrara-se grande campeão da Expoinel de Uberaba, uma das principais feiras pecuárias do país. Em 1997, em razão da qualidade de seus filhos, conquistara o título de Melhor Reprodutor Nelore pelo *ranking* da Associação dos Criadores Nelore Brasil. “O Fajardo foi a primeira contratação de peso que fizemos quando a Holland [grupo internacional de aprimoramento genético] se juntou a nós no Brasil”, diz Ricardo Abreu, gerente de produto corte Zebu da CRV Lagoa.

Se comparado ao mundo do futebol, um touro equivale a um jogador; uma central de inseminação, a um time; e o pecuarista, ao proprietário do passe. Quase sempre, o contrato entre um touro e uma central tem a duração de dois anos, podendo ser renovado indefinidamente. Quando o touro está em início de carreira, o proprietário recebe 20% do valor do sêmen negociado. À medida que o animal ganha notoriedade – e a disputa por ele aumenta –, cresce o poder de barganha de quem detém seus direitos. Reprodutores consagrados rendem aos seus proprietários até 50% da receita que geram.

Antes de ser contratado pela Lagoa, Fajardo passou dois anos produzindo sêmen na central ABS Pecplan, em Uberaba. “No dia em que ele ganhou a Expoinel, recebemos uma chuva de convites. Ele foi direto da exposição para o trabalho”, contou Ricardo Demétrio, o cunhado de Helder Galera. Lá, sob os cuidados do veterinário Fernando Vilela Vieira, Fajardo ganhou a maior parte dos seus prêmios: “Foi aqui que ele chegou a mil quilos. Foi aqui que ele foi eleito o melhor reprodutor. Foi aqui que ele foi projetado no mercado. E por causa de pouca coisa, o proprietário o levou para outra central. É muita ganância”, lamentou Vieira, por telefone. Taxativo, negou-se a descrever o período em que Fajardo viveu na sua

central: “Tenho animais muito superiores. O mundo caminha. Não falo sobre touro da concorrência.”

Ao chegar na CRV Lagoa, Fajardo entrou em quarentena de dois meses, para identificar possíveis infecções. Atestada a sua saúde ocupacional, foi encaminhado ao piquete E3, um dos mais espaçosos, com 400 metros quadrados. Como vizinhos, tinha os touros Enlevo (segundo Ricardo Abreu, “o animal mais bonito daqui”), Xangô (“Touro jovem, que está virando uma marca”) e Ranchi (cuja “cota” de 50% – ou seja, metade de cada pata, chifre e gota de sêmen – foi vendida no ano passado por 1 milhão de reais). “O Fajardão ficava na Oscar Freire da Lagoa”, lembra.

O piquete, individual e protegido por cerca elétrica, era parcialmente coberto para abrigá-lo da chuva. Fajardo tinha a seu dispor um belo gramado – “para o bicho lembrar que é um ruminante” –, seis aspersores – “para jogar água em dias de calor” – e um cocho, no qual se alimentava. A dieta era composta de 30 quilos diários de feno, silagem de milho, ração proteica e suplemento mineral, com abóbora. Segundo Abreu, Fajardo possuía uma apólice de seguro no valor de 300 mil reais: “Mas era apenas *pro forma*”, apontou. “O verdadeiro seguro desses animais é o sêmen.”

Sêmen, como vinho, tende a encarecer à medida que o touro envelhece. Há duas razões. A primeira, de ordem biológica: quando a idade do animal avança, a produção de esperma diminui – a redução da oferta encarece o produto. A segunda, de ordem especulativa: quanto mais idoso, maior a chance de o bovino ter filhos e netos premiados. Cada medalha que a prole recebe reverte em voto de confiança no patriarca. Em 2008, Fajardo foi considerado o quinto melhor reprodutor da raça. Poderia ter passado o ano sem fazer outra coisa senão

REFLEXÕES XXVIII

pastar, pois o esforço não foi dele, mas de suas laureadas netas Brazlandia, Espanhola e Mary. O grande campeão de 2008 foi o touro Bitello da SS, com 160 filhos premiados. Ele está morto desde 2005.

Qual Quincas Berro d'Água, grandes reprodutores morrem e morrem. O primeiro óbito é real – e entristece familiares e funcionários que conheciam o animal. O segundo óbito, que ocorre quando o estoque de esperma acaba, é mercadológico – e entristece fazendeiros que sonhavam em ver suas vacas fecundadas por um campeão. Até desaparecer para sempre, um touro pode resistir por décadas no limbo genético, desde que seu esperma seja congelado em nitrogênio líquido, a 196 graus Celsius negativos. Da safra póstuma, o do tetracampeão indiano Karvadi continua a amealhar os preços mais altos. Uma dose – raríssima – do seu sêmen chega a 30 mil reais. Até a morte de Fajardo, um concentrado do seu esperma era vendido a 350 reais (cada dose pode gerar um bezerro).

No livre mercado bovinocultor, a dose de esperma equivale à ação. Se o sêmen de um determinado touro é vendido a granel, o resultado, em longo prazo, é a desvalorização do produto. O leiloeiro João Gabriel explica: “O Ludy de Garça deixou uma dinastia muito grande. Hoje, por risco de consanguinidade, poucas fêmeas podem utilizar o sêmen dele.” Assim que Fajardo morreu, a CRV Lagoa retirou o seu esperma do mercado. Em parte, para evitar a circulação excessiva do sêmen, mas também para gerar um sentimento de escassez. Gabriel acredita que o preço irá disparar: “Isso aqui é que nem mercado de arte. Quadro bom valoriza ainda mais depois que o artista morre.”

O universo bovino se divide em dois grupos: pista e produção. Fajardo pertencia ao primeiro deles, sem dúvida o mais

aristocrático dos dois. Touro de pista é aquele em que o proprietário investe maciçamente, na esperança de transformá-lo num campeão de beleza que, posteriormente, lhe garantirá bons lucros com a venda de sêmen. Somando ração, hormônios, viagens e maquiagem nos dias de competição (tosar o pelo, lixar os cascos, engraxar os chifres e passar purpurina no corpo), um animal de pista chega a custar 750 reais por mês. (Um boi sem privilégios não gasta mais de 60.) Em contrapartida a tanto luxo, um touro de pista tem a obrigação de perpetuar sua herança genética junto às futuras gerações – o que lhe vale a alcunha de “melhorador” ou, para ser mais preciso, “melhorador e geneticamente prepotente”.

Ricardo Abreu explica que nem todo campeão se transforma necessariamente num melhorador: “Tem bicho egoísta, que guarda todas as qualidades pra si mesmo.” Quando descobre um farsante, Abreu o devolve à fazenda do dono: “Lá, ele vira carne. Carne moída, enlatada. Nem para pasto serve”, diz desgostoso.

Do outro lado da escala social bovina está o animal de produção, um pobre coitado que já nasce com destino certo: o abate, perto dos três anos. A esse animal – castrado e dócil – se dá o nome de boi mesmo. Quando um touro está em começo de carreira, e seu sêmen ainda é vendido a preços módicos, a maior parte dos seus filhos inevitavelmente vira boi. Vez por outra, algum criador mais abastado resolve fazer uma aposta: do seu plantel, pinça um boizinho pomposo – e ainda sexualmente ativo – na esperança de que, cinco anos mais tarde, o garrote se torne um touro espermático. Assim nascem as estrelas.

A partir do momento em que um touro consolida sua reputação – como no caso de Fajardo –, seu sêmen passa a ser

comprado apenas por quem planeja usá-lo para criar novo campeão. Mas como a apoteose tarda, Abreu acredita que pelo menos 70% dos descendentes de Fajardo – aqueles que tiveram a infelicidade de nascer antes de o pai chegar ao estrelato – terminaram num espeto de churrascaria. Em 2008, a pecuária de corte movimentou 5,3 bilhões de dólares em vendas para o exterior. O Brasil é o maior exportador de carne bovina no mundo.

Instalado na CRV Lagoa, Fajardo deu início à rotina que seguiria pelo resto da vida. Duas vezes por semana – terça e sexta-feira –, era despertado às seis da manhã pelo tratador Luís Eduardo Miguel. Ainda sonolento, o touro era banhado com água e xampu neutro da marca Ouro Fino. Recebia também uma lavagem prepucial, para evitar impurezas no esperma. Em seguida, Miguel o conduzia pelo cabresto até um piquete circular, onde Fajardo era aguardado por duas vacas que se revezavam para excitá-lo. Enquanto uma das fêmeas descansava, deitada sob a copa de uma árvore, a outra era obrigada a se colocar de costas para ele, oferecendo-lhe as partes íntimas. Ao contrário do bovino médio, que se entrelaça apenas com vacas no cio, Fajardo – assim como seus companheiros de faina – era capaz de se estimular em condições assim tão adversas. “Touro de central é condicionado a isso”, explica Ricardo Abreu.

A primeira fase da excitação passava pelo tato e olfato. Quando o tratador percebia que Fajardo já estava em ponto de bala, encaminhava-o à área de coleta, onde o touro aguardava sua vez enquanto assistia a seus colegas copularem – era a segunda fase, a da excitação visual. Quando convocado, escolhia-se uma vaca qualquer para lhe servir de fêmea. O touro montava nela e, no momento de penetrá-la, era interceptado pela vagina artificial – um cano de PVC

lubrificado, revestido por uma bolsa de água a 45 graus, em cuja extremidade oposta se inseria um tubo de ensaio. O orgasmo, sem coito, era instantâneo. Ricardo Abreu acredita que, na sua longa trajetória, “Fajardo dificilmente fecundou uma vaca”. Pelo menos não segundo os códigos do mundo natural. Neste sentido, apesar das centenas de milhares de filhos, o reprodutor morreu virgem.

Depois do clímax, e de um pequeno descanso, reiniciava-se a bateria de excitação, para a segunda coleta. Ao meio-dia, após seis horas de trabalho, o touro finalmente voltava ao seu piquete. “Isso aqui é uma indústria. O animal tem que produzir”, esclarece Abreu. O resultado da labuta – dois tubos de ensaio – era encaminhado ao laboratório genético da própria central, comandado pela veterinária Lúcia Helena Rodrigues.

“O Fajardo sempre foi de altíssima qualidade no ejaculado. Quando eu olhava para o sêmen dele pelo microscópio, pensava: ‘Esse é dez!’”, conta a veterinária, na sua sala decorada por um retrato do touro Gim de Garça, falecido em 1995 (com 247 mil doses comercializadas, Gim foi a maior estrela da CRV Lagoa até a chegada de Fajardo). De acordo com Lúcia Helena, Fajardo era um touro “garboso, com estilo – não chegava a ser agressivo, mas também não gostava que mexessem na cabeça dele”. Lembrou que o bovino se mostrava competente em exposições: “Quando entrava na pista, sabia exatamente o que fazer. Tinha consciência de que era um animal importante.”

Na flor da idade, cada tubo de ensaio preenchido por Fajardo continha até 500 doses de sêmen, vendidas a 350 reais a unidade – preço fixado desde 2005. Multiplicando, uma única ejaculação podia valer 175 mil reais.

Quando chegou à CRV Lagoa, em 1998, Fajardo vendia seu sêmen a 20 reais. Os quatro anos seguintes foram de árduo trabalho e lhe valeram o prêmio Palheta de Ouro, concedido aos touros que atingem a produção de 250 mil doses. “Foi um grande orgulho, como ver um filho ou um sobrinho sendo condecorado”, relembra Lúcia Helena. O prestígio, no entanto, pouco contribuiu para o benefício dos dividendos: a dose passara a custar 28 reais, aumento discreto em termos pecuários. O pulo do gato, por assim dizer, ocorreu em 2003. O sêmen, que começara o ano sendo comercializado a 30 reais, já valia quase o dobro em dezembro. Em 2004, o crescimento foi exponencial: pulou de 50 para 140 reais. As crias de Fajardo haviam provado que o pai era um reprodutor estupendo.

Em agosto de 2005, a dose de Fajardo atingiu o piso atual: 350 reais. Em pouco mais de dois anos, o esperma tivera um aumento de quase 1 200%. A pecuária nacional vivia seu primeiro *boom*. “O ano de 2003 foi a época áurea do Nelore”, disse Ricardo Abreu. João Gilberto Bento, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, concorda: “Foi o início da migração de empresários, artistas e industriais para esse ramo. Marcou o começo da revolução na reprodução.”

Até a década de 1970, a manipulação genética na pecuária se resumia ao universo masculino. Como a gestação bovina leva o mesmo tempo que uma gestação humana – e como a vida fértil do animal declina depois dos 12 anos –, as boas vacas podiam ter, no máximo, dez filhos. A partir dos anos 1980, iniciou-se a transferência de embriões. Através de hormônios, estimulava-se a ovulação das vacas. Dois meses após a fecundação, os embriões eram extraídos e depositados em outros animais, as chamadas “vacas de aluguel”. O final dos anos 1990 viu a transferência dar lugar à fertilização *in vitro*.

Óvulos e espermatozoides passaram a se encontrar apenas em laboratórios, com altas taxas de sucesso. “Uma vaca pulou de dez filhos para cem”, resume João Gilberto Bento. Os preços dispararam.

Até a chegada maciça da fertilização in vitro, os grandes rebanhos pertenciam a famílias tradicionalmente ligadas ao campo, que já haviam dedicado mais de cinquenta anos aprimorando a espécie. “Ninguém entrava no negócio, pois era necessário levar esse tempo todo até ser reconhecido pelo mercado”, diz Bento. Depois, vacas e touros de alta estirpe – ou, mais especificamente, óvulos e sêmens da mais alta estirpe – se tornaram acessíveis a qualquer um disposto a investir. “Em três ou quatro anos, dependendo do investimento, o sujeito se tornava um grande criador”, conclui.

Em 2004, João Carlos Di Genio, dono da rede Objetivo e da Universidade Paulista, resolveu entrar de cabeça no mercado rural, pagando 2,24 milhões de reais por 50% da vaca Recordação, que passou a pertencer a ele e ao empresário Jonas Barcellos, ex-dono da rede Brasif – foi a transação mais cara da história da pecuária nacional. Em 2008, foi a vez de Barcellos e Di Gênio abrirem mão – em parte – de outro animal que tinham em conjunto. Por 1,5 milhão de reais, venderam um terço da vaca Elegance II a Amilcare Dallevo, dono da Rede TV!

Queda- Em novembro de 2007, Fajardo completou seu décimo quinto ano de existência – idade excepcional para touros, que vivem em média treze anos. A comemoração, transmitida pelo Canal do Boi, contou com a presença de vinte funcionários da CRV Lagoa, que, sentados numa pequena arquibancada, cantaram parabéns enquanto o aniversariante se regalava com um bolo de feno. “Fajardo!”, “Valeu,

REFLEXÕES XXVIII

Fajardo!”, “Viva”, gritaram alguns mais exaltados. Animada, a veterinária Lúcia Helena Rodrigues homenageou os donos do animal: “À família Galera, parabéns por esse filho maravilhoso, que também é nosso filho.” Em seguida, enfatizou que, mesmo em idade avançada, “ele ainda vem duas vezes por semana à área de coleta, mantendo a rotina de sempre”.

Pouco tempo depois, Fajardo começaria a definhar. Embora continuasse produzindo sêmen, já não conseguia escorar-se sobre as vacas. Para combater a artrose, tomava um complemento diário de condroitina, um suplemento alimentar que fortalece as articulações. Passou a fazer exames frequentes de sangue, sêmen e tuberculose. Vez por outra, recebia a visita de um técnico em raios X, que lhe radiografava as juntas. Os dentes começaram a cair.

No ano passado, Fajardo perdeu seu maior trunfo: a qualidade do sêmen. “Ele não conseguia mais atingir o padrão mínimo de espermatozoides viáveis, mas, como a saúde fisiológica depende da rotina, não mudamos o dia a dia dele. Do contrário, me sentiria como aquelas pessoas que abandonam o velho na cadeira, esperando que ele morra”, contou Lúcia Helena. Fajardo se aposentava com mais um galardão. Chegara ao teto da sua capacidade espermática: 480 mil doses, recorde nacional.

Em janeiro de 2009, Helder Galera telefonou para a veterinária avisando que pretendia levar Fajardo de volta à fazenda. Durante os onze anos em que o touro viveu na central, isso acontecera apenas uma vez, em 2001, em razão de um leilão organizado pela família Galera.

“Da primeira vez que o Helder o levou, eu fiquei uma fera, porque sabia que o bicho ficaria muito estressado. Mas da

REFLEXÕES XXVIII

segunda, não. Entendi. Ele ia lá para ficar com a mãe.” (Galera é dono da vaca Bailarina, de 21 anos, que deu à luz Fajardo. Foi comprada anos depois do filho, na esperança de gerar outros touros de igual talento, experiência que se provou infrutífera.)

No dia 12 de fevereiro, uma quinta-feira nublada, o pequeno caminhão da família Galera, com caçamba de madeira e teto de lona, estacionou na central de inseminação. Dentro, havia uma cama de feno e capim, para que o passageiro pudesse viajar com conforto. Fajardo foi retirado de seu piquete e levado, vagorosamente, em direção ao caminhão. Passou em frente ao laboratório de genética, à sede administrativa e a seus colegas de trabalho, que, indiferentes à cena, continuavam a ejacular como se não houvesse amanhã.

Entrou no caminhão. Viu a porta da caçamba se fechar e o veículo partir. Desembarcaria oito horas depois na Fazenda Eldorado. Emocionada, Lúcia Helena, que acompanhava tudo à distância, começou a chorar. “Às vezes eu brigo com os donos, dizendo que o touro é nosso por usucapião.”

Quem entra na Fazenda Eldorado é obrigado a assinar um termo de compromisso atestando estar “sem qualquer doença transmissível ou ferimento”, e se comprometendo a não “fumar, comer, cuspir e muito menos tocar em qualquer animal” enquanto estiver na propriedade. Confirmada a boa índole, o visitante recebe então o alvará para cruzar o portão. Um belo corredor de eucaliptos leva à sede.

A sala principal exhibe quatro troféus recebidos por Fajardo, entre eles o da Expoinel 1994, que o revelou para o mundo. Na parede, há um imponente retrato a óleo do touro, de 1 metro por 2, pintado pela holandesa Marleen Felius, especializada em *portraits* bovinos e caprinos.

Ao lado, uma série de fotografias registra as etapas da vida de Fajardo. Ricardo Demétrio, cunhado de Helder, aponta para uma imagem de quando ele ainda era novinho e acabara de ser adquirido pela família Galera. “Mudou tudo. Dessa imagem, só sobraram as duas árvores do fundo. O resto virou a sede”, contou. Nos últimos quinze anos, a fazenda passou de oito para 64 baias. Hoje, Galera possui quinze touros espalhados em três centrais de inseminação.

Fajardo desembarcou da sua última viagem na quinta-feira, no fim da tarde. “Foi um passeio tranquilo, numa rodovia boa. O caminhoneiro sabia a importância do que levava na caçamba”, contou Demétrio. Ao descer do caminhão, o touro foi conduzido à baia de número 47, de 25 metros quadrados, com proteção para chuva.

No dia seguinte, Helder e seu pai chegaram de viagem. Vieram expressamente para reencontrar o bovino. “A ideia era que, aqui, o Fajardo pudesse descansar. Ele teria outras companhias, respiraria outros ares. Viveria num piquete maior, mais próximo do que é natural para um boi”, lembrou Demétrio. “Não esperávamos que ele fosse morrer tão rápido. Queríamos lhe dar um final de vida mais digno.”

Na terça-feira que precedeu a sua morte, Fajardo finalmente se reencontrou com a mãe, Bailarina, a quem não via há quinze anos. “Era uma história bonita: mãe e filho juntos de novo”, contou Demétrio. Os dois foram colocados no mesmo piquete, de 3 mil metros quadrados. À noite, dormiram em baias separadas.

O dia seguinte nasceu ensolarado. Às seis da manhã, voltou-se a se dar o encontro entre mãe e filho. Fajardo e Bailarina retornaram ao piquete comum, e lá permaneceram enquanto o sol crescia. Na hora do almoço, o tratador William Nunes, que

REFLEXÕES XXVIII

passava pelo local, percebeu que havia algo errado: “O touro estava em pé, babando mais do que o normal. Depois deitou, esticou os braços e as pernas, sem fazer barulho nenhum.”

Nunes correu para chamar o veterinário, que nada pôde fazer.

Era meio-dia da quarta-feira, 18 de fevereiro de 2009. Fajardo morreu à sombra de um oiti.



Post Mortem- Às três da tarde, o telefone de Fernando Chiavenato tocou em Curitiba. Depois de ouvir a notícia, Chiavenato pegou fita métrica e bisturi, e partiu em direção ao aeroporto. Após nove horas, dois voos e um traslado, chegava à Fazenda Eldorado. Como o trabalho requeresse urgência, varou a noite medindo e retalhando Fajardo. Às quatro da madrugada, conseguiu o que queria: a pele do touro, para empalhá-lo.

Nas semanas seguintes, a imprensa especializada noticiaria o óbito à exaustão. O Diário de Cuiabá foi um dos primeiros: “Morre Fajardo, ícone da pecuária de corte”. Seguiu-se a revista DBO: “Morre Fajardo, marco do Nelore moderno.”

A publicação Globo Rural foi enfática: “Morreu o touro Fajardo da GB, uma lenda da criação de Nelore.” Em anúncio publicado na revista Nelore, a CRV Lagoa fez questão de lembrar que há vida depois da morte: “Um raçador nunca morre. Entra para a história.”

O corpo do touro foi enterrado em cova rasa, sem túmulo, lápide ou identificação. Ricardo Demétrio não vê problema: “A imagem que queremos guardar não é a do cemitério. É dele vivo, empalhado, por tudo que fez pela fazenda e pela raça Nelore.”

REFLEXÕES XXVIII

De acordo com a central Lagoa, Fajardo ainda tem 20 mil doses de sêmen armazenadas. Ao preço atual, valem 7 milhões de reais, sem descontar o imposto de renda. ●

Roberto Kaz: repórter da PIAUÍ, é autor do Livro dos Bichos, pela Companhia das Letras
Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 32, maio de 2009



Sem xixi na galocha

Vanessa Barbara



O bandeirantismo completa cem anos com rãs, pelúcia e banho de cano, mas sem o entusiasmo de uma invasão do Palácio de Cristal

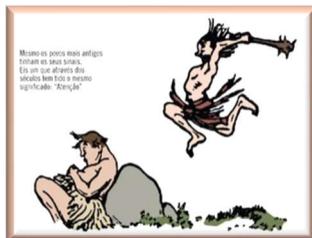
No dia 4 de setembro de 1909, no Palácio de Cristal, em Londres, 11 mil meninos de várias partes do Reino Unido se juntaram para encontrar pela primeira vez o criador do escotismo, lord Robert Stephenson Smyth, o barão Baden-Powell. Sem serem

convidadas, 24 garotas se infiltraram na reunião dos escoteiros. “Ficamos sabendo do encontro por meio do grupo escoteiro local”, contou uma delas, que tinha 13 anos e morava em Camberwell, ao sul de Londres.

“Não havíamos sido convidadas e nem tínhamos permissão para ir, mas pegamos emprestados alguns uniformes e chapéus e fomos.” Algumas das meninas escreveram cartas a Baden-Powell usando apenas suas iniciais, para que ele pensasse que eram rapazes, e assim conseguiram se inscrever.

Apesar do dia frio e chuvoso, elas andaram quase 10 quilômetros até o Palácio de Cristal porque não tinham dinheiro para o ônibus. Ao chegarem, foram barradas por um organizador que fez troça das moçoilas – o escotismo era uma organização estritamente masculina. Incansáveis, elas conseguiram entrar sorrateiramente, por entre um grupo de escoteiros.

Dentro do palácio, filas de rapazes, com seus totens e chapéus, desfilavam e saudavam Baden-Powell, que, satisfeitíssimo,



REFLEXÕES XXVIII

inspeccionava as tropas. Seu humor azedou quando vislumbrou o grupinho de fedelhas num dos cantos da arena. Elas ainda tentaram se esconder, mas ele se aproximou a passos largos e inquiriu: “Que diabos vocês estão fazendo aqui?” A líder das meninas respondeu: “Queremos fazer a mesma coisa que os rapazes, queremos ser escoteiras.” Baden-Powell respondeu que era impossível, mas, mais tarde, disse que ia pensar no caso.

Durante o resto da cerimônia, as garotas foram apupadas pelos rapazes, e mesmo assim não se abalaram. Depois da leitura de um telegrama de cumprimentos do rei Eduardo VII, como todos os presentes elas ergueram seus chapéus e totens. Foi graças à pressão das meninas que, no ano seguinte, Baden-Powell determinou que sua irmã Agnes fundasse a vertente feminina do escotismo, que no Brasil se chamou Movimento Bandeirante, em homenagem aos brasileiros de São Paulo que, a poder de ferro e fogo, dilataram a fé católica e o império luso.

O bandeirantismo brasileiro comemora neste ano nove décadas de vida. Em 2010, será a vez do centenário mundial, quando todos os membros da World Association of Girl Guides and Girl Scouts organizarão festas nacionais e internacionais para celebrar a data, sempre no centésimo dia do ano (10 de abril). As comemorações se estenderão por três anos, o tempo que, da Inglaterra, o movimento levou para se espalhar pelo mundo. O primeiro acampamento mundial comemorativo está marcado para o ano que vem, no Canadá, e até lá os bandeirantes firmaram o compromisso de fazer 100 grandes amigos.

Sim: os bandeirantes. Ao contrário do que imaginam os leigos, o bandeirantismo não é uma associação só para moças. A partir da década de 1960, passou a receber também meninos e



REFLEXÕES XXVIII

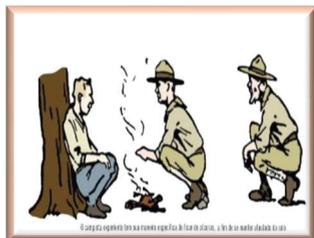
hoje é uma organização mista, distinta do escotismo, mas com princípios e técnicas semelhantes. Pode-se dizer que o escotismo se concentra em aventuras e pioneirias (amarras, bivaques, orientação, sobrevivência na selva) e o bandeirantismo, em campanhas beneficentes, projetos educacionais e jogos – embora isso não seja regra e comportamentos possam variar de região para região.

Espíritos malignos invadiram o acampamento durante a noite. Foi em outubro de 2001, em Araçariguama, no interior paulista, quando uma menina fez xixi nas galochas de tanto medo e as crianças tiveram que resgatar a chama da magia por entre as árvores, sem pistas e sem lanterna – e parece que havia morcegos.

Três anos antes, num acampamento em Parelheiros, na periferia de São Paulo, uma bruxa horrenda assaltou o forte apache e, em uma atitude destemida que virou notícia, “a Camila pegou uma minhoca com a mão”.

Em 1992, sempre em São Paulo, dessa vez em Boituva, foi a máfia chinesa que assombrou. Quatro sábios de branco vagaram pelas barracas distribuindo pistas, enquanto os malfeitores de preto capturavam membros das equipes. Alguém passou por uma ponte baixa e foi agarrado pelo pé. Nos acampamentos bandeirantes, os jogos são mirabolantes e até as crianças de 5 anos enfrentam monstros, índios loucos e esqueletos.

Em abril passado, num sítio em São Bernardo do Campo, os núcleos bandeirantes Acauã e Itatiaia organizaram um acampamento para cinquenta participantes. O tema, que em geral é apenas uma desculpa para criar os jogos, era “alto astral”, ou seja, horóscopo. Os jogos foram



REFLEXÕES XXVIII

preparados com algumas semanas de antecedência e incluíam circuitos com cordas, lama e toldos escorregadios. Os bandeirantes foram divididos em quatro equipes, simbolizando a terra, a água, o fogo e o ar, e tiveram de cumprir uma infinidade de tarefas vagamente relacionadas aos signos. Por exemplo: na base do signo de Sagitário, que, segundo o zodíaco, é marcado pela liberdade e a aventura, passaram por um labirinto de cordas com os olhos vendados e apanharam ingredientes para um almoço mateiro.

Os bandeirantes só costumam descobrir o tema na abertura do acampamento. Às vezes, são surpreendidos pelos jogos em andamento enquanto lavam a louça ou escovam os dentes: surge um feiticeiro envolto em uma nuvem de fumaça e começa a ditar as regras. Ou então os adultos (chefes escoteiros ou coordenadores) desaparecem misteriosamente, deixando o acampamento às moscas e um mistério para as crianças desvendarem. Outras vezes, os jogos são contínuos e as equipes passam dias e dias na sequência da mesma história, incorporando os personagens relativos ao tema. As fadas e os magos – os bandeirantes de 5 a 9 anos – já estão acostumados com a ideia. Em suas reuniões semanais, que em geral acontecem aos sábados, participam do “encantamento”, atividade em que formam um círculo e, cantando uma música, assumem a personalidade de médicos, besouros, artistas, expedicionários, marcianos ou bananas. Levam a brincadeira tão a sério que, num feriado de Semana Santa, uma coordenadora teve que “desencantar” por telefone uma criança que tinha saído mais cedo da atividade e continuava agindo como uma cenoura.

As demais categorias de bandeirantes (B1 e B2, de 9 a 15 anos) e guias (de 15 a 18 anos) também realizam reuniões semanais, em que participam de jogos educativos nas áreas de saúde, habilidades, cultura, cidadania, meio ambiente e



REFLEXÕES XXVIII

participação comunitária. O bandeirantismo também se dedica a gincanas, visitas a creches e asilos, competições esportivas, brincadeiras de roda (às vezes com letras em espanhol que ninguém entende, ou cantigas famosas de significados obscuros como “Era um sapo/ que morava no rio/ com seu traje verde,/ mas morria de frio/ E a senhora sapa/ tinha um amigo/ que era professor”), jogos de cidade, caças ao tesouro, debates, pinturas, teatro, etc. A ideia geral é ensinar por meio de jogos.

Na saída para o acampamento, uma coordenadora foi logo avisando: “Olha o dedo no nariz!” As crianças se dispersaram pelo ônibus. As fadas e magos dormiram na frente com seus macaquinhos de pelúcia, os B1 ficaram falando sobre a escola e comendo salgadinhos, algumas B2 comentaram que gostavam de tomar banho frio porque faz bem para a pele e os guias tocaram pandeiro. Ao chegar ao sítio Garça Branca, todos descarregaram a bagagem e começaram a montar o acampamento.

Foram postas de pé duas cozinhas (com mesas de bambu e toldo) e doze barracas para os B1 e B2, além de onze redes para os guias. A montagem levou a tarde inteira e foi cansativa. “Tem uma rã no seu pé”, avisou uma das guias e a amiga, ocupada em reforçar uma amarra, nem se incomodou. Alguém reclamou que seria mais rápido montar um kit instantâneo de redes e toldo, e a coordenadora de guias retrucou que seria como comprar hambúrguer pronto para o acampamento. Ou pedir pizza.

Redes de náilon foram estendidas entre troncos de árvores, em dois ou três andares. Os que dormiam no último andar não podiam levantar à noite para ir ao banheiro. Há uma técnica complexa de subir nas redes, que exige agilidade e equilíbrio. Nenhum tombo grave foi registrado.

As fadas e os magos, que não precisavam montar o próprio alojamento, pois iam dormir num galpão, se dispersaram pelo campo. Duas fadinhas apostaram corrida: “Quem chegar

REFLEXÕES XXVIII

primeiro perde”, disse a pequena Letícia, de 5 anos, a tempo de se corrigir: “Não, não, quem chegar por último, senão a gente vai ficar parada.” A certa altura da tarde, ela e Luna, dois anos mais velha, pediram socorro aos bandeirantes que passavam com bambus: “Alguém ajuda a gente a descer da gangorra?”

A bandeira do acampamento foi hasteada quase no final da tarde e assim começou o cerimonial de abertura com brincadeiras e divisão de equipes, quando os bandeirantes produzem gritos de guerra, totens e identificação. A equipe Minhoca saiu na frente. O jantar foi macarrão com almôndegas.

Baden-Powell fez carreira militar na Índia e na África e chegou a general. Comandou inúmeros regimentos, entre os quais promovia espetáculos de teatro, competições de caça ao javali e passeios de bicicleta. Um dia, dividiu os soldados em pequenas unidades de meia dúzia (que, no escotismo, foram chamadas de patrulhas e, no bandeirantismo, de equipes) que nomeavam seu próprio líder. Também criou insígnias e prêmios de eficiência. Ele achava que o trabalho, inclusive o militar, rendia mais se fosse realizado de maneira interessante. Desenvolveu jogos e competições que uniam a prática e a diversão, e os aplicou no escotismo.

O primeiro acampamento escoteiro da história foi organizado por Baden-Powell em 31 de julho de 1907, na Ilha de Brownsea. Compareceram vinte meninos. No primeiro dia, foram formadas quatro patrulhas: Maçaricos, Corvos, Lobos e Touros, sendo escolhidos os monitores e distribuídos os demais cargos. Cada patrulha tinha sua barraca e era identificada pelas cores das quatro fitas que os integrantes portavam no ombro e pela bandeirola que os líderes carregavam num bastão.

Em cada dia, os escoteiros trabalharam um tema diferente: técnica de acampamento, observação, artes mateiras, cavalheirismo, salvamento de vidas e patriotismo. Lá ocorreu

o primeiro Fogo de Conselho (cerimônia em torno de uma fogueira com histórias, esquetes e músicas).

O acampamento foi um sucesso e Baden-Powell reuniu sua filosofia em um manual, Escotismo para rapazes, publicado em 1908, que é usado até hoje. Ele afirma no livro que “compreendeu que estava aí a oportunidade de ajudar os rapazes de sua pátria a se desenvolverem para uma robusta virilidade”. Há outros trechos memoráveis, como uma seção dedicada à continência ou abstenção de prazeres sexuais, na qual o autor diz que o desejo pode ser despertado por se ter comido demais, pela constipação ou por se dormir em cama macia, muito quente, com muitas cobertas. O livro ensina como tocaiar emas, como ficar de cócoras e como afiar bons cotocos. Apesar de alguns ensinamentos ultrapassados, é um bom manual de referência para pioneirias, orientação, cozinha mateira, sinais de pista, observação e outras técnicas de campo.

Com suas técnicas e jogos, Baden-Powell queria que as crianças e jovens aprendessem a agir por conta própria e se autoconhecessem. “O instinto natural do menino é de fazer despontar a própria personalidade por meio de um exercício que chamamos jogo”, escreveu. “Ele tem um desejo de realizar-se: quer fazer coisas e superar dificuldades para se sentir diferente.” O general cita a educadora Maria Montessori para dizer que, encorajando as crianças nos seus desejos naturais, em vez de instruí-las naquilo que o adulto pensa que deveriam fazer, é possível educar sobre uma base mais sólida e mais ampla.

A chuva atrapalhou um bocado o acampamento em São Bernardo. No segundo dia, o jogo noturno foi cancelado porque a tempestade estava forte e, em vez de Fogo de Conselho, fez-se uma *lamparada*, na qual a fogueira é substituída por lampiões. O banho de B2 e guias aconteceu numa “cachoeira” a quinze minutos do campo – na verdade, três canos de plástico que desaguavam num riacho. Na volta do banho, a chuva apertou. Alguns jogos foram feitos debaixo

do aguaceiro. As fadas e magos se dispersavam de cinco em cinco minutos e alguns se recusaram a participar. “Santa Catarina é longe, fica perto do Japão”, informou uma das fadas à amiga, durante um jogo, sem qualquer motivo aparente. Patos e galinhas passeavam placidamente pelo campo, enquanto os bandeirantes tentavam acender uma fogueira debaixo de chuva para preparar o almoço. Às vezes, os maiores também se dispersavam e as brincadeiras se estendiam além da conta.

Desde a invasão das meninas no Palácio de Cristal, o Movimento Bandeirante passou por várias modificações. Nos anos 1960, atingiu no Brasil o auge de 20 mil membros. Hoje, segundo o censo da Federação de Bandeirantes do Brasil, o efetivo é de 4 500 inscritos em catorze estados. Recentemente, o movimento aderiu à onda do “ano do voluntariado” e passou a dar mais atenção a projetos como Ouça, Aprenda e Viva (de prevenção a Aids), o Dia Global do Voluntariado Jovem e o Dia de Fazer a Diferença.

Ao mesmo tempo, para os cerimoniais de reflexão, adotaram-se mensagens edificantes de paz e harmonia, como textos falsamente atribuídos a escritores famosos que falam de persistência, arco-íris, criatividade e lendas milenares da China rural. Os jogos deram lugar a dinâmicas de autoajuda. Baden-Powell foi ficando para trás.

O jogo é uma ocupação voluntária, exercida dentro de certos limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria, e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana. Essa é a definição do historiador Johan Huizinga, que, em *Homo ludens*, enumera as suas principais características: liberdade, evasão da vida real, desinteresse, isolamento, ordem e limitação. Ainda assim, não é o oposto da seriedade, pois pressupõe que os participantes adotem seu universo com a maior gravidade possível – ele funciona melhor quanto mais for levado a sério.

REFLEXÕES XXVIII

É o caso da criança que não podia deixar de agir como cenoura. Ou dos muitos casos de agressão, com vassouras e panelas, aos adultos fantasiados de Sujeira ou Vírus, mesmo depois de eles terem retirado as máscaras de vilões. O segredo é despertar nas crianças um entusiasmo que chegue ao arrebatamento, sustentando um ar de mistério e de segredo compartilhado. Nas palavras de Huizinga, “a sensação de estar ‘separadamente juntos’, numa situação excepcional, de partilhar algo importante, afastando-se do resto do mundo e recusando as normas habituais, conserva sua magia para além da duração do jogo”.

Para a educadora Vania D’Angelo Dohme, a informalidade com que Baden-Powell colocou em prática suas ideias educacionais, utilizando elementos desafiadores para a época, pode ter prejudicado a aplicação de seu método nos dias de hoje. Eis o que ela escreveu num artigo para a União dos Escoteiros do Brasil: “Elementos inovadores e criativos ficam um pouco abafados perante tradições e costumes característicos da época em que foram concebidos, e acabam por fazer parte do seu contexto, dando uma aparência, para quem os observa apenas superficialmente, um pouco velha e ‘rançosa’. Neste panorama, o conteúdo educacional fica pouco visível à sociedade em geral e, às vezes, até pouco percebido e explorado pelos próprios integrantes.”

A maioria dos coordenadores bandeirantes não tem formação em pedagogia ou conhecimentos específicos para cuidar das crianças. Apesar de frequentarem treinamentos ocasionais, são movidos a puro ânimo e boas intenções. Muitos são bandeirantes desde a infância e passaram por todos os ramos antes de assumir a coordenação de um grupo, aos 18 anos.

Eles se conhecem de outros acampamentos, identificam-se em fotos de dez anos atrás e continuam empolgados com o bandeirantismo. Outros são pais dos novos bandeirantes que, um dia, se oferecem para ajudar numa atividade e acabam ficando para compor a diretoria (secretaria, tesouraria, presidência) ou a coordenação. Todos os cargos não

remunerados.

Há ainda jovens voluntários que ficaram sabendo do movimento e resolveram participar: são estudantes de direito, *marketing* ou administração, além de professores de geografia, comerciantes, bancários ou nutricionistas que demoram a se acostumar com o método bandeirante. Para coordenar as crianças, o requisito básico é possuir uma espécie de entusiasmo peculiar que lhes dá disposição para participar de reuniões de planejamento aos domingos de manhã, desfiles cívicos nos feriados e longas madrugadas recortando sinais de pista.

Alguns núcleos têm a sorte de possuir coordenadores com essa característica, outros não. É esse, em suma, o risco que corre o Movimento Bandeirante: perder o entusiasmo que o mantém de pé. O mesmo entusiasmo que levou as meninas inglesas a invadirem o Palácio de Cristal.

Em 1995, no pico do Jaraguá, duas bandeirantes receberam a tarefa de um coordenador faminto: atravessar o campo à noite para buscar caquis. Na reta final, perceberam que os caquis eram tomates, e tiveram que fazer tudo de novo, correndo de olhos fechados e mãos dadas, numa mistura de pavor e empolgação.

Em 1999, em Embu-Guaçu, uma “bomba-relógio” teve que ser desarmada pelas equipes, que quase atingiram a histeria coletiva à medida que o tempo se esgotava.

Em 2001, bandeirantes chegaram sozinhos até a rodoviária paulistana, guiados por uma bússola e uma carta de navegação.

No acampamento de São Bernardo não houve nada parecido. Ao contrário, houve dispersão e desatenção. Em meio a um jogo de bases, duas fadinhas fugiram para ir ao banheiro e não voltaram mais para suas equipes. Uma B2 impaciente pediu para uma coordenadora ler mais rápido as tarefas da base. Um bumerangue clandestino foi apreendido. Para tristeza dos

REFLEXÕES XXVIII

coordenadores, ninguém chegou a fazer xixi nas galochas. ●

Vanessa Barbara jornalista e escritora, colunista do International New York Times e do Estado de S.Paulo

Artigo publicado na revista PIAUÍ, edição 30, março de 2009



LUIZ BANCHE